Arturo Pérez-Reverte

UMA HISTÓRIA DE ESPANHA

Um relato pessoal e pouco ortodoxo
da acidentada história de Espanha
através dos séculos.

ASA

Ficha Técnica

Título: UMA HISTÓRIA DE ESPANHA
Título original: UNA HISTORIA DE ESPAÑA
Autor: Arturo Pérez-Reverte
Tradução: Cristina Rodriguez e Artur Guerra
Revisão: Catarina Sacramento
Fotografia do autor: Carmelo Rubio
ISBN: 9789892349176

Edições ASA II, S.A.
uma editora do Grupo LeYa
R. Cidade de Córdova, n.º 2
2160-038 Alfragide – Portugal
Tel.: (+351) 214 272 200
Fax: (+351) 214 272 201

© 2019, Arturo Pérez-Reverte
© 2020, Edições ASA II, S.A.
1.ª edição: setembro de 2020
Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor
www.asa.leya.com
www.leya.pt

Este livro segue o Novo Acordo Ortográfico de 1990.

ARTURO PÉREZ-REVERTE

UMA HISTÓRIA DE ESPANHA

«Desde sempre, ser lúcido e espanhol acarreta
grande amargura e pouca esperança»

O capitão Alatriste

Em Jeito de Prólogo

O orgulho alcança entre os Iberos graus muito altos. Vivem vidas de alarmes e assaltos contínuos, arriscando a vida em investidas, mas não em grandes empresas, pois recusam-se a aumentar as suas forças juntando-se uns aos outros (ESTRABÃO).

São cruéis com criminosos e inimigos, embora sejam compassivos e honrados com os forasteiros (DIODORO DA SICÍLIA).

Os Hispanos tiveram sempre um espírito selvagem devido à sua liberdade absoluta e por não estarem acostumados a receber ordens de ninguém (APIANO).

A Hispânia é distinta, mais disposta para a guerra por causa do terreno agreste e do génio dos homens (TITO LÍVIO).

Esta Hispânia produz duríssimos soldados; esta, hábeis capitães; esta, fecundíssimos oradores; esta, iluminados vates; esta é mãe de juízes e príncipes; esta deu para o Império Trajano, Adriano e Teodósio (PACATO).

Este reino tão nobre, tão rico, tão poderoso, tão honrado, foi derramado e estragado por desavença entre os da terra, que viraram as suas espadas uns contra os outros como se lhes faltassem inimigos (AFONSO X, o SÁBIO).

Que bom vassalo seria se tivesse bom senhor (CANTAR DEL CID).

Não é bom, senhor capitão Cortés, que as mulheres espanholas deixem ir para a guerra os seus maridos; onde eles morrerem também nós morreremos, e é de razão que os índios percebam que os espanhóis são tão valentes que até as suas mulheres sabem lutar (MARÍA DE ESTRADA).

Tudo o que aconteceu desde a maravilhosa descoberta da América foi tão extraordinário que a história parecerá incrível a quem quer que não a tenha vivido em primeira mão. Na verdade, parece ensombrecer todas as ações da gente famosa do passado, sem importar quão heroicas estas foram, e silenciar toda a fala de outras maravilhas do mundo (FREI BARTOLOMÉ DE LAS CASAS).

Só os Espanhóis nascem já armados e preparados para lutar (FRANCISCO I DE FRANÇA).

Vê-se que eles estão expostos à injúria dos tempos, na miséria; e, apesar disso, mais bravos, soberbos e orgulhosos do que na opulência e na prosperidade (MADAME D'AULNOY).

O espanhol, uma vez decidida a estocada que se propõe dar, executa-a cegamente ainda que assim fique em pedaços (PIERRE DE BRANTÔME).

São um exemplo que não parece exceção, pois sendo geralmente de pequena estatura, a grandeza do coração é tão grande que lhes dá de tal forma alento que, com a sua própria coragem, se fizeram donos do mundo (JUAN PABLO MÁRTIR RIZO).

Veja Vossa Excelência que ninguém fica fora do meu alcance, pois para isso me deu Deus dez dedos nas mãos e cento e cinquenta espanhóis (ALONSO DE CONTRERAS).

Nunca tínhamos enfrentado um soldado de infantaria como o soldado espanhol. Não se desmorona, é uma rocha, não desespera e resiste pacientemente até nos poder derrotar (UM OFICIAL SUECO DEPOIS DA BATALHA DE NÖRDLINGEN).

Ali vive e reina a soberba com os seus aliados: o amor-próprio, o desprezo pelo alheio, o querer mandar e não servir ninguém, o mostrar-se, o elogiar-se, o falar muito, alto e bom som, o brio com presunção. E tudo isto desde o nobre ao mais plebeu (BALTASAR GRACIÁN).

Aqui a minha desdita, e não a minha cobardia, levou consigo as minhas alcançadas glórias, aqui usou comigo a fortuna das suas voltas e reviravoltas,

aqui se obscureceram as minhas façanhas, aqui enfim caiu a minha ventura para nunca mais se levantar (MIGUEL DE CERVANTES).

Os Espanhóis tiveram uma clara superioridade sobre os demais povos: a sua língua era falada em Paris, em Viena, em Milão, em Turim; as suas modas, as suas formas de pensar e de escrever subjugaram as inteligências italianas e, desde Carlos V até ao começo do reinado de Filipe III, Espanha foi objeto de uma consideração que os outros povos não tiveram (VOLTAIRE).

A Espanha é o único lugar do mundo onde dois e dois não são quatro (DUQUE DE WELLINGTON).

Tenho como inimigo uma nação de doze milhões de almas enfurecidas até ao indizível (JOSÉ I BONAPARTE).

Os Espanhóis comportaram-se todos como um só homem de honra. Enfoquei mal esse assunto (NAPOLEÃO BONAPARTE).

Se ao menos fossem estrangeiros os inimigos de Espanha, vá que não vá. Mas não. Todos os que, com a espada, com a pena e com a palavra agravam e perpetuam os males da Nação são espanhóis (AMADEU DE SABOIA, REI DE ESPANHA).

A Humanidade deve gratidão eterna à monarquia espanhola, pois as inúmeras expedições científicas que ela financiou tornaram possível a extensão dos conhecimentos geográficos (ALEXANDER VON HUMBOLDT).

Quem quiser conhecer até que ponto se pode enfraquecer e derrubar um grande Estado deve estudar a história de Espanha (THOMAS MACAULAY).

Em Espanha aconteceu sempre a mesma coisa: o reacionário foi-o de verdade, o liberal foi muitas vezes de pacotilha (PIO BAROJA).

Os Espanhóis estão condenados a ir sempre atrás dos padres, com o círio ou com o garrote (AGUSTÍN DE FOXÁ).

Quando em Espanha se fala de coisas de honra, um homem simplesmente honrado tem de começar a tremer (MIGUEL DE UNAMUNO).

Não há na História Universal obra comparável à realizada por Espanha (RAMIRO DE MAEZTU).

Ai, Espanha da minha vida, / ai Espanha da minha morte! (MIGUEL HERNÁNDEZ).

Os Espanhóis nunca cederam uma polegada de terreno. Não tenho ideia de seres mais impávidos. Desafiam a morte. Extraordinariamente valentes, duros para as privações, mas ferozmente indisciplinados (ADOLF HITLER).

Nem mesmo o perigo da guerra serviu como soldador. Pelo contrário, aproveitou-se para que cada um puxasse para seu lado (MANUEL DE AZAÑA).

Se o lema «Arriba Espanha» [...] tivesse sido adotado pelos do lado oposto, a percentagem das suas probabilidades de triunfar teria sido, por este simples facto, infinitamente maior (GREGORIO MARAÑÓN).

O espanhol que não esteve na América não sabe o que é Espanha (FEDERICO GARCÍA LORCA).

A rebelião sentimental das massas, o ódio aos melhores, a sua escassez. Eis a verdadeira raiz do grande fracasso hispânico (JOSÉ ORTEGA y GASSET).

A inveja do espanhol não é conseguir um carro como o do vizinho, mas sim conseguir que o vizinho não tenha carro (JULIO CAMBA).

Nessa altura, a nossa pátria esteve a dois passos de realizar o seu ideal jurídico: que todos os espanhóis trouxessem no bolso uma carta foral com um único artigo, redigido nestes termos breves, claros e contundentes: «Este espanhol está autorizado a fazer o que lhe dê na real gana» (ÁNGEL GANIVET).

A Espanha é um país formidável, com uma história maravilhosa de criação, de inovação, de continuidade de projeto... É o país mais inteligível da Europa, mas

o que acontece é que as pessoas se empenham em não o entender (JULIÁN MARÍAS).

Este lugar impreciso, mistura formidável de povos, línguas, histórias e sonhos traídos. Este palco portentoso e trágico a que chamamos Espanha (ARTURO PÉREZ-REVERTE).

1. Terra de Coelhos

Era uma vez uma linda pele de touro com a forma de Espanha chamada *Ishapan*, que significa, ou significava, terra de coelhos – juro que a palavra significava isso –, e era habitada por uma centena de tribos, cada uma das quais tinha a sua língua e fazia o seu caminho. Mais: procuravam estripar-se uns aos outros por dá cá aquela palha, e só se juntavam para dar cabo do vizinho que fosse mais fraco se este se destacasse por ter melhores colheitas ou gado, ou por ter as mulheres mais bonitas, os homens mais jeitosos e as cabanas mais luxuosas. Que uma pessoa fosse cântabra, ásture, bastetana, mastiana, ilergeta ou lá o que fosse, desde que as coisas lhe corressem bem, isso era suficiente para umas quantas tribos que não gostassem muito dela se juntarem e passarem-na pela pedra, ou pelo bronze, ou pelo ferro, conforme a época pré-histórica em que estivessem. Inveja e mau feitio já eram, na altura, a marca desta terra, como refletem os textos mais antigos que nos mencionam. Ishapan, como eu já disse. Ou seja, esta coisa. Sendo assim poder-se-ia classificar em geral toda essa pandilha de animais bípedes, tão prolífica a longo prazo, em dois grandes grupos étnicos: Iberos e Celtas. Os primeiros eram baixinhos, morenos, e tinham mais sorte com o sol, as minas, a agricultura, as praias, o turismo fenício e grego e outros fatores económicos interessantes. Os Celtas, por sua vez, eram loiros, ligeiramente mais brutos e muitas vezes mais pobres, coisa que eles resolviam fazendo incursões nas terras do Sul, acima de tudo para estreitar laços com as iberas, as quais, embora menos exuberantes do que as loiras lá de cima, tinham a sua pitada meridional e a sua graciosidade castiça (veja-se, por exemplo, a Dama de Elche). Os iberos, é claro, costumavam levar isto a mal e muitas vezes retribuíam a visita. Por isso, quando não se estavam a esquartejar domesticamente na sua própria casa, os Iberos e os Celtas faziam-no uns aos outros, sem complexos de espécie alguma. Este método era muito facilitado por uma espada genuinamente aborígene chamada *falcata*, um prodígio de ferramenta forjada em ferro – Diodoro da Sicília qualifica-a como magnífica – que cortava como uma lâmina de barbear e, o que era de esperar de mãos adequadas, proporcionava a Iberos, Celtas e ao resto da malta terapias de grupo apaixonantes e belas experiências coletivas de cirurgia ao vivo e em direto (tem

o seu simbolismo premonitório o facto de ter sido uma espada uma das primeiras coisas de cá que os Gregos e os Romanos elogiaram). Como, na altura, a Península estava tão cheia de bosques que um esquilo podia percorrê-la saltando de árvore em árvore, era de grande ajuda que todas aquelas ruidosas incursões, estripações com falcata e demais atos sociais pudessem ser feitos à sombra, o que facilitava as coisas e a vontade. Animava muito. De qualquer modo, temos de reconhecer que tanto Iberos como Celtas, e depois os Celtiberos, resultado de tantas incursões de estilo romântico pela pele de touro acima ou pela pele de touro abaixo, eram autênticos virtuosos na arte de picar carne própria ou alheia. Ferozes e valentes a roçar o disparate, estavam-se literalmente nas tintas para a vida, própria ou alheia. Segundo os historiadores de então, aqueles nossos avós morriam a matar quando os derrotavam, e a cantar quando os crucificavam, suicidavam-se em massa quando o chefe da tribo batia a bota ou a sua equipa de futebol perdia, e as senhoras, quando lhes subia a mostarda ao nariz, eram de fugir. De tal forma que, quem fosse inimigo e caísse vivo nas suas mãos, mais lhe valera que não tivesse caído. E se, além disso, aquelas angelicais criaturas de ambos os sexos tivessem acabado de emborcar umas litrosas de *caelia,* que era a cerveja da altura, nem vos digo nada. Imaginem as carraspanas que os meus primos apanhavam. E as primas. Porque no aspeto religioso, aliás, na falta ainda de monsenhores que apascentassem as suas almas proibindo-lhes a mancebia, o preservativo e o aborto, e na falta ainda do telemóvel, da *Operação Triunfo* e do *Sálvame*[1] para fazer babar em grupo, prestavam culto aos rios, às montanhas, aos bosques, à lua e outros *et ceteras*. E era este, mais século menos século, o panorama da terra dos coelhos quando, perto de oitocentos anos antes de o Espírito Santo sob a forma de pomba ter visitado a Virgem Maria, uns marinheiros e mercadores de cara pintada chamados Fenícios chegaram pelo Mediterrâneo trazendo duas coisas que em Espanha viriam a ter prestígio e fortuna desiguais: o dinheiro (a que teria mais) e o alfabeto (a que teria menos). Também foram os Fenícios que inventaram a bolha imobiliária, adquirindo propriedades na costa, adiantando-se aos reformados anglo-saxões e aos simpáticos mafiosos russos que hoje dançam a canção dos passarinhos em Benidorm. Mas dos Fenícios, dos Gregos e de outra gente parecida falaremos num próximo capítulo. Ou não.

2. Roma Rouba-nos

Como estávamos a dizer, Gregos e Fenícios assomaram à costa da Hispânia, deram uma olhada ao pessoal do interior (se agora nos vemos como nos vemos, imaginem-nos então em Villailergete del Arévaco, com as nossas boinas, varapaus, falcatas e afins) e disseram: é melhor não, obrigado, ficamos por aqui, na praia, a fazer turismo com as minas e as feitorias comerciais, e o interior é melhor ser a minha sogra a colonizar, se tiver tomates para isso. Mas uns tipos que, de facto, eram primos dos Fenícios é que tiveram tomates, ou em parte – «Venham, que vai ser fácil», disseram estes segurando o riso – e chamavam-se Cartagineses, porque viviam a dois passos dali, em Cartago, hoje Tunes, ou por ali. E pronto. Vieram os Cartagineses cheios de presunção para fundar cidades: Ibiza, Cartagena e Barcelona (esta última foi por Amílcar Barca, criador também da famosa frase *Roma rouba-nos*). Para começar, houve uma ligeira bronca com alguns caudilhos celtiberos chamados Istolácio, Indortes e Orisson, entre outros, que foram devidamente massacrados e crucificados; entre outras coisas, porque ali cada um ia por sua conta, ou aliava-se aos Cartagineses durante o tempo necessário para rebentar com a tribo vizinha, mas depois adeus e passe muito bem (acho que foi Políbio quem disse isto). Por isso, os de Cartago destruíram umas quantas cidades: Belchite, que se chamava Hélice, e Sagunto, que se chamava da mesma forma que agora e era próspera até dizer chega. O senão foi Sagunto, antiga colónia grega, também ser aliada dos Romanos: uns gabarolas que naquela altura – século III antes de Cristo, façam as contas – começavam a armar-se em fanfarrões no Mediterrâneo. E é claro. Gerou-se uma barafunda enorme, com guerra e tudo. Ainda por cima, para piorar a coisa, o filho de Amílcar, que se chamava Aníbal e era vesgo, não podia ver Roma nem com o olho são, ou seja, nem em fotografia, porque em pequeno tinham-no obrigado a tragar o *Quo Vadis* na televisão todas as Semanas Santas, ou coisa parecida, e a criança acabou por jurar ódio eterno aos Romanos. De tal forma que, depois de desbaratar Sagunto, reuniu um exército que só de ver já metia medo, com númidas, elefantes e cruéis catapultas que lançavam discos de Manolo Escobar. Além disso, sob o lema *Vem com Aníbal e verás mundo*, recrutou trinta mil mercenários celtiberos, atravessou os Alpes (aquela foi a primeira mão de obra espanhola qualificada que saiu para o estrangeiro) e passeou pela Itália distribuindo porrada a torto e a direito. O ponto engraçado da coisa foi, graças ao

vesgo, os nossos fundibulários baleares, ginetes e esfaqueadores vários, precursores dos tércios de Flandres e da seleção espanhola, participarem em todas as sovas que Aníbal deu aos de Roma na sua própria casa, que foram umas tantas: Ticino, Trébia, Trasimeno e a final da taça em Canas, a mais vistosa de todas, onde bateram a bota cinquenta mil inimigos, mais romano, menos romano. O problema foi que depois, em vez de continuar a direito até Roma pela via Ápia e terminar o serviço, Aníbal e as suas hostes, incluindo os hispanos, ficaram por ali entregues ao vício, à lãzeira, às romanas caprichosas, às práticas licenciosas e outras rimas procelosas. Mas enquanto eles mandriavam na Itália, um general inimigo chamado Cipião desembarcou astutamente em Espanha à hora da sesta, apanhando-os pela retaguarda. A seguir conquistou Cartagena e acabou por dizer ao vesgo para baixar a bolinha; até que este, tendo retirado para o norte de África, foi derrotado na batalha de Zama, depois da qual se suicidou para não cair nas mãos do inimigo, por vergonha própria, livrando-se assim de aparecer no telejornal com os carpetanos, os cântabros e os mastianos que antes o aplaudiam que nem loucos quando ela ganhava batalhas, agora amontoados perante o tribunal – as duas atitudes tipicamente celtibéricas – chamando-lhe cobarde e ladrão. A verdade é que Cartago ficou um farrapo, e Roma meteu a Hispânia toda num saco. Sem saber, é claro, onde se metia. Porque, se a Gália, com toda a sua bazófia irredutível tipo Astérix e Obélix, foi conquistada por Júlio César em nove anos, para Espanha os Romanos precisaram de duzentos. Imaginem o riso. E a arte. Mas é normal. Aqui nunca houve pátria, mas chefes sim (é Plutarco quem o diz na biografia de Sertório). Um em cada povoação da treta: Indíbil, Mandónio, Viriato. E é claro. Era preciso limpar o sebo a esta malta um a um. Mas isto, mesmo para pessoas organizadas como os Romanos, levava algum tempo.

3. *Rosa, Rosae*. Falando Latim

Tínhamos ficado em Roma. Que Cipião, vencedor de Cartago, depois de acabar o trabalho, diz aos seus colegas generais «agora façam vocês o resto» e volta para a mãe-pátria. Entretanto, a Hispânia, que ainda não pode ser considerada Espanha, mas já promete, converte-se, em palavras de não me

lembro que historiador, em *sepulcro de romanos*; duzentos anos para pacificar o panorama, porque povos metidos em zaragatas tivemos ao pontapé. O sistema romano era picar carne de forma sistemática: legiões, matança, crucificação, escravos. O típico. Era gerido por uns tipos chamados pretores, Galba e outros, que eram cínicos e cruéis à maneira dos maus da fita, estilo xerife de Nottingham, especialistas em enganar as tribos com pactos que depois não cumpriam nem de longe. O método funcionou, lento mas seguro, com altos e baixos chamados Indíbil, Mandónio e tal. O mais alto e baixo de todos foi Viriato, que deu pancadaria da grossa até Roma subornar os seus capitães e estes lhe limparem o sebo. A sua tropa, zangada, resistiu numantinamente numa cidade chamada Numância, que aguentou dez anos até o neto de Cipião acabar por tomá-la, com grande matança, suicídio geral (é o que dizem Floro e Orósio, embora pareça peta) e outras coisas. Outro que se armou em Viriato foi um romano jeitoso e esperto chamado Sertório, que se meteu em confusões na sua terra, veio para cá, tornou-se caudilho, no bom sentido da palavra, e chateou os seus antigos compatriotas até estes, recorrendo ao método habitual – a lealdade não era a virtude local mais primorosa – conseguirem que um antigo lugar-tenente o despachasse. E assim, entre sublevações, matanças e novas sublevações, foi-se romanizando o assunto. De vez em quando surgiam outras numâncias, que eram passadas pela pedra de amolar rebeliões. Uma das últimas foi Calahorra, que ofereceu heroica resistência popular – daí vem o antigo refrão: *Calahorra, a que não resistir a Roma é zorra*. *Et cetera*. O lado bom de tudo isto foi ter terminado, a longo prazo, com as pequenas guerras civis celtiberas; porque os Romanos tinham o bom hábito de enganar, crucificar e escravizar imparcialmente tanto uns como outros, sem se casarem com ninguém. Ainda assim, quando se apresentava a ocasião, como na guerra civil trazida por Júlio César e os partidários de Pompeu, os Hispanos tomavam partido por um ou por outro, porque qualquer pretexto valia para queimar a colheita ou violar a legítima do vizinho, invejado por ter uma quadriga com cavalos melhores, entrada livre no anfiteatro de Mérida ou outros privilégios. A verdade é que paz, aquilo a que se chama paz, não existiu até Octávio Augusto, o primeiro imperador, vir em pessoa e partir a espinha dorsal aos últimos cântabros, vascões e ástures irredutíveis, que resistiam tipo facto diferencial[2], barricados na peliça de peles e no queijo de cabra – era o que faltava irem com reivindicações autonómicas a Octávio. A verdade é que a partir de então os Romanos chamaram Hispânia a Hispânia, o que já é chamar há muito tempo, dividindo-a em cinco províncias. Exploravam o ouro, a prata e a famosa tríade mediterrânica: trigo,

vinho e azeite. Houve obras públicas, prosperidade e empresas comuns que preencheram o vazio que – veja-se Plutarco, miúdo esperto – a palavra *pátria* tivera até então. As pessoas começaram a habituar-se a essa coisa de ser romano: as palavras *hispanus sum*, sou hispano, adquiriram sentido dentro do *civis romanus sum* geral. As cidades converteram-se em focos económicos e culturais, unidos por estradas tão bem feitas que algumas ainda hoje se conservam. Jovens com vontade de aventuras ou com vontade de comer começaram a alistar-se como soldados de Roma, e legionários veteranos obtiveram terras e casaram-se com hispanas que pariam hispano-romaninhos com outra mentalidade: gente que sabia declinar *rosa, rosae* e estudava para arquiteto de aquedutos e coisas assim. Por estas datas chegaram também os primeiros cristãos, que ainda só se entregavam às suas coisas, que era ir à missa, não chateavam a sociedade com o aborto e os bailes pecaminosos, nem arrimavam os terços aos ovários, nem esse tipo de coisas que vieram depois. Prova de que isto corria bem foi a malta que cá nasceu nessa época: Trajano, Adriano, Teodósio, Séneca, Quintiliano, Columela, Lucano, Marcial... Três imperadores, um filósofo, um retórico, um especialista em agricultura internacional, um poeta épico e um poeta satírico. Entre outros. Quanto à língua, ora oiçam. Não é exato que, vinte e tantos séculos depois, o latim seja uma língua morta. Nós, que falamos castelhano, galego ou catalão, embora não nos apercebamos, continuamos a falar latim.

4. Roma Vai à Vida

E aqui estávamos, quatro ou cinco séculos depois de Cristo, em plena bolha imobiliária, a viver como cidadãos do Império Romano, que era algo parecido com viver como bispos mas em laico, desfrutando de calçadas e aquedutos, prósperos até dizer chega, com o último modelo de quadriga estacionado à porta, hipotecando-nos para irmos de férias às termas ou comprar uma segunda *domus* no litoral da Bética ou na Tarraconense. A viver à grande. E, com o *boom* do denário e a exportação de ânforas de vinho, e com a agricultura, a ganadaria, as minas, o comércio e as bailarinas de Gades tudo ia de vento em popa. E então – em assuntos de história tudo está inventado há muito – chegou a crise. As

pessoas abandonaram o campo para ir para as cidades, a metrópole absorvia cada vez mais recursos empobrecendo as províncias, os proprietários tornaram-se mais ambiciosos e vorazes entrincheirados nos seus latifúndios, os pobres ficaram mais pobres e os ricos, mais ricos. E como se isso não bastasse, as coisas ainda pioraram: tornámo-nos cristãos para irmos para o Céu. Nasceram então os primeiros dentes ao fanatismo e à intransigência religiosa, que nunca mais nos abandonariam, e o alto clero hispano começou a molhar o pão em todas as sopas, incluindo a grande propriedade rural e a política. Neste ponto, os antigos legionários que tinham conquistado o mundo amaneiraram-se de tal modo que, em vez de cortar os pés aos bárbaros (originariamente, *bárbaro* não significa selvagem, mas sim estrangeiro) como era sua obrigação, meteram-se também na política, pondo e tirando imperadores. Houve trinta e nove em meio século; e muitos, assassinados por colegas. Então, para guarnecer as fronteiras, os limes do Danúbio, a muralha de Adriano e sítios assim, disseram aos bárbaros em frente: «Olha, Olaf, tu ficas aqui de guarda com o capacete e a lança que eu vou a Roma buscar tabaco». E Olaf instalou-se deste lado da fronteira com a família e, quando se viu sozinho e com a lança, chamou os compadres Sigerico e Odilon e disse-lhes: «Venham p'ra cá, colegas, estes idiotas estão a pôr-nos isto a jeito». E vieram todos para cá, afiando o machado. E foi a isto que se chamou invasões bárbaras. E como se fosse pouco, dentro de Roma havia outros imigrantes, que eram os teutões, partos, pictos, númidas, garamantes e outros fulanos que tinham vindo como escravos, de graça, ou como voluntários para fazerem os trabalhos que os Romanos, já cheios de tiques, lhes dava nojo fazer; e agora, devido à crise, estes desgraçados não tinham outro remédio senão ir para gladiadores – que não tinham segurança social – e depois revoltarem-se como Espártaco, ou fazer-se à vida ainda de forma pior. E a estes, que já não eram poucos, juntaram-se os Romanos com cartão de cidadão, ou seja, as classes média e baixa empobrecidas pela crise económica, enlouquecidas pelos impostos dos ministros Montorus Filhoputus[3] da altura, asfixiadas pelos latifundiários e estranguladas pelos padres que além disso proibiam fornicar, último consolo dos pobres. Por isso, começaram todos a fazer a cama ao Império Romano, tanto fora como dentro, com muita vontade. Imaginem a classe política da altura, mais ou menos como agora a gentalha dirigente espanhola, com o Império-Estado em farrapos, a corrupção, a ladroagem e o deixa-andar, os senadores Anasagastis e os deputados Rufianes[4], a malta indignada quando ainda não estavam na moda as formas politicamente corretas e tudo se resolvia a degolar. Acrescentem o salve-se quem puder habitual, e será fácil imaginar como aquilo rangeu pelas costuras,

acabando o *Para travar o furor da guerra, dobrar a cabeça sob as próprias leis* (que foi escrito por um tal Prudêncio, com nome adequado ao caso). As invasões começaram a sério no princípio do século V: Suevos e Vândalos, que eram povos germânicos loiros e tal, e Alanos, que eram asiáticos, de cabelo escuro, e que tinham feito um passeio do caraças – calculem, da Ucrânia, ou por ali – porque tinham ouvido dizer que a Hispânia era um paraíso e havia duas tabernas por habitante. A verdade é que, um após outro, aquelas bestas armaram um trinta e um, saqueando cidades e igrejas, violando as respeitáveis matronas que ainda eram respeitáveis e fazendo outras barbaridades próprias de bárbaros, tal como o substantivo indica. Com isto a Hispânia civilizada, ou o que restava dela, foi com os porcos. Para travar estas tribos, Roma já não tinha forças próprias. Nem vontade. Por isso contratou mão de obra temporária para a questão. Godos, chamavam-se eles. Com nomes esquisitos como Ataulfo e Turismundo. E eram outra tribo bárbara, embora um bocadinho menos.

5. O Punhal dos Godos

E foi o que aconteceu, ou seja, enquanto o Império ia com os porcos entre bárbaros por um lado e decadência romana por outro, e o mundo civilizado se partia em pedaços, na Hispânia ocupada pelos Visigodos discutia-se sobre o tema transcendental da Santíssima Trindade. É dessa altura (século V, mais ou menos) que datam as nossas primeiras questiúnculas religiosas, que tantos frutos dariam nesta terra outrora fértil em coelhos e sempre fértil em fanáticos e parvos. Porque os Visigodos, chamados pelos Romanos para controlarem isto, eram arianos. Ou seja, cristãos convertidos pelo bispo herege Ário, que negava que o Pai, o Filho e o Espírito Santo tivessem os mesmos galões na manga; enquanto os nativos de origem romana, católicos obedientes a Roma, defendiam essa coisa de um Deus uno e trino, e não se fala mais nisso, senão queimo-o já se discutir o que eu digo. E assim continuou esse braço de ferro das duas Hispânias, nós e eles, quem não está comigo está contra mim, tão espanhol como a tortilha de batata ou o fuzilamento ao amanhecer, com os bispos de uns e de outros a tentarem convencer os reis godos, que se chamavam Ataúlfo, Teodorico e outras atrocidades semelhantes. Até que, no tempo de Leovigildo, ariano como os

anteriores, conseguiram que o seu filho Hermenegildo se fizesse católico e assim provocaram a nossa primeira guerra civil; porque o garoto, com o fanatismo próprio do converso e a falta de vergonha do ambicioso, sublevou-se contra o seu papá. Que, em linhas gerais, até estava a ser um rei bastante decente e quase tinha conseguido, com muito esforço e saliva, unificar de novo esta casa de lenocínio, excetuando as abruptas terras bascas; onde, é justo reconhecê-lo historicamente, a malta local continuava barricada nas suas montanhas, nos bosques, nos levantamentos de pedras e no irredutível analfabetismo pré-romano. A verdade é que o menino Hermenegildo acabou por capturar o seu pai Leovigildo e limpou-lhe o sebo pelo que fizera; mas, como o progenitor era sagaz e conhecia bem o material, percebeu a marosca. Esta coisa de haver uma elite dominante ariana e uma massa popular católica não vai funcionar, pensou ele. Com estes súbditos que tenho. Por isso, quando já estava a receber os santos óleos, chamou o seu outro filho Recaredo (a monarquia goda era eletiva, mas arranjaram forma de que fosse o filho a suceder ao pai) e disse-lhe: Olha, rapaz, este é um país com uma alta percentagens de filhos da puta por metro quadrado, e a sua natureza chama-se guerra civil. Por isso, torna-te católico, põe os bispos do teu lado e unifica, que alguma coisa fica. Se não, isto vai tudo à vida. Recaredo, rapazote esperto, abjurou do arianismo, organizou o terceiro Concílio de Toledo, deixou que os bispos proclamassem como santo e mártir o pateta do seu irmão falecido, os livros arianos desapareceram – primeira queima de livros da nossa muito inflamável história – e a Igreja Católica iniciou a sua longa e, para ela, proveitosa maridagem com o Estado espanhol, ou lá o que isto fosse então; lua de mel que, com altos e baixos próprios dos tempos agitados que os séculos trouxeram, se prolongaria até há pouco na prática (confessores do rei, pactos, concordatas) e até hoje mesmo nas consequências. De qualquer forma, é justo reconhecer que, quando não andavam metidos na política, os clérigos desenvolviam coisas muito decentes. Encheram a paisagem de mosteiros que foram focos culturais e de ajuda social, e das suas fileiras saíram tipos de elevada categoria, como o historiador Paulo Orósio ou o bispo Isidoro de Sevilha – Santo Isidoro, para os amigos –, que foi a máxima autoridade intelectual do seu tempo, e, na sua influente enciclopédia *Etimologias*, que ainda hoje proporciona uma leitura deliciosa, resumiu com admirável erudição tudo aquilo que o seu grande talento conseguiu resgatar das ruínas do império devastado; da noite que as invasões bárbaras tinham estendido sobre o Ocidente, e que na Hispânia foi especialmente escura. Com a única luz refugiada nos mosteiros e a influente Igreja Católica a mexer os cordelinhos a partir dos concílios, púlpitos e

confessionários, os reis posteriores a Recaredo, não particularmente intelectuais, embrenharam-se numa luta sangrenta pelo poder que, para a contar, seria preciso o Shakespeare que – como muitas outras coisas – em Espanha nunca tivemos. Dos trinta e cinco reis godos, metade bateu a bota assassinada; por isso, imaginem o panorama. Nisto continuavam quando, por volta do ano 710, do outro lado do estreito de Gibraltar ecoou um grito que mudaria tudo para sempre: *Não há outro Deus senão Alá e Maomé é o seu profeta*.

6. E Moeram-nos com Pancada

No ano 711, como dizem esses versos gozões que fixam a nossa história com muita precisão: *Vieram os sarracenos / e moeram-nos com pancada; / pois Deus ajuda os maus / quando são mais do que os bons*[5]. Supondo que se possa chamar bons aos hispano-visigodos. Porque, vamos lá ver. De um lado, dando alaridos tipo guerra santa contra os infiéis, chegaram pelo norte de África as tribos árabes dependentes do Islão, com o seu entusiasmo quentinho, e os berberes convertidos e empurrados por eles. Para terem uma ideia, coloquem no meio um pedaço de mar com apenas quinze quilómetros de largura e ponham do outro lado uma Espanha, Hispânia, ou como quiserem chamar-lhe (os muçulmanos chamavam-lhe *Ispaniya*, ou *Spania*), tipo esta de agora, mas à maneira visigótica, ou seja, quatro milhões de cabrões insolidários e fratricidas, cada um de seu pai e de sua mãe, confrontados por rivalidades diversas, regidos por reis que se assassinavam uns aos outros e por bispos intrometidos e atentos ao seu negócio, com impostos horrorosos e um espólio fiscal que faria feliz qualquer ministro das Finanças e seus infames sicários. Em suma, uns tipos desunidos e broncos, com o mau feitio dos velhos hispano-romanos reduzidos a classes sociais inferiores, por um lado, e a arrogante barbárie visigótica ainda fresca na sua prepotência de quero, posso e mando, pelo outro. Acrescentem a fome do povo, a hipertrofia da função pública, as ambições pessoais dos condes locais e também o facto de algum dos últimos reis gostar das senhoras mais do que seria prudente – nada de novo sob o sol –, e os pais, tios e irmãos de algumas delas tinham umas tais ganas horrorosas a esse luxurioso monarca. É o que dizem. Por

isso uma família chamada Vitiza e seus compadres conluiaram-se com os muçulmanos do outro lado, norte de África, que naquela altura e naquele lugar (Mauritânia) se chamavam mauras, ou mouros: nome absolutamente respeitável que mantiveram até hoje, e com o qual seriam conhecidos em todas as crónicas de histórias escritas sobre este particular – e foram umas quantas – durante os treze séculos seguintes. Os partidários de Vitiza e um conde visigodo que governava Ceuta fizeram a cama ao rei daquele momento, que era um tal Rodrigo, ou Roderico, para os mais íntimos. Numa circunstância tão espanhola (para não dizerem que não existimos como tal) que até humedece os olhos de emoção reconhecermo-nos nisso tantos séculos depois, preferiram entregar Espanha ao inimigo, e que fosse tudo com os porcos, a deixarem de lado os seus ódios e rancores pessoais. Por isso, aproveitando – outra coincidência comovente – que o tal Rodrigo estava ocupado no Norte a guerrear contra os bascos, abriram a porta das traseiras e um chefe muçulmano chamado Tárique atravessou o estreito (a montanha Jabal-Tárique, Gibraltar, deve-lhe o nome) e desembarcou com os seus guerreiros, esfregando as mãos, porque, tirando o governo e os habitantes, a velha *Ispaniya* tinha muito boa imagem entre os turistas muçulmanos: fértil, rica, clima diversificado, boa comida, senhoras bonitas, senhores bonitos e tudo o mais. E ainda por cima com estradas, as antigas calçadas romanas, que eram estupendas, percorriam o país e facilitavam as coisas numa invasão como Deus manda, nunca tão bem dito. De tal modo que, quando o rei Rodrigo chegou a toda a velocidade com o seu exército como quem ia ver que raio se estava a passar aqui, vejam só, levou um grande enxerto de pancada. Aconteceu num lugar do Sul chamado La Janda, e lá foram à vida a Espanha visigótico-cristã, a herança hispano-romana, a religião católica e a mãe que os pariu a todos. Porque os cretinos de Vitiza, o conde de Ceuta e os outros comparsas julgavam que depois os mouros voltariam para África; mas Tárique e outro tipo que veio com mais guerreiros, chamado Muça, disseram: «Gostamos disto, rapazes. Portanto, ficamos, se não virem inconveniente». E, na verdade, houve poucos inconvenientes. Os Espanhóis de então, por impulsos do seu carácter natural, adotaram a atitude que adotariam sempre no futuro: nada fazer para mudar uma situação; mas, quando alguém a muda por eles e a nova fica na moda, aderem todos em massa. Tanto faz que seja o islão, como Napoleão, a Praça do Oriente, a democracia, não fumar nos bares, não chamar mouros aos mouros, ou o que calhar. Sempre com a estúpida, acrítica, hipócrita, fanática e complexada fé do converso. Por isso, como seria de prever, depois do Paraíso, as

conversões ao islão foram multitudinárias e, em poucos meses, Espanha acordou mais muçulmana do que ninguém. Como já se esperava.

7. Um Menino Queque do Oriente

Estávamos a dizer que os muçulmanos, ou seja, os mouros, tinham ficado em apenas alguns anos com quase toda a Espanha visigótica; e que a rapaziada local, indo como de costume em socorro do vencedor, se converteu em massa, com exceção de uma estreita faixa montanhosa da cordilheira cantábrica. O resto adaptou-se ao estilo de vida mourisco com facilidade, prova inequívoca de que os hispânicos estavam até à ponta dos cabelos com a Administração visigótica e a Igreja Católica. A língua árabe substituiu a latina, as igrejas converteram-se em mesquitas, em vez de rezar a olhar para Roma olhou-se para Meca, que era mais novidade, e a Hispânia de Romanos e Visigodos começou a chamar-se Al-Andaluz já nas moedas cunhadas no ano 716. Imaginem como a coisa foi rápida, considerando que apenas um século depois da conquista já um tal Álvaro de Córdova se queixava de que os jovens moçárabes – cristãos em zona muçulmana que ainda mantinham a sua fé – já não escreviam em latim, e nas pielas de então, ou lá o que fosse, diziam «porra, que carraspana!» em língua mourisca. A verdade é que, com pasmosa rapidez, os cristãos foram cada vez menos e os mouros mais. A coisa ficaria de tal modo que, em Roma, o papa que estava na altura emitiu decretos a censurar os hispanos ou espanhóis cristãos que entregavam as filhas em casamento a muçulmanos. Mas, é claro: ser exigente é fácil quando se é papa, se está em Roma e se nomeia os filhos e sobrinhos como cardeais e coisas assim; mas quando se vive em Córdova ou Toledo e se tem a orientar o trânsito e a cobrar impostos um tipo de turbante e alfange, as coisas veem-se de outra maneira. Sobretudo porque nessa história da carochinha de um Al-Andaluz tolerante e feliz, cheio de poetas e gente culta, onde se bebia vinho, havia tolerância religiosa e as senhoras eram mais livres do que noutras partes não acredita nem o idiota que a inventou. Porque havia de tudo. Gente normal, claro. E também intolerantes grandes filhos da puta. As mulheres usavam véu e quase todas andavam tão chateadas como agora; e os fanáticos eram, como

continuam a ser, igualmente fanáticos, usem eles crucifixo ou meia-lua. O que também não faltou naquela Espanha muçulmana foi, naturalmente, a divisão e o permanente nós e eles. Pouco tempo depois, sem dúvida contagiados pelo clima local, os conquistadores de origem árabe e os de origem berbere já andavam às turras por conta das terras a repartir, das riquezas, dos escravos e demais parafernália. Espreitava de novo a guerra civil que entra no sangue das pessoas logo que põem os pés em Espanha – nessa altura já tínhamos umas quantas –, quando aconteceu algo especial: como nos contos de fadas, veio do Oriente um príncipe fugitivo jovem, bonito e jeitoso. Chamava-se Abderramão, e a sua família limpara o sebo ao califa de Damasco. Ao chegar cá, o rapaz proclamou-se com muita arte como uma espécie de rei – o termo técnico era emir – e tornou Al-Andaluz independente do distante califado de Damasco e depois do de Bagdade, que tinham até então manobrado os cordelinhos e arrecadado tributos lá de longe. O jovem emir saiu-nos inteligente e culto (de vez em quando, embora pouco, também nos acontece) e deixou a Espanha muçulmana como nova, poderosa, próspera e nos trinques. Organizou a primeira máquina fiscal eficiente da época e encorajou as chamadas *viagens do conhecimento*, com as quais ulemas, alfaquis, literatos, cientistas e outros sábios viajavam a Damasco, Cairo e outras cidades do Oriente para trazerem o que de mais culto houvesse no seu tempo. Depois, os descendentes de Abderramão, Omíada de apelido, foram passando de emires a califas até que um dos seus conselheiros, chamado Almançor, que era esperto e valente até dizer chega, se fez com o poder e ficou vinte e cinco anos a chatear os reinos cristãos do Norte (como é que estes cresceram a partir da faixa cantábrica, comentaremos noutro capítulo) em campanhas militares ou incursões de verão chamadas razias, com saques, escravos e coisa e tal, uma farra total, até que, na batalha de Calatañazor, lhe saiu o tiro pela culatra, o derrotaram e ele lerpou. Com ele perdeu-se um tipo estupendo. Há um pormenor que dá ideia do seu engenho: foi Almançor quem acabou de construir a mesquita de Córdova; que não parece espanhola pelo facto insólito de, durante duzentos anos, os sucessivos governantes a terem construído respeitando o que já fora feito pelos anteriores; fiéis, sempre, ao belíssimo estilo original. Quando o normal, tratando-se de mouros ou de cristãos, e sobretudo de espanhóis, teria sido que cada um destruísse o construído pelo governo anterior e encomendasse uma coisa nova ao arquiteto Ahmed Calatrava. Ou a um desses.

8. Mouros e Cristãos

No princípio da Espanha muçulmana, os reinos cristãos do Norte só foram uma nota de rodapé da história de Al-Andaluz. As coisas notáveis ocorriam em terra de mouros, ao passo que para a cristandade já era muito sobreviver, aliás bastante mal, nas escarpadas montanhas asturianas. Toda essa peta do espírito de reconquista, do fogo sagrado da nação hispânica, da herança visigótico-romana e restante parafernália veio depois, quando os reinos nortenhos cresceram e os seus reis e cortesãos lambe-botas tiveram de justificar e inventar uma tradição e até uma ideologia. A realidade, porém, era mais prosaica. Os cristãos que não podiam ver os muçulmanos, aliás poucos, foram à luta e aguentaram como puderam, à espanhola, analfabetos e valentes, tipo Curro Jiménez da época, sacaneando a partir dos penhascos inacessíveis os mouros da planície. Dom Pelaio, por exemplo, foi certamente um desses bandoleiros irredutíveis que, num lugar chamado Covadonga, esfaqueou algum destacamento mouro distraído que se meteu onde não devia, atribuiu habilmente o mérito à Virgem, e isso tornou-o famoso. Assim foi crescendo a sua bitola e o seu território, imitado por outros chefes decididos a não confraternizarem com a moirama. O próprio Pelaio, que era asturiano, um tal Íñigo Arista, que era navarro, e outros brutos da mesma laia (os suplementos culturais dos jornais não deviam olhar muito para eles, mas manobravam a espada, o maço e o machado com uma eficácia letal) criaram assim o embrião do que depois foram reinos sérios com mais peso e protocolo, e famílias que se converteram em monarquias hereditárias. A prova de que ao princípio a coisa reconquistadora e as palavras nação e pátria não eram ainda claras é que, durante séculos, foram frequentes as alianças e as apalpadelas entre cristãos e muçulmanos, com casamentos mistos e enxaguadelas de conveniência, ao ponto de muitos reis e emires de um e do outro lado terem tido mães muçulmanas ou cristãs; não escravas, mas sim concertadas em casamento em troca de alianças e vantagens territoriais. E no fim, como entre a etnia cigana, muitos deles acabaram chamando-se primos, pelo que muita matança dessa época ficou quase em família. Nesses primeiros tempos dos reinos cristãos do Norte, mais do que uma guerra de recuperação de território propriamente dita, foram incursões mútuas em terra inimiga, cavalgadas e razias de verão à procura de pilhagem, gado e escravos (uma algarada dos mouros chegou a saquear

Pamplona, fazendo abortar os *Sanfermines* desse ano, suponho). Tudo isto foi criando uma zona intermédia perigosa, despovoada, que se estendia até ao vale do Douro e na qual se produziu um fenómeno curioso, muito parecido com os filmes dos pioneiros norte-americanos no Oeste: famílias de colonos cristãos pobres que, mostrando quem tinha tomates, se instalavam ali para povoar aquilo por sua conta, defendendo-se dos mouros e às vezes até dos próprios cristãos, e que acabavam por se unir entre si para se protegerem melhor, com as suas quintas fortificadas, mosteiros e milícias locais; e, à sua maneira heroica, brutal e desesperada, começaram a reconquista sem imaginar que estavam a reconquistar fosse o que fosse. Nessa fronteira dura e perigosa surgiram também bandos de guerreiros cristãos e muçulmanos que, salteadores e mercenários, se punham a soldo do melhor proponente, sem distinção de religião; pelo que chegou a haver mesnadas mouras que trabalhavam no duro para reis cristãos e mesnadas cristãs ao serviço de mouros. Foi um período longo, apaixonante, sangrento e cruel, de que teríamos maravilhosos filmes épicos feitos por John Ford se fôssemos gringos; mas que, sendo espanhóis como somos, acabou podre de tópicos baratos e posteriores glórias católico-imperiais. Embora isto não lhe tire interesse nem mérito. Também por esse tempo o imperador Carlos Magno, que era francês, quis ficar com um pedaço suculento da Península; mas guerrilheiros navarros – imaginem as ternas criaturas – deram tamanha tareia, em Roncesvalles, à retaguarda do exército franciú, picando-a como se fosse um hambúrguer, que Carlos Magno teve de se conformar com a vassalagem da atual Catalunha, conhecida como Marca Hispânica. Também começou por aquela altura a estender-se, a partir de La Rioja, uma língua magnífica que hoje é falada por quinhentos milhões e pico de pessoas em todo o mundo. Que esse lugar, berço do castelhano, não esteja hoje em Castela é só um dos muitos enigmas que a história peculiar de Espanha nos proporcionaria no futuro.

9. Uma Fronteira de Tirar e Pôr

Estávamos a dizer que a palavra *reconquista* veio depois, águas passadas, e que os historiadores pátrios entregues a glorificar o assunto da empresa comum

hispânica mentiram que nem velhacos; assim como também mentem, acerca de etapas posteriores, certos historiadores do ultranacionalismo periférico. No tempo que agora nos ocupa, para os enclaves cristãos do Norte já era muito terem de tentar sobreviver, e não estavam com humor para sonharem recompor Hispânias perdidas: uns pagavam tributo de vassalagem aos mouros de Al-Andaluz e todos se organizavam como podiam, muitas vezes sacaneando-se mutuamente, traindo-se e aliando-se ao inimigo, ao ponto de os emires muçulmanos do Sul dizerem uns aos outros dando cotoveladas: calma aí, colega Mohamed, colega Abdalá, não liguem, vamos deixar que esses parvos se esfolem uns aos outros (o que, por outro lado, demonstra que os emires como profetas não tinham a mínima ideia do que quer que fosse). As coisas reconquistadoras desse tempo deviam estar tão pouco claras que o primeiro rei cristão de Pamplona de que se tem notícia, Íñigo Arista, tinha um irmão carnal chamado Muça que era caudilho mouro, e entre os dois deram depois de Roncesvalles outra sova a Carlos Magno; o qual teve sempre muito azar nas suas ambições sobre a Península, até parecia que tinha mau-olhado. A verdade é que assim, com incursões, guerras e pactos com vários ao mesmo tempo que incluíam alianças e tratados com mouros ou cristãos, conforme convinha, pouco a pouco foi-se formando o reino de Navarra, crescido à medida que o califado cordovês e os muçulmanos em geral passavam por um tempo – eles também espanholíssimos – de fraqueza e bronca interna, num período em que cada cão lambia a sua verga, falando claro, e que acabou por se chamar reinos de taifas, com reizetes que, como o seu próprio nome indica, andavam na sua mourama. Desse modo, entre colonos que arriscavam a vida em terra de ninguém e expedições militares de uns e outros para saque, escravos e restante parafernália (isso de saquear, violar e escravizar era prática comum da época em todos os lados e lugares do mundo, embora agora pareça esquisito), a fronteira cristã foi-se deslocando alternadamente para cima e para baixo, mas sobretudo para baixo. Sancho III, *o Maior*, rei navarro, um dos que tinham obrigado Almançor a baixar a grimpa, deu um enorme golpe do baú com a filha do conde de Castela, que era a solteira mais bem cotada de então, e organizou um reino muito digno desse nome que ao morrer dividiu pelos seus filhos, como prova de que essa coisa de unificar Espanha e expulsar daqui a moirama maometana ainda não passava pela cabeça de ninguém. Deu Navarra ao filho García, Castela a Fernando, Aragão a Ramiro, e a Gonçalo, os condados de Sobrarbe e Ribagorza. Desta forma foi-se definindo a questão: os de Castela e Aragão receberam o título de rei e, a partir de então, foi possível falar com mais rigor de reinos cristãos do Norte e de Al-

Andaluz islâmico ao Sul. Quanto à Catalunha, então feudatária dos vizinhos reis francos, foi-se alargando com governantes chamados condes de Barcelona. O primeiro que se independentizou dos franciús foi Vifredo, cujo cognome era *o Cabeludo*, e que além de peludo devia ser piedoso até dizer chega, pois encheu o condado de mosteiros magníficos. Certos historiadores de encomenda apresentam agora o bom Vifredo como primeiro rei de uma suposta monarquia catalã, mas não deixem que vos endrominem: reis na Catalunha, com este nome, nunca houve. Nem pensar. Os reis foram sempre de Aragão, e a coisa foi ligada mais tarde, como contaremos quando for a vez. Para já, eram condes catalães, com muita honra. E pronto. A propósito, falando de mosteiros, dois pormenores. Um, enquanto no Sul mourisco a cultura era urbana e se centrava nas cidades, no Norte, onde as pessoas eram mais matarruanas, cultivavam-se nos mosteiros, com as suas bibliotecas e assim. A outra questão é que nesse tempo a Igreja Católica, que ia adquirindo grandes posses rurais das quais tirava enormes receitas, inventou um negócio estupendo a que podíamos chamar truque ou fraude do monge ausente: quando uma razia moura assolava a terra e saqueava o correspondente mosteiro, os monges abandonavam-no durante uma longa temporada para que os colonos que procuravam refazer a vida na fronteira se instalassem lá e pusessem de novo as terras a ter valor, cultivando-as. Quando a propriedade já era de novo próspera, os monges reclamavam o seu direito e apropriavam-se de tudo, de graça.

10. Chegam Mais Mouros

Enquanto Al-Andaluz estagnava militarmente, com uma sociedade artesã e rural cada vez menos inclinada para as trombetas e fanfarras bélicas, os reinos cristãos do Norte, monarquias jovens e ambiciosas, armavam-se em arrogantes e agressivos, ampliando territórios, estabelecendo alianças e arriscando uns com os outros a vida à Fu-Manchu naquele braço de ferro a que agora chamamos Reconquista, mas que na altura era só fazer-se à vida sem ambições nacionais. Prova de que ainda não havia consciência moderna de Espanha nem sentimento patriótico geral é o facto de, já dentro do século XII, Afonso VII ter repartido o

reino de Castela – unido então a Leão – entre os seus dois filhos, Castela a um e Leão a outro, e Afonso I ter deixado Aragão, nada mais nada menos do que às ordens militares. Este partir reinos aos bocados, tão diferente do impulso patriótico cristão que venderam aos da minha geração na escola – e que continua a ser tão atual na triste Espanha do século XXI –, não era nem é novidade. Ocorreu com frequência, prova de que os reis hispânicos e seus meninos (acrescentemos: uma nobreza tão oportunista, desnaturada e nojenta como a nossa classe política atual) faziam o que lhes apetecia, e essa coisa de uma pátria unificada teria de esperar um bom bocado; ao ponto de ainda a esperarmos, ou melhor, já nem se espera. O exemplo mais estúpido desta falta de objetivo comum na Espanha medieval é Fernando I, rei de Castela, Leão, Galiza e Portugal, que no século décimo primeiro fez um esforço notável, mas ao morrer deitou tudo a perder repartindo o reino entre os seus filhos Sancho, Afonso, Garcia e Urraca, dando azo a outra das nossas tradicionais e amadas guerras civis entre irmãos, para variar, que teve consequências em vários sentidos, incluindo o épico, pois aí surgiu a figura de Rodrigo Díaz de Vivar, o Cid Campeador, cuja vida ficou contada num bom filme – Charlton Heston e Sophia Loren – que, é claro, foi rodada pelos norte-americanos. Nesta coisa do Cid, de quem falaremos em pormenor no capítulo seguinte, convém precisar que naquele tempo, com os mouros locais muito amaricados na coisa bélica, pouco amigos do alfange e tíbios no que diz respeito ao rigor islâmico, começaram a dar-se as invasões de tribos fanáticas e belicosas que vinham do norte de África para se encarregarem do assunto ao jeito da Al-Qaeda. Foram elas, por ordem de chegada, os almorávidas, os almóades e os merínidas: gente dura, de armas, que, sobretudo ao princípio, não se casava com ninguém, e que deu coça aos monarcas cristãos até na sopa. A verdade é que assim, muito pouco a pouco, com grandes dificuldades, com altos e baixos sangrentos, fazendo aldrabices, casando-se, aliando-se, cada um construindo a sua catedral, matando-se entre si quando não esquartejavam mouros, os reis de Castela, Leão, Navarra, Aragão e os condes da Catalunha, cada um por sua conta – Portugal ia ainda mais por conta própria –, foram ampliando territórios à custa da moirama hispânica; a qual, embora se defendesse com unhas e dentes e trouxesse, como eu disse, reforços norte-africanos para lhe dar uma mão – e depois não conseguia livrar-se deles –, recuava devagar para o Sul, perdendo cidades a pontapé. Isto começou a ficar claro com Fernando III de Castela e Leão, um pedaço de rei, que tomou aos muçulmanos Córdova, Múrcia e Jaén, tornou o rei de Granada tributário e, reforçado com tropas deste, conquistou Sevilha, que tinha sido moura durante

quinhentos anos, e depois Cádis. O seu filho Afonso X foi um desses reis que infelizmente não frequentam a nossa história: culto, ilustrado, apesar de ter enfrentado outra guerra civil – a enésima, e as que ainda viriam – e a invasão dos merínidas, teve tempo de compor, ou de ordenar fazê-lo, três obras fundamentais: a *Historia General de España* (atenção ao nome, agora que dizem que chamar Espanha é uma coisa de há dois dias), as *Cantigas* e o *Código de las Siete Partidas*. Por essa altura, em Aragão, um rei chamado Ramiro II, *o Monge*, conhecedor da idiossincrasia hispânica, sobretudo dos nobres – os políticos de então –, teve um pormenor simpático: convocou a nobreza local, decapitou-os todos e fez uma bonita exposição com as suas cabeças – hoje chamaríamos a isso arte moderna – conhecida como O Sino de Huesca. Por essas datas, um escrivão mouro chamado Ibne Saíde, rapaz esperto com muito olho, escreveu uma frase sobre os berberes que não resisto a reproduzir, porque define perfeitamente os Espanhóis muçulmanos e cristãos daqueles séculos turbulentos, e também uma boa parte dos de agora: *São uns povos que Deus distinguiu particularmente com a turbulência e a ignorância, e a quem na sua totalidade marcou com a hostilidade e a violência*. E esta?

11. Um Herói do Século xi

Proponho-me falar-lhes agora do Cid Campeador, em modo monográfico, porque esta personagem merece que se lhe dê comida à parte. Usou-se e abusou-se dele na altura de se falar de mouros, cristãos, Reconquista e coisa e tal; no tempo da historiografia franquista, foi um dos elementos simbólicos mais batidos pela malta educativa em jeito de virtudes da raça ibérica, convertendo-o num patriota reunificador da Espanha medieval e dispersa, muito na linha da banda desenhada de *O Capitão Trovão* e de *El Guerrero del Antifaz*; ao ponto de ainda figurarem nos meus livros escolares do ano letivo de 1958-59 uns versos que cito de cor: *A hidra vermelha morre / de baionetas cercada / e o Cid, de camisa azul / pelo céu azul cavalga*. É só para terem uma ideia. Mas a verdade verdadinha estava longe disso. Rodrigo Díaz de Vivar, pois era assim que o tipo se chamava, foi um rebento da nobreza média burgalesa que cresceu juntamente

com o infante D. Sancho, filho do rei Fernando I de Castela e Leão. Está provado que ele era astuto, corajoso, hábil na guerra e perigoso até dizer chega, ao ponto de, na sua juventude, ter sido vencedor em dois épicos combates singulares: um contra um campeão navarro e outro contra um mouro de Medinaceli, e limpou o sebo aos dois sem se despentear. Na companhia do infante D. Sancho, participou na guerra do rei mouro de Saragoça contra o rei cristão de Aragão – as hostes castelhanas ajudavam o mouro, atenção a este dado –, quando Fernando I, suponho que já bastante gagá no leito da morte, fez a estupidez de partir o reino pelos seus filhos, Rodrigo Díaz participou como alferes porta-bandeira do novo rei Sancho I na guerra civil deste contra os seus irmãos. Sancho foi estripado à traição por um sicário da sua irmã Urraca; e outro irmão, Afonso, acabou por se abotoar com tudo como Afonso VI. Segundo uma lenda que não está historicamente comprovada, Rodrigo Díaz terá feito com que este passasse um mau bocado ao obrigá-lo a jurar em público que não tivera nada a ver com o sarrabulho de Sancho. O rei jurou de má vontade; mas, sempre segundo a lenda, não perdoou aquele mau trago a Rodrigo, e pouco depois mandou-o para o desterro. A realidade, porém, foi mais prosaica. E mais tipicamente espanhola. Por um lado, Rodrigo tinha dado o golpe do baú do século ao casar-se com Dona Jimena Díaz, filha e irmã de condes asturianos, que além de bonita era podre de rica. Por outro lado, era jovem, jeitoso, valente e tinha prestígio. E ainda por cima, arrogante, pelo que não parava de ter inimigos, mais entre os próprios cristãos do que entre a moirama maometana. A inveja hispânica, já se sabe. A nossa deliciosa natureza. Por isso, a nobreza próxima do rei, os lambe-botas e outros sabujos, começaram a fazer a cama a Rodrigo, aproveitando vários incidentes bélicos em que o acusavam de fazer tudo à sua maneira e de servir os seus próprios interesses. No fim, Afonso VI desterrou-o; e o Cid (por essa altura, os mouros já lhe chamavam *Sidi*, que significa Senhor) foi procurar vida melhor com uma hoste de guerreiros fiéis, imaginem o tipo desta malta mercenária. Quem é que se punha a jeito? Não chegou a entender-se com os condes de Barcelona, mas sim com o rei mouro de Saragoça, para quem andou a fossar durante muitos anos com êxito, ao ponto de derrotar em nome dele o rei mouro de Lérida e os aliados deste, que eram os catalães e os aragoneses. Deu-se inclusivamente ao luxo de aprisionar o conde de Barcelona, Berenguer Ramon II, depois de lhe ter dado um bom par de sopapos na batalha de Pinar de Tévar. Esteve assim uma carrada de anos, a lutar contra mouros e contra cristãos em guerras sujas em que todos andavam ao molho, aumentando a sua fama e ganhando pasta com despojos, saques e outras coisas; mas sempre,

como bom e leal vassalo que era, respeitando o seu suserano, o rei Afonso VI. E no fim, quando a invasão almorávida esganou Afonso VI em Sarajas, obrigando-o a engolir o sapo vivo da derrota, o rei meteu o orgulho para dentro e disse ao Cid: «Ouve lá, ó Sidi, tens de me dar uma ajuda que a coisa está preta». E este, que era muito queridinho para o seu rei, campeou pelo Levante (de passagem saqueou La Rioja cristã, ajustando contas com o seu velho inimigo, o conde García Ordóñez), conquistou Valência e defendeu-a a ferro e fogo. E no fim, por volta dos seus cinquenta anos, cinco dias antes da tomada de Jerusalém pelos cruzados, temido e respeitado por mouros e cristãos, morreu em Valência de morte natural o guerreiro mais formidável que Espanha conheceu. A quem assentam como uma luva outros versos de que, estes sim, eu gosto, porque explicam muitas coisas terríveis e admiráveis da nossa história: *Por necessidade batalho / e uma vez em cima da sela / vai-se alargando Castela / diante do meu cavalo*.

12. Sarrabulho em Navas

No século XIII, ou por aí, enquanto no Norte se estabeleciam os reinos de Castela, Leão, Navarra, Aragão, Portugal e o condado da Catalunha, os mouros de Al-Andaluz tinham-se tornado mais brandinhos, para dizer em termos gerais: casta da função pública, cobradores de impostos, núcleos urbanos mais ou menos prósperos, agricultura, criação de gado e coisa e tal. Gente regra geral pacífica que já não pensava reunificar os fragmentados reinos islâmicos hispânicos, e menos ainda ter problemas com os cada vez mais fortes e arrogantes reinos cristãos. A guerra, para a moirama, era mais defensiva e só se não houvesse outro remédio. A classe dirigente tinha-se lançado na pancadaria e era incapaz de defender os seus súbditos; mas o que os ultrafanáticos religiosos viam como pior era o facto de os preceitos do Alcorão serem vividos com bastante desleixo: vinho, carne de porco e pouco véu. Tudo isto era visto com indignação e algum gozo no norte de África, onde algumas pessoas, menos polidas pelo conforto, olhavam ainda para a Península com vontade de ganhar a vida. Mas que merda é esta? – perguntavam eles. Os cristãos estão a comê-los à

grande, não se respeita o islão e isto é uma vergonha mourisca. De tal maneira que, entre os muçulmanos de cá, que às vezes pediam ajuda para se oporem aos cristãos, e a ambição e o rigor religiosos dos do outro lado, foram-se dando várias chegadas a Al-Andaluz de tropas frescas, novas, com garra, guerreiras como as de antes. Perigosas de morte. Uma destas tribos foi a dos almóadas, gente dura de roer, que proclamou a guerra santa, a Jihad – já devem ter ouvido falar deste termo –, invadiu o sul da velha Ispaniya e deu ao rei Afonso VIII de Castela (o reino tinha sido outra vez dividido pelos filhos, para não se perder o costume, separando-se Leão e Castela) uma tareia de caixão à cova na batalha de Alarcos, onde o pobre Afonso foi achincalhado. O rei castelhano levou aquilo a peito e não descansou enquanto não se desforrou dos mouros em Navas de Tolosa, que foi uma embrulhada muito transcendental por vários motivos. Em primeiro lugar, porque ali se refreou aquela vaga de radicalismo guerreiro-religioso islâmico. Em segundo, porque o rei castelhano conseguiu, com muita habilidade, que o papa proclamasse aquilo como cruzada contra os Sarracenos, para assim evitar que, enquanto enfrentava os almóadas, os reis de Navarra e Leão, que também para variar tinham jurado vingança contra o de Castela, e vice-versa, o lixassem apunhalando-o pelas costas – ali ninguém se fiava nem do próprio pai. Em terceiro lugar, e o que é mais importante, em Navas de Tolosa, o lado cristão, além de voluntários franceses e de duros cavaleiros das ordens militares espanholas, era milagrosamente formado por tropas castelhanas, navarras e aragonesas, que pelo menos uma vez na puta da vida tinham estado de acordo. Olhem, milagres da História! Até custa a acreditar, mesmo com fotos. E nada mais nada menos do que com três reis à frente, num tempo em que os reis arriscavam a vida no campo de batalha, e não a casarem-se com lady Di ou a cair nos degraus do *bungalow* enquanto caçavam elefantes. A verdade é que Afonso VIII se apresentou com a sua tropa de Castela; Pedro II de Aragão, como bom cavaleiro que era (tinha herdado do pai o reino de Aragão, que incluía o condado da Catalunha), foi socorrê-lo com tropas aragonesas e catalãs; e Sancho VII de Navarra, embora se desse muito mal com o castelhano, compareceu com a fina flor da sua cavalaria. Afonso IX faltou ao encontro com o rei de Leão, ficando em casa e aproveitando a confusão para tirar alguns castelos ao seu colega castelhano. A verdade é que se juntaram ali, em Navas, perto de Despeñaperros, vinte e sete mil cristãos contra sessenta mil mouros, que se espatifaram uns aos outros de uma maneira que não vem nos mapas. A carnificina foi espantosa. Parafraseando uns versos de Zorrilla – de *La Leyenda del Cid*, muito recomendável –, poderíamos dizer que: *Costumes daquela era / cavaleiresca e*

feroz / quando degolando o outro / se glorificava a Deus. Ganharam os cristãos, mas no último assalto. E houve um momento magnífico quando, ao ver-se à beira da derrota, o rei castelhano, desesperado, disse «aqui morremos todos», esporeou e carregou cegamente contra o inimigo. Com um bom par de tomates. E os reis de Aragão e de Navarra, por vergonha própria e para não o deixarem sozinho, fizeram a mesma coisa. E lá foram três reis da velha Hispânia e da futura Espanha, ou do que saísse daquilo, a cavalgar juntos pelo campo de batalha, seguidos pelos seus alferes com as bandeiras, enquanto a infantaria exausta e ensanguentada, galvanizada ao vê-los chegar juntos, gritava de entusiasmo enquanto abria alas para os deixar passar.

13. Desperta, Ferro

Nas vésperas do século XIII, o reino de Aragão tornava-se rico, forte e poderoso. Petronila (uma orfãzinha de novela quase televisiva, herdeira do reino) tinha-se casado e sido feliz com o conde de Barcelona, Ramon Berenguer IV; por isso, no reinado do filho destes, Afonso II, Aragão e Catalunha ficaram assentes sob as quatro barras da monarquia aragonesa. Aquela família teve a sorte de parir um tipo fora de série: chamava-se Jaime e ficou na História com o cognome de *O Conquistador*, não por causa das senhoras entre as quais andou, que também andou – era muito fã de trocar fluidos –, mas porque triplicou a extensão do seu reino. Homem culto, historiador e poeta, Jaime I arreou nos mouros até ao turbante, tomando-lhes Valência e as Baleares, e pondo sobre o Mediterrâneo um olho de águia militar e comercial que catalães e aragoneses não fechariam durante muito tempo. O seu filho Pedro III arrebatou a Sicília aos franceses numa guerra que lhe saiu perfeita: o almirante Roger de Lauria deu-lhes cabo do canastro numa batalha naval – até Trafalgar ainda nos restavam seiscentos anos de poderio marítimo –, e no cerco de Girona os franciús deram às de vila-diogo, com epidemia de peste incluída. A expansão mediterrânica catalã-aragonesa foi a partir de então imparável, e as barras de Aragão passearam de tão triunfal maneira por aquele que passou a ser *Mare Nostrum* que até o cronista Desclot escreveu – em fluida língua catalã – que até *os peixes usam as*

quatro barras da casa de Aragão pintadas no rabo. Houve, isso sim, uma ocasião de ainda maior grandeza perdida quando Sancho, *o Forte*, de Navarra, ao lerpar, deixou o seu reino ao rei de Aragão. Isto teria mudado de vez o eixo do poder na história futura de Espanha; mas os súbditos não engoliram isto, subiu ao trono um sobrinho do conde de Champanhe, e a história da Navarra hispana ficou durante três séculos ligada a França até ser conquistada, incorporando-a à força a Aragão e Castela, por Fernando, *o Católico* (o bonitão que aparecia na televisão na série *Isabel*). Mas o episódio mais admirável de toda esta etapa aragonesa e catalã da nossa peripécia nacional foi a dos almogávares, as chamadas companhias catalãs: gente de que agora se fala pouco, porque não era, muito longe disso, politicamente correta. E a sua história é fascinante. Era uma tropa de mercenários, catalães, aragoneses, navarros, valencianos e maiorquinos na sua maioria, ferozmente curtidos na guerra contra os mouros e nos combates do sul de Itália. Como soldados eram temíveis, valorosos até à loucura e impiedosos até à crueldade. Entravam sempre em combate, mesmo quando serviam monarcas estrangeiros, sob o estandarte de quatro barras do rei de Aragão; e os seus gritos de guerra, que punham o inimigo com pele de galinha, eram *Aragó, Aragó* e *Desperta, ferro*. Foram enviados para a Sicília contra os franceses e, ao terminar o sarrabulho, os mesmos que os utilizavam ficaram-lhes com tanto medo que os transferiram para o imperador de Bizâncio a fim de o ajudarem a conter os Turcos que empurravam do Oriente. E lá foram eles, seis mil e quinhentos tipos com as suas mulheres e crianças, ferozes vagabundos sem terra e com espada. Se não aparecesse nos livros de História, a coisa seria incrível: letais como gadanhas, assim que desembarcaram, travaram três batalhas sucessivas contra um total de cinquenta mil turcos, fazendo chacina atrás de chacina. E, como bons conterrâneos nossos que eles eram, no tempo livre cobiçavam as mulheres e os despojos, matando-se uns aos ouros. No fim, foi o seu chefe, o imperador bizantino, quem, cagado de medo, não vendo a forma de se livrar de tipos tão perigosos, assassinou os capitães durante um jantar, a 4 de abril de 1305. Depois mandou um exército de vinte e seis mil bizantinos para exterminar os sobreviventes. Mas, decididos a não entregar o próprio couro de graça, aqueles tipos duros decidiram morrer matando: ouviram a missa, benzeram-se, gritaram *Aragó* e *Desperta, ferro*, e fizeram uma matança tão horrorosa de bizantinos que, segundo conta o cronista Muntaner, que estava lá, *não se erguia uma mão para ferir que não acertasse em carne*. Depois, já que estavam com as mãos na massa, os almogávares saquearam a Grécia de ponta a ponta, para se vingarem. Quando já não havia

nada para queimar e ninguém para matar, fundaram os ducados de Atenas e Neopátria e instalaram-se neles durante três gerações, com as bizantinas e outras senhoras, a fazerem bizantininhos até que, já mais brandos com o tempo, foram cobertos pela maré turca que culminaria na queda de Constantinopla.

14. Convivência, só a Indispensável

Na Espanha cristã dos séculos XIV e XV, como na moura (já só havia cinco reinos peninsulares: Portugal, Castela, Navarra, Aragão e Granada), a guerra civil começava a ser um costume local tão típico como a *paella*, o flamenco e o mau feitio – supondo que na altura já havia *paella* e flamenco, o que não acredito. As ambições e arrogância da nobreza, a ingerência do clero na vida política e social, o banditismo, as fações e as facadas por dá cá aquela palha davam o tom; e, tanto Castela como Aragão, com a sua Catalunha incluída, conheceriam nesse período umas zaragatas civis deliciosas, de que falaremos depois quando vier a propósito; e que, como em episódios anteriores, também poderiam proporcionar matéria extraordinária para várias tragédias shakespearianas. E ainda nos rimos nós de Ricardo III e da restante tropa britânica! Temos de reconhecer, naturalmente, que isto acontece até nas melhores famílias, e que nem os Italianos, nem os Franceses, por exemplo, faziam outra coisa. A diferença era que, na Península Ibérica, teoricamente, os reinos cristãos tinham um inimigo comum, que era o islão. E vice-versa. Mas já vimos que na prática as refregas entre mouros e cristãos foram um processo complicado, feito de guerras, mas também de alianças, tramoias e outros cozinhados, e que essa coisa da Reconquista como ideia de uma Espanha cristã tipo por Santiago, cerrar fileiras e vamos a eles, foi solidificando com o tempo, mais como consequência do que intenção geral de uns reis que, cada um por sua conta, andavam metidos nas suas coisas, em territórios onde, invasões sarracenas à parte, naquela altura era tão de cá o mouro que rezava virado para Meca como o cristão que orava em latim. Os nobres, os cobradores de impostos e os padres, usassem tonsura ou turbante, eram muito parecidos num lado e no outro; de tal modo que os de baixo, chamassem-se eles Manolo ou Maomé, como agora no

século XXI, eram sempre lixados pelos mesmos. Quanto ao que alguns afirmam dizendo que houve lugares, sobretudo na zona andaluza, onde as três culturas – muçulmana, cristã e judaica – conviviam frutiferamente misturadas entre si, com os rabinos, ulemas e clérigos a beijarem-se na boca na rua, até com língua, parece mais uma história da carochinha. Entre outras coisas, porque as noções de boa onda, igualdade e convivência nada tinham que ver então com o que entendemos agora por isso. A ideia de tolerância era, mais ou menos: olha, rapaz, se deixares que eu dê cabo de ti com impostos e me apanhares de bom humor, não te queimo a casa, nem te confisco a colheita, nem violo a tua senhora. Como aconteceu noutros lugares de fronteira europeus, é evidente que a proximidade mestiçou costumes, dando frutos interessantes, e muitos hebreus destacaram-se como médicos, financeiros e cobradores de impostos com os reis mouriscos; mas daí a dizer (como Américo Castro, que andava noutra depois da Guerra Civil de 36) que na Península Ibérica houve modelos de convivência há um abismo. Mouros, cristãos e judeus, conforme onde estivessem, viviam apavorados pelos que mandavam, quando não eram eles a mandar; e tanto na zona muçulmana, como na outra, houve explosões de fanatismo violento contra as minorias religiosas. Sobretudo a partir do século XIV, com o radicalismo crescente atiçado pela cada vez mais arrogante Igreja Católica, as perseguições contra mouros e judeus abundaram na zona cristã (houve um pouco em todo o lado, mas os navarros abusaram com verdadeiro entusiasmo, assaltando duas vezes a judiaria de Pamplona e depois arrasando a de Estella, inflamados por um padre chamado Oillogoyen, que além de estar pirado era um filho da puta com varandas para a rua). De qualquer forma, tirando o antijudaísmo endémico – também os mouros davam cacetada nos hebreus –, as três religiões e as suas manifestações sociais coexistiram muitas vezes em Espanha, mas nunca em plano de igualdade, como afirmam certos bonzinhos e muitos embusteiros. O que de facto misturou a cultura cristã com as outras foram as conversões: quando se tratava de ser batizado, dar às de vila-diogo ou deixar-se esturricar numa fogueira, o pessoal fazia das tripas coração e rezava em latim. Desse modo, famílias muito interessantes, tanto hebraicas como maometanas, passaram para o cristianismo, enriquecendo-o com a rica bagagem da sua cultura original. Também intelectuais doutos ou apóstolos da conversão dos infiéis estudaram a fundo o islão e o que ele trazia consigo. Foi este o caso do brilhantíssimo Ramon Llull: um menino maiorquino de boas famílias a quem lhe deu para salvar almas mouriscas e chegou a escrever em árabe melhor do que em catalão ou em latim. O que não deixa de ter mérito.

15. Primeiras Brigadas Internacionais

Aos incautos que acham que os últimos séculos da Reconquista foram de esforço comum face ao muçulmano temos de dizer-lhes que não venham cá com histórias. Teria acabado antes, se tivesse unificado objetivos, mas não foi assim. Com os reinos cristãos mais ou menos consolidados e rentáveis por aquela altura, e a maior parte dos mouros de Espanha convertidos ao toucinho ou confinados em mourarias (em judiarias, os hebreus), a coisa foi mais uma corrida de obstáculos de reis, nobres e bispos para ver quem ficava com a maior parte do bolo. Que estava a ser saboroso. Como consequência, as palavras *guerra* e *civil*, postas juntas nos livros de História, saltam à vista em cada página. Toda a alma viva teve a sua: Castela, Aragão, Navarra. Pagaram os mesmos de sempre: a carne de lança e forca, os desgraçados servos utilizados por uns e outros para as batalhas ou para pagar impostos, enquanto os indivíduos de baixo carácter moral como, por exemplo, o condestável Álvaro de Luna, conspiravam, manipulavam reis e príncipes e se tornavam mais ricos do que o tio Patinhas. Esse tal condestável, que era o retrato vivo do perfeito cabrão espanhol com autoridade, acabou degolado no cadafalso (às vezes uma pessoa quase lamenta que se tenham perdido certos costumes higiénicos de outrora); mas ele era só mais um, entre muitos – e continuam aí. De qualquer modo, já que estamos a falar desses maus da fita que aquela época produziu a pontapé, o primeiro nome que vem à memória é o de Pedro I, conhecido como Pedro, *o Cruel*: um dos reis e governantes mais infames e filhos da mãe paridos em Espanha – e desses tivemos uns quantos. Este tipo meteu Castela numa guerra civil em que nem sequer faltaram brigadas internacionais, pois intervieram em seu favor tropas inglesas nada mais nada menos que sob o comando do lendário Príncipe Negro, enquanto os soldados franceses de França, comandados pelo não menos notório Beltran Duguesclin, apoiavam o seu meio-irmão e adversário Enrique de Trastâmara. A coisa acabou quando Enrique «estendeu um quatro» (como dizem no México) a Pedro, em Montiel, crivou-o pessoalmente de punhaladas, zás, zás, zás, e vamos embora, que se faz tarde. Alguns anos depois, e no que se refere a

Portugal – do qual falamos pouco, mas estava lá –, o filho desse mesmo Enrique II, João I de Castela, casado com uma princesa portuguesa herdeira do trono, esteve prestes a dar o golpe ibérico e unir os dois reinos; mas os portugueses, que andavam muito na sua e eram muito donos de si próprios, escolheram outro. Então, João I, que tinha muito mau perder, atacou-os armado em fanfarrão com um exército invasor; mas saiu-lhe o tiro pela culatra, pois os avós de Pessoa e Saramago deram-lhe uma boa carga de porrada na batalha de Aljubarrota. Por essas datas, do outro lado da Península, o reino de Aragão convertia-se num negócio cada vez mais próspero e numa potência cheia de futuro. A Aragão, Catalunha, Valência e Maiorca foram-se juntando o Rossilhão, a Sicília e Nápoles, com uma expansão militar e comercial que abrangia praticamente o Mediterrâneo ocidental todo: os famosos peixes com as barras de Aragão no rabo. Mas o vírus da guerra civil também atacava forte por ali e, durante dez longos anos, aragoneses e catalães andaram à facada pelo motivo de sempre: nobres e alta burguesia – dizendo de outro modo, a eterna aristocracia política – a dizerem eu quero este como rei, porque me faz ganhar mais guito, e tu queres esse. Entretanto, o reino de Navarra (que incluía uma pequena parte daquilo a que hoje chamamos País Basco) também desfrutava da sua própria guerra civil com a questão do príncipe de Viana e a sua irmã Dona Blanca, que no fim esticaram o pernil envenenados, com requintes que fazem parecer pequena a série da *Guerra dos Tronos*. Navarra andou entre um lado e outro, ou seja, entre Espanha e França, dinastia para aqui e dinastia para ali, até que, em 1512, Fernando de Aragão a incorporou à força, militarmente, na coroa espanhola. Ao contrário dos portugueses em Aljubarrota, os navarros perderam a guerra e a sua independência, ainda que tenham salvado pelo menos os foros (todos os estados europeus e do mundo se formaram com a aplicação do mesmo artigo catorze: se ganhas, és independente; se perdes, ficas lixado). Isto aconteceu há cinco séculos exatos e significa, portanto, que os bascos e navarros, com vontade ou sem ela, são espanhóis só há menos vinte anos do que, por exemplo, os granadinos; os quais, aliás, também foram incorporados *manu militari* no reino de Espanha, e, como veremos no capítulo seguinte, são espanhóis desde 1492.

16. Jovens, Bonitos e Espertos

Eram jovens, bonitos e espertos. Refiro-me a Isabel de Castela e Fernando de Aragão, os chamados Reis Católicos. Sobretudo, espertos. Ela era das que mordem com a boquinha fechada. Tinha demonstrado isso na guerra contra os partidários da sua sobrinha Joana, a Beltraneja – apoiada pelo rei de Portugal –, a quem tramou repetidas vezes. Ele, por seu lado, trazendo na mala a fina trama que no Mediterrâneo ocidental já tornava imparável a expansão política, económica e comercial catalã-aragonesa. A aliança desses dois jovenzinhos, que mostraram ser enérgicos, tem naturalmente laivos românticos; mas foi, isso sim, sobretudo um casamento de conveniência; uma operação política gigantesca que, embora o seu objetivo final não fosse tão ambicioso, acabaria em poucas décadas por colocar Espanha como primeira potência mundial, graças a vários fatores que coincidiram no espaço e no tempo: inteligência, coragem, pragmatismo, tenacidade e muita sorte; embora a sorte, com o passar dos anos, acabasse por se virar – de tanta que foi – contra o teoricamente beneficiado. Ou seja, contra o espanhol comum. Pois, a longo prazo, tivemos pouco lucro e pagámos, como de costume, as despesas da festa. No entanto, naquele fim do século XV tudo era possível. Tudo estava ainda por estrear (como, por exemplo, a Guarda Civil, que tem a sua origem remota nas quadrilhas da Santa Hermandade, criada então para combater o bandoleirismo rural; ou a *Gramática Castellana*, de Antonio de Nebrija, que foi a primeira a ser feita no mundo sobre uma língua vulgar, de uso popular, e que viria a ter um futuro esplendoroso). A verdade é que, voltando aos nossos monarcas novinhos, e simplificando um pouco, poderíamos dizer que o casamento de Isabel e Fernando foi com separação de bens. Tu em Boston e eu na Califórnia. Ela continuava a ser dona de Castela, e ele, de Aragão. Os outros bens, os adquiridos, vieram a partir daí, abundantes e em cascata, com um reinado que terminaria a Reconquista com a tomada de Granada, alargaria os horizontes da humanidade com a descoberta da América e consolidar-nos-ia, consequência de tudo aquilo, como potência hegemónica indiscutível nos destinos do mundo durante um século e meio. Isto é obra! Resultou assim que Espanha, já entendida como nação (com os seus remendos, os seus erros e as suas goteiras que duram até hoje, incluindo a apropriação ideológica e fraudulenta dessa interessante etapa pelo franquismo), foi, embora ainda rudimentar e pouco harmonioso, o primeiro Estado moderno que foi criado na Europa, quase um século à frente dos outros. Uma Europa a que os Espanhóis não tardariam em ter – permitam-me esta delicada perífrase –

bem agarrada pelos tomates, e cujos estados se formaram, em boa parte, para se defenderem deles. Mas isso veio mais tarde. No princípio, Isabel e Fernando dedicaram-se a partir a espinha dorsal dos nobres que andavam metidos nas suas vidas, demolindo os seus castelos e arreando-lhes forte e feio. Em Castela isto funcionou, e os pilha-galinhas e larápios mal acostumados ficaram obedientes e tranquilos como malvas. No reino de Aragão a coisa foi diferente, pois os privilégios medievais, foros e toda essa lengalenga estavam muito arreigados; além de que o reino era um complicado braço de ferro entre aragoneses, catalães, maiorquinos e valencianos. Tudo isso manteve insolidariedades e problemas tão enquistados que ainda hoje, quinhentos anos depois de ser Espanha, nos custam os olhos da cara. De qualquer forma, o que surgiu daquilo não foi ainda um estado totalmente centralista, mas sim um equilíbrio de poderes territoriais quase federal, mantido pelos Reis Católicos com muito bom senso e certeza do mútuo interesse em que as coisas funcionassem. Essa coisa do Estado unitário veio depois, quando os Trastâmara (a família da qual provinham Isabel e Fernando, que eram primos) foram substituídos no trono espanhol pelos Habsburgo, e estes meteram-nos no jardim do centralismo impossível, nas guerras europeias, no esbanjamento da prata americana e em muito ruído para tão poucas nozes. De qualquer forma, durante os cento e vinte e cinco anos que incluiriam o fascinante século XVI que estava já à porta, decorridos desde os Reis Católicos até Filipe II, consolidou-se o que, para bem e para mal, hoje conhecemos como Espanha. Desse período provêm boa parte das nossas luzes e sombras: as nossas glórias e as nossas misérias. Sem conhecer o muito e decisivo que ocorreu nesses anos cruciais, é impossível compreender e compreendermo-nos.

17. Vale Mais a Alma do que o Corpo

Estávamos, julgo recordar, a dizer que os bonitões que no final do século XV reinavam naquilo que começava a parecer Espanha, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, sabiam muito bem várias ordens de coisas. Uma era que, para financiar toda aquela cena era preciso ter dinheiro a rodos. E, como os ministros das Finanças de agora ainda não tinham nascido e o seu sistema descarado de

espólio geral ainda não estava operacional, decidiram – decidiu Isabel, que era um diabinho – engendrar outro sistema para extorquir dinheiro à malta, à descarada. E, de passagem, mantê-la acagaçada, sobretudo ali onde os foros e outros privilégios locais limitavam o poder real. Essa invenção foi o tribunal do Santo Ofício, conhecido pelo bonito nome de Inquisição, em que o primeiro objetivo foram os judeus. Estes tinham dinheiro porque trabalhavam como administradores, cobravam impostos, eram médicos prestigiados, controlavam o comércio caro e emprestavam à comissão, como os bancos; ou melhor, eles eram os bancos. Por isso, primeiro tiraram-lhes o cacau com bons modos, tipo empresta-me qualquer coisa, Ezequiel, que amanhã devolvo-ta; ou, para poderes continuar a praticar as tuas coisas, Eleazar, paga-me este imposto extra e ficamos amigos. Além desses estavam os que se tinham convertido ao cristianismo mas em família praticavam os ritos da sua antiga religião, ou os que não. Tanto fazia. Ser judeu ou ter antepassados judeus tornava-te suspeito. Por isso, a Inquisição encarregou-se de esclarecer o assunto, primeiro contra os conversos e depois contra os outros. O truque era simples: judeu eliminado ou expulso, bens confiscados. Imaginem como deve ter rendido o negócio. Não foi alheio a isto o bom povo em geral; o qual, animado por santos clérigos de missa e sermão, adorava queimar judiarias e arrastar pela rua os que tinham crucificado Cristo; os quais, aliás, ainda um dos meus livros escolares, editado em 1950 (*Imprima-se. Lino bispo de Huesca*), garantia que *eram objeto do ódio popular pela sua avareza e pelos seus crimes*. Em suma: a Inquisição, que já ia na esgalha, tendo em vista que era um instrumento formidável de poder e dava imenso dinheiro às arcas reais e à santa madre igreja, continuou a campear à vontade mesmo depois da expulsão oficial dos judeus em 1492, entregue agora a outros misteres próprios do seu piedoso ministério: hereges, blasfemos, sodomitas. Gente perniciosa e quejandos. Inclusivamente falsificadores de moeda, o que tem piada. Num país que acabaria nas mãos de funcionários do estado – o duro trabalho manual era outra coisa –, e em iguais mãos continua, o Santo Ofício era mais um meio de vida: inúmeras famílias e clérigos viviam do sistema. O que é curioso é que, se repararmos, verificamos que a Inquisição existiu em todos os países europeus e que em muitos ultrapassou a nossa em infâmia e brutalidade. Mas a famosa Lenda Negra alimentada pelos inimigos exteriores de Espanha – que acabaria a lutar sozinha contra a quase totalidade do mundo – colocou-nos o rótulo de exclusividade. Até nisto tivemos uma sorte macaca. Lenda com alguma base justificada, apesar do que afirma alguma historiofobia recente que tudo perdoa, a criatura, a pátria irrepreensível e imperial; porque o Santo Ofício,

abolido em todos os países normais no século XVII, existiu em Espanha até já avançado o xix, e ainda era justificado no xx (*Convencidos os nossos Reis Católicos de que vale mais a alma do que o corpo*, dizia aquele livro de texto a que antes me referi). De qualquer forma, o mal causado pela Inquisição, os reis que com ela lucraram e a Igreja que a dirigia, utilizava e impulsionava, foi mais profundo do que o horror das perseguições, torturas e fogueiras. A sua omnipresença e poder envenenaram Espanha com um sujo costume de suspeitas, delações e calúnias que nunca mais nos abandonaria. Todo aquele que tivesse contas a ajustar com um vizinho procurava que este fosse parar ao Santo Ofício. Isto acabou por viciar o povo espanhol, arruinando-o moralmente, instalando-o no medo e na denúncia, do mesmo modo que ocorreu depois na Alemanha nazi ou na Rússia comunista, para citar dois exemplos, e agora vemos nas sociedades submetidas ao islão radical. Ou, para virmos para mais perto, para o que é nosso, nalguns lugares, povos e comunidades da Espanha de hoje. Pressão social, meio circundante, ânsia por cair nas graças de quem manda, e essa expressão que tão bem nos define – a nós, espanhóis, quando nos mostramos exaltados nalguma coisa a fim de que ninguém suspeite do contrário: *a fé do converso*. Acrescentemos-lhe a inveja, poderoso sentimento nacional, como a cereja no topo do bolo. Porque boa parte das execuções e «passeios» dados nos dois lados durante a guerra civil de 36 a 39 – ou os que alguns dariam agora se pudessem – não foram mais do que isso: a nossa velha inclinação para manter viva a Inquisição por outros meios.

18. Presunto e Toucinho, Obrigatórios

A verdade é que aqueles dois moços, Isabel de Castela e o seu consorte, Fernando de Aragão, deram pano para mangas, e com ele veio a roupagem que, para o bem e para o mal, vestiríamos nos séculos seguintes. Por um lado, um obscuro marinheiro chamado Colombo insistiu tanto que convenceu a rainha; e, apoiado por alguns monges daqueles que precisávamos de ter mais, daqueles que em vez de queimar judeus e hereges se dedicavam à geografia, astronomia, ciências e coisas assim, conseguiu que lhe pagassem uma expedição náutica que

acabou por descobrir a América para os Espanhóis, para começar e, com o tempo, tornaria possíveis os filmes de John Ford, Wall Street, Bob Dylan e o presidente Kennedy. Entretanto, neste lado do charco havia dois sérios negócios por resolver. Um era Itália. O reino de Aragão, onde estava incluída a Catalunha, flutuava a sua *senyera* das quatro barras no Mediterrâneo ocidental, com uma forte presença militar e comercial que incluía a Sardenha, a Sicília e o sul italiano. A França, que exigia parte do bolo, vagueava pela zona e queria dar o golpe controlando o reino de Nápoles, regido por um Fernando que, além de ter o mesmo nome, era primo do rei católico. Mas aos franciús saiu-lhes o tiro pela culatra, porque o nosso Fernando, o consorte da Isabelinha, era um político extraordinário que fiava fino na diplomacia. E, além disso, enviou para Itália Conzalo Fernández de Córdoba, aliás, *el Gran Capitán*, que deu cabo dos maus em várias batalhas, utilizando aquela que seria a nossa ferramenta militar imbatível durante século e meio: a fiel infantaria. Formada em novas táticas com a experiência de oito séculos contra o mouro, dela sairiam os temíveis tércios, baseados numa disciplina férrea no combate, firmes na defesa, violentos na acometida e cruéis a degolar; soldados profissionais a quem analistas militares de todas as estirpes continuam a considerar a melhor infantaria da História. Mas essa tropa não lutava só em Itália, porque o outro negócio importante para Isabel e Fernando era o extenso reino espanhol de Granada. Tinha-se refugiado nesse território muçulmano, o último do velho Al-Andaluz, boa parte da inteligência e do trabalho de todos os lugares conquistados pelos reinos cristãos. Era uma terra industriosa, florescente, rica, que se mantinha a salvo fazendo trinta por uma linha para pagar tributos a Castela. As formas e as necessidades imediatas eram salvas com campanhas de verão, incursões fronteiriças à procura de gado e escravos; mas, em geral, ia-se mantendo um *statu quo* proveitoso, e a Reconquista – já se chamava assim – parecia dormir a sesta. Até que no fim as coisas «*se torcieron gacho*»[6], como dizem no México. Toda aquela riqueza era demasiado tentadora, e os cristãos começaram a dar-lhe ávidas mordidelas. Como reação, em Granada o fanatismo islâmico endureceu, com muito *Allahu Akbar* e intolerância dura em relação aos cristãos que lá viviam cativos; e além disso – este foi o busílis – deixaram de pagar tributos aos reis cristãos. Tudo isto deu a Isabel e Fernando o pretexto ideal para arrematar a faena, completado com os mouriscos a meterem a pata na poça ao tomarem o castelo fronteiriço de Zahara. A campanha foi longa, trabalhosa; mas os Reis Católicos arranjaram uma solução de filme, juntando à pressão militar o fomento interno de uma – mais uma, soma e segue – bonita guerra civil sarracena. No fim, a cidade de

Granada cercada pelos exércitos cristãos e com um rei que era, diga-se de passagem, um cagarolas. Boabdil, assim se chamava aquele trouxa, entregou as chaves a 2 de janeiro de 1492, data que pôs fim a oito séculos de presença oficial islâmica na Península. Ou seja, há cinco séculos e vinte e oito anos exatos. Os granadinos que não quiseram aceitar e converter-se foram para as Alpujarras, onde se lhes prometeu respeitar a sua religião e os seus costumes; com o valor que as promessas têm em Espanha, muito antes de Aznar, Zapatero, Rajoy ou Sánchez governarem. Meia hora depois, como era de esperar, Las Alpujarras estavam infestadas de padres a pregar a conversão, e no fim houve ordem para cristianizar pelo artigo catorze[7], obrigar o pessoal a comer toucinho (por isso há presunto e enchido tão bons nas zonas que foram mouriscas) e transformar as mesquitas em igrejas. Em suma: oito anos depois da tomada de Granada, já não restava oficialmente nenhum muçulmano; e, para garantir o assunto, encarregou-se a nossa velha amiga, a Inquisição, de velar por isso. A palavra *tolerância* tinha desaparecido do mapa, e continuaria desaparecida durante muito tempo; ao ponto de mesmo agora, em 2019, ser difícil encontrá-la.

19. Uma Jogada de Mestre

Foi no princípio do século XVI, com a Espanha já unificada territorialmente e com a aparência de Estado mais ou menos moderno, com a América descoberta e uma forte influência comercial e militar em Itália, no Mediterrâneo e nos assuntos da Europa, paradoxalmente prestes a ser a potência mundial mais fixe do Ocidente, que pouco a pouco começámos a lixar tudo. Em vez de nos dedicarmos às nossas coisas, a partir a espinha dorsal aos nobres – que não pagavam impostos – e burgueses entrincheirados em foros e privilégios territoriais, e a engatar rainhas e reis portugueses para pormos a capital em Lisboa, ser potência marítima e olhar para o Atlântico e para a América, que eram o futuro, enlameámo-nos até ao pescoço em futuras guerras de família e religião europeias onde não tínhamos perdido nada e onde perderíamos tudo. E foi uma pena, porque originalmente a jogada era sonora, e além disso parecia termos a sorte no bolso. Os Reis Católicos tinham casado a sua terceira filha,

Joana, precisamente com Filipe, *o Belo*, da Áustria; um bonitão de família poderosa que, infelizmente, era um bocadinho tonto. Mas como o príncipe herdeiro de Espanha, João, tinha batido a bota muito novo, e a segunda filha também, então Joana e Filipe conseguiram a coroa após a morte dos seus respetivos pais e sogros. Mas correu-lhes mal. Ele, como eu disse, era um trapaceiro que, para sorte nossa, morreu cedo, para grande alívio de todos menos da sua legítima esposa, apaixonada até à ponta dos cabelos (também estava meio chanfrada, ao ponto de ter ficado para a História como Joana, *a Louca*). No entanto, o filho que tiveram saiu inteligente, eficaz e com tomates. Chamava-se Carlos. Era loiro, a atirar para o ruivo, bem educado na Flandres, e herdou o trono de Espanha, por um lado, e o do Império Alemão, pelo outro; pelo que foi Carlos I de Espanha e V da Alemanha. Aqui começou com o pé esquerdo: veio como herdeiro sem falar castelhano sequer, trazendo os seus compadres e amigos da escola para lhes dar os cargos importantes; provocando um ataque de nervos nobiliário do camandro. Além disso, estando a borrifar-se regiamente para os foros e restantes coisas, começou a governar com desprezo pelos usos locais, desconhecendo, por ser novo e palerma, com quem se estava a meter. Afinal, os senhores já têm dezoito capítulos desta História lidos, mas ele ainda não a tinha lido, e pensava que os Espanhóis eram, por exemplo, como os Alemães: cidadãos exemplares, dispostos a parar no semáforo vermelho, marcar o passo de ganso e denunciar o vizinho ou esturricar o judeu quando é estipulado pela legislação vigente; e não quando, como aqui, a uma pessoa lhe sai dos cornos. Por isso, imaginem a *kaleborroka*[8] que foi sendo organizada; mais ainda quando Carlos, que, como eu já disse, estava mal habituado e não fazia ideia com que malta lidava, exigiu às cortes mundos e fundos para se fazer coroar imperador. No fim conseguiu, mas meteu o pé na argola. Por um lado, foi a sublevação de Castela, ou guerra comuneira, na qual as pessoas suaram sangue até, depois da batalha de Villalar, os chefes serem decapitados. Por outro lado, no reino de Valência deu-se a insurreição chamada das Germanias: esta foi mais da populaça descontrolada, com excessos anárquicos, saques e assassínios que terminaram, para alívio dos próprios valencianos, com a derrota dos rebeldes em Oriola. De qualquer forma, Carlos cheirou o perigo e compreendeu que esta cena tinha de ser manobrada a partir de dentro e com vaselina, porque o potencial estava aqui. Por isso começou a espanholizar-se, a apoiar-se numa Castela que era mais dócil e tinha menos bazófias forais do que outras zonas periféricas, e, enfim, a encarar com calma este país de filhos da mãe. Nessa altura, contando com a América, que continuava a crescer, e também com meia Itália (segurámo-la com mão de

ferro, mantendo o papa acagaçado), com o Mediterrâneo ocidental e as possessões do norte de África conquistadas ou prestes a serem conquistadas, o império espanhol incluía a Alemanha, a Áustria, a Suíça, os Países Baixos e parte de França e da Checoslováquia. A isso juntar-se-iam de seguida novas terras com as explorações do Pacífico. Resumindo: estava a ficar em ponto de rebuçado não se pôr o sol no império hispânico. Parecia ter-nos saído a sorte grande do Natal, e até os bascos e os catalães, como sempre que há massa e negócios pelo meio, mostravam adorar chamar-se espanhóis, falar castelhano e rolar na palha no presente e no futuro. *Benvinguts, Zorionak*, Espanha é do caraças e coisas assim. Com a caixa registadora a fazer plim, plim, plim o tempo todo. Mas então, lá pelas brumas nortenhas europeias, começou a soar o nome de um obscuro sacerdote alemão chamado Lutero. E a festa ficou lixada.

20. Aqueles Admiráveis Animais

E agora, perante o episódio mais espetacular da nossa História, imaginem os motivos. O leitor, por exemplo, é um agricultor estremenho, basco, castelhano. De onde quer que seja. Suponhamos que se chama Pepe e que rega com suor uma terra dura e ingrata que só lhe dá para sobreviver; e que isso, ainda por cima, lhe é tirado pelos ministros Montoros e outros indesejáveis da época, os nobres convertidos em sanguessugas e a Igreja com os seus latifúndios, dízimos e primícias. E o leitor, como os seus pais e avós, e também como os seus filhos e netos, sabe que não sairá disso na puta da vida, e que o seu destino eterno nesta miserável Espanha será agachar a cabeça diante do cobrador, lamber as botas do nobre ou beijar a mão do padre que ainda por cima diz à sua senhora no confessionário: como te atreves a fazer isso ao teu marido, vais condenar-te como pecadora. Cabra de merda. E o nosso pobre homem não sai disto, a matutar se não será melhor juntar o mau feito próprio da sua maltratada raça, juntá-lo com o carácter sóbrio, duro e violento que lhe deixaram oito séculos de andar a esfaquear mouros, saquear o palácio do nobre, queimar a igreja com o padre lá dentro e enforcar o cobrador de impostos e a puta da sua mãe numa azinheira, e que depois seja o que Deus quiser, se é que ele quer alguma coisa.

Está nisto o camponês, afiando a foice para ceifar um pouco mais de trigo, decidido a arrasar tudo o que lhe apareça pela frente, quando chega o seu primo Manolo e lhe diz: olha, rapaz, descobriram um lugar a que chamam Índias, ou América, ou o raio que o parta, pois ainda não lhe chamaram nada, e dizem que está cheio de ouro, prata, novas terras e índias a quem nunca dói a cabeça. Só temos de ir lá e tentar a sorte: ou rebentas ou voltas ricaço. Mas rebentar já tu tens garantido aqui, por isso já sabes. Vem para a Alemanha, Pepe. De tal maneira que o nosso homem diz: então está bem. Perdido por perdido, vamos para as Índias. E lá desembarcaram umas quantas centenas de Manolos, Pacos, Pepes, Ignacios, Jorges, Santiagos e Vicentes decididos a isso: a tornar-se ricos a ferro e fogo ou a lutar por isso até ao fim, a fazer o que o gentil mancebo canta a Dom Quixote: *À guerra me leva / a minha necessidade; / se tivesse dinheiro, não fora, em verdade*. E estes magníficos animais, duros e cruéis como a terra que os pariu, incapazes de terem pelo mundo a piedade que este não teve por eles, desembarcam em praias desconhecidas, caminham por selvas hostis comidos pela febre, vadeiam rios cheios de jacarés, avançam sob aguaceiros, secas e calores terríveis com as suas armas e couraças, com as suas medalhas de santos e escapulários ao pescoço, as suas superstições, as suas brutalidades, medos e ódios. E assim lutam com índios, matam, violam, saqueiam, escravizam, perseguem a quimera do ouro dos seus sonhos, descobrem cidades, destroem civilizações e pagam o preço que estavam dispostos a pagar: morrem em pântanos e florestas, são devorados por tribos canibais ou sacrificados em altares de ídolos estranhos, combatem sós ou em grupo a gritarem o seu medo, o seu desespero e a sua coragem; e nos tempos livres, para não perderem o costume, matam-se uns aos outros, navarros contra aragoneses, valencianos contra castelhanos, andaluzes contra galegos, maricas quem for o último, levando para onde vão as mesmas velhas desavenças, os ódios, a violência, a marca de Caim que todo o espanhol transporta na sua memória genética. E assim, Hernán Cortés e suas gentes conquistam o México, e Pizarro, o Peru, e Núñez de Balboa chega ao Pacífico, e muitos outros se perdem na floresta e no esquecimento. E alguns, poucos, regressam à sua terra ricos, velhos e cheios de cicatrizes; mas a maior parte fica lá, no fundo dos rios, em templos manchados de sangue, em campas esquecidas e cobertas de mato. E os que não batem a bota às mãos dos seus próprios companheiros acabam executados por se sublevarem contra o vice-rei, por só fazerem o que querem, por arrogância, por ambição; ou, depois de conquistarem impérios, acabam a mendigar à porta das igrejas, enquanto às terras que descobriram com o seu sangue e perigos chega agora de Espanha uma

nuvem parasita de funcionários reais, de cobradores de impostos, de padres, de exploradores de minas e terras, de abutres decididos a apoderar-se de tudo. Mas ainda assim, sem o pretenderem, emprenhando as índias e casando-se com elas (em vez de as exterminarem, como faziam os anglo-saxões no Norte), batizando os filhos e tornando-os seus, emparentando com guerreiros corajosos e fiéis que, como os tlaxcaltecas, não os abandonaram nas noites tristes de matança e derrota, roubando, matando e escravizando, mas também gerando e construindo, toda esta malta de admiráveis sacanas cria um mundo novo de cidades e catedrais que ainda hoje continuam aí, por onde se estende uma língua poderosa e magnífica chamada castelhana, lá espanhola, que hoje é falada por quinhentos milhões de pessoas e da qual o mexicano Octavio Paz, ou Carlos Fuentes, ou um deles, não recordo qual, disse: *Levaram o ouro, mas trouxeram-nos o ouro*.

21. Fala-se Castelhano

Foi durante o século XVI, com Carlos I de Espanha e V da Alemanha, que a língua castelhana se afirmou, lá fora chamada espanhola, como língua fixe do império. Isto aconteceu de uma forma a que poderíamos chamar natural, porque o conceito de língua-nação, com as suas vantagens e porras colaterais incluídas, só surgiria séculos mais tarde. Já Antonio de Nebrija, ao publicar a sua *Gramática*, em1492, intuíra isto recordando o que ocorreu no latim na altura do Império Romano; e assim foi: tanto em Espanha como no resto da Europa que tinha alguma importância, as línguas vernáculas mais potentes foram-se introduzindo inevitavelmente na literatura, na religião, na administração e na justiça levando-as para a rua não através de uma imposição forçada – como insistem em afirmar certos manipuladores e/ou trapaceiros, mas sim como consequência natural da questão. Por razões que só um idiota não perceberia, uma língua de uso geral, falada em todos os territórios de cada país ou império, facilitava muito a vida aos governantes e aos governados. Essa língua podia ter sido qualquer uma das que se falavam em Espanha, exceto o latim culto (catalão com as suas variantes valenciana e balear, galaico-português, vascuense e árabe mourisco), mas o castelhano acabou por passar a perna a todas; nome, aliás,

injusto, pois marginaliza o maior direito que tinham para batizar essa língua os mui antigos reinos de Leão e Aragão. No entanto, este fenómeno, atenção a este dado, não foi só espanhol. Aconteceu por todo o lado. No império central europeu, o alemão abafou o checo. Outra língua importante, como o neerlandês – culturalmente tão valiosa como o prestigiado e propagado catalão – acabaria limitada às futuras províncias independentes que formaram a Holanda. E em França e Inglaterra, o inglês e o francês encurralaram o galês, o irlandês, o bretão, o basco e o occitano. Todas estas línguas, como as outras línguas espanholas, mantiveram o seu uso doméstico, familiar e rural nas suas zonas respetivas, enquanto a língua de uso geral, no nosso caso a castelhana, se convertia na dos negócios, do comércio, da administração, da cultura; aquela que, quem desejava prosperar, fazer fortuna, instruir-se, viajar e trocar utilidades, adotou pouco a pouco como própria. O inglês da altura. E convém assinalar aqui, para aviso de mareantes e tontos ignorantes, que essa escolha foi muitas vezes voluntária, num processo de absoluta naturalidade histórica; por simples razões de mercado (como diz o historiador andaluz Antonio Miguel Bernal, e como deixou claro em 1572 o catalão Lluís Pons quando, ao publicar em castelhano um livro dedicado à sua cidade natal, Tarragona, afirmou fazê-lo por esta ser a fala *mais usada em todos os reinos*). E nunca é demais recordar que nem sequer no século XVII, com as tentativas de unidade do ministro Olivares, houve uma verdadeira imposição real e séria do castelhano, nem na Catalunha, nem em nenhum outro lado. Curiosamente, a Igreja Católica de então foi a única instituição que cá dentro, atenta ao seu negócio, manteve de verdade, em matéria religiosa, uma atitude de intransigência face às línguas vernáculas – sem distinguir castelhano, basco, galego ou catalão –, ordenando queimar qualquer tradução da Bíblia, porque lhe estragava o rentável papel de único intermediário, tipo sacerdote egípcio, entre os textos sagrados e o povo; o qual, quanto mais analfabeto e acrítico melhor (e cá continuamos a desfrutar da herança). Na realidade, a única proibição verdadeira de falar uma língua vernácula espanhola afetou os mouriscos; enquanto a Inglaterra já tinha proibido em 1531 o gaélico na justiça e noutros atos oficiais, e um decreto de 1539 tornou oficial o francês em França, marginalizando o restante. Em Espanha, pelo contrário, não houve nada disso: o latim continuou a ser a língua culta e científica, enquanto impressores, funcionários, diplomatas, escritores e todos os que queriam fazer pela vida nos vastos territórios do Império optaram pela útil língua castelhana. A *Gramática* de Nebrija, dando solidez e sistema a uma das línguas hispanas (talvez o catalão fosse hoje a principal, se tivesse tido um Antoni Nebrijet que se

adiantasse ao outro), conseguiu o que na Alemanha seria feito pela Bíblia traduzida para o alemão por Lutero, ou na Itália o toscano utilizado por Dante em *A Divina Comédia* como base do italiano de agora. E a hegemonia militar e política que naquela altura a Espanha tinha alcançado só reforçou o prestígio do castelhano: a Europa encheu-se de livros impressos em espanhol, os exércitos usaram palavras nossas como base da sua língua franca, e o salto de toda essa potência cultural para os territórios recém-conquistados na América transformou o castelhano, por simples justiça histórica, em língua universal. E as que não são, pois, olhem. Pouca sorte. Pois não.

22. Quando Fazíamos Tremer a Europa

Estávamos então aí, com o mundo aos nossos pés, ou melhor, sendo nós a cabeça do mundo: a Espanha de Carlos V, com dois tomates, um pé na América, outro no Pacífico, o do meio na Europa e à sua frente Istambul, ou seja, o império turco, com quem andávamos à bofetada no Mediterrâneo dia sim e outro também, porque era, com os seus piratas e os seus corsários do norte de África e a sua expansão pelos Balcãs, a única potência com categoria que olhava para nós de perto, mas, calma aí, não há comparação! Os outros andavam encolhidos, incluindo o papa de Roma, a quem tirávamos os poderes temporais em barda em Itália e ele tinha-nos uma raiva de morte, mas não tinha outro remédio senão engolir a bílis e esperar por tempos melhores. Por aquela altura, com a expansão espanhola, o império que crescia na América e as novas terras descobertas pela expedição de Magalhães e Elcano ao darem a volta ao mundo, nós, os Espanhóis, em vez de esbanjarmos o nosso mau génio congénito em nos estriparmos entre nós, tínhamos a possibilidade de o derramarmos por aí fora, conquistando coisas, estando nas tintas para todos e andando como nós gostamos, armados em novos-ricos e a viver acima das nossas possibilidades: *Yo no sé de donde saca / pa' tanto como destaca*, como diria depois a zarzuela, ou a copla, ou seja lá o que for. E, é claro, o pessoal odiava-nos, como se pode imaginar; porque bonitos não sei se éramos, mas ouro e prata das Índias, cagança e exércitos invencíveis e temíveis – aqueles velhos tércios – tínhamos para dar e

vender, e ainda sobrava; e quem tinha alguma coisa a perder procurava estar nas graças desses animais morenos, baixotes, cruéis e arrogantes que tinham o mundo inteiro agarrado pelos tomates, tornando realidade o que depois foi resumido por um poeta cujo nome não recordo: *E simples soldados rasos, / em portentosa campanha, / levaram o sol de Espanha / do oriente até ao ocaso*. Só para fazerem uma ideia: só na Europa tínhamos a Península Ibérica (Portugal estava em ponto de rebuçado, porque Carlos V, ainda por cima, casara-se com uma princesa de lá que era bonita todos os dias), Sardenha, Nápoles e Sicília, em baixo; e em cima, atenção a este dado, o Ducado de Milão, o Franco-Condado – que era um pedaço da França atual –, meia Suíça, as atuais Bélgica, Holanda, Alemanha e Áustria, a Polónia quase até Cracóvia, as Balcãs até à Croácia e um pedaço de Checoslováquia e Hungria. Portanto, imaginem os olhos com que o pessoal olhava para nós, e que vontade tinham todos de que nos agachássemos a apanhar o sabonete no duche. Quem olhava para nós com piores olhos, tirando os turcos (até com estes ele fez um pacto para nos fazer a cama, o grande cabrão), era o rei de França, um preguiçoso tipo quero e não posso chamado Francisco I, piroso, bonitão e muito estiloso, cheio de quesquessevú e muito quesquesseçá. E François, pois era assim que se chamava o pavão em franciú, tinha uma inveja terrível do nosso *imperator* Carlos, por um lado compreensível, e andou a chatear com territórios aqui e Itália acolá, até que o exército espanhol – é uma forma de dizer, porque nele havia de tudo – lhe deu uma sova horrorosa na batalha de Pavia, com o pormenor de o rei franciú ter caído nas mãos de uma companhia de arcabuzeiros bascos à qual teve de se render, imaginem o diálogo, *errenditú barrabillak* (ou te rendes ou corto-te os tomates, em tradução livre: era de Hernani, o energúmeno que lhe pôs a espada no pescoço), e o monarca a pestanejar desconcertado, perguntando-se a que cabrão se estava ele a render e se não se teria enganado na guerra. Por fim rendeu-se, que remédio, e acabou prisioneiro em Madrid, na Torre de los Lujanes, mesmo ao lado da casa onde hoje vive Javier Marías. Mas bonito, bonito, e também aconteceu na Itália, foi com o papa: este chamava-se Clemente VII, e podemos resumi-lo psicologicamente dizendo que era um grande filho da puta, com música ambiente e janelas para a Praça de São Pedro, traidor e tacanho, dado a compadrios com França e a meter a colher em todas as conspirações contra Espanha. Mas saiu-lhe o tiro pela culatra, porque em 1527, por razões que podem encontrar pormenorizadas nos livros de História ou no Google – veja-se *Saque de Roma* –, o exército imperial (seis mil espanhóis e, imaginem, dez mil alemães a caírem bêbedos de cerveja e a marcar o passo de ganso, dois mil

flamengos e outros tantos italianos a falarem com a *mamma* ao telefone) tomou por assalto as muralhas de Roma, fez quarenta mil mortos sem se despentear e saqueou a cidade durante meses. E não enforcaram o papa num candeeiro porque o vigário de Cristo, arregaçando a sotaina, foi a correr refugiar-se no castelo de Sant'Angelo. O que, na verdade, não deixa de ter a sua piada. A sua ponta de graça.

23. Protestam os Protestantes

Chegados a este ponto, com Carlos V como monarca e imperador mais poderoso do seu tempo, imaginem só as dimensões da chatice: o mundo dominado por Espanha, cuja gestão recaía na habilidade do governante, no ouro e na prata que começavam a chegar da América e na impressionante máquina militar erguida por oito séculos de experiência bélica contra os mouros, as guerras contra piratas berberiscos e turcos e as guerras de Itália. Tudo isto, mais a cagança natural dos Espanhóis que se pavoneavam pisando os calos sem pedir desculpa, suscitava mal-estar até entre os aliados e parentes do imperador; tendo como resultado os inimigos de Espanha se multiplicarem como comentadores de rádio e televisão. Para estes – os inimigos, não os comentadores –, veio mesmo a calhar um monge alemão chamado Lutero que tinha lido muito Erasmo de Roterdão – o intelectual mais influente do século XVI – e que começou a arrear forte e feio publicando noventa e cinco teses que punham a nu as sacanices e venalidades da Igreja Católica presidida pelo papa de Roma. A coisa pegou, esse tal Lutero não recuou, apesar de arriscar a vida, e armou-se o berbicacho que hoje conhecemos como Reforma Protestante, e uma carrada de príncipes e governantes alemães, a quem os negócios e o comércio corriam bem lá em cima, viram no assunto luterano uma maneira estupenda de se livrarem da obediência a Roma e, sobretudo, do imperador Carlos, o qual, na opinião deles, mandava demasiado. Além disso, de passagem, ao criarem igrejas nacionais, enchiam os bolsos arrebanhando os bens da Igreja Católica, que não eram bagatela nenhuma. Formularam então aquilo a que se chamou Liga de Esmalcalda, que gerou um pandemónio bélico-revolucionário de caixão à cova, e que ao princípio Carlos

ganhou na batalha de Mühlberg, mas que depois se lhe foi complicando de tal forma que noutra batalha, a de Innsbruck (que agora é uma estação de esqui espetacular), teve de sair a correr quando o até então compadre Maurício da Saxónia o traiu. E é claro. No fim, quarenta anos de guerra esgotantes contra o protestantismo e os Turcos, de sobressaltos e traições, de manter em equilíbrio uma dúzia de pratos chineses diferentes, minaram a vontade do imperador (era demasiado peso, como disse Porthos na gruta de Locmaria). Por isso, cedendo o trono da Alemanha ao seu irmão Fernando, e Espanha, Nápoles, os Países Baixos e as possessões americanas ao seu filho Filipe, o tipo mais valeroso e interessante que alguma vez ocupou um trono espanhol, retirava-se a ler Proust, ou qualquer um desses, para o mosteiro estremenho de Yuste, onde morreu poucos anos depois, em 1558. O problema é que nos deixou metidos numa empresa cujas consequências, a longo prazo, seriam muito graves para Espanha; ao ponto de ainda hoje pagarmos as consequências. Primeiro, porque nos distraiu dos assuntos nacionais quando os reinos hispânicos ainda não tinham conseguido o encaixe perfeito do Estado moderno que já se pressentia. Por outro lado, as obrigações imperiais meteram-nos em jardins europeus que pouco nos interessavam, e por eles queimámos as riquezas americanas, endividámo-nos junto dos banqueiros de toda a Europa e esbanjámos as forças em batalhas distantes que nos levaram muita juventude, muita energia e muito talento que teria sido bom aplicar noutras coisas, e que no fim nos dessangraram que nem porcos. Mas o mais grave foi que esta reação contra o protestantismo, a Contrarreforma impulsionada a partir de então pelo Concílio de Trento, esmagou o movimento erasmista espanhol: os melhores intelectuais – como os irmãos Valdés, ou Luís Vives –, em grande parte eclesiásticos a que poderíamos chamar progressistas, que foram devastados pelo setor menos humanista e mais reacionário da Igreja triunfante, com a Inquisição como ferramenta. O resultado foi nós, os Espanhóis, termos metido a pata na poça em Trento. Ou, melhor dizendo, enganámo-nos no Deus: em vez de um com visão de futuro que abençoasse a prosperidade, a cultura, o trabalho e o comércio – coisa que os países do norte fizeram, e basta vê-los hoje –, nós, os Espanhóis, optámos por outro Deus com cheiro a sacristia, fanático, obscuro e reacionário, do qual, em certos aspetos, ainda hoje sofremos. Aquele que, impondo submissão do alto dos púlpitos e dos confessionários, nos afundou no atraso, na barbárie e na preguiça. Aquele que concedeu para os quatro séculos seguintes pretextos e água benta àqueles que, muitas vezes sob o pálio, esmagaram a inteligência, cevaram os

patíbulos, encheram de campas as bermas e os cemitérios e tornaram impossível a liberdade.

24. O Rei Funcionário

E já estamos com Filipe II em pessoa, vejam só, herdeiro do império onde não se punha o sol: monarca sinistro para uns e estupendo para outros, segundo o ponto de vista; se bem que, para sermos objetivos, ou tentarmos, há que reconhecer que a Lenda Negra, alimentada pelos muitos a quem a poderosa Espanha incomodava a torto e a direito, não teve compaixão com ele como se os restantes governantes europeus, desde a cabra ruiva que governava a Inglaterra – Isabel I, assim se chamava ela, e tinha-nos uma raiva enorme – até aos protestantes, ao rei franciú Henrique II, ao papa de Roma e demais elementos que tais fossem freiras de clausura. Mesmo assim, com os seus defeitos, que foram inúmeros, e as suas virtudes, que não foram poucas, o pobre do Filipe, caseiro, prudente, mais para o tímido, marido e pai com pouca sorte, herdeiro de meio mundo numa época em que não havia Internet, nem telefone, nem sequer um serviço postal com deve ser, fez o que pôde para governar aquela cena internacional que, como para qualquer outro no seu lugar, era demais para ele. A verdade (diga-se em abono do homem) é que ganhar a jorna de rei complicou-se de forma escabrosa durante os seus longos quarenta e dois anos de reinado. Para ser pacífico, como ele era por natureza, o tipo andou de bronca em bronca. Guerras brutais, só para terem uma ideia, ele teve-as com França, com Sua Santidade, com os Países Baixos, com os mouriscos das Alpujarras, com os Ingleses, com os Turcos e com a puta que o pariu. Tudo isto sem contar com os desgostos familiares, casamentos pitorescos – casou-se quatro vezes, com quatro mulheres, incluindo uma inglesa mais estranha do que um cão verde –, um filho, o infante Dom Carlos, que revelou ser chanfrado e conspirador, e um secretário vagabundo chamado Antonio Pérez, que o vigarizou. E, além disso, na única coisa boa a sério que teve, que foi herdar Portugal inteiro (como eu já disse, a mãe, a lindíssima Isabel, era princesa de lá) depois de ter triturado os discrepantes na batalha de Alcântara, Filipe II cometeu, se me permitirem uma

opinião pessoal e intransferível, um dos maiores erros históricos deste bordel secular onde sobrevivemos: em vez de levar a capital para Lisboa – antiga e senhorial – e se dedicar a cantar fados a olhar para o Atlântico e para as possessões da América, que eram o esplêndido futuro (calculem o que foi juntar o império espanhol e português numa mesma monarquia), o nosso timorato monarca entrincheirou-se no centro da península, no seu mosteiro-residência do Escorial, a gastar o dinheirão que vinha das possessões ultramarinas luso-espanholas, além dos impostos com que dessangrava Castela nas contendas antes citadas (Aragão, Catalunha e Valência, barricadas nos seus foros, não largavam uma moeda para guerras nem para nada), e a passear os seus embaixadores vestidos de preto, arrogantes e soberbos, por uma Europa que, com os nossos tércios, os nossos aliados, as nossas pagelas de Nossas Senhoras e santos, a nossa cagança e tal e coisa, nós continuávamos a manter acagaçada. Com isto, para resumirmos a coisa, Filipe II revelou-se um bom funcionário, especialista em papelada, e no aspeto pessoal um pavão com bastantes virtudes: beato mas culto, sóbrio e pouco amigo de luxos pessoais. É instrutivo visitar o modesto quarto do Escorial onde ele vivia e despachava pessoalmente os assuntos do seu imenso império. Mas o fardo que lhe caiu em cima superava as suas forças e habilidade, por isso muito fez ele, o rapaz, ao ir andando como podia. Sobre as guerras, que, como eu já disse, foram muitas, inúteis, diversas e emocionantes como finais da Liga, falaremos no capítulo seguinte. Quanto ao resto, o mais destacável é o facto de Filipe ter sido aceitável como funcionário, mas como economista e administrador merecia ter sido posto na alheta. Além de derreter o pilim colonial em pólvora e arcabuzes, endividou-nos até ao prepúcio com banqueiros alemães e genoveses. Houve três bancarrotas que deixaram a Espanha em ponto de rebuçado para o desastre económico e social do século seguinte. E, enquanto a nobreza e o clero, veteranos surfistas sobre qualquer onda, gozavam de isenção fiscal pelos seus lindos olhos, a necessidade de dinheiro era tanta que se começou a vender títulos nobiliárquicos, cargos e toda a classe de benefícios a quem podia pagá-los. Com o pormenor de os compradores, por sua vez, os parcelarem e revenderem para se ressarcirem. Portanto, pouco a pouco, o rei e o pessoal que medrava graças a ele foram engendrando um sistema nacional de roubo e papelada, ou de papelada para justificar o roubo, origem da infame burocracia que ainda hoje, quase cinco séculos depois, nos continua a apertar o cangote.

25. À Bofetada com Meio Mundo

Tínhamos deixado a Espanha de Filipe II, julgo recordar, em guerra contra meio mundo e dona do outro meio. E neste ponto convém considerar a pouca visão que nós, os Espanhóis, sempre tivemos no momento de procurar inimigos, ou de os encontrar; resultando daí que, tendo sido todos os povos da História igualmente filhos da mãe (tanto no século XVI como agora na Europa comunitária), a maior parte das lendas negras fomos nós que as comemos e continuamos a ser nós a comê-las. Filipe II, por exemplo, que apesar de chatinho e patologicamente beato era um rapaz eficaz e um funcionário competente, não mandou para o cadafalso mais gente do que aquela que foi despachada ao abrigo do artigo catorze por luteranos, ou por Calvino, ou pelo Grão-Turco, ou pelos franciús durante a noite de São Bartolomeu; ou por Maria Tudor em Inglaterra (*Bloody Mary* vem daí), que deu cabo de todos os protestantes que pôde, ou por Isabel I, que além de piratear com muito pouca-vergonha e levar para o catre conspícuos delinquentes dos mares – hoje são heróis nacionais de lá – mandou matar mais católicos do que se pensa. No entanto, todos estes bonitos currículos ficaram em segundo plano; porque, tudo o que a história reteve deste século foi como nós, os Espanhóis, éramos maus e convencidos, com a nossa Inquisição (como se os outros não a tivessem) e as nossas colónias americanas (que os outros procuravam arrebatar-nos) e os nossos tércios disciplinados, mortíferos e ainda imbatíveis (que todos procuravam imitar). Mas é isto que acontece quando, como foi o caso da Espanha sempre incompetente, em vez de procurar fazer boa propaganda de si própria escrevendo livros a dizer como somos bonitos e fantásticos e como todos gostam tanto de nós, somos tão parvos que deixamos que os livros sejam escritos e impressos por outros; e, ainda por cima, para cúmulo, inimizamo-nos com os três ou quatro países onde a arte de imprimir está mais desenvolvida no mundo e onde não têm um bispo por cima do ombro a dizer-lhes o que podem e o que não podem publicar. A verdade é que assim tivemos de engolir sapos históricos uns atrás dos outros, embora seja justo reconhecer que muita da nossa fama foi ganha a pulso graças a esta mistura de vaidade, incultura, mau feitio, violência e fanatismo que nos movia e que ainda hoje estrebucha; embora agora o fanatismo – o resto continua na mesma – seja

mais de futebol, demagogia política e nacionalismo miserável, centralista ou autonómico, do que de púlpitos e escapulários. E, por fim, grande parte de toda essa lenda negra em geral que surgiu no século XVI devemo-la à Flandres (hoje Bélgica, Holanda e Luxemburgo), onde o nosso muito piedoso rei Filipe meteu a pata na poça até às virilhas: *Não quero ser rei de hereges* – disse ele, ou algo parecido –, *mesmo que perca todos os meus estados*. E é claro. Perdeu-os, e, de passagem, perdeu-nos a todos, porque a Flandres foi uma sangria de dinheiro e de vidas que nos domiciliaria durante um século e pico na rua da Amargura. Os de lá não queriam pagar impostos (*Espanha rouba-nos*, talvez isto vos diga alguma coisa); e, em vez de advertir que o futuro e a modernidade seguiam por esse lado, o rei prudente, que nisso foi pouco, pôs o ouvido mais perto dos confessores do que dos economistas. Além disso, a ele, que era pacato, sonso, mais enfadonho e sem substância do que um romance da escritora mexicana Margo Glantz, não lhe agradavam os daquelas bandas, com as suas quermesses, os seus risos, as suas canecas de cerveja e as suas flamengas loiras e mamalhudas. Por isso, quando eles assaltaram umas igrejas e negaram a virgindade de Maria, Filipe mandou o duque de Alba com os tércios – *São como máquinas com o diabo dentro*, escreveria Goethe –, e justiçou rebeldes de quinhentos em quinhentos, incluindo os nobres Egmont e Horn, com a pouca destreza de os transformar em mártires da causa. Por isso, depois de uma repressão brutal de que ainda hoje se lembram na Flandres, houve uma série de vaivéns, de manobras que alternaram entre o pau e a cenoura e acabaram por separar os estados do Norte na nova Holanda calvinista, por um lado, e na Bélgica, por outro, onde os católicos preferiram continuar leais ao rei de Espanha, e foram-no durante muito tempo. De qualquer forma, o nosso enlutado monarca, fechado no seu pétreo Escorial, nunca entendeu os seus súbditos longínquos, nem sequer tentou. Aí está a explicação de muitos males da Espanha de então e da futura, cuja chave talvez esteja na mui espanhola carta que o louco e criminoso conquistador Lope de Aguirre endereçou a Filipe II pouco antes de morrer executado: *Olhe que não pode retirar com título de rei justo qualquer interesse destas partes onde nada aventurou sem que primeiro sejam gratificados os que nesta terra trabalharam e suaram*.

26. Turcos, Ingleses e Restante Canalha

Tínhamos ficado em que o burocrático Filipe II, assessorado pelo seu confessor de serviço, preferira ser defensor da verdadeira religião, como se dizia na altura, a sê-lo da Espanha que tinha nas mãos; em vez de se ocupar com o que devia, que era meter os seus súbditos no comboio da modernidade que já apitava no horizonte, entregou-se a tentar que esse comboio descarrilasse, tanto lá fora como cá dentro. Dito com poucas palavras, não compreendeu o futuro. Também não compreendeu que os habitantes de umas ilhas que estavam no noroeste da Europa, chamadas britânicas, gente habituada a lutar com a arrogância desesperada que lhes era dada pela certeza histórica da sua solidão face a todos os inimigos, faziam parte desse futuro; e que eles se iriam tornar durante séculos no pesadelo constante do império espanhol – o famoso pesadelo que morde a sua própria cauda. Ao contrário de Espanha, que apesar das suas imensas possessões ultramarinas nunca levou a sério o mar como caminho de comércio, guerra e poder, e quando o quis levar ela própria o estragou com a sua corrupção, a sua desídia e a sua incompetência, os Ingleses – como os Holandeses, por seu lado – perceberam depressa que uma frota adequada e marinheiros eficazes eram a ferramenta perfeita para se espalharem pelo mundo. E como na altura o mundo era dos Espanhóis, o choque de interesses era garantido. A América foi o principal cenário dessa confrontação; por isso, com guerras e piratarias, os marinheiros ingleses entregaram-se à faina predadora, enchendo-se à nossa custa. Estes e outros assuntos fizeram com que Filipe II lançasse uma expedição de castigo a que se chamou Empresa de Inglaterra e que os Ingleses, em tom de gozo, apelidaram de Invencível: uma frota de invasão que devia derrotar a de lá, desembarcar nas suas costas, esmagar os leais a Isabel I (nessa altura os Ingleses já não eram católicos, mas sim anglicanos) e pôr as coisas no lugar. A prova de que sempre fomos iguais é que, a fim de que os vários capitães – cada um ia por sua conta – obedecessem a um único comando, foi posto à frente do assunto o duque de Medina Sidónia, que não fazia a mínima ideia de táticas navais, mas era duque. Por isso, imaginem a salgalhada. E o resultado. A questão era, sobretudo, conseguir a abordagem, na qual a infantaria espanhola, a lutar corpo a corpo, era ainda imbatível; mas os Ingleses, que manobravam maravilhosamente, mantiveram-se longe, usando a artilharia sem permitir que os nossos se encostassem. À parte disso, os loiros apelaram o tempo inteiro a uma palavra (quase nunca pronunciada em Espanha, onde tem má imagem) que se chama

patriotismo, e que lhes seria muito útil no futuro, tanto contra Napoleão, como contra Hitler, como contra quem quer que seja; ao passo que para nós, Espanhóis, quase só serve para nos fuzilarmos uns aos outros com as habituais ganas. A verdade é que os súbditos de Sua Majestade Graciosa resistiram com unhas e dentes, e além disso tiveram a sorte de um mau tempo asqueroso ter deixado a frota espanhola destroçada. Onde realmente houve mais sorte foi no Mediterrâneo, com os Turcos. O Império Otomano estava numa de bazófia insuportável. Os seus piratas e corsários (ajudados pela França, a que enchíamos de porrada dia sim dia também, e por isso nunca perdia a ocasião de nos lixar) faziam a vida negra em todo o lado, dificultando a navegação e o comércio. Por isso formou-se uma coligação entre Espanha, Veneza e os Estados Pontifícios; e a frota que daí resultou, comandada pelo irmão do rei Filipe, D. João de Áustria, travou no golfo de Lepanto, hoje Grécia, a batalha que na nossa iconografia bélica representa o mesmo que Trafalgar para os Ingleses ou Waterloo, para os franciús, Austerlitz, e para os ruskis, Estalinegrado. Lepanto foi, isso sim, à nossa maneira; na véspera, à parte rezas e missas para garantir a proteção divina, Filipe II aconselhou o seu irmão que, de entre os soldados e marinheiros da sua esquadra, *fossem instantaneamente queimados na primeira terra que se puder os que forem apanhados como sodomitas*. Mas João de Áustria, que tinha outras preocupações, não ligou. De qualquer forma, Lepanto foi indescritível. Num confronto sangrento, a infantaria espanhola, sodomitas incluídos, bateu-se nesse dia com a sua habitual ferocidade, esmagando os Turcos *na mais alta ocasião que os séculos viram*. O autor desta frase foi um daqueles duros soldados, que combateu num posto de grande perigo e foi ferido gravemente. Chamava-se Miguel de Cervantes Saavedra, e anos depois escreveria o romance mais genial e importante do mundo. No entanto, até ao dia da sua morte, o seu maior orgulho foi ter lutado em Lepanto.

27. Ouro, Pouco; e Prata, à Justa

Tínhamos ficado no Cervantes maneta. E foi aí, na passagem do século XVI ao XVII, que Espanha, dona do mundo mas quase a começar a deixar de o ser, deu o

melhor que dera de si: a cultura. Aquele tempo, espantoso no campo diplomático e militar, ainda o foi muito mais numa coisa que – ao contrário do ouro da América, as possessões europeias e ultramarinas, a empáfia dos velhos tércios – conservamos ainda como um tesouro magnífico, inesgotável, à disposição de quem quiser desfrutar dele. Aquela Espanha que equivalia em poder e influência ao que hoje são os Estados Unidos, a potência que ditava as modas e o tom da alta cultura em toda a Europa, a nação (já era chamada assim, embora não com o sentido atual) que saqueava, comprava ou gerava tudo o que de belo e eficaz se destacava nesse tempo, pariu ou contratou os melhores pintores, escultores e arquitetos, e, com o aplauso dos monarcas e do público, acarinhou artistas e literatos espanhóis cujos nomes se amontoam hoje de forma esmagadora na parte luminosa da nossa história pouco feliz no resto. Embora seja verdade que a tão usada expressão *século de ouro* seja inexata (do ouro pouco vimos, e da prata, à justa), pois tudo desaparecia em guerras exteriores, fausto de reis e folguedo de nobres e clérigos, seria injusto não reconhecer que nas artes e nas letras – sempre que não chocassem com a religião e a Inquisição que as pastoreava – a Espanha dos Áustrias foi esplendorosa. No entanto, no tocante à ciência e ao pensamento moderno, as coisas foram menos simpáticas. O peso da Igreja e a sua resistência a tudo o que vulnerasse a ortodoxia fechou infinitas portas e esmagou – quando não esturricou – inúmeros talentos. Por isso, a Espanha que um século antes era o lugar mais admirável da Europa foi ficando à margem do progresso intelectual e científico. Filipe II proibiu que os estudantes espanhóis se formassem noutros países – imaginem o desastre –, e o *obstat* eclesiástico fechou a porta a livros impressos fora. Muito antes, precisamente em 1523, Luis Vives, que já pressentia a tempestade, tinha escrito: *Já ninguém poderá cultivar as boas letras em Espanha sem que logo se descubra nele um cúmulo de heresias, erros e taras judaicas. Isto impôs silêncio aos doutos*. O lastro do fanatismo religioso, a hipocrisia social com que os poderes embebidos em água benta (chamem-se islão radical, judaísmo ultra ou ultracatolicismo) envenenam tudo o que se põe a jeito, manifestou-se também então nas artes plásticas, pintura e escultura. Ao contrário dos seus colegas franceses ou italianos, os pintores espanhóis ou a soldo de Espanha dedicaram-se a pintar Virgens, Cristos, santos e monges estilo Zurbarán e Ribera (salvo algumas esplêndidas transgressões, como a *Vénus*, de Velázquez, ou a *Dánae*, de Ticiano), e só o talento dos mais astutos tornou possível que, camufladas entre telas de simbologia católica e do Novo Testamento, Virgens dolorosas, Madalenas penitentes e outros temas gratos ao confessor do rei, despontassem segundas leituras para observadores perspicazes;

conseguindo às vezes o talento do artista plasmar em Virgens e santas, sob pretexto de êxtase divino e outros deleites, o momento crucial de um orgasmo feminino de ficarmos boquiabertos (o melhor deles foi o italiano Bernini, com um *Êxtase de Santa Teresa* no momento de ser penetrada pela seta de um bonito anjo, tanto que olhamos para a cara da santa e ficamos todos passados). De qualquer forma, com santos ou sem eles, o rol de artistas espanhóis de talento nessa época é extraordinário; e só o nome de Velázquez – o maior pintor de todos os tempos – chegaria para justificar o século. Mas na parte literária ainda tivemos mais sorte. É verdade que também sobre os nossos plumitivos e escrevedores pairou a censura eclesiástica como abutre beatorro ao acosso; mas o caudal daquela tropa era tão copioso que o que foi feito foi extraordinário. Falaremos disso noutro capítulo, creio; embora não possamos liquidar isto sem recordar que aquela Espanha barroca e culta iluminou também a obra do único pensador cuja estatura roça, ainda que seja de viés, na do monumental francês Montaigne: Baltasar Gracián, cujo *Oráculo manual y arte de prudencia* continua a ser de uma modernidade absoluta, e de leitura aconselhável para quem desejar ter algo útil na cabeça: *Vive-se o mais da informação, o que vemos é o menos; vivemos da fé alheia. O ouvido é a porta segunda da verdade, e principal da mentira. A verdade ordinariamente vê-se, extravagantemente ouve-se. Raras vezes chega no seu elemento puro, e menos quando vem de longe; sempre tem algo de mistura dos afetos por onde passa*. Por exemplo.

28. Esses Filhos da Mãe Geniais

E estávamos aí, toc toc, toc toc, a cavalo entre os séculos XVI e XVII, entre Filipe II e o seu filho Filipe III, entre a Espanha ainda poderosa e temida que, com mérito próprio e com genica, tinha chegado a ser dona do mundo, e a Espanha que, antes até de conseguir a plena unidade política como nação ou conjunto de nações (foros e diversidade causavam desajustamentos que a monarquia dos Áustrias foi incapaz de resolver com inteligência), já era um cadáver dessangrado pelas guerras exteriores. O paradoxo é que o ouro e a prata americanos, em vez de estimularem indústria e riqueza, tornaram-nos – vejam lá

se isto vos recorda alguma coisa – fanfarrões, preguiçosos e improdutivos; ou seja, soldados, frades e pícaros, e não trabalhadores, sem criarmos em troca no Novo Mundo, como fizeram os anglo-saxões no Norte, um sistema social e económico estável, moderno, tendo em vista o futuro. Gastámos aquele rio de dinheiro, como de costume, em coca e putas. Ou no equivalente. Os jovens alistavam-se nos tércios a fim de comer e correr mundo, ou procuravam ir para a América; e os que ficavam, trapaceavam o mais que podiam. Intelectualmente aletargados desde o nefasto Concílio de Trento, fechadas as janelas e afogados em água benta, com as universidades a debaterem a virgindade de Maria ou se o inferno era líquido ou sólido em vez de debaterem a ciência e o progresso, nós, os Espanhóis das duas margens, éramos estrangulados pela burocracia e pelo fisco infame que, para alimentar essa máquina insaciável, deixavam livres de impostos o nobre e o eclesiástico, mas cevavam-se no camponês humilde, no índio analfabeto, no trabalhador modesto, no artesão, no comerciante; nos que criavam prosperidade e riqueza enquanto outros coçavam os tomates passeando com a espada à cintura, com ar de importante só porque o tetravô estivera em Covadonga, em Navas de Tolosa ou em Otumba. Por isso, o trabalho e a honradez adquiriram má imagem. Qualquer badameco pretendia andar na gandaia porque se considerava fidalgo, para ter toda essa honra ou benefício só tinha de provar não ter sangue mouro ou judeu nem ter alguma vez trabalhado, e a Espanha inteira alugava-se e vendia-se tipo rameira, sem outra Justiça – vejam lá se também vos faz lembrar alguma coisa – senão aquela que podia ser comprada com favores ou dinheiro. Desse modo, ao abrigo de um sistema corrupto estimulado pelo próprio trono, a vadiagem nacional, o oportunismo, a falta de vergonha converteram-se em sinais de identidade; ao ponto de ter sido o pícaro, e não o homem valente, digno ou honrado, que veio a ser o protagonista da literatura de então, modelo para ler e imitar, dando nome ao género literário espanhol mais brilhante de todos os tempos: a picaresca. Lázaro de Tormes, Celestina, o *buscón* Pablos, Guzmán de Alfarache, Marcos de Obregón foram as nossas principais encarnações literárias; e é revelador que o único herói cujo nobre coração voou acima de todos eles acabasse por ser um fidalgo maltratado e louco. No entanto, precisamente em matéria de letras, nós, os Espanhóis, demos os nossos melhores frutos na altura. Nunca houve outra nação, se excetuarmos a França iluminista do século XVIII, com semelhante concentração de escritores, prosadores e poetas gigantescos. De talento e de glória. Aquela Espanha contraditória deu à luz obras soberbas em romance, teatro e poesia nos dois lados do Atlântico: Góngora, Sor Juana, Alarcón, Tirso de Molina,

Calderón, Lope, Quevedo, Cervantes e o resto da malta. Todos contemporâneos, ou quase. Às vezes cruzando-se à porta de casa, nas lojas e nas tabernas. Olá, Lope; adeus, Cervantes; que tal, Quevedo? Imaginem o que aquilo foi. Espanta a quantidade de grandes autores que naquele tempo viveram, escreveram e também – inevitavelmente espanhóis – se invejaram e odiaram com sanha inaudita, dedicando mutuamente sátiras verrinosas ou denunciando-se uns aos outros à Inquisição enquanto todos, cada um por seu lado, construíam o imenso monumento de uma língua que agora é falada por quinhentos milhões de pessoas. Imaginem o que ocorreria se esses filhos da mãe geniais tivessem escrito em inglês ou em franciú: seriam hoje clássicos universais, e as suas pegadas conservar-se-iam como monumentos nacionais. Mas já sabem como é: como somos, como nos fizeram e como gostamos de ser. Para o confirmar, é suficiente visitar o Bairro das Letras, em Madrid, onde em poucos metros viveram Lope, Calderón, Quevedo, Góngora e Cervantes, entre outros. Procurem lá monumentos, placas, museus, livrarias, bibliotecas. E o pior, oiçam, é que isso nem vergonha nos dá.

29. Os Mouriscos Pagam as Favas

Com Filipe III, e para começar, a imensa máquina militar e diplomática espanhola continuava a ter o mundo agarrado pelos tomates. Havia poucas guerras – assinaram-se umas tréguas com as províncias rebeldes da Holanda –, e o dinheiro fácil da América continuava a dar para nos desenrascarmos. O problema era esse mesmo ouro: chegava e partia com a mesma rapidez, à espanhola, sem produzir riqueza real ou futura. Inventar coisas, criar indústrias avançadas, investigar modernidades trazia problemas com a Inquisição (Cervantes escreveu-o: *Levam os homens para o braseiro / e as mulheres para a casa chã*). Por isso, como havia guito fresco, comprava-se tudo lá fora. A monarquia, confiando nas frotas da América, endividava-se junto de banqueiros genoveses que nos chupavam o tutano. Ingleses, Franceses e Holandeses, inimigos como eram, vendiam-nos tudo aquilo que éramos incapazes de fabricar cá, levando o que os índios escravizados na América tiravam das minas e os

nossos galeões traziam fugindo a tormentas e piratas cabrõezecos. Mas isso nem sequer beneficiava toda a gente, pois o comércio americano era monopolizado por Castela através de Sevilha, e o resto de Espanha ficava a chuchar no dedo. Por outro lado, Filipe III gostava de farras e de extravagâncias: era muito dado a festas, saraus e presentes magníficos. Além disso, a diplomacia espanhola funcionava à base de subornar toda a gente, desde os ministros estrangeiros até ao papa de Roma. Isto movimentava enormes quantias de dinheiro negro, fundo imenso de répteis onde os mais espertos – nada há de novo debaixo do sol – não hesitaram em encher os bolsos. Um deles foi o duque de Lerma, valido do rei, tão incompetente e intriguista que mais tarde, quando se aposentou, foi para padre – cardeal, claro, e não padre de infantaria – para evitar que o julgassem e enforcassem por trafulha. Esse espertalhão, com a aprovação do monarca, instaurou um sistema de corrupção geral que marcou o estilo para os séculos seguintes. Basta um exemplo: a corte de Filipe III foi transferida duas vezes de Madrid para Valladolid e de novo para Madrid, segundo os subornos que Lerma recebia dos comerciantes locais, que pretendiam dar lustro às suas respetivas cidades. Para termos uma ideia do panorama, é suficiente um pormenor económico muito pequeno: num país cheio de nobres, fidalgos, freiras e frades improdutivos, onde quem de verdade trabalhava – se calhar isto também vos faz lembrar alguma coisa – era esmagado com impostos, as Finanças recebiam a módica quantia de dez milhões de ducados anuais; mas metade dessa soma era para manter o exército da Flandres, enquanto a dívida do Estado a banqueiros e fornecedores forasteiros alcançava o número arrepiante de setenta milhões de paus. Aquilo era inviável, como acabou por ser. Mas como nisto de darmos tiros no nosso próprio pé, nós, Espanhóis, nunca estamos satisfeitos, ainda faltava a cereja no topo do bolo: a expulsão dos mouriscos. Depois da queda de Granada, os mouros vencidos tinham ido para as Alpujarras, onde se lhes prometera respeitar a sua religião e os seus costumes. Mas está-se mesmo a ver: no fim, foi imposto o batismo e o toucinho à força, sob a supervisão dos párocos locais. Pouco a pouco foram sendo apertados, e como boa parte deles conservava em segredo a sua antiga fé maometana, a Inquisição acabou por entrar com a força toda. Desesperados, os mouriscos sublevaram-se em 1568, numa nova e cruel guerra civil hispânica onde correu sangue a jorros, e na qual (apesar do apoio dos Turcos, e até de França) os rebeldes e os que estavam de passagem, como costuma acontecer, levaram uma surra das boas. Seguiu-se a dispersão da malta mourisca; a qual, sempre fustigada a partir dos púlpitos, nunca chegou a integrar-se totalmente na sociedade cristã dominante. No entanto, como eles

eram agricultores magníficos, hábeis artesãos, gente laboriosa, imaginativa e frugal, criaram riqueza onde estiveram. Isso, é claro, tonou-os invejados e odiados pelo povo chão. O que é que querem estes mouros de merda que só sabem trabalhar? – diziam as pessoas. E no fim, sob o pretexto – justificado em zonas costeiras – da sua conivência com os piratas berberiscos, Filipe III decretou a expulsão. Em 1609, com uma ordem inscrita por mérito próprio nos nossos avultados anais da infâmia, foram embarcados para África, vexados e saqueados pelo caminho. Com a perda dessa importante força produtiva, o desastre económico foi demolidor, sobretudo em Aragão e no Levante. O prejuízo durou séculos, e nalguns casos nunca mais foi reparado. Mas, atenção! Graças a isso, no meu livro escolar de História de Espanha (*nihil obstat* de Vicente Tena, cónego) pude ler em 1961 este delicioso parágrafo consolatório: *Foi incomparavelmente maior o bem que se proporcionou à paz e à religião*.

30. Olivares, ou a Poderosa Impotência

Com Filipe IV, que acabou por ser uma combinação singular de putanheiro e beato, a Espanha viveu durante uma longa temporada dos rendimentos, ou da inércia dos velhos tempos afortunados. E isso, embora no fim tenha acabado tudo em pantanas, proteger-nos-ia durante quase todo o século XVII. O prestígio não enche o estômago – e os Espanhóis tinham cada vez mais necessidade de o encher –, mas é verdade que, visto de longe, o velho leão hispânico ainda parecia temível e era respeitado, não sabendo o mundo que o maltratado felino tinha úlcera de estômago e os molares cariados. Continuando o cómodo costume de seu pai, Filipe IV (que passava o tempo entre atrizes de teatro e missa diária, alternando o catre com o confessionário) delegou o poder nas mãos de um valido, o conde-duque de Olivares; desta vez, sim, ele era um ministro com ideias e inteligência, embora a tarefa de governar aquele imenso bordel fosse demais para ele, como para qualquer um. Olivares, que apesar de ser teimoso e soberbo era um tipo esperto e aplicado, trabalhador como se viram poucos, quis levantar o negócio, reformar a Espanha e transformá-la num Estado moderno à maneira de então: o que se usava e se usaria durante dois séculos, e o que tornou

forte as potências que a seguir regeram o mundo. Ou seja, uma administração centralizada, poderosa e eficaz, e um comprometimento – de bom grado ou pela arreata – de todos os súbditos nas tarefas comuns, que eram bastantes. O problema é que a Espanha funcionava de outra maneira, já desde os Fenícios e passando pelos reis medievais e pelos mouros da mouraria (como vimos nos anteriores vinte e nove capítulos deste eterno dia da marmota). Aqui o café tinha de ser para todos, logicamente, mas também, ao mesmo tempo, simples, curto, cheio, pingado, descafeinado, com cheirinho, meia de leite, galão e para mim um chá de poejo. Resumindo: café à discrição. Até o duque de Medina Sidónia, na Andaluzia, andou a jogar à independência, conspirando. E assim, é claro, nem Olivares nem o bom Deus. A coisa ia-se manifestando a cada pé de passada. Por outro lado, conseguir que uma sociedade de fidalgos, ou que pretendia sê-lo (*Até os sapateiros e os alfaiates se gabam de ser cristãos velhos e passeiam de espada à cintura*, escrevia Quevedo), se pusesse a trabalhar na agricultura, na pecuária, no comércio, nas mesmas atividades que já estavam a enriquecer os estados mais modernos da Europa, era bater no ceguinho, pedir honradez a um escrivão ou caridade a um inquisidor. Também não teve mais sorte o amigo Olivares com a reforma financeira. Era Castela – melhor, os seus nobres e classes altas – que beneficiava com a América, mas também a que pagava a fatura, em homens e dinheiro, de todos os impostos e todas as guerras. O conde-duque quis implicar nisto outros territórios da Coroa, oferecendo-lhes uma entrada plena no assunto em troca de benefícios e falcatruas; mas eles disseram-lhe morde aqui a ver se eu deixo, que os foros eram intocáveis, que ali mãe pátria só havia uma, a deles, e que a ti, Olivares, mal te conheço. Castela continuou a suportar o peso para o bem e para o mal, e os outros continuaram barricados nas suas posições, incluindo as suas *sardanas*, *paellas*, *joticas* aragonesas e outras coisas. Consciente de com quem arriscava o dinheiro e o pescoço, Olivares não quis forçar mais do que era normal naquele tempo e, em vez de partir umas quantas espinhas e unificar sistemas à força, como fizeram noutros países (a França de Richelieu estava em plena ascensão, propiciando o absolutismo sem complexos de Luís XIV), pegou na coisa com pinças. Ainda assim, como na Europa tinha rebentado a Guerra dos Trinta Anos, e Espanha, arrastada pelos seus primos do Império Austríaco – que depois nos deixaram pendurados –, se tinha deixado envolver nela, Olivares pretendeu que as cortes catalãs, aragonesas e valencianas votassem um subsídio extraordinário para a coisa militar. Os dois últimos deixaram-se convencer depois de muitas questiúnculas, mas os catalães disseram que *res de res*,[9] vão mas é bugiar, que

não davam a ponta de um corno para guerras nem para pazes. Castela rouba-nos. Para complicar ainda mais, acabadas as tréguas com os Holandeses, tinha recomeçado a guerra na Flandres. Era preciso tércios e pasta. Por isso, no fim, Olivares teve a ideia de um truque sujo para implicar os catalães: atacar os Franceses pelos Pirenéus catalães. Mas o plano saiu-lhe furado, porque as tropas reais e os camponeses catalães deram-se muito mal – ninguém gosta de que lhe roubem o gado e lhe apalpem a mulher –, e aquilo acabou à pancada. Como lhes contarei em pormenor no próximo capítulo.

31. Guerra Civil na Catalunha

Então, quase em meados do século XVII e ainda com Filipe IV, começou o declive, como no tango[10]. O que foi feito, para variar, com outra guerra civil: a da Catalunha. E a verdade é que tudo tinha começado bem para Espanha, com a guerra contra a França a correr maravilhosamente e os tércios do cardeal infante, que atacavam a partir da Flandres, a darem aos franciús a enésima carga de porrada; de tal forma que as tropas espanholas – pormenor que agora se recorda pouco – chegaram quase a Paris, demonstrando aquilo que os Alemães experimentariam mais três ou quatro vezes: que as estradas francesas estão cheias de árvores para os inimigos poderem invadir a França à sombra. O problema foi que, enquanto em cima estava a correr bem, em baixo corria pessimamente. Os excessos dos soldados – em parte, catalães – ao viverem no terreno a pouca vontade de contribuir para a coisa bélica, e sobretudo a grande inabilidade com que o ministro Olivares, demasiado moderno para o seu tempo – faltava século e meio para esses métodos –, se comportou perante os privilégios e foros locais, acabaram por estragar tudo. Houve distúrbios, insurreições e insolências que Espanha, em plena Guerra dos Trinta Anos, não se podia permitir. A repressão gerou mais insurreição, e em 1640, um motim de camponeses atiçou a chama em Barcelona, onde o vice-rei foi assassinado. Olivares, optando pela linha dura de pancadaria e mão firme, facilitou as coisas aos cavalheiros Tamarit, aos cónegos Claris – nós cá temos sempre um cónego quando há molho – e aos extremistas de coração ou de algibeira que já na altura,

com contas em Andorra ou sem elas, se envolviam em «factos diferenciais» e restante parafernália. Houve, portanto, insurreição geral, e Espanha perdeu meia Catalunha durante doze anos de guerra cruel: um exército real exasperado e em retirada, ao princípio, e um exército rebelde que massacrava tudo o que cheirava a espanhol. E tudo isto enquanto os do meio, que eram a maioria, como sempre, pagavam as favas. O facto de Espanha estar implicada na guerra europeia deu cobertura aos insurgentes; mas quando veio o contra-ataque e os tércios começaram a distribuir arrochadas na Catalunha, o governo rebelde esqueceu-se da independência, ou adiou-a para bastante mais tarde, e, sem qualquer complexo, colocou-se sob a proteção do rei de França, declarou-se seu súbdito (tenho um livro editado em Barcelona e dedicado a Sua Cristianíssima Majestade o Rei de França, que é de partir o coco a rir), e no fim, com menos complexos ainda, proclamou-o conde de Barcelona (que era o maior título possível, porque reis lá só tinha havido do reino de Aragão). Trocando, com notável olho clínico, uma monarquia espanhola relativamente absoluta pela monarquia de Luís XIV: a mais dura e centralista que estava a nascer na Europa (como prova do algodão, comparem hoje, quatro séculos depois, o grau de autonomia da Catalunha espanhola com a da Catalunha francesa). Mas aos novos súbditos do rei francês saiu-lhes o tiro pela culatra, porque o exército libertador que veio defender os seus novos compatriotas acabou por ser ainda mais desalmado do que os ocupantes espanhóis. Mas, isso sim, graças a esta derrapagem, a Catalunha, e por conseguinte a Espanha, perderam para sempre o Rossilhão – que é hoje a Catalunha franciú –, e o esforço militar espanhol na Europa, no meio de uma guerra contra todos e onde tudo se jogava, foi minado pela retaguarda. A França, que aspirava suceder-nos na hegemonia mundial, beneficiou tudo o que pôde, pois a Espanha tinha de combater em várias frentes: Portugal sublevava-se, os Ingleses continuavam a acossar-nos na América, e o filho da puta do Cromwell queria transformar o México em colónia britânica. Por sorte, a Paz de Vestefália liquidou a Guerra dos Trinta Anos, deixando a Espanha e a França frente a frente. E foi assim que finalmente se pôde concentrar a pancadaria. Decidido a acabar com a úlcera, Juan José de Áustria, filho natural de Filipe IV, começou a reconquista a ferro e fogo a partir do *espanholismo esmagador* – a citação é de um historiador, não minha – da província de Lérida. As atrocidades e os abusos franceses faziam com que os catalães estivessem fartos do seu novo monarca; por isso na Catalunha acabou por não haver ninguém que fosse antiespanhol, aquilo que se diz antiespanhol, não havia ninguém. Como costuma acontecer. Barcelona capitulou e as tropas

vencedoras foram ali recebidas como libertadoras da opressão francesa, mais ou menos como foram recebidas em 1939 – vejam-se as fotos – as tropas franquistas. São assim as gargalhadas da História. A burguesia local voltou a abrir as lojas, mantiveram-se os foros locais, e o que passou passou. A Catalunha estava no redil para mais meio século.

32. Põe-se o Sol na Flandres

E assim, cálice a cálice, foi chegando o dia em que o império dos Áustrias, ou melhor, a hegemonia espanhola no mundo, o ser fortes e ganhar todas as finais da liga, foram pelo cano abaixo. Século e meio, mais ou menos. Muito tinha durado o assunto, se fizermos as contas, para tanta incompetência, tanto governante medíocre, tanta gente – padres, freiras, frades, nobres, fidalgos – que não trabalhava, tanta vilania interior e tanta argolada. Essa coisa de muitos reinos mas uma só lei era impossível de engolir, naquela altura, por uns poderes periféricos acostumados durante mais de um século a conservar os seus foros e privilégios intactos. Por isso, a projetada conversão deste disparate contínuo, deste permanente dia da marmota, numa nação unificada e solidária, ficou tudo em águas de bacalhau. Era claro que aquela Espanha não tinha conserto, e que a futura, por esse caminho, seria impossível. Filipe IV disse ao conde-duque de Olivares que se aposentasse e fosse dar uma volta, e a tentativa de nos transformar num Estado moderno, económica, política e militarmente, forte e centralizado (precisamente o que Richelieu estava a fazer em França, para a transformar em novo árbitro da Europa), acabou de pantanas. Em guerra com meia Europa e vista com apreensão pela outra meia, exangue pela Guerra dos Trinta Anos, pela guerra com a Holanda e pela guerra da Catalunha, Espanha acabou por meter água por todos os lados: sublevação de Nápoles, conspirações separatistas do duque de Medina Sidónia na Andaluzia, do duque de Híjar em Aragão e de Miguel Itúrbide em Navarra. E, como machadada final, a guerra e separação de Portugal que, incentivado pela França, Inglaterra e Holanda (a nenhuma delas interessava que a Península voltasse a unificar-se), abriu-nos outra brecha na retaguarda. Literalmente até à ponta dos cabelos do desastre

espanhol, marginalizados, esmagados com impostos, desatendidos nos seus direitos e também a pagarem a fatura nas suas possessões ultramarinas acossadas pelos piratas inimigos de Espanha, com um império colonial próprio que em teoria lhes dava recursos para muito tempo, em 1640 os Portugueses decidiram recuperar a independência depois de sessenta anos sob o trono espanhol. Outros que vos aturem, disseram. Proclamaram rei D. João IV, antes duque de Bragança, e começou uma guerra longa, nada mais nada menos do que vinte e oito anos, para acabar de limar as arestas. No princípio, depois de fazerem uma boa montaria geral a espanhóis e hispanófilos – atiraram o secretário de estado Vasconcelos por uma janela –, a guerra consistiu numa longa sucessão de devastações locais, escaramuças e incursões, aproveitando que Espanha, ao estar ocupada em todas as outras frentes, não podia enviar muitas tropas para Portugal. Foi uma etapa de guerra menor mas cruel, cheia de ódio como as que acontecem entre vizinhos, com correrias, roubos e assassínios por todo o lado, onde os camponeses, tal como costuma acontecer, especialmente na fronteira e na Estremadura espanhola, sofreram o inenarrável. E que, abordada com incompetência extrema pela parte espanhola, acabou com uma série de derrotas para as armas hispanas, que levaram com uma sucessiva e espetacular série de derrotas nas batalhas de Montijo, Elvas, Évora, Salgadela e Montes Claros. É fácil dizer. Pelo que, em 1660, depois de assinar o Tratado de Lisboa, Portugal voltou a ser independente, depois de a ter ganhado a pulso. De todo o seu império só nos restou Ceuta, que continua aí. Entretanto, aos Espanhóis as coisas continuavam a correr terrivelmente mal na guerra europeia; que, no final, pondo de lado as transações, claudicações e perdas, ficou numa luta raivosa com a pujante França do jovenzinho Luís XIV. A rota militar, o famoso Caminho Espanhol que, por Génova, Milão e Suíça, permitia enviar tropas para a Flandres, fora mantido com muito sacrifício, e os tércios da infantaria espanhola, apoiados por soldados italianos e flamencos católicos, combatiam desesperadamente em várias frentes diferentes, indo nisso todo o dinheiro e o sangue. No final houve uma batalha, ganha por França, que apesar de não ter tido a transcendência que se disse – houve depois outras vitórias e derrotas –, ficaria como símbolo do ocaso espanhol. Foi a batalha de Rocroi, onde os nossos velhos tércios veteranos, que durante um século e meio tinham feito tremer a Europa, se deixaram destroçar silenciosos e impávidos nas suas formações, no campo de batalha, fiéis à sua reputação e à sua lenda gloriosa. E foi desta forma como, depois de termos sido donos de meio mundo (ainda mantivemos um bom

pedaço durante mais dois séculos e pico, mas o peixe já estava vendido), na Flandres o sol se pôs para nós.

33. O Leilão de um Império

E chegou Carlos II. Em poucas palavras, Espanha estava de rastos. Nunca, até ao seu tetravô Carlos V, império algum – talvez com exceção de Roma – chegara tão alto, nem nunca, até ao miserável Carlitos, tão baixo. A monarquia de dois hemisférios, em vez de ser um conjunto de reinos hispânicos harmónico, próspero e bem governado, ficou completamente descolhoada: uma Castela esgotada, uma periferia que se desenvencilhava como podia e umas possessões ultramarinas para as quais todos aqui se estavam marimbando exceto à chegada periódica do ouro e da prata com que se desenrascava quem podia desenrascar-se. Ainda assim, a crise económica fez com que se construíssem menos barcos, o poderio naval ficasse muito reduzido e as comunicações americanas fossem fustigadas pelos piratas ingleses, franceses e holandeses. Agora Espanha já não declarava guerras, pelo contrário declaravam-nas a ela. Em terra, tirando o ultramar, a península ibérica – já sem Portugal, é claro –, as possessões na Itália, a atual Bélgica e mais um ou outro pormenorzito, tínhamos perdido quase tudo. Não é que Espanha tivesse desaparecido do concerto internacional, claro; mas, perante umas potências europeias que tinham alcançado o seu pleno desenvolvimento, ou estavam em vias disso, com governos centralizados e fortes, o velho e cansado Império Hispânico tornou-se uma potência de segunda e até de terceira categoria. Mas também não havia condições: três epidemias num século, as guerras e a fome tinham reduzido a população em milhão e meio de almas; notavam-se mais do que nunca os danos causados pela expulsão de trezentos mil mouriscos, e meia Espanha procurava ser frade ou freira para não fazer nenhum e comer qualquer coisa. Porque a Igreja Católica era a única força que aqui não tinha definhado, antes pelo contrário. O seu peso na vida diária era

enorme, ainda esturricava hereges de vez em quando, o rei Carlitos dormia com um confessor e dois padres na alcova para que o protegessem do diabo, e o assomo de auge intelectual que se registou mais ou menos por volta de 1680 foi asfixiado pelas mesmas mãos que todas as noites borrifavam de água benta e latins o leito do monarca, para ver se ele finalmente se animava a arranjar descendência. Porque o grande assunto com que os Espanhóis se ocupavam em finais de xvii não era que tudo pudesse ir por água abaixo, como estava a ir, mas sim saber se a rainha – as rainhas, pois com Carlos II houve duas – paria ou não paria. O rei era fraco, adoentado e estava meio chalupa, o que não é de admirar se considerarmos que ele era filho de tio e sobrinha, e que cinco dos seus oitos bisavós provinham em linha direta de Joana, *a Louca*. Portanto, imaginem o quadro clínico. Além disso, era feio todos os dias. Mesmo assim, como era rei e era tudo o que tínhamos, arranjaram-lhe uma esposa. A primeira foi a franciú Maria Luísa de Orleães, que morreu jovem sem parir, possivelmente de nojo e aborrecimento. A segunda foi a alemã Mariana de Neoburgo, recrutada numa família de mulheres férteis como coelhas, a quem o meu compadre Juan Eslava Galán, com a sua habitual finura psicológica, definiu magistralmente como *ambiciosa, calculista, altiva, desabrida e insatisfeita sexual, que hoje seria a governanta ideal de um local de sadomasoquismo*. Nada resta por acrescentar a tão perfeita definição, exceto que a tudesca, apesar dos seus esforços – fico espantado só de os imaginar –, também não ficou prenhe, embora tivesse um jesuíta como favorito e conselheiro, e Carlos II foi morrendo sem deixar um rebento. Espanha, como dissemos, já era uma potência secundária, mas ainda tinha peso, e as coisas da América prometiam futuro se caíssem em boas mãos, como demonstravam os Ingleses nas colónias do Norte, à anglo-saxónica, não deixando índio vivo e montando cenas muito produtivas. Por isso, os últimos anos do traste Carlos foram amenizados com intrigas e conspirações de todo o tipo protagonizadas pela rainha e seus acólitos, pela Igreja – sempre disposta a molhar o bolo no chocolate –, pelos embaixadores francês e austríaco, que aspiravam fornecer um novo monarca, e pela corrupta classe dirigente espanhola, que viveu todo o reinado de Carlos II a gamar tudo o que podia e a deixar-se subornar, encantada da vida, por uns e por outros. Assim, em novembro de 1700, último ano de um século que os Espanhóis tinham começado como donos do universo, como se fosse uma copla de Jorge Manrique, o último dos Áustrias desceu à fria sepultura, o trono ficou vacante e Espanha viu-se de novo, para não perder o costume, em vésperas de outra linda guerra civil. Porque o corpo já estava a pedi-la.

34. Um Desastre Militar e Diplomático

Morreu Carlos II em 1700, como estávamos a contar, e armou-se outra confusão. Antes de bater a bota sem filhos, com todo o bicho careta a soprar-lhe ao ouvido sobre a quem devia ele deixar o trono, se aos Bourbons de França ou aos Áustrias do outro lado, assinou que o deixava aos Bourbons e esticou o pernil. O afortunado a quem lhe coube o trono de Espanha – é uma forma de dizer, porque vejam só a prenda que a criatura recebeu – foi um rapaz chamado Filipe V, neto de Luís XIV, que veio de má vontade, porque o que lhe iriam dar já lhe cheirava a esturro. Por sua vez, o candidato rejeitado, que era o arquiduque Carlos, levou isto a peito; e pior ainda a sua família, os reis da Áustria. A Inglaterra não entrara no sorteio; mas, fiel à sua eterna política de não consentir uma potência poderosa nem um bom governo na Europa (para isso meter-se-iam depois na União Europeia, para a rebentarem por dentro), aliou-se à Áustria para impedir que a França, com a Espanha e a América espanhola como parente e aliada, se tornasse demasiado forte. Assim começou a Guerra da Sucessão, que durou doze anos e que acabou por ser uma guerra europeia de caixão à cova, pois o pessoal tomou partido por uns ou por ouros; e embora todos molhassem o pão na sopa, no fim, como de costume, a fatura foi paga por nós: Austríacos, Ingleses e Holandeses atiraram-se como abutres para ver o que podiam rapinar, invadiram as nossas possessões na Itália, saquearam as costas andaluzas, atacaram as frotas da América e desembarcaram em Lisboa para conquistarem a península e porem no trono o rapaz austríaco. A carnificina foi longa, custosa e cruel, pois foi travada em grande parte em solo espanhol, e além disso as pessoas de cá dividiram-se quanto a lealdades, como é costume acontecer, consoante o lado onde tinham ou julgavam ter a carteira. Castela, Navarra e o País Basco optaram pelo lado francês de Filipe V, enquanto Valência e o reino de Aragão, que incluía a Catalunha, se pronunciaram pelo arquiduque austríaco. As tropas austracistas chegaram a ocupar Barcelona e Madrid, e houve algumas batalhas, como as de Almansa, Brihuega e Villaviciosa. No fim, a Espanha bourbónica e a sua aliada, a França, ganharam a guerra; mas já éramos tão trastes militar e

diplomaticamente que até os vencidos ganharam mais do que nós, e a vitória de Filipe V custou-nos couro e cabelo. Com a Paz de Utreque, todos beneficiaram menos o interessado. A França manteve a sua influência mundial, mas a Espanha perdeu todas as possessões europeias que ainda lhe restavam: Bélgica, Luxemburgo, Sardenha, Nápoles e Milão; e finalmente, Gibraltar e Menorca ficaram retidas pelos Ingleses como bases navais para a sua esquadra no Mediterrâneo. Além disso, ficámos com algumas graves pontas soltas internas, que se podem resumir na questão catalã. Durante a guerra, os dali tinham-se declarado a favor do arquiduque Carlos, entre outras coisas porque a invasão francesa de meio século antes, aquando da Guerra da Catalunha sob Filipe IV, tornara detestáveis os libertadores franciús, e já se sabia muito bem o que Luis XIV fazia aos foros catalães e aos outros. E ainda por cima, agora, decidido a transformar esta ancestral casa de putas numa monarquia moderna e centralizada, Filipe V decretara que: *Julguei conveniente (pelo meu desejo de reduzir todos os meus reinos de Espanha à uniformidade de umas mesmas leis, usos, costumes e tribunais, regendo-se igualmente todos pelas leis de Castela) abolir e derrogar inteiramente todos os foros*. Assim, aquilo que ao princípio foi uma tomada de posição catalã entre rei Bourbon ou rei austríaco, apostando – o que já é pouca sorte – no perdedor, acabou por ser uma guerra civil local, outra para o nosso recheado arquivo de imbecilidades domésticas, quando Aragão voltou à obediência nacional e toda a Espanha reconheceu Filipe V, exceto a Catalunha e as Baleares. Confiando numa ajuda inglesa que não chegou (pelo contrário, os seus antigos aliados contribuíam agora para o bloqueio por mar da cidade), Barcelona, abandonada por todos, bombardeada, entrincheirou-se numa defesa heroica e sentimental. Perdeu, é claro. Faz agora trezentos anos que isso aconteceu. E quando uma pessoa perde, trama-se: Filipe V, como represália, tirou aos catalães todos os foros e privilégios – conservaram-nos, pela sua lealdade ao Bourbon, bascos e navarros –, que só seriam recuperados na Segunda República. No entanto, invejavelmente fiéis a si mesmos, no dia seguinte ao da derrota, os vencidos já estavam de novo a trabalhar, dando início (graças ao decreto que anulava os foros mas provia outras vantagens, como a de comercializar com a América) a três séculos de pujança económica nos quais se afirmou a Catalunha laboriosa e próspera que hoje conhecemos. Ou conhecíamos.

35. Estrangeirismo e Doutrinas Malsãs

Filipe V, o primeiro Bourbon, também não foi para nós nenhum tesouro. Acabou meio louco, abdicou no filho Luís I, que era um doidivanas e putanheiro, mas felizmente morreu cedo, aos dezoito anos, e Filipe V voltou a reinar de uma forma mais nominal do que outra coisa, pois quem passou a mexer os cordelinhos foi a sua esposa, a rainha Isabel de Farnésio, que governou à sua maneira, apoiada em dois favoritos que foram, sucessivamente, o cardeal Alberoni e o barão de Riperdá. Tudo podia ter ido outra vez com os porcos com muita facilidade, mas desta vez tivemos sorte, porque os tempos tinham mudado. A Europa movia-se devagar em direção à razão e ao futuro, e a porta que a nova dinastia abrira em França deixou entrar coisas interessantes. Como dizia o meu outras vezes mencionado livro de texto do segundo ano do liceu (insisto: *nihil obstat* do censor, cónego D. Vicente Tena), *o estrangeirismo e as doutrinas malsãs infiltraram-se na nossa pátria*. Na verdade, não se infiltraram totalmente como deviam, quem dera que tivesse sido mais; mas alguma coisa houve, e não foi pouco. A resistência dos setores mais obtusos da Igreja e da aristocracia espanhola não podia pôr diques eternos ao decurso da História. Havia novas ideias a galoparem pela Europa, assim como homens iluminados, perspicazes e inteligentes, mais interessados em estudar os *Principia Mathematica* de Newton do que em discutir se o Purgatório era sólido, líquido ou gasoso: gente que pretendia utilizar as ciências e o progresso para finalmente modernizar este obscuro pátio de Monipódio situado a sul dos Pirenéus. Pouco a pouco, isso foi criando o ambiente adequado para um certo progresso que, à medida que o século avançou, se tornou patente. Durante os dois reinados de Filipe V, vinculado a França pelos pactos de família, a Espanha viu-se envolvida em vários conflitos europeus dos quais não tirou, como era de esperar, senão os pés frios e a cabeça quente; mas no interior as coisas acabaram por melhorar muito, ou começaram, naquela primeira metade do século XVIII em que, pela primeira vez em Espanha, religião e justiça se separaram, e se distinguiu entre pecado e delito. Ou, pelo menos, tentou-se. Foi assim chegando ao poder uma interessante sucessão de funcionários, ministros e até militares iluministas que liam livros, que estudavam ciências, que ouviam mais os homens sábios e os filósofos do que os confessores e se preocupavam mais com a salvação do Homem neste

mundo do que no outro. E aquele país reduzido a seis milhões de habitantes, com uma quinta parte de mendigos e outra de frades, freiras, fidalgos, rentistas e ociosos, as finanças na bancarrota e o prestígio internacional de rastos, começou devagar a levantar a cabeça. Isto consolidou-se mais a partir de 1746 com o novo rei, Fernando VI, filho de Filipe, que disse não às guerras e seguiu o costume de nomear ministros competentes, gente capaz, iluminista, com vontade de trabalhar e visão de futuro que, apesar das contradições e vaivéns do poder e da política, fez do nosso século XVIII, provavelmente, o mais esperançoso da dolorosa história de Espanha. Naquela primeira metade do século favoreceram-se as ciências e as artes, criou-se uma marinha moderna e competente e, sob a proteção real e estatal fundaram-se as academias da Língua, da História e da Medicina, e a Biblioteca Nacional. Por aí foram chegando até nós funcionários eficazes e ministros brilhantes como Patiño ou o marquês de la Ensenada. Este último, aliás, foi um fora de série: um tipo culto, competente, ativo, protótipo do ministro iluminista que manteve contacto com os cientistas e filósofos europeus mais destacados, fomentou a agricultura nacional, abriu canais de irrigação, aperfeiçoou os transportes e as comunicações, restaurou a Real Armada e protegeu tudo o que tinha que ver com as artes e as ciências: resumindo, uma dessas grandes personagens em relação aos quais Espanha e os Espanhóis têm uma dívida imensa e da qual, é evidente, para não faltar ao costume, nenhum estudante espanhol conhece hoje o nome. Mas nenhum destes avanços e modernidades foi levado a cabo sem resistência. Dois elementos opuseram-se acirradamente a que a Espanha do progresso e do futuro levantasse a cabeça. Um, externo, foi Inglaterra: o pior e mais vil inimigo que tivemos durante todo o século XVIII. O outro, interno e não menos ativo em vilania e maneiras, foi o setor mais extremista e reacionário da Igreja Católica, que via o Iluminismo como feudo de Satanás. Mas contaremos isso no próximo capítulo.

36. Vade Retro, Iluminismo

Estávamos aí, em pleno século XVIII, com Fernando VI e a caminho de Carlos III, num contexto europeu de iluminismo e modernidade, enquanto Espanha

tirava pouco a pouco a cabeça do buraco, criavam-se sociedades económicas de amigos do país e a ciência, a cultura e o progresso ficavam na moda. Este progresso, no entanto, tropeçava nos setores ultraconservadores da Igreja Católica, que não estava disposta a largar a faca e o queijo, e a água benta em que nos banhara durante séculos. Por isso, a partir dos púlpitos e dos confessionários, os setores radicais daquela instituição procuravam desacreditar a ímpia modernidade reservando-lhe todas as penas do inferno. Felizmente, na própria classe eclesiástica havia gente douta e instruída com ideias avançadas, *novatores* que compensavam a questão. Isto mudava pouco a pouco. O problema estava em que a ciência, o novo Deus daquele século, descobria a careca à religião, e teólogos e inquisidores, renitentes a perder a sua influência, continuavam a defender-se como tigres de Bengala. Por isso, enquanto em Inglaterra e França os homens de ciência gozavam de atenção e respeito, cá não se atreviam a levantar a voz nem a entrar em profundidades, pois a Inquisição podia cair-lhes em cima se pretendessem basear-se na experiência científica em vez de nos dogmas de fé. Isto acabou por impor aos doutos um silêncio prudente, tipo será melhor não complicar a vida, colega, ocorrendo até a aberração de, por exemplo, Jorge Juan e Ulloa, os dois marinheiros cientistas mais brilhantes do seu tempo, terem de se autocensurar nalgumas conclusões para não contradizerem os teólogos quando regressaram de medir o grau do meridiano na América. E assim chegou a dar-se a circunstância sinistra de, nalguns livros de ciência, figurar a pitoresca advertência: *Apesar de isto parecer demonstrado, não se deve acreditar porque se opõe à doutrina católica*. Isto é do caraças! Foi esta a razão, entre outras, pela qual, enquanto outros países tiveram Locke, Newton, Leibniz, Voltaire, Rousseau ou D’Alembert, e em França tiveram a *Encyclopédie*, nós por cá o máximo que tivemos foi o *Teatro Crítico Universal* do padre Feijoo, e já foi muito, ou pouco mais, porque todo o bicho careta andava com medo de ser apontado pelo dedo dos pensadores, teólogos e moralistas aferrados ao rançoso aristotelismo e escolasticismo que dominava as universidades e os púlpitos (é aterrador imaginar quanto talento, ilusões e futuro foram sufocados nessa infame armadilha de onde não havia forma de sair). E desse modo, como viria a escrever Jovellanos, quando no estrangeiro progrediam a física, a anatomia, a botânica, a geografia e a história natural, *nós damos cabo da cabeça e afundamos as salas de aula com gritos sobre o Ente ser unívoco ou análogo*. Este encanar a perna à rã afastou-nos do progresso prático e dificultou muito os passos que, apesar de tudo, homens doutos e frequentemente corajosos – é justo reconhecer que alguns foram eclesiásticos dignos – deram na direção

correta, apesar dos entraves e perigos; como quando o governo decidiu implantar a física newtoniana nas universidades e a maior parte dos reitores e catedráticos se opuseram a essa iniciativa, ou quando o Conselho de Castela encarregou o capuchinho Villalpando de incorporar as novidades científicas na universidade e os novos textos foram rejeitados pelos docentes. Por isso, Espanha foi percorrendo esse caminho inevitável rumo ao progresso e à modernidade mais devagar do que os outros, a coxear, maltratada e amiúde de má vontade. Quase todos os textos capitais desse tempo figuravam no *Index* de livros proibidos, e só havia dois caminhos para os que pretendiam tirar-nos do poço e olhar de frente para o futuro. Um era participar na rede de correspondência e livros que circulavam entre as elites cultas europeias e, quando era possível, trazer para Espanha operários especializados, inventores, engenheiros, professores e sábios de reconhecido prestígio. O outro era ir estudar ou viajar para o estrangeiro, percorrer as principais capitais da Europa onde frutificavam as ciências e o progresso, e regressar com ideias frescas e vontade de as aplicar. Mas isso estava ao alcance de muito poucos. A grande massa dos Espanhóis, o povo chão, continuava a ser inculta, apática, obtusa, alheia às duas elites, ou ideologias, que nesse século XVIII começavam a perfilar-se e que em breve marcariam para sempre o futuro da nossa dilacerada história: a Espanha conservadora, castiça, agarrada de forma radical à tradição do trono, do altar e das essências pátrias, e a outra, a iluminista, que pretendia abrir as portas à razão, à cultura e ao progresso.

37. A Pérfida Álbion

O pior inimigo externo que Espanha teve no século XVIII – e houve alguns – foi Inglaterra. À ânsia britânica de que nunca houvesse bons governos na Europa foi preciso acrescentar a sua rivalidade com o Império Espanhol, que teve o mar como principal cenário. As possessões espanholas na América eram um bolo cobiçado, e o fluxo de riquezas através do Atlântico era demasiado tentador para não lhe dar dentadas. Apesar dos muitos sinais de recuperação, a Espanha não tinha indústria, quase não fabricava nada próprio e vivia de comprar tudo com o

ouro e a prata que, das minas onde trabalhavam os índios escravizados, continuavam a chegar às bateladas nas frotas de galeões. E era aqui que batia o ponto. Muitas fortunas na City de Londres foram feitas com o que se tirava a Espanha e às suas colónias: acabámos num fartar vilanagem, porque todos se aproximavam para nos roubarem. O monopólio comercial espanhol com as suas possessões americanas era mal visto pelas companhias mercantis inglesas, que atiraram contra nós os seus corsários (ladrões autorizados pela Coroa), os seus piratas (ladrões por conta própria) e os seus contrabandistas. Havia bofetadas para se porem na fila predadora, tipo, quem é o último daqui para ir roubar, ao ponto de aquilo ser um comedouro, ou bebedouro, ou seja lá o que for, de patos. Isso, é claro, engordava as colónias britânicas na América do Norte, cuja próspera burguesia, fazendo fortuna com as suas coisas e com as nossas entre extermínio e extermínio de índios começava já a pensar em separar-se de Inglaterra. Espanha, embora tivesse recuperado muito com os Bourbons – obras públicas, avanços científicos, correios, comunicações – do desastre com que se despediram os Áustrias, continuava sem levantar a cabeça, apesar das tentativas iluministas para a conduzirem para o futuro. E aí tiveram o seu papel ministros e homens interessantes como o marquês de la Ensenada que, decidido a enfrentar Inglaterra no mar, reformou a Real Armada, dotando-a de bons barcos e excelentes oficiais. Embora fosse tarde para devolver Espanha à categoria de primeira potência mundial, essa política permitiu que continuássemos a ser respeitáveis em matéria naval durante o que restava de século. Prova de como Ensenada ia bem encaminhado é o facto de os Ingleses não pararem de lhe pregar rasteiras, conspirando e subornando até conseguirem que o rei o saneasse (afinal de contas, isto continuava a ser Espanha, e em Londres conheciam-nos até pelo andar); e nada diz tanto em favor desse ministro, nem é tão vergonhoso para nós, como a carta enviada pelo embaixador inglês para Londres a festejar a sua queda: *Os grandes projetos para o fomento da Real Armada ficaram suspensos. Já não se construirão mais navios em Espanha*. De qualquer maneira, com Ensenada ou sem ele, o nosso século XVIII foi o século por excelência da Marinha espanhola, e continuaria a sê-lo até tudo ir por água abaixo em Trafalgar. O problema era que nós tínhamos barcos potentes, bem construídos, assim como oficiais de elite com excelente formação científica e marinheira, mas escasseavam as boas tripulações. O sistema de recrutamento era infame, os pagamentos eram péssimos e os que voltavam doentes ou mutilados eram condenados à miséria. Ao contrário dos marinheiros ingleses, que obtinham prémios pelos saques e outros benefícios, as tripulações espanholas não viam um

reles centavo, e qualquer marinheiro com experiência procurava evitar os barcos da Real Armada, preferindo a marinha mercante, a pesca e até, como agora, as marinhas estrangeiras. O que se passa, como acontece sempre, é que em todos os momentos houve gente com patriotismo e valentia, e, apesar de a Administração ser desastrosa e corrupta até dar vómitos, alguns marinheiros notáveis e algumas tripulações heroicas protagonizaram feitos magníficos no mar e em terra, esmurrando o focinho dos Ingleses em muitas ocasiões. O que, tendo em conta a malta da altura, a bandeira que serviam e o pouco agradecimento dos seus compatriotas, tem duplo mérito. O férreo Blas de Lezo mandou o comodoro Vernon às urtigas em Cartagena, Velasco bateu-se como um tigre em Havana, Gálvez – herói nos Estados Unidos, desconhecido em Espanha – imortalizou-se na tomada de Pensacola, e navios como o *Glorioso*, antes de arriarem a bandeira, souberam fazer com que os Ingleses pagassem cara a vitória. Até o grande Horatio Nelson (pormenor que os historiadores britânicos calam por pudor) ficou maneta quando quis tomar Tenerife à força, e os de lá, que ainda não estavam habituados ao turismo, deram-lhe uma tareia de escacha pessegueiro. Toma lá, ó fantasma e paspalhão, que já levaste.

38. Alguns Homens Bons

Além de transformar Madrid e outros lugares em sítios bastante bonitos, na medida do possível, Carlos III foi um rei simpático. Não no aspeto pessoal – a contar anedotas aquele Bourbon não era nada do outro mundo –, mas sim nas suas intenções e maneiras. Vinha de Nápoles, de onde, por essas tramoias dinásticas de então, ele tinha sido rei, e trazia de lá gostos, ideias e modos que o aproximavam muito da modernidade. É claro que em Espanha isso chocava com a obscuridade tradicional dos setores mais reacionários, que continuavam a puxar para o outro lado. Mas, ainda assim, em vinte e nove anos de reinado este monarca de boas intenções fez o que pôde. Foi um rei iluminista que procurou rodear-se de gente competente. Se numa hemeroteca consultarmos a *Gazeta de Madrid* correspondente ao seu tempo, ficaremos embasbacados, admirados com a quantidade de leis justas e oportunas com que aquele decentíssimo Bourbon

tentou abrir as janelas e arejar o cheiro a bafio e sacristia que rarefazia este lugar. Houve apoio à investigação e à ciência, repovoamento de regiões abandonadas com imigrantes e leis eficazes que faziam justiça aos desfavorecidos, rompiam com o imobilismo de grémios e corporações de cariz medieval, permitiam que os filhos vivessem de trabalhos honrados e abriam às mulheres a possibilidade de exercer ofícios que até então lhes tinham sido vedados. Parecia, resumindo, que era possível uma outra Espanha; e na verdade essa Espanha consolidou-se bastante, despontando esperanças que nunca mais se perderiam. Mas nem tudo foram alegrias. A coisa bélica, por exemplo, andou bastante mal. Os pactos de família com a França e o apoio às colónias rebeldes da América do Norte na sua guerra de independência (apoiámos como linces aqueles que depois nos despojariam totalmente) mergulharam-nos em guerras com Inglaterra das quais pagámos as favas, como sempre, e o total da fatura, perdendo umas possessões e recuperando outras, mas sem nunca conseguirmos deitar a mão a Gibraltar. Pelo lado eclesiástico, os reformadores e iluministas próximos de Carlos III continuavam empenhados em cortar as asas da Igreja Católica, que continuava a ser o galo da capoeira, e educar o povo para o afastar de superstições e barroquismos imobilistas. Nessa altura, a poderosa Companhia de Jesus representava tudo o que aqueles iluministas detestavam: potência intelectual, apoio do papa, vasta rede de colégios onde se educavam os nobres e os ricaços, influência como confessores de reis e rainhas, e outros *et ceteras*. Deste modo, sob o pretexto de um motim popular contra o ministro reformista Squillace (um italiano que não sabia em que país arriscava o dinheiro e o pescoço), motim a que os jesuítas não foram totalmente alheios, Carlos III decretou a sua expulsão de Espanha. No entanto, a Igreja Católica (as outras ordens religiosas, afinal também espanholas, adoraram que lhes tirassem da frente os rivais inacianos) continuou entrincheirada nos seus privilégios, púlpitos e confessionários, e a Inquisição ganhou um ponto demolidor com a detenção e processo do ministro Olavide, condenado por progressista e por executar reformas que o rei lhe tinha encomendado, e a quem depois, quando os corvos negros lhe caíram em cima, todos abandonaram, incluindo o rei – nisto Carlos III fica um pouco menos simpático –, atirado como a merda de uma ponta de cigarro. A punição de Olavide acagaçou bastante o pessoal, e os reformistas, embora sem renunciarem ao que defendiam, começaram daí em diante a andar com mais cuidado. Por isso, uma boa parte das reformas reduziram-se a remendos ou arranjos parciais, se não mesmo em baixar totalmente as calças. Houve então uma tentativa interessante, que foi transformar o teatro, que era o divertimento popular mais estimado –

aquilo que hoje é a televisão –, em veículo de educação, reforma de costumes e exemplo de patriotismo laborioso e bem entendido, mostrando modelos de bons cidadãos, de juízes incorruptíveis, de burgueses trabalhadores, de artesãos honrados, de prudentes pais de família. Mas, como seria de esperar, isto só foi valorizado por alguns. Os grandes êxitos continuavam a ser sainetes soezes, episódios chocarreiros que encaixavam mais no gosto, não só do povo resignado e inculto, mas também de uma nobreza frívola e às vezes analfabeta: aquela aristocracia castiça de missa e trono, que preferia as modas e maneiras da populaça de Lavapiés ou a ciganagem de Sacromonte às luzes da razão, do progresso e do bom gosto que já estavam a iluminar a Europa.

39. Mais Uma Vez Foi Tudo por Água Abaixo

No final do século XVIII, com o desaparecimento de Carlos III e dos seus ministros iluministas, gorou-se de novo a esperança de que isto se tornasse um lugar decente. Tinham sido quase três décadas de progresso, de iniciativas sociais e científicas, de eficiente centralismo de acordo com o que naquele momento as nações modernas praticavam na Europa. Aquela Espanha indolente de missa, rosário, touros e sainetes de Ramón de la Cruz ainda continuava com o lastro da sua própria preguiça, incapaz de tirar proveito do vasto império colonial, travada por uma aristocracia ociosa e por uma Igreja Católica que defendia os seus privilégios com unhas e dentes: mas a verdade é que, impulsionada por homens inteligentes e lúcidos que combatiam tudo isso, começava a levantar pouco a pouco a cabeça. Nunca Espanha tinha sido tão unitária e tão diversa ao mesmo tempo. Tínhamos monarquia absoluta e ministros todo-poderosos, mas não era, pela primeira vez, em benefício exclusivo de uma casa real ou de quatro vadios com título nobiliárquico, e sim de toda a nação. Os catalães, que já podiam fazer comércio com a América e andavam com os seus negócios em alta, estavam encantados, tipo tira-me foros mas dá-me pesetas. Os bascos, integrados nos mecanismos do Estado, na administração, no comércio e nas forças armadas – havia apelidos de lá em todas as façanhas bélicas da época –, nem bêbedos discutiam a sua espanholidade. E

os outros, era quase a mesma coisa. Espanha, devagar mas notoriamente, começava a respeitar-se a si mesma, e embora ficassem carradas de coisas por resolver tanto cá como na América hispânica, o futuro mostrava-se promissor. E então, por essa estranha maldição quase bíblica, ou sem o quase, que pesa sobre esta desgraçada terra, onde somos tão dados a destruir tudo o que conseguimos edificar, a Carlos III sucedeu o imbecil do seu filho Carlos IV, em França rebentou uma revolução sangrenta que mudaria a Europa, e tudo, mais uma vez, foi à vida. Ao quarto Carlos, bondoso, apático e um merdas como só ele era, a Espanha recebida em herança era demais para ele. Para piorar a situação, ainda o casaram com a sua prima Maria Luísa de Parma que, além de ser a princesa mais feia da Europa, era mais puta que as putas. Aquilo não podia acabar bem e, para apimentar a caldeirada, entrou em cena Manuel Godoy, que era um guarda de palácio alto, simpático, jeitoso e bonitão: uma espécie de Bertín Osborne que, além de papar a rainha, também agradava ao rei, que o fez superministro de tudo. E assim Espanha ficou nas mãos daquele nefasto *ménage à trois*, precisamente – é mesmo pouca sorte, porra – num momento em que teria necessitado de boa cabeça e de ainda melhor pulso ao leme do barco. Porque, por essas datas tinha rebentado na vizinha França uma revolução de vinte pares de colhões: a guilhotina não dava vazão, despachando primeiro aristocratas e depois toda a gente, e ao rei Luís XIV – outro mãos de manteiga tipo Carlos IV – e à sua consorte Maria Antonieta tinham-lhes feito a barba em seco. Isto causou em toda a Europa uma reação, primeiro horrorizada e depois belicosa, e todas as monarquias combinaram declarar guerra à França regicida. Espanha também, que remédio! E em honra dos revolucionários franciús, temos de reconhecer que eles, a cantarem a sua *Marselhesa* em jeito de enfantsdelapatri, nos deram um arraial de pancadaria nos Pirenéus, pois chegaram a ocupar Bilbau, S. Sebastião e Figueras. A reação espanhola, temendo que o vírus revolucionário contagiasse a malta de cá, foi fechar a sete chaves a fronteira e esmagar todos os que falavam de iluminismo, modernidade e progresso. A Igreja Católica e os setores mais jarretas esfregaram as mãos, e Espanha, mais uma vez para sua desdita, transformou-se de novo em defensora acérrima do trono e da fé. Havia reformas que já eram imparáveis, e há que dizer a favor de Godoy que este, para quem o cargo era demasiado pesado, mas de modo algum era parvo, deu proteção a cientistas, literatos e gente iluminista. Mesmo assim, a travagem em matéria de liberdades e modernidade foi geral. Todos os que até então defendiam reformas políticas foram considerados suspeitos; e, conhecendo a fibra espanhola, procuraram esconder a cabeça debaixo da asa, não fosse haver carne assada.

Ainda por cima, os nossos novos aliados ingleses – encantados, como sempre, com o facto de a Europa estar em revolução e em guerra –, depois de nos terem lixado durante o século todo, aproveitaram a confusão para continuarem a tramar-nos na América, no mar e onde pudessem. E então, senhoras e senhores, para dar o golpe de misericórdia naquela Espanha que podia ter sido mas não foi, apareceu em França um fulano chamado Napoleão.

40. Napoleão Inferniza-nos

Godoy não era parvo nenhum. Como eu disse, até foi esperto e empenhado, mas a coisa que ele ganhou a pulso enrugando lençóis do leito real, governar Espanha, não era nada fácil. Façam vocês mesmos as contas: uma rainha intriguista, um rei bondoso e estúpido, uma Igreja Católica irredutível, uma aristocracia inculta e inapresentável, um progresso acagaçado com os excessos guilhotineiros da Revolução Francesa e um povo analfabeto, indolente, com mais tendência para os touros e para os sainetes de janotas e coplas tipo *Sálvame* – e continuamos todos assim – do que para o estudo e o trabalho, de que poucos costumavam dar o exemplo. Aqueles, é claro, não eram vime para fazer cestos. A isso temos de acrescentar a má-fé tradicional da Grã-Bretanha, com os seus comerciantes sempre com um olho ávido posto nas nossas coisas da América e no Mediterrâneo que, mediante o habitual cinismo inglês, procuravam borrar a pintura o mais possível. O que, em plena crise revolucionária europeia, com aquela Espanha indecisa e mal governada, estava no papo. A verdade é que Godoy, apesar das suas boas intenções (era um rapaz moderno, protetor de iluministas como o dramaturgo Moratín), se viu entre a espada e a parede, ou seja, entre os Ingleses, que se marimbavam para o que não estava escrito, e os Franceses, aos quais Napoleão já se impunha e que se mostravam uns fanfarrões insuportáveis. Alianças e várias contra-alianças levaram-nos por fim de um lado para o outro, de lutar contra a França a sermos seus aliados para enfrentarmos a Inglaterra, pagando nós a fatura, como de costume. Houve uma guerrinha cómoda e facílima contra Portugal – a guerra das Laranjas –, a tentativa de tomada de Tenerife por Nelson, onde os canários lhe fizeram perder um braço e

onde esse gabarolas de merda levou pancada de criar bichos, e uma batalha de Trafalgar, já em 1805, onde a pouca envergadura política de Godoy nos pôs sob o comando incompetente do almirante franciú Villeneuve, e onde Nelson, apesar de ter batido a bota no combate, se fez pagar o braço tenerifense obrigando-nos a engolir uma derrota do caneco. O que aconteceu em Trafalgar foi grave por muitos motivos: além de ficarmos sem barcos para proteger as comunicações com a América, converteu os Ingleses em donos do mar durante quase um século e meio, e a nós deixou-nos de rastos porque a Marinha espanhola ficou ali destroçada, pois naquela data era comandada por oficiais de elite como Churruca, Gravina e Alcalá-Galiano, marinheiros e cientistas iluministas, herdeiros prestigiados de Jorge Juan, que liam livros, sabiam quem era Newton e eram respeitados até pelos seus inimigos. Trafalgar acabou com tudo isso, barcos, homens e futuro, e deixou-nos em ponto de rebuçado para os desastres que chegariam com o novo século, enquanto as duas Espanhas que tinham vindo a despontar como resultado das ideias modernas e do enciclopedismo, ou seja, e resumindo de forma fácil, a partidária do trono e do altar e a inclinada a pô-los de pernas para o ar, se iam definindo com mais nitidez. Espanha tinha registado muitas mudanças positivas, e até nos setores reacionários havia a tendência inevitável para a modernidade que também se sentia nas colónias americanas, que ainda não questionavam a sua espanholidade. Tudo podia ter sido conseguido, progresso e independências americanas, de forma natural, amigável, ao seu próprio ritmo histórico. Mas a incompetência política de Godoy e a personalidade arrogante de Napoleão fabricaram uma cilada mortal. Com o pretexto de conquistar Portugal, o já imperador dos Franceses introduziu os seus exércitos em Espanha, anulou a família real, que deu o maior exemplo de baixeza, servilismo e abjeção da nossa história e, depois de ter derribado o favorito no motim de Aranjuez (organizado pelo príncipe herdeiro Fernando, que odiava Godoy), levou para Baiona, em França, convidados formalmente mas prisioneiros na prática, os reis velhos e o principezinho, que deram ali um espetáculo de ruindade e desavenças familiares que ainda hoje envergonha recordar. Sob tutela napoleónica, Carlos IV acabou por abdicar a favor de Fernando VII, mas aquilo foi só uma fachada. A península estava ocupada por exércitos franceses, e o imperador, ignorando com que súbditos estava a lidar, decidira afastar os Bourbon do trono espanhol, nomeando um rei da sua família. *Um povo governado por padres* – escreveu ele, convencido – *é incapaz de lutar*. Isto foi o fino psicanalista a dizer. Como militar e imperador Napoleão era espetacular, mas como profeta não via um boi.

41. Dias e Anos de Cólera

E agora, a tragédia. Porque para alguns aquilo deve ter sido dilacerante e terrível. Ponham-se na pele de um espanhol com inteligência e cultura. Imaginem alguém que lesse livros, que olhasse para o mundo com espírito crítico, convencido de que as Luzes, o iluminismo e o progresso que percorriam a Europa iriam tirar Espanha do sinistro poço onde reis incapazes, padres fanáticos e gentalha ladra e oportunista nos tinham mantido durante séculos. E considerem que esse espanhol de boa vontade, olhando para lá dos Pirenéus, chegava à conclusão de que a França napoleónica, filha da Revolução mas já temperada pelo bom senso dos seus cidadãos e pelo génio de Bonaparte, era o foco de luz adequado, o farol que podia animar os espanhóis de bom critério a sacudir o miserável pó em que viviam envoltos e fazer deste um país moderno e com futuro: livros, ciência, deveres civis, responsabilidade intelectual, espírito crítico, livre debate de ideias e outros *et ceteras*. Imaginem, portanto, que esse espanhol, homem bom, recebe com júbilo a notícia de que Espanha e França são aliadas e que daí em diante caminharão de mãos dadas, e compreende que aí se abre uma porta estupenda pela qual a sua pátria, transformada em nação solidária, irá respirar um ar diferente do das sacristias e dos calabouços. Imaginem esse espanhol, com todo o seu entusiasmo, a ver que os exércitos franceses, nossos aliados, entram em Espanha com a fanfarronice de quem é o dono da Europa. E que Carlos IV, a sua legítima esposa, o miserável do seu filho Fernando e o bonitão Godoy, ou seja, a família Telerín[11], são levados para França, meio convidados meio prisioneiros, enquanto Napoleão decide pôr como rei em Espanha um irmão seu. Um tal Pepe. E que as pessoas não suportam e começa a revolta, primeiro baixinho e depois em voz alta, quando os militares franciús começam a pavonear-se e a arrastar os sabres pelos teatros, pelos touros e pelos cafés e a apalpar o cu das dançarinas de flamenco. E então, por tão pouco tato, acontece o que neste país de briga e navalha tem irremediavelmente de acontecer, isto é, a chusma mais analfabeta, bruta e selvagem, a que nada tem a perder, a de sete molas, clac, clac, clac, e navalhada na virilha, arma uma

confusão de vinte pares de tomates em Madrid, no dia 2 de maio de 1808, e, embora no princípio só tenham saído à rua para limpar o sebo dos franciús os mortos de fome, os chulos dos bairros marginais e as tipas de Lavapiés, enquanto toda a gente dita da ordem fica em suas casas à espreita e as autoridades lambem o cu aos Franceses, a coisa vai aquecendo, Murat (que é o chefe dos maus) manda fuzilar a esmo, os imperiais crescem, as pessoas pacíficas começam também a explodir, os padres tomam partido contra os Franceses que trazem ideias liberais, a insurreição espalha-se como um rastilho de pólvora e toda a Espanha pega em armas, à nossa maneira, isso sim, cada um por sua conta e quem chegar em último é maricas, e isto torna-se um sarrabulho peninsular de caixão à cova. E é aí que chega o drama para os lúcidos e cultos; para quem sabe que Espanha se levanta contra o inimigo errado, porque estes invasores que nós degolamos são o futuro, ao passo que as forças que defendem o trono e o altar são, na sua maioria, a incultura mais bruta e o passado mais rançoso. Por isso calculem a tragédia dos inteligentes: saber que quem traz a modernidade se converteu em inimigo, e que os nossos compatriotas combatem por uma causa errada. Daí vem o dilema e a dilaceração: escolher entre ser patriota ou ser afrancesado. Apoiar quem nos invadiu, arriscando ser degolado pelos próprios conterrâneos, ou sair a lutar ao lado destes, porque vale mais não ir contra a corrente, ou porque, por mais iluministas que se sejamos, quando um invasor mata o nosso vizinho e viola a nossa cunhada não podemos ficar em casa a ler livros. Deste modo, muitos dos que sabem que, apesar de tudo, os franceses são a esperança e são o futuro, veem-se no fim, por simples dignidade ou à força, com uma espingarda na mão, a lutar contra as suas próprias ideias em exércitos à Pancho Villa, em partidas de guerrilheiros com cruzes e escapulários ao pescoço, sermoneados por frades que afirmam que os Franceses são a encarnação do demónio. E assim, nessa guerra mal chamada da Independência (nós cá nunca nos conseguimos independentizar de nós mesmos), toda a Espanha se torna uma armadilha imensa, tanto para os Franceses como para quem – e o mais triste de tudo é isto – tinha acreditado que com eles chegavam, finalmente, a liberdade e as luzes.

42. Uma Carnificina Espanhola

A mortandade da Independência, a que na Catalunha chamaram do Francês, foi uma carnificina atroz, longa e densa, de maneiras espanholíssimas, com os seus quês de guerra civil, sobretudo ao princípio, quando os dois lados não estavam totalmente claros. Depois já se foi definindo, massa de patriotas por um lado e, pelo outro, espanhóis afrancesados com tropas – de bom grado ou à força – leais ao rei francês Pepe Botella[12], que eram menos mas estavam com os franciús, que eram os mais fortes. Quanto ao estilo, que, como digo, foi muito nosso, o melhor correspondente de guerra que alguma vez existiu, Francisco Goya, deixou fiel registo de todo aquele sarrabulho na sua arrepiante série de gravuras *Os Desastres da Guerra*; por isso, se lhes derem uma vista de olhos – estão na Internet –, poupam-me muitas explicações sobre como agiram os dois lados. Napoleão, que tinha posto toda a Europa de joelhos, achava que ia resolver isto com quatro canhonaços; mas ele estava longe de conhecer a nossa fibra. Nos primeiros momentos, com a Espanha toda sublevada, os Franceses passaram por grandes dificuldades e sofreram em Bailén uma derrota de caixão à cova, deixando lá vinte mil prisioneiros. Tomar Saragoça e Gerona, que se defenderam a ferro e fogo e com unhas e dentes também lhes custou assédios sangrentos e longos. A coisa adquiriu tão mau aspeto que o próprio Napoleão teve de vir a Espanha para dirigir as operações, tomar Somosierra e entrar em Madrid, de onde o seu irmão Pepe, perante a proximidade das tropas patriotas espanholas, tivera de sair com o rabo entre as pernas. Por fim, os exércitos imperiais foram-se apoderando do panorama, embora tenha havido cidades onde não puderam entrar ou que ocuparam durante muito pouco tempo. A única onde nunca chegaram a pôr os pés foi Cádis, ali na outra ponta, que, entrincheirada nela própria resistiu durante a guerra toda, e onde foram refugiar-se o governo patriota e o resto dos destroçados exércitos espanhóis. No entanto, embora Espanha estivesse mais ou menos oficialmente sob domínio francês, o certo é que uma boa parte nunca o esteve totalmente, pois surgiu uma modalidade de combate tão espanhola, tão nossa, que hoje os dicionários estrangeiros se referem a ela com a palavra espanhola: *guerrilla*. Os guerrilheiros eram gente dura e bronca: bandoleiros, camponeses, contrabandistas e gente assim, o melhor de cada casa, sobretudo ao princípio. Tipos desesperados que não suportavam os franciús ou tinham contas por ajustar, porque eles lhes tinham incendiado a casa, violado a mulher e atrocidades deste tipo. Depois foi-se juntando mais gente, incluindo muitos desertores dos exércitos regulares que os franceses quase

sempre costumavam derrotar quando havia batalhas em campo aberto, porque a nossa disciplina e organização era um despautério de disciplina e organização; mas a seguir, depois de cada derrota, de correr pelos campos ou refugiar-se na serra, voltavam a juntar-se e lutavam de novo, incansáveis, suprindo a falta de meios e de enquadramento militar com o mau feitio, a coragem suicida e o ódio casmurro que os Espanhóis têm quando alguma coisa ou alguém lhes fica atravessado no gasganete. Assim, a Guerra da Independência foi sobretudo uma sucessão de derrotas militares para as quais os Espanhóis pareciam marimbar-se, pois estavam sempre dispostos para a seguinte. E, desse modo, entre exércitos regulares desorganizados e com pouco êxito, mas disparatadamente pertinazes, e guerrilheiros ferozes que infestavam campos e caminhos, arrancando literalmente as tripas ao franciú que apanhassem à parte, os invasores dormiam com um olho aberto e viviam em permanente angústia, com pequenas guarnições entrincheiradas em cidades e fortins de onde só saíam em bando e sem se fiarem nem no próprio pai. Aquilo era um pesadelo com música de Paco de Lucía. Imaginem, por exemplo, o estado de espírito do correio francês a cavalo, Dupont, ou lá como se chamasse esse desgraçado, a galopar sozinho por Despeñaperros, toctoc, toctoc, a olhar acagaçado para cima, para as alturas do desfiladeiro, o suor a escorrer-lhe pela nuca, louco para chegar a Madrid, entregar o despacho, beber um chá de tília e depois relaxar numa casa de putas, quando de repente vê que lhe sai ao caminho uma partida de gajos morenos e baixotes cobertos de medalhas religiosas e escapulários, com patilhas, trabucos, navalhas e um sorriso tipo Curro Jiménez, que lhe dizem: «Ouve lá, pá, desce aí do cavalo para conversarmos um bocado». Então, no melhor dos casos, o franciú morria de enfarte, ele sozinho, poupando-se ao que vinha depois. Ouvia-se alguns a gritar durante dias.

43. Viva «La Pepa»

E assim andávamos, em plena guerra contra os Franceses, com toda a Espanha arruinada e num molho de brócolos, os campos cheios de cadáveres e a negra sombra da miséria e da fome em todo o lado, com os exércitos nacionais cada

um por sua conta, os generais odiando-se mutuamente (as desfeitas que faziam uns aos outros eram enormes; imaginem os políticos de agora com comando das tropas) e a apanharem com chefes e carne de canhão, derrota atrás de derrota mas sem nunca abrandarem, com esse afinco entre homicida e suicida que nos é tão próprio, que tanto se aplica contra o inimigo como contra o vizinho do quinto andar. A Grã-Bretanha, inimiga acérrima da França napoleónica, tinha enviado forças para a península que davam a este sarrabulho uma certa coerência militar, com o duque de Wellington como chefe supremo das forças aliadas. Houve batalhas sangrentas grandes e pequenas. La Albuera e Chiclana, por exemplo, onde os Ingleses, sempre fiéis a si mesmos na coragem e na eficácia, se portaram às mil maravilhas; e onde, é justo reconhecê-lo, as tropas espanholas estiveram esplêndidas, pois quando se viam bem comandadas e organizadas – embora isso não fosse o mais frequente – combatiam sempre com tenacidade e coragem exemplares. Por sua vez, os Ingleses, que até podem ser muito corajosos, mas tão altivos e cruéis como de costume, desprezavam os Espanhóis, faziam as coisas à sua maneira e, mais de uma vez, ao tomarem cidades aos Franceses, como Badajoz e San Sebastian, cometeram mais excessos, saques e violações do que os imperiais, comportando-se como se estivessem em terreno inimigo. E pronto. Assim, pouco a pouco, com muita pólvora e pachorra, sem contar com o sangue, os Franceses foram perdendo a guerra e retrocedendo para os Pirenéus, e juntamente com eles deram às de vila-diogo muitos dos Espanhóis, os chamados afrancesados, que por ideias honradas ou por oportunismo tinham sido partidários do rei Pepe Botella e do governo francês. Iam-se embora sobretudo porque as tropas vencedoras, para não dizer os guerrilheiros, os esquartejavam alegremente assim que lhes punham as garras em cima, e surgiam de todos os lados em socorro do vencedor, como de costume, patriotas de última hora decididos a denunciar o vizinho que invejavam, levar à força a bonitona que não lhes ligara nenhuma, encarcerar quem lhes caía mal ou fuzilar quem lhes emprestara dinheiro. E desta maneira, gente muito valiosa, cientistas, artistas e intelectuais, empreendeu o caminho de um exílio que os Espanhóis percorreriam muitas vezes no futuro; uma tragédia que se pode resumir com as tristes palavras de uma carta que Moratín escreveu de Bordéus a um amigo: *Ontem chegou Goya, velho, doente e sem saber uma palavra de francês*. De qualquer forma, e felizmente, nem todos os iluministas eram pró franceses. Graças à ajuda da esquadra britânica e à inteligência e coragem dos seus defensores, Cádis tinha conseguido resistir aos assaltos franceses. Tinha-se refugiado nela o governo patriota, e lá, na ausência do rei Fernando VII preso em França (desse filho da

grandessíssima puta falaremos noutros capítulos), entre canecas de camomila e tapas de presunto de porco preto, políticos conservadores e políticos progressistas, na medida em que podemos compreender isto naquela época, chegaram a acordo, coisa insólita entre espanhóis, para redigirem uma Constituição que regulasse o futuro da monarquia e a soberania nacional. Foi tornada pública com grande solenidade em pleno assédio francês, a 19 de março de 1812[13] – por isso foi batizada como La Pepa –, e nela participaram não só deputados espanhóis de cá, mas também das colónias americanas, que já começavam a mexer-se mas ainda não questionavam a sério a sua espanholidade. Convém assinalar que essa Constituição (tão bonita e ideal que era difícil aplicá-la na Espanha de então) limitava os poderes do rei, e por isso os mais conservadores assinaram-na a contragosto; entre outras coisas, porque os liberais, ou progressistas, ameaçavam atirar-lhes com o povo. Por isso os jarretas fizeram das tripas coração, embora decididos a mandar à merda a pobre Pepa na primeira oportunidade, e os deputados progressistas pagaram com sangue a humilhação que lhes tinham feito passar. Mais cedo ou mais tarde a gente há de encontrar-se, disseram eles. Tudo estava a cozinhar-se devagar, enfim, para que as duas Espanhas se esquartejassem uma à outra durante os duzentos anos seguintes. Por isso, assim que os Franceses se foram embora, acabou a guerra e Napoleão deu-nos um presente envenenado devolvendo-nos o rei mais infame de que Espanha tem memória, para os fiéis partidários do trono e do altar tinha chegado a ocasião de ajustar contas. A doce hora da vingança.

44. Vivan las Caenas[14]

Em março de 1812 aprovou-se, após discussões acaloradas, a infeliz Constituição pela qual Espanha se devia reger... Esta citação, que provém de um livro de texto escolar editado um século e meio mais tarde, durante o franquismo, reflete a posição do setor conservador das Cortes de Cádis e a longa projeção que as ideias reacionárias teriam no futuro. Com as suas consequências, claro. Traduzidas, fiéis ao nosso estilo histórico de cadafalso e navalha, em ódio e em sangue. Porque, ao terminar a guerra contra os Franceses, as duas Espanhas

já eram um facto inevitável. De um lado estavam os chamados liberais, alma da Constituição, partidários das ideias progressistas de então: limitar o poder da Igreja e da nobreza, com uma monarquia controlada por um parlamento. Do outro, os chamados absolutistas ou *serviles*, partidários do trono e do altar à maneira de sempre. E pronto. Cada um molhava o pão na sua própria sopa. À cagança e arrogância idealista dos liberais, que se armavam em rapazes estupendos, com umas pressas pouco compatíveis com o país real e complicado onde se arriscava o dinheiro e o pescoço, opunha-se o rancor dos setores monárquicos e beatos mais ultramontanos, que confiavam na chegada do jovem Fernando VII, recém-libertado por Napoleão, para que as coisas voltassem a ser como dantes. E no meio de uns e de outros, como de costume, encontrava-se um povo inculto e frequentemente analfabeto, religioso até à superstição, recém-saído da guerra e dos seus estragos, cujas paixões e entusiasmos eram fáceis de excitar tanto a partir de arengas liberais como dos púlpitos servis; e tão depressa vitoriava a Constituição como, no dia seguinte, dependendo do vento, pendurava de um candeeiro o liberal que apanhasse mais perto. E foi exatamente isto que aconteceu quando Fernando VII de Bourbon, o maior filho da puta que cingiu a coroa em Espanha, voltou de França (onde tinha estado a lamber o cu de Napoleão durante a guerra toda, enquanto os seus súbditos, grandes idiotas, lutavam em seu nome) e foi acolhido com entusiasmo pelas massas, devidamente condicionadas a partir dos púlpitos, ao significativo grito de *Vivan las caenas!* (ao ponto de, quando entrou em Madrid, o povo inventivo e brincalhão ter puxado ele próprio a carruagem em substituição das mulas, evidenciando a vocação hispana do momento). Nisto, os liberais mais perspicazes, prevendo o que viria depois, começaram a pôr-se ao fresco fugindo para França ou Inglaterra. Os outros, os palermas que achavam que Fernando ia engolir uma Pepa que lhe limitava os poderes e lhe afastava da orelha os bispos e cónegos (o seu nefasto conselheiro principal era precisamente um padre chamado Escóiquiz), apresentaram-se diante do rei com toda a ingenuidade, grandes trouxas, e este fulminou-os num abrir e fechar de olhos: anulou a Constituição, dissolveu as Cortes, fechou as universidades e meteu todos os que pôde na prisão, tanto partidários de um regime constitucional como os que se tinham afrancesado com Pepe Botella. Até Goya, como dissemos, teve de fugir para França. É evidente que depois veio o ajuste de contas à espanhola: todo o bicho careta se apressou a proclamar-se monárquico servil e a denunciar o vizinho. A repressão foi brutal, e assim voltou a brilhar o sol das tardes de touros, mantilha e leque, com todo o país devolvido aos sainetes de Ramón de la

Cruz, a inteligência executada, exilada ou em presídio, o monarca bem borrifado de água benta e a sórdida Espanha de sempre novamente católica, apostólica e romana. Manolo Escobar não cantava *Mi carro* e o *Porompompero*, porque o grande Manolo ainda não tinha nascido, mas por aí andava a coisa na nossa pátria cigana. Embora, é claro, não faltassem homens bons: gente com ideias e com garras que se rebelou contra o absolutismo e a insolência monárquica em conspirações liberais que, no estado policial em que se tinha convertido isto, acabaram todas mal. Muitos eram veteranos da Guerra da Independência, como o ex-guerrilheiro Espoz y Mina, e encheram-se de coragem dizendo que não tinham lutado durante seis anos para agora Espanha acabar tão infame. Mas cada tentativa foi afogada em sangue, com extrema crueldade. E a nossa mui hispânica vilania teve outro exemplo repugnante: o *El Empecinado*, um dos guerrilheiros mais populares contra os Franceses, agora general e herói nacional, envolvido numa sublevação liberal, foi executado com uma sanha arrepiante, humilhado diante do povo que pouco antes o aclamava e que agora o insultava enquanto ele ia, montado num burro ao qual tinham cortado as orelhas para o infamarem, a caminho do cadafalso.

45. Um Absoluto Filho da Puta

Além de feio – chamavam-lhe *Narizotas* –, com uma expressão torva e balofa, Fernando VII era um mau em absoluto, tão perfeito como se tivesse sido fabricado em laboratório. Se cá tivéssemos tido no seu tempo um Shakespeare, este ter-nos-ia feito um retrato da personagem que deixaria Ricardo III, por exemplo, como um vulgar travesso, um badameco que quer mas não pode. Porque, além de mal-encarado – e disso ninguém tem culpa –, o nosso Fernando VII era cobarde, vil, cínico, hipócrita, quezilento, ordinário, abjeto, desleal, embusteiro, rancoroso e vingativo. Resumindo, era um filho da puta com sótão, piscina e garagem. E foi ele, com o seu absolutismo obstinado, com a sua perversa traição àqueles que em seu nome – parvos estúpidos e heroicos – tinham lutado contra os Franceses julgando estar a fazê-lo pela liberdade, com a sua perseguição assassina de tudo o que cheirava a Constituição, quem pregou à

martelada a tampa do caixão onde Espanha se meteu a si mesma durante os dois séculos seguintes, e que aí continua como advertência sinistra de que, nesta maldita terra em que Caim nos fez o BI, a infâmia nunca morre. É claro que o Narizotas, como costuma acontecer aqui às pessoas más, morreu na cama. Mas antes reinou durante vinte anos desastrosos em que nos pôs em ponto de rebuçado para futuros desastres e guerras civis que, durante aquele século e o seguinte, seriam a nossa marca de fábrica. A nossa marca Espanha. Sustentado pela Igreja e pelos conservadores mais obtusos, apoiado numa camarilha de conselheiros analfabetos e oportunistas, aquele Bourbon instaurou um estado policial com o objetivo exclusivo de reinar e sobreviver a qualquer preço. Naturalmente, os liberais tinham ido demasiado longe nas suas ideias e ações para se resignarem ao silêncio ou ao exílio, por isso conspiraram, e muito. Espanha viveu tempos que teriam feito a fortuna de um romancista tipo Dumas – Galdós era outra coisa –, se tivéssemos tido conspirações, desembarques noturnos, sublevações, senhoras lindas e corajosas a bordarem bandeiras constitucionais dessa grandeza... Não faltou nada. Durante duas décadas, isto foi um folhetim trágico protagonizado pelo clássico triângulo espanhol: um mau da fita, uns bons heroicos e torpes e um povo embrutecido, inculto e indolente que se movia ao sabor do espírito santo de orelha, e para o qual era suficiente, para se pôr do teu lado, um bocadinho de música de arraial, uma corrida de touros, um sermão de missa dominical ou uma arenga na praça da terra desde que distribuíssem tabaco de graça. As rebeliões liberais contra o absolutismo régio sucederam-se com pouca sorte e foram reprimidas com brutalidade até que a tropa que, em 1820, devia embarcar para combater a rebelião das colónias americanas (falaremos disso noutro capítulo) pensou que seria melhor ver-se liberal aqui do que esquartejada em Ayacucho, arriscou tudo naquela que foi chamada a Sublevação de Riego, nome do general que os comandava. Isto tornou a coisa difícil para o rei, porque o movimento propagou-se ao ponto de o Narizotas se ver obrigado, engolindo sapos, a jurar a Constituição que abolira seis anos antes e a dizer o que ficaria como frase feita da duplicidade e da infâmia: *Avancemos abertamente, e eu em primeiro lugar, pela senda constitucional*. Abriu-se então o chamado Triénio Liberal: três anos de governo de esquerda, para dizermos à moderna, que foram uma trapalhada digna de Pepe Gotera e Otilio[15]; ainda que, para sermos justos, tenhamos de assinalar que tanto contribuíram para o desastre a má vontade do rei, que continuou a tramar pela calada, como a estupidez dos liberais, que favoreceram a reação com a sua demagogia e os seus excessos. Os tempos ainda não estavam prontos para

perseguir os padres e encurralar o rei, como pretendiam os extremistas. E assim, as vozes sensatas, os liberais moderados que viam com clareza o futuro, foram ultrapassados e atacados pelo que poderíamos chamar extrema-direita e extrema-esquerda. Três anos bastaram para que essa primavera de liberdade desse com os burros na água: os excessos revolucionários ofenderam toda a gente, governar tornou-se um despropósito, e muitos dos que tinham apoiado de boa-fé a revolução respiraram de alívio quando as potências europeias enviaram um exército francês – os Cem Mil Filhos de São Luís – para devolver os poderes absolutos ao rei. Espanha, é claro, voltou a retratar-se: os mesmos que tinham combatido os franciús com crueldade durante seis anos aclamaram-nos agora entusiasmados. E claro. O rei, que estava prisioneiro em Cádis, foi libertado. E Espanha submergiu de novo, para variar, na sua eterna noite escura.

46. Adeus, América

Estávamos nisto, com o infame Fernando VII e a puta que o pariu, quando perdemos quase a América toda. Entre a nossa Guerra da Independência e 1836, Espanha ficou sem a maior parte do seu império colonial americano, com exceção de Cuba e Porto Rico. A coisa tinha começado muito antes, com as asneiras coloniais e a falta de visão face ao mundo moderno que se aproximava; e apesar de deputados americanos terem participado nas Cortes de Cádis e na Pepa de 1812, o divórcio era inevitável. A ocasião para os patriotas americanos (leia-se oligarquia crioula partidária, com muita razão, de ser ela a fazer pela vida e que os impostos a Espanha os pagasse quem quisesse) surgiu com a confusão que a guerra na península, que animou muitos americanos a organizarem-se por sua conta, e também devido à inépcia criminosa com que o rei Narizotas, ao regressar de França, reprimiu todo o tipo de liberdades, incluindo as que tinham começado a ser conquistadas nas Américas. Antes disso houve um belo episódio, que foram as invasões britânicas do Rio da Prata. Os ingleses, sempre decididos a ferrar o dente e estabelecer-se na América hispânica, atacaram duas vezes Buenos Aires, em 1806 e 1807; mas aí, espanhóis de Espanha e argentinos locais deram-lhes uma carga de porrada de

caixão à cova: uma dessas sovas gloriosas – como a que Nelson levou em Tenerife – que os Britânicos, sempre hipócritas quando lhes sai o tiro pela culatra, procuram escamotear dos livros de História. No entanto, essa andorinha solitária não fez a primavera. Nos anos seguintes, aproveitando o caos espanhol, Ingleses e Norte-americanos revolveram a América hispânica, mandando soldados mercenários, incentivando insurreições e tirando vantagens comerciais. O desastre que Espanha era naquele momento – desde Trafalgar, nem barcos suficientes tínhamos – foi a ocasião que fez o ladrão. Ainda assim, a resistência realista perante os que lutavam pela independência foi dura, persistente e cruel. E além disso, com características de guerra civil, já que, três séculos e pico depois de Colombo, uma boa parte dos de um e de outro lado tinha nascido na América (em Ayacucho, por exemplo, os soldados realistas nascidos em Espanha não chegavam a novecentos). A verdade é que a partir da sublevação de Riego de 1820 não se mandou mais exércitos espanhóis para o outro lado do Atlântico – os soldados recusavam-se a embarcar –, e os vice-reis de lá tiveram de se desenvencilhar com o que tinham. De qualquer forma, até às batalhas de Ayacucho (Peru, 1824) e Tampico (México, 1829) e à renúncia espanhola de 1836 (três anos depois de Fernando VII, por fim, ter batido a bota), a guerra prosseguiu com brutalidade extrema à base de batalhas, execuções de prisioneiros e represálias de ambos os lados. Não foi, é óbvio, uma guerra simpática. Nem fácil. Houve altos e baixos, derrotas e vitórias para uns e para outros. Até os realistas, muito à espanhola, chegaram algumas vezes a matar-se entre si. Houve imensa coragem e houve cobardias e traições. As Juntas que tinham sido criadas a princípio para preencherem o vazio de poder em Espanha durante a guerra contra Napoleão foram-se convertendo em governos nacionais, pois daquele longo combate, daquela ânsia de liberdade e daquele sangue começaram a surgir as novas nações hispano-americanas. Tipos ilustres como o general San Martín, que tinha lutado contra os Franceses em Espanha, ou o grande Simón Bolívar, realizaram proezas bélicas e desferiram golpes mortais no aparelho militar espanhol. O primeiro atravessou os Andes e foi decisivo para as independências de Argentina, Chile e Peru, libertou a Venezuela e Nova Granada, fundou as repúblicas da Bolívia e da Colômbia, e, com o estoiro de Ayacucho, ganho pelo seu marechal Sucre, deu a estocada final nos realistas. Bolívar também tentou criar uma federação hispano-americana como Deus manda, tipo Estados Unidos; mas isso era complicado numa terra como aquela, onde a insolidariedade, a inveja e o mau feitio naturais da mãe pátria tinham feito grande escola. Como dizem os clássicos, cada cão preferia lamber a sua

própria verga. Portanto, hão houve unidade; mas sim novos países em que, como costuma acontecer, o povo simples, os índios e as pessoas desfavorecidas se limitaram a mudar uns donos por outros; com o resultado de, na realidade, continuarem a ser lixados pelos mesmos de sempre. E, salvo raras exceções, assim continuam: como um belo sonho de liberdade e justiça nunca atingido. Com o pormenor de já não poderem atribuir a culpa aos Espanhóis, porque já se governam a eles próprios há duzentos anos.

47. Deus, Pátria, Rei

Para vergonha dos Espanhóis do seu tempo e de agora – porque não se herda só o dinheiro, também a ignomínia –, Fernando VII morreu na cama, na maior. Deixava-nos ainda pela frente dois terços do século XIX, que seria de indiscutível progresso industrial, económico e político (tendência natural em todos os países mais ou menos avançados da Europa de então), mas desastrosos nos factos e na estabilidade de Espanha, com guerras internas e desastre colonial como sobremesa. Um século cujas consequências se prolongariam até muito avançado o século xx, e do qual a Guerra Civil de 36 e a ditadura franquista foram consequências lamentáveis. Tudo começou com o governo da viúva de Fernando, Maria Cristina; a qual, sendo menor de idade a herdeira Isabelinha – a criança tinha três anos –, se encarregou da questão. Foi com isto que começou a bronca, porque o irmão do rei falecido, D. Carlos (que aparece novinho no retrato de família, de Goya), reclamava o trono para ele. Essa tensão dinástica acabou por aglutinar em torno da rainha regente e do pretendente despeitado as ambições de uns e as esperanças de bom governo ou de mudança política e social de outros. A coisa acabou por ser, como tudo em Espanha, tema habitual de grupos e ódios irracionais, de nós e eles, de comigo e contra mim. Formaram-se assim os lados carlista e cristino, depois isabelino. Dito à maneira clássica, conservadores e liberais; ainda que estas palavras, pronunciadas à espanhola, estivessem cheias de matizes. O lado liberal, apoiado pela burguesia moderna e pelos que sabiam que na abertura punham em risco o seu futuro, estava longe de parecer unido: isso teria sido quebrar antigas e queridas tradições hispanas.

Havia progressistas de trazer por casa, de objetivos suaves, mais da boca para fora, próximos do trono de Maria Cristina e sua filha, que acabaram por chamar-se moderados; e também os havia mais sérios, incluindo revolucionários tranquilos ou radicais, decididos a fazer com que em poucos anos ninguém reconhecesse Espanha. Estes últimos eram chamados progressistas. No lado oposto, como é natural, militava a jarretice de alto coturno: a Espanha monárquica e beata de sempre. Aí, em torno dos carlistas, cujo lema *Deus, pátria, rei* – com Deus, atenção a este dado, sempre à frente – acabaria por resumir tudo, alinharam os elementos mais reacionários. É evidente que neste grupo jarreta se juntaram a Igreja (ou uma boa parte dela, para a qual todo o liberalismo e constitucionalismo continuava a cheirar a enxofre) e aqueles que, sobretudo em Navarra, País Basco, Catalunha e Aragão, pretendiam manter a todo o custo os seus foros, privilégios locais de origem medieval e andavam há dois séculos a oporem-se a toda a modernização unitária do Estado, apesar de ser isso o que na altura estava na moda na Europa. Isto acabou por dar à luz as guerras carlistas – de que falaremos noutro capítulo – e uma sucessão de golpadas, motins e revoluções que mantiveram Espanha em brasa durante a menoridade da futura Isabel II, e depois durante o seu reinado, que também foi um caso à parte. Uma das razões desta desordem foi o facto de sua mãe, Maria Cristina, confrontada com a ameaça carlista, ter de se apoiar nos políticos liberais. E ao princípio fê-lo nos mais moderados, pelo que os radicais, que mal contavam, armaram um trinta e um. Houve negociatas políticas e distúrbios sociais gravíssimos com queima de igrejas e degolação de sacerdotes, e, em 1837, pariu-se finalmente uma nova Constituição que, em relação à Pepa do ano 12, vinha sem cafeína e não satisfazia ninguém. De qualquer forma, um dos grandes pontos que marcou o lado progressista foi a Desamortização de Mendizábal: um chefe do governo que, mostrando ter tomates, fez com que o Estado confiscasse as propriedades eclesiásticas que não geravam riqueza para ninguém – a Igreja possuía um terço das terras de Espanha –, as pusesse em leilão e a burguesia trabalhadora e empreendedora, como dizemos agora, as pudesse adquirir para lhes dar valor e criar riqueza pública. Pelo menos, em teoria. Isto, é claro, para os bispos foi como um pontapé por baixo da batina e reforçou a fobia antiliberal dos mais reacionários. Mais ou menos era este o panorama, enquanto os Espanhóis nos metíamos de novo, com o entusiasmo habitual, noutra infame, longa e múltipla guerra civil da qual, pouco a pouco, foram emergindo as figuras que viriam a ter um peso político maior em Espanha

no século e meio seguinte: os gloriosos militares. Ou seja, o exército e seus generais.

48. «Espadones»[16], Dinheiro e Padres «Trabucaires»[17]

As guerras carlistas foram três, ao longo do século XIX, e deixaram Espanha em ponto de rebuçado para uma espécie de quarta guerra carlista, levada a cabo de forma extrema e com brutalidade, a de 1936 (e também para a suja tentativa de uma quinta, o terrorismo da ETA do século XX, no qual, para certa classe estúpida de bascos e bascas, incluindo o clero, Santi Potros, Pakito, Josu Ternera e restante chusma assassina eram generais carlistas reencarnados). De tudo isso iremos falando na devida altura, porque neste momento estamos em 1833, a começar a coisa, quando se juntaram à volta do pretendente D. Carlos os partidários do trono e do altar, os que eram contrários à separação Igreja-Estado, os que estavam até à ponta dos cabelos de serem esmagados com impostos e os que, sobretudo no País Basco, Navarra, Aragão e Catalunha, queriam recuperar os privilégios forais suprimidos por Filipe V: o norte de Espanha mais ou menos até Valência, embora as cidades continuassem a ser liberais. O movimento insurrecional enraizou sobretudo no meio rural, entre pequenos proprietários arruinados e camponeses analfabetos, fáceis de endrominar com a participação do clero local, os padres de aldeia que todos os domingos subiam ao púlpito para dizer cobras e lagartos dos progressistas de Madrid: *Falem basco* – diziam eles, e não me lembro se o testemunho é de Baroja ou de Unamuno –, *porque o castelhano é a língua dos liberais e do demónio*. Por isso podem imaginar o tipo de gente e o panorama. A finura ideológica. No outro grupo, perto da regente Cristina e da sua filha Isabelinha, que tantas horas de glória privada e pública nos daria em breve, estavam, em geral, os políticos progressistas e liberais, os altos comandos militares, a burguesia urbana e os partidários da industrialização, do progresso social e da modernidade. Ou seja, o comércio, os sabres e o dinheiro. E também (nunca devemos pôr todos os ovos no mesmo cesto) algumas altas hierarquias da Igreja Católica situadas perto dos núcleos de poder do Estado; e que, embora com o coração estivessem mais com os de Deus, pátria

e rei, também não viam com bons olhos os humildes párocos broncos e sem barbear: esses padres «trabucaires» que, sem qualquer complexo, iam à luta com a boina vermelha, incentivavam a fuzilar liberais e estavam-se a cagar para as mansas exortações pastorais dos seus bispos, que era gente mais calma, oficialista e moldável. A verdade é que a sublevação carlista, leia-se (simplificando as coisas, claro, isto não é mais do que um capítulo de folha e meia) campo contra cidade, foros contra centralismo, tradição face a modernidade, beatos contra liberais e outros *et ceteras*, acabaria por ser um sarrabulho sanguinário ao nosso estilo clássico, onde as duas Espanhas, unidas na velha Espanha de sempre, a da violência, da denúncia, do ódio e da represália infame, estouraram e ajustaram contas sem fazer distinção de lado no que a vilania e filhadaputice se refere, fuzilando até as próprias mães, esposas e filhos dos militares inimigos; ao mesmo tempo que em cima, como acontece sempre, em redor de D. Carlos, da regente e da futura Isabel II, uns e outros, generais e políticos com boina ou sem ela, disfarçavam o mesmo objetivo: fazerem-se com o poder e estabelecer um despotismo hipócrita que submetesse os Espanhóis aos mesmos caciques de sempre. Aos gatunos e desavergonhados enquistados no nosso tutano desde que o mundo é mundo. Aliás, num dos seus *Episodios Nacionales*, Galdós exprimia isto muito bem: *A pobre e calcorreada Espanha continuaria a sua desabrida história dedicando-se a mudar de pescoço, nos diferentes cães, as mesmas coleiras douradas*. Enfim. Como esta coisa dos carlistas foi muito importante na nossa história, deixaremos o desenvolvimento da coisa militar, Zumalacárregui, Cabrera, Espartero e companhia, para outro capítulo. Por enquanto recorramos a um escritor que também tratou o assunto, Pío Baroja, que era basco e cuja simpatia pelos carlistas pode resumir-se em duas citações. Uma: *O carlista é um animal de crista vermelha que habita a serra e que de vez em quando desce à planície ao grito de* «rediós!»*, atacando o homem*. E a outra: *O carlismo cura-se lendo, e o nacionalismo, viajando*. Um terceiro asserto vale para os dois lados: *A Europa acaba nos Pirenéus*. Com tais antecedentes, compreende-se que, em 1936, Baroja tivesse de se refugiar em França, fugindo dos carlistas que queriam agradecer-lhe as citações; ainda que, se estivesse na zona republicana, o tiro seria disparado pelos outros. Pormenor também muito nosso: como ele criticava de igual modo uns e outros, era intensamente odiado por uns e por outros, com todos os bilhetes da rifa para ganhar a pulso o título espanholíssimo de fuzilável, ou sim ou sim. Ou seja, sim.

49. Outro Ajuste de Contas

Estávamos outra vez nisso, a dar porrada uns aos outros, para não faltarmos ao costume, em plena primeira guerra carlista. Na qual, para baralhar ainda mais o nosso próprio baralho histórico de disparates, acontecia um curioso paradoxo: o pretendente D. Carlos, que era muito rato de sacristia e pretendia impor em Espanha um regime absolutista e centralista, era apoiado sobretudo por navarros, bascos e catalães, ali onde o zelo pelos privilégios forais e pela autonomia política e económica, para dizer à moderna, era mais forte. Ou seja, a maior parte das tropas carlistas, desde que rebentassem com o governo liberal de Madrid, lutava apoiando um rei que, quando reinasse, se fosse fiel a si mesmo, lhes enfiaria os foros pelo cu acima. Mas a lógica, a coerência e outras coisas relacionadas com a palavra *pensar*, como vimos nos capítulos anteriores desta história bonita e edificante, nunca foram habituais aqui. O importante era ajustar contas; e continua a ser, com guerras civis ou sem elas, com espingarda ou com passe o senhor primeiro, o nosso desporto nacional. E a isso se entregaram uns e outros, carlistas e liberais, com o entusiasmo que nós, espanhóis, costumamos desenvolver para estas coisas, pondo de lado o futebol. Tudo começou como sublevação e guerrilhas – havia muita prática desde as guerras contra Napoleão –, e a seguir formaram-se exércitos organizando as partidas dispersas, com os generais carlistas Zumalacárregui no Norte e Cabrera em Aragão e na Catalunha. O campo costumava ser deles, mas as cidades, onde estavam a burguesia com guito e as pessoas de cabeça mais arejada, permaneceram fiéis à jovenzinha Isabel II e ao liberalismo. Ao futuro, na medida do possível, ou ao que parecia vir a ser. D. Carlos, que precisava de uma cidade para capital sua, estava obcecado por tomar Bilbau, mas a cidade resistiu e Zumalacárregui morreu durante o assédio, transformando-se em herói defunto por excelência. Quanto ao outro herói, Cabrera, chamavam-lhe o «Tigre del Maestrazgo», com o qual está tudo dito: era uma verdadeira besta má. E, quando os governamentais (porque a matar gente eram tão selvagens uns como outros) fuzilaram a mãe dele só pelo facto de o ser, ele levou ao paredão as mulheres de vários oficiais inimigos, quem as faz paga, e a seguir fumou um charuto. Era esse o tom geral do assunto,

o estilo da coisa, represália sobre represália, tudo tão espanhol que uma pessoa até tem vontade de sorrir de ternura-pátria (quem lhe apetecer ver imagens dessa guerra, é só teclar na Internet e procurar os quadros de Ferrer-Dalmau, que tem um montão deles sobre episódios bélicos carlistas). Por outro lado, não podiam faltar as potências estrangeiras a querer molhar o pão na sopa e fumar o nosso tabaco: o pretendente D. Carlos, como é lógico, foi apoiado pelos países mais ultraconservadores e autoritários da Europa, que eram a Rússia, Prússia e Áustria, e o governo liberal cristino, que depois foi de Isabel II, foi ajudado, inclusivamente com tropas, por Portugal, Inglaterra e França. Como pormenor folclórico bonito, podemos apontar que, de cada vez que os carlistas apanhavam vivo um estrangeiro que lutava ao lado dos liberais, ou vice-versa os do outro lado, punham-no com os calcanhares à mostra. Isto suscitou protestos diplomáticos, sobretudo dos Ingleses, sempre muito suscetíveis quando os matam a eles; mas podem muito bem imaginar o que faziam aqui aos protestos, num país do qual Richard Ford, precisamente ao falar da guerra carlista, tinha escrito: *Os Espanhóis foram sempre muito cruéis. Marcial chamava-lhes selvagens. Aníbal, que não era tão benévolo, ferocíssimos*; acrescentando, para deixar a coisa mais nítida: *De cada vez que parece que pode acontecer algo inusitado, os Espanhóis matam os seus prisioneiros. A isso chamam eles «segurar os prisioneiros»*. E pronto. Foi nesse delicioso ambiente que decorreram, não uma, mas sim três guerras carlistas que marcariam, e não para bem, a vida política espanhola do resto desse século e parte do seguinte. A primeira acabou depois de o general liberal Espartero ter vencido na batalha de Luchana, seguindo-se o chamado Abraço de Vergara, quando ele e o carlista Maroto se beijaram com língua e não se fala mais disso, compadre, vamos dar-nos bem e onde está a minha parte? A segunda, mais suave, veio depois, quando fracassou a tentativa de casar Isabelinha II com o primo, filho de D. Carlos. E a terceira, outra vez das gordas, rebentou mais tarde, em 1872, aquando da queda de Isabel II, da revolução e do sarrabulho. Mas antes aconteceram coisas que contaremos no capítulo seguinte. Entre elas, uma fundamental: as guerras carlistas levaram os militares que nelas tinham lutado a intervir muito em política. E, como escreveu Larra, que tinha bom olho, *Deus nos livre de cair nas mãos de heróis*.

50. Nas Mãos de Heróis

Para terem uma ideia do que foi o nosso século XIX e de como nós, os Espanhóis, nos aborrecemos tão pouco nele, basta olhar para as cronologias. Se no século anterior sofremos cinco reis com uma forma de governo que, boa ou má, foi uma só, neste outro, somando reis, regentes, rainhas, namorados da rainha, namorados do rei, presidentes da República e generais que por lá passavam, incluindo guerras carlistas e coloniais, tivemos dezoito formas de governo diferentes, assolapadas, mistas, opostas, combinadas ou semipensionistas. Esse século foi a caça mais desavergonhada pelo poder que a nossa história conhece, apesar de ter conhecido muitas. As famosas desamortizações, que no papel pareciam estupendas, só tinham servido para que terras e outros bens mudassem de mãos eclesiásticas para mãos particulares, reforçando o poder económico da oligarquia que tinha a faca e o queijo na mão. Mas os camponeses viviam numa pobreza maior, e a industrialização que chegava aos grandes núcleos urbanos começava a criar massas proletárias, operários mal pagos e famintos que ruminavam um rancor justificado. Entretanto, em Madrid, não tão infame como o seu pai Fernando VII – isso era impossível, mesmo em Espanha –, mas herdeira da duplicidade e da luxúria daquele enorme filho da puta, a rainha Isabel II, Isabelinha para os amigos e para os amantes militares ou civis que desfilavam pela alcova real, continuava a cobrir-nos de glória. A coisa começara mal no casamento com o seu primo Francisco de Assis de Bourbon; não pelo facto de ele ser homossexual normal, como qualquer outro, mas sim porque era maricas de ostentação e de gerânios na janela, ao ponto de levar mais rendas e franjinhas na noite de núpcias do que a própria rainha. Isso não teria muita importância noutra conjuntura, pois cada um é dono de usar as rendas e franjinhas que lhe apetecer; mas no caso de um casamento real, e naquela Espanha desventurada e incerta, o assunto deu muito pano para mangas, muito putedo e muito rebuliço. Por um lado, porque o rei Paquito tinha a sua camarilha, os seus amigos, os seus protegidos e as suas conspirações, e isso desprestigiava mais a monarquia. Por outro, porque os casamentos reais existem sobretudo para assegurar herdeiros que justifiquem a continuidade da estrutura, do palácio, do vencimento real e da família. E, para mais, porque a Isabelinha (que não era uma lânguida Sissi imperatriz, muito pelo contrário) foi muito dada aos intercâmbios carnais e acabou, ou melhor,

começou cedo, a alternar a sua real bissetriz com diversos jovens de boa aparência; ao ponto de, dos onze filhos que pariu – e sobreviveram seis –, quase nunca ter tido dois seguidos do mesmo pai. Foi mesmo trabalhar no duro. O que, pormenor simpático, valeu à nossa rainha esta elegante definição do papa Pio Nono: *É puta, mas piedosa*. O que situa este assunto no seu contexto. Entre estes diversos pais contaram-se, assim por alto, gente de palácio, vários militares – a rainha adorava generais – e um secretário particular. Por certo, e como pormenor técnico de importância decisiva mais adiante, apontaremos que o futuro Afonso XII (o de *dónde vas tu triste de ti* e o resto do poema) era filho de um engenheiro militar muito bonito chamado Enrique Puigmoltó. Entretanto, no aspeto político os reis daquele tempo não eram como os de agora: molhavam o pão em todas as sopas, pondo e tirando governos. Nisso Isabel II enlameou-se até ao pescoço, umas vezes por necessidades da conjuntura política e outras por caprichos pessoais, pois a rapariga era assim. E, para aumentar a rebaldaria, ainda havia os militares saídos das guerras carlistas – os heróis de quem Larra aconselhava desconfiar – que, durante todo o período isabelino, ganharam posição com pronunciamentos, insubordinações e cagança. A primeira guerra carlista, aliás, tinha acabado de forma insólita em Espanha: foi a única das nossas contendas civis em que oficialmente não houve vencedores nem vencidos, pois, a seguir ao Abraço de Vergara, os oficiais carlistas integraram-se nas forças armadas nacionais conservando salários e empregos, num ato de respeito entre antigos inimigos e de reconciliação inteligente e exemplar que, infelizmente, só repetiríamos em 1976 – e que em 2019 parecemos obstinados em fazer rebentar de novo. De qualquer forma, o vírus militar já estava lá. Os generais protagonistas começaram a participar ativamente na política, e de entre eles destacaram-se três, Espartero, O'Donnell e Narváez (todos com nome de rua em Madrid até alguém os mudar para *rua das Pessoas Humanas* ou para *rua da Fraternidade e da Boa Onda*), dos quais falaremos no capítulo seguinte da nossa história sempre apaixonante, lamentável e muito hispânica.

51. A Oligarquia Enriquece à Fartazana

O reinado de Isabel II foi um contínuo sobressalto: um putedo com o dinheiro sujo e barulho de espadas. Um disparate partilhado por uma rainha quase analfabeta, caprichosa e dada a sementais de palácio, por uns generais ambiciosos e rebeldes e por uns políticos corruptos que, embora muitas vezes se odiassem entre si, incluindo os generais, punham-se de acordo durante refeições opíparas em Lhardy para distribuírem o bolo entre si. Como bombeiros, diziam eles, não vamos pisar a mangueira. Foi isto, mais ou menos, o que aconteceu com uma invenção que eles congeminaram, após muitas idas e vindas, pronunciamentos militares e revoluçõezinhas parciais (embora nenhuma a sério, com guilhotina ou Ecaterimburgo para os malandros, como Deus manda), os dois *espadones* chamados Narváez e O'Donnell, com o acordo do terceiro, chamado Espartero, para criarem dois partidos, liberal e moderado, que se fossem alternando no poder; e assim todos desfrutaram, por turnos, mais contentes do que cães de duas caudas. Chegava um, despedia os funcionários que o outro tinha colocado – «cessantes», era a palavra – e metia os seus parentes, amigos e compadres. No turno seguinte, chegava o outro, despedia os de antes e voltavam os seus. *Et cetera*. Assim, com esta desfaçatez, com vaselina, aquele bando de patifes foi repartindo Espanha entre si durante algum tempo, incluindo chefes de governo subornados por banqueiros estrangeiros e farsas eleitorais com votos comprados e bordoada a quem se opusesse. De vez em quando, os que não molhavam bastante o pão na sopa, e até gente honrada, que – embora menos – sempre houve, anunciavam espadas ou paus com revoltas, pronunciamentos e coisas assim, que se resolviam com repressão, desterros para o norte de África, Canárias ou Filipinas – ainda restavam algumas colónias –, leva de prisioneiros e outros bonitos acontecimentos (tudo isso foi muito bem contado por Galdós, nos *Episodios Nacionales*, e por Valle-Inclán, na sua série *El Ruedo Ibérico*; por isso, se os lerem, poupar-me-ão entrar em pormenores). Entretanto, como a Europa avançava para o progresso e Espanha, apêndice pitoresco dessa Europa, não podia ficar para trás, o certo é que a economia em geral, pelo menos a dos que mandavam e gamavam, foi muito melhor nesses anos. A oligarquia catalã empanturrou-se de ouro com a indústria têxtil, e quanto a sublevações e incidentes, quando havia agitação social em Barcelona, esta era bombardeada um pouco e até logo passe muito bem, para grande alívio da alta burguesia local – nesse momento, ser espanhol era um bom negócio –, que ainda não tinha contas em Andorra e Liechtenstein e, claro, ficava nervosa com os operários a cheirar a suor (Espartero disparou mil bombas sobre a cidade; mas Prim, que era catalão, cinco mil). Por seu lado, os bascos –

na altura chamava-se àquilo Províncias Vascongadas –, salvo as tentativas carlistas, estavam calmos; e como o imbecil do Sabino Arana ainda não delirava com a sua lengalenga de bascos bons e espanhóis malvados, e a industrialização, sobretudo metalúrgica, dava trabalho e riqueza, não passava pela cabeça de ninguém falar de independência nem dar tiros na nuca de espanholistas, guardas-civis e restantes *txakurras*[18]. Quero dizer, resumindo, que a burguesia e a oligarquia basca e catalã, tal como as de Múrcia ou as de Cuenca, estavam integradas na parte rentável daquela Espanha que, embora a coxear, ia na direção da modernidade. Surgiam caminhos de ferro, minas e bancos, a classe alta latifundiária, financeira e especuladora era a que tinha a faca e o queijo na mão, a burguesia crescente aprimorava a classe média, e por baixo de tudo – era este o aspeto negro da coisa –, as massas operárias e camponesas analfabetas, exploradas e manipuladas pelos patrões e pelos caciques locais, ficavam fora de toda aquela festa nacional desigual, desprendidas do futuro, entregando para guerras coloniais os filhos de que tinham necessidade para lavrar o campo ou para trazerem um pobre salário para casa. Isto gerava uma raiva intensa que, travada pela repressão policial e pelos juízes corruptos, era aproveitada pelos políticos para fazer demagogia e jogar as suas cartadas sujas sem se importarem se se acumulavam ou não assuntos não resolvidos, injustiças e nuvens negras. Sirva como exemplo de eloquência frívola e quase criminosa esta citação do jornalista e ministro de Estado que se chamou Luis González Brabo, notório político vira-casacas, repressor de liberdades, coveiro da monarquia e carlista *in articulo mortis*: *A pequena luta e de polícia aborrece-me. Venha algo forte que faça palpitar a bílis. Então sacaremos decididamente do punhal e agarrar-nos-emos de perto e até à morte*. Ele disse isto num discurso, sem se despentear. Tal e qual. Que grande cabrão irresponsável!

52. Ventos do Povo

Nos últimos anos do reinado de Isabel II, a degradação da vida política e moral de Espanha converteu a monarquia constitucional numa ficção grotesca. O poder financeiro acumulava impunemente especulação, falências e calotes. As câmaras

municipais continuavam nas mãos de chefes políticos corruptos e era impossível a liberdade de imprensa. Os governos estavam a borrifar-se para as garantias constitucionais, e a malta era traída a cada passo, *povo bajulado quando é instigado para a luta e esquecido depois da vitória*, como disse, pomposo e hipócrita, um daqueles mesmos políticos que traíam o povo e até a puta que o parira. A gentalha instalada nas Cortes, enfaixada em lutas ferozes pelo poder, tinha-se convertido num bando de foragidos políticos. Entre 1836 e 1868 prolongou-se a farsa coletiva, o engano eleitoral baseado numas massas miseráveis, por um lado, e, por outro, uns generalecos sem escrúpulos em conluio com políticos e banqueiros, vaidosos que nem pavões, que falseavam a palavra *democracia* e que, instalados nas províncias como comandantes, apoiavam com as baionetas o poder estabelecido ou sublevavam-se contra ele, conforme o gosto, disposição e ambições. Ninguém ouvia a voz crescente do povo, e a este só davam pancada e demagogia, levas de prisioneiros e fuzilamentos. Os filhos dos desgraçados iam à guerra, quando havia, mas os ricos podiam poupar o serviço às suas crianças pagando para que fosse um pobre no seu lugar. E as absurdas campanhas externas em que Espanha andou naquele período (invasão de Marrocos, guerra do Pacífico, intervenção no México, Cochinchina e Itália, para ajudar o papa) eram, na sua maioria, mais para fazer o jeito às grandes potências do que por interesse próprio. Desde a perda de quase toda a América que Espanha ficava em segundo plano na mesa dos fortes. Os êxitos do, esse sim, prestigiado general Prim (catalão que levou consigo tropas catalãs, o que para alguns é uma chatice recordar hoje) no norte de África e o heroísmo inútil da nossa esquadra do Pacífico foram elogiados como proezas bélico-patrióticas glosadas até causar fastio pela imprensa subornada pelos que mandavam, confirmando que o patriotismo radical é o refúgio dos canalhas. Mas sob todo aquele lixo monárquico, político, financeiro e castrense, alguma coisa estava a mudar. Convictos de que, para um povo analfabeto, as urnas eleitorais não servem para nada, e de que o acesso das massas à cultura é o único caminho para a mudança – já se falava de república como alternativa à monarquia –, alguns homens e mulheres heroicos empenharam-se em criar mecanismos de educação popular. Escrita, leitura, ciências aplicadas às artes e à indústria, emancipação da mulher começaram a ser ensinados aos operários e camponeses em centros quase clandestinos. Para isso ajudaram o teatro, muito importante quando ainda não existia a rádio nem a televisão, e a grande difusão que a letra impressa, o livro, alcançou nessa época, com romances e publicações de todo o tipo que às vezes conseguiam ludibriar a censura. Ficaram na moda os folhetins

por entregas publicados em jornais, e a burguesia e o povo chão que acedia à leitura acolheram-nos com entusiasmo. Desse modo foi assentando aquilo que o historiador Josep Fontana descreve como *uma cultura baseada na crítica da sociedade existente, com uma forte carga de antimilitarismo e anticlericalismo.* E assim, ao lado dos pronunciamentos militares, houve também deflagrações revolucionárias sérias, como a de 1854, resolvida com metralha, ou a de San Gil, atalhada com fuzilamentos – o povo ficou sozinho a lutar, como era costume –, e crescente conflitualidade operária, como a primeira greve geral da nossa história, que se estendeu pela Catalunha desfraldando bandeiras vermelhas com o lema *Pão e Trabalho*, como anúncio da que estava para vir. As repressões no campo e na cidade foram brutais; e isso, unido à injustiça secular que Espanha arrastava, radicalizou muitos infelizes que se tornaram bandoleiros tipo Curro Jiménez, mas menos bonitos e sem música. Toda aquela agitação preocupava o poder estabelecido e deu origem à criação da Guarda Civil: polícia militar nascida para cuidar da segurança no meio rural, mas que foi utilizada muitas vezes como força repressiva. A monarquia estava a despedaçar-se; e as forças políticas, conscientes de que só uma mudança evitaria que os seus negócios fossem por água abaixo, começaram a aliar-se para modificarem a fachada, a fim de que por trás nada mudasse. Isabel II sobrava, e a palavra *revolução* começou a ser pronunciada a sério. E já não era sem tempo.

53. Amadeu Chega, Olha e Vai-se Embora

Oiçam, é curioso. Com o reinado de Isabel II suspenso por um fio e uma Espanha que politicamente era o descalabro total, o nosso continuava a ser o único país europeu relevante que não tivera uma revolução para matar um rei, pelo qual, essa imagem do espanhol insubmisso e machão, tão querida dos viajantes românticos, era mais de cantigas do que de verdade. Na Grã-Bretanha tinham decapitado Carlos I e os Franceses tinham feito a barba em seco a Luís XVI: mais revolução era impossível. Por outro lado, a Alemanha e até a católica Itália tinham no seu haver interessantes experiências republicanas. No entanto, nesta Espanha de incultura, submissão e missa diária, os reis, tanto os malvados

como os incompetentes – dos normais quase nem houve –, morriam na cama. Foi o caso de Fernando VII, o mais repugnante de todos; mas, e desta vez seria a exceção, não seria assim com Isabel II, sua filha. Os caprichos e a torpeza desta, a cagança dos militares, a canalhice dos políticos aliados a banqueiros ou subornados por eles e a crise financeira chegavam ao seu limite. Espanha estava toda até à linha de água, e aquilo já não se sustinha nem com novenas à Virgem. A torpe rainha, acostumada a colocar no governo os seus amantes, tinha todo o mundo contra si. De tal modo que, por fim, os *espadones* dirigidos pelo prestigiado general Prim, armaram a barafunda, secundados por juntas revolucionárias de civis apoiados por camponeses arruinados ou jornaleiros sem trabalho. As forças leais à rainha retiraram-se depois de uma batalha indecisa na ponte de Alcolea; e Isabelinha, que estava de férias no norte com Marfori – o seu último chulo –, fez as malas rumo a França. É óbvio, assim que triunfou a revolução e as massas (julgando, os parvos, que a mudança era a sério) desabafaram ajustando contas nalguns lugares, a primeira coisa que os generais fizeram foi desarmar as juntas revolucionárias e dizer-lhes: é claro que sim, compadre, o que o tu disseres, viva a revolução e tudo isso, naturalmente, mas agora vais para tua casa e ficas lá calminho e no domingo vais à tourada, pois tudo fica em boas mãos. Ou seja, nas nossas. E não esquecemos essa coisa da república, a sério; o que se passa é que essas coisas têm de ser meditadas devagar, rapaz. *Capisci*? Portanto, vamos vendo. Entretanto, provisoriamente, vamos procurar outro rei. *Et cetera*. E entregaram-se a isso. A procurar outro rei para Espanha a quem impingir desta vez uma monarquia mais constitucional, com laivos progressistas e outros amaciadores de roupa *Mimosín*. Na realidade, o mesmo que antes, mas com ar mais moderno – a mulher, é óbvio, não votava –, e com eles, os militares gloriosos e os seus compadres da massa, como sempre com a faca e o queijo na mão. D. Juan Prim, que era general e era catalão, dirigia as coisas, e assim começou a procura patética de um rei para levarmos ao trono. E digo patética porque, enquanto no final do século XVII havia literalmente pancadaria para se ser rei de Espanha, e por isso houve a Guerra de Sucessão, desta vez o trono de Madrid ninguém o queria, nem dado. Olha estes, acham que somos parvos, diziam as cortes europeias. Vão dar banho ao cágado. Por fim, Prim conseguiu enganar o filho do rei de Itália, Amadeu de Saboia, o qual – com um copito a mais, imagino – lhe comprou a bicicleta. E veio para cá. E todos o sacanearam de uma forma que não aparece nos mapas: os partidários de Isabel II e do seu filho Afonsito, a chamarem-lhe usurpador; os carlistas, a chamarem-lhe a mesma coisa; os republicanos, porque se aperceberam da manigância; os

católicos, porque Amadeu era filho do rei que, para unificar a Itália, tinha dado cacetada no papa; e as pessoas em geral, porque não simpatizavam com ele. Na realidade, Amadeu era um rapaz bondoso, liberal, com intenções parecidas com as do José Bonaparte da Guerra da Independência. Em princípio, um bom tipo. Mas, claro. Na Espanha da navalha, violência, inveja e mau feitio de sempre, isso nunca podia funcionar. A aristocracia encarava a coisa como uma brincadeira, as duquesas recusavam-se a ser damas de palácio e punham a mantilha para demonstrar que eram castiças, e a malta gozava com o sotaque italiano do rei e com os seus modos democráticos. E ainda por cima, Prim, que o trouxera, foi morto à trabucada antes de o Saboia – imaginem as rimas com o apelido – tomar posse. Por isso, já sem pachorra para nós, Amadeu fez as malas e mandou-nos à merda. Deixando, aquando da sua abdicação, um diagnóstico lúcido do panorama que continua a ser o mesmo um século e meio depois: *Se ao menos fossem estrangeiros os inimigos de Espanha, ainda vá que não vá. Mas não. Todos os que com a espada, com a pluma, com a palavra, agravam e perpetuam os males da Nação são espanhóis*.

54. Liquidando a Primeira República

E então, ta-ta-ta-chan, chim, pum, senhoras e cavalheiros, com Isabel II no exílio franciú, chegou a nossa primeira república. Chegou, e aí radica a evolução posterior da coisa, num país onde seis em cada dez tipos eram analfabetos (em França eram três em dez), e onde 13405 vereadores de câmara e 467 presidentes de câmara não sabiam ler nem escrever. Naquela pobre Espanha submetida a generais, bispos e especuladores financeiros, a política estava nas mãos de chefes de partidos sem militância nem programa, e as eleições eram uma farsa. A educação pública tinha fracassado de forma estrepitosa perante a indiferença criminosa da classe política: a Igreja continuava a pesar imenso no ensino, seis mil povoações não tinham escola, e dos doze mil professores recenseados, metade era classificada oficialmente como *de escassa instrução*. É obra. Em nome das falsas conquistas liberais, a oligarquia político-financeira, nova dona das propriedades rurais – que tanto criticou até serem suas –, arruinava os

camponeses, piorando, o que era o cúmulo, a má situação que estes tinham tido sob a Igreja e a aristocracia. Quanto à industrialização, que outros países europeus encaravam com eficácia e entusiasmo, em Espanha estava limitada à Catalunha, ao País Basco e zonas periféricas como Málaga, Alcoy e Sevilha, por iniciativa privada de empresários que, como assinala o historiador Josep Fontana, *não tinham capacidade para influenciar a ação de uns dirigentes que não só não davam apoio à industrialização, como também a viam com desconfiança*. Este receio era motivado precisamente pelo medo da revolução. Oficinas e fábricas, na opinião da classe dirigente espanhola, eram um território operário perigoso e este, cada vez mais semeado de ideias sociais que percorriam a Europa, começava a meter miúfa aos oligarcas, sobretudo depois do que acontecera com a Comuna de Paris, que acabara numa carnificina sangrenta. Daí o facto de o atraso industrial e a submissão do povo ao meio agrícola e a sua miséria (controlável com uma fácil repressão confiada a caciques locais, grupos de varapaus e Guarda Civil) não terem sido só consequência do desleixo nacional, mas também objetivo procurado deliberadamente por uma boa parte da classe política, segundo a ideia expressa uns anos antes por Martínez de la Rosa; para o qual, graças à ausência de fábricas e oficinas, *as más doutrinas que sublevam as classes inferiores felizmente não estão difundidas como noutras nações*. Foi neste cenário tão pouco promissor, imaginem, que se proclamou, por 258 votos a favor e 32 contra (curiosamente, só havia 77 deputados republicanos, calculem portanto o número de oportunistas que entraram no comboio), aquela Primeira República que, desde o primeiro momento, todas as forças políticas, militares, religiosas, financeiras e populares espanholas se dedicaram sistematicamente a demolir. Onze meses duraria a infeliz. Estás a vê-la, já não estás. Uns queriam-na unitária e outros, federal; mas antes de esclarecer as coisas o pessoal começou a proclamar-se por sua conta em modo federal, sem ter sequer aprovado uma nova Constituição, nem organizado fosse o que fosse, nem pormenorizado bem em que consistia aquilo; porque, para uns a federação era um pacto nacional, para outros a autonomia regional, para outros uma descentralização absoluta onde cada cão lamberia o seu órgão, e para outros uma revolução social geral que, por outro lado, ninguém indicava em que devia consistir, nem quem tinha de ser enforcado primeiro. As Cortes eram uma casa de putas e as massas impacientavam-se ao ver a contemporização dos políticos. Em Alcoy houve uma verdadeira sublevação operária com tiros e tudo. E, ainda por cima, para topo do bolo, rebentara em Cuba a insurreição independentista, e aqui os carlistas, sempre dispostos a lixar tudo em momentos delicados, ao

verem os valores cristãos ameaçados, a questão foral e toda a parafernália, voltavam a ir à luta, começando a sua terceira guerra – que seria dura e longa – tipo Deus, pátria, foros e rei. O exército era uma anarquia de ambição e sectarismos onde os soldados não obedeciam aos seus chefes; ao ponto de só haver um general – Turón, chamava-se ele – que tinha na folha de serviços nunca se ter sublevado, e a quem, como é óbvio, os companheiros *espadones* rotulavam de acanhado, coninhas e mariconço. Por isso, não é de estranhar que muitos lugares começassem a proclamar-se federais e até independentes por sua conta. Foi a chamada insurreição cantonal. Desfrutaremos dela no próximo capítulo.

55. O Disparate Cantonal

A Primeira República Espanhola, e nisso estão de acordo tanto os historiadores de direita como os de esquerda, foi um autêntico bordel. Durante os onze meses que ela durou, sucederam-se quatro presidentes de governo diferentes, com os conservadores a conspirarem e os republicanos à bulha uns contra os outros. No estrangeiro gozavam connosco e a flamante república só foi reconhecida pelos Estados Unidos – que ainda quase não era ninguém – e pela Suíça, enquanto aqui se complicavam as coisas com a nova guerra carlista e a de Cuba, e se redigia uma Constituição que nunca entrou em vigor e na qual se proclamava uma Espanha federal de dezassete estados e cinco territórios, mas que, na realidade, eram mais, porque mais de trinta províncias e cidades se declararam independentes umas das outras, chegaram a enfrentar-se entre si e até a fazer a sua própria política internacional, como Granada, que abriu hostilidades contra Jaén, ou Cartagena, que declarou guerra a Madrid e à Prússia, mostrando que tinha tomates. Foi a esta barafunda que se chamou insurreição cantonal: um *sabat* coletivo onde se misturavam federalismo, cantonalismo, socialismo, anarquismo, anticapitalismo e democracia, num ambiente tão violento, caótico e perigoso que até os presidentes do governo fugiam para o estrangeiro e de lá enviavam a sua demissão por telegrama. *Estou farto de vocês até aos cabelos*, escreveu um. Eram só palavras ocas, quimeras e projetos irrealizáveis; tornando

outra vez real que em Espanha nunca se diz o que acontece, mas infelizmente acaba sempre por acontecer o que se diz. Os deputados nem souberam entender as aspirações populares nem satisfazê-las, porque a maioria estava-se nas tintas para elas, e isso acabou por fazer com que o povo chão, inculto e maltratado, a quem mais uma vez escamoteavam a liberdade séria e a decência, se chateasse. As atas das sessões das Cortes desse período são um relatório arrepiante de demagogia, irracionalidade e irresponsabilidade política nas quais participavam tanto os esquerdistas radicais como os arcebispos mais jarretas, pois de tudo havia nos assentos das Cortes; e, como mais tarde anotaria, em *España Inteligible*, o filósofo Julián Marias, *ali podia dizer-se qualquer coisa, desde que não tivesse sentido nem contacto com a realidade*. A parte boa foi ter-se confirmado a liberdade de cultos (o que pôs a Igreja Católica pior do que uma fera), ter-se começado a legalizar o divórcio e a suprimir-se a pena de morte, embora fosse só por algum tempo. Quanto ao resto, naquela Espanha fragmentada e impossível tudo eram fronteiras internas, milícias populares, bandeiras, demagogia e disparate, sem ninguém que desse bom senso e, por outro lado, sem que os governos a princípio se atrevessem a usar a força para reprimir fosse o que fosse; porque os *espadones* militares – com toda a razão do mundo, vendo os seus péssimos antecedentes – eram mal vistos e, além disso, ninguém lhes obedecia. Gaspar Núñez de Arce, que era um poeta retórico e piroso até dizer chega, retratou bem o panorama nestes versos amaneirados: *A honrada liberdade prostitui-se / ouvem-se os uivos da hiena / em Alcoy, em Montilha, em Cartagena*. Cartagena, precisamente, foi o cantão insurreto mais ativo e belicoso de todos, situado muito à esquerda da esquerda, ao ponto de, quando por fim foi decidido pôr na linha aquela barafunda de taifas, os de Cartagena defenderam-se como leões da MGM, de entre outras coisas porque a sua cidade era fortificada e tinha a ajuda da esquadra naval, que se pusera do seu lado. A guerra cantonal prolongou-se ali e na Andaluzia durante algum tempo, até o governo do momento ter dito já chega, cabrões, e enviou os generais Martínez Campos e Pavía para liquidarem a questão à força, coisa que fizeram à canhonada. Entretanto, como as Cortes não serviam para merda nenhuma, deram férias aos deputados – que já nem iam às sessões – desde setembro de 1873 até janeiro de 1874. E nessa data, quando se reuniram de novo, o general Pavía (*Homem de cabeça fraca e pouco esperto*, assim o retratam os historiadores), escorado pela direita conservadora, pelas suas tropas e pela Guarda Civil, cercou o edifício como faria um século mais tarde, a 23 de fevereiro, o tenente-coronel Tejero – que também não era mais esperto do que Pavía. Perante semelhante

atropelo, os deputados republicanos juraram antes morrer heroicamente do que trair a pátria; mas tão exemplar resolução só durou até ouvirem o primeiro tiro para o ar. Nesse momento todos saíram a correr, inclusivamente atirando-se pelas janelas. E foi dessa forma infame e grotesca que acabou, mal nascera, a nossa infeliz Primeira República.

56. De Pé, ó Vítimas da Fome

A Primeira República Espanhola, aquele ensaio de liberdade convertido em desastre por uns políticos desavergonhados e por um povo inculto e irresponsável, tinha ido por água abaixo em 1874. A deceção das camadas populares ao verem as suas esperanças frustradas, o extremismo de uns dirigentes e o medo da revolução de outros, a desordem social que pôs toda a Espanha de pernas para o ar e alarmou as pessoas com poder e dinheiro, liquidaram de forma grotesca aquela breve experiência. Tudo isto deixou o país em ponto de rebuçado para uma etapa de letargia social em que o pessoal só queria calma e poucos sobressaltos, sopinhas e descanso, sem se importar com o preço que teria de pagar por isso em matéria de liberdade. Renunciou-se assim a muitas coisas importantes, e Espanha (de momento com uma ditadura pós-revolucionária encomendada ao sempre oportunista general Serrano) instalou-se numa espécie de limbo idiota, adiando reformas e ambições necessárias. Sem aprender nada, e o mais grave foi isto, com os terríveis sintomas que tinham ficado patentes com as revoluções cantonais e as desordens republicanas. O mundo mudava e os mais necessitados abriam os olhos. Onde quer que a instrução e os livros despertassem consciências, a resignação das vítimas da fome transformava-se em reivindicação e luta. Cinco anos antes, tinha aparecido uma instituição até então inexistente: a Associação Internacional de Trabalhadores. E nela havia espanhóis. Tal como noutros países europeus, continuava a formar-se uma pujante burguesia ao sabor do inevitável progresso económico e industrial; e também, de modo paralelo, operários que passavam entre si livros e ideias e se organizavam, ainda de forma rudimentar, para melhorarem as suas condições em fábricas e oficinas, embora o campo ainda

estivesse longe. Dito de uma forma simples, já se manifestavam duas tendências de esquerda: o socialismo, que pretendia alcançar as suas reivindicações sociais por meios pacíficos, e o anarquismo – *Nem deus nem senhor* –, que achava que a pistola e a dinamite eram os únicos meios eficazes para limpar a podridão da sociedade burguesa. Assim, a palavra *anarquista* tornou-se sinónimo daquilo a que hoje chamamos terrorista, e nas décadas seguintes os anarquistas protagonizaram episódios sonoros e sangrentos à base de muito bang-bang e muito pumba-pumba, que ocupavam os títulos dos jornais, alarmavam os governos e suscitavam uma feroz repressão policial. Pormenor importante, aliás, era o auge burguês e industrial da altura estar a meter muito dinheiro nas províncias bascas, nas Astúrias e sobretudo na Catalunha, onde cidades como Barcelona, Sabadell, Manresa e Tarrasa, com as suas manufaturas têxteis e a sua proximidade fronteiriça com a Europa, aumentavam a riqueza e começavam a inspirar, como consequência, um sentimento de prosperidade e superioridade em relação ao resto de Espanha; um ambiente que ainda não era separatista à moderna – 1714 já estava muito longe –, mas sim partidário de um estado descentralizado (nós tínhamos perdido para sempre a oportunidade do estado jacobino e forte à francesa) e também industrial, capitalista e burguês, que era o que estava a dar na Europa. Sentimento que, tendo em vista a barafunda pátria, era, por outro lado, o mais natural, porque Jesus Cristo disse para sermos irmãos, mas não parvos. Nasciam assim, *paset a paset*[19], o catalanismo moderno e as suas consequências futuras; com o panorama muito bem delineado, aliás, numas interessantes e premonitórias palavras do político catalão – filho de *hisendats*, ou seja família de alta estirpe e dinheiro – Prat de la Riba: *Duas Espanhas: a periférica, viva, dinâmica, progressiva, e a central, burocrática, adormecida, erma. A primeira é a viva, a segunda a oficial*. Tudo isso, ali tão bem explicado, acontecia numa Espanha de oportunidades perdidas desde a Guerra da Independência, onde os sucessivos governos tinham sido incapazes de situar a palavra *nação* no âmbito do progresso comum. E, enquanto a Grã-Bretanha, a França ou a Alemanha desenvolviam os seus mitos patrióticos nas escolas, procurando que os professores incutissem espírito cívico e solidário nos cidadãos do futuro, a indiferença espanhola pela questão educativa acarretaria com o tempo consequências gravíssimas: um exército desacreditado, um povo desorientado e indiferente, uma educação que continuava a estar em grande parte nas mãos da Igreja Católica, e uma grande confusão em torno da palavra *Espanha*, cujo passado, presente e futuro eram sequestrados sem complexos, manipulando-os, por todo o tipo de gatunos e desavergonhados.

57. Para Onde Vais, Afonso XII?

O século XIX estava a ser em Espanha um disparate dos pés à cabeça: uma guerra atroz contra os Franceses, um rei (Fernando VII) cruel, traidor e miserável, uma filha (Isabel II) incompetente, caprichosa e puta todos os dias, um rei postiço (Amadeu de Saboia) gozado por todos, a perda de quase todas as possessões americanas depois de uma guerra sem quartel, uma insurreição em Cuba, uma guerra cantonal, uma Primeira República que acabara com uma rixa de palhaços de circo, golpes de Estado, pronunciamentos militares a torto e a direito e quatro ou cinco palavras (Espanha, nação, pátria, centralismo, federalismo) sobre as quais não só ninguém estava de acordo, como também se convertiam, como sempre acontece aqui, em arma de arremesso contra o adversário político ou o próprio vizinho; em pretexto para a inveja, ódio e vilania espanholas, agravadas pelo analfabetismo endémico geral. Fazendo contas, dava-nos só quinze anos de tentativas democratizadoras contra sessenta e seis anos sinistros de jarretice, igreja, caspa, sabres e reação. E quando havia eleições, estas eram uma farsa de votos manipulados. Até poucos anos antes, todas as mudanças políticas tinham sido feitas à base de insurreições e pronunciamentos. E para resumir, o pessoal, ou seja, as pessoas normais, estava a chegar à linha de flutuação. Farto de caos, de oportunismo e de aventureiros políticos. Queria estabilidade, trabalho, normalidade. Ter para comer e que os filhos crescessem em paz. Por isso, alguns políticos, tomando o pulso ao ambiente, começaram a conceber a possibilidade de restaurar a monarquia, desta vez com boas bases. E lembraram-se de Afonsito de Bourbon, o filho no exílio de Isabel II, que tinha dezoito anos e era um rapaz agradável, baixinho, moreno e com patilhas, sensato e bem-educado. Ao princípio, os militares, habituados a serem eles a mandar, não estavam para aí virados; mas um grande político chamado Cánovas del Castillo – sem dúvida o mais sagaz e competente do seu tempo – convenceu alguns e acabou por levar a água ao seu moinho. O método, isso sim, não foi precisamente democrático; mas naquela altura sem rei nem roque, em plena ditadura dirigida pelo eterno general Serrano e com as Cortes

inoperantes e transformadas num autêntico bebedouro de patos, Cánovas e os seus opinavam, com alguma lógica, que já tanto fazia um método como outro. E puta que os pariu. E assim, em dezembro de 1874, em Sagunto e perante as suas tropas, o general Martínez Campos proclamou rei Afonso XII, porque sim. Isto foi muito bem recebido, Serrano fez as malas, e o chavalo bournónico embarcou em Marselha, desembarcou em Barcelona, passou por Valência para se assegurar de que o apoio dos altos militares era a sério e, nos primeiros dias do ano de 1875 fez uma entrada solene em Madrid, por entre o entusiasmo das mesmas massas que há um ano e pico tinham chamado puta à sua mãe. Porque o povo – de certeza que vocês fazem uma ideia do mecanismo – tinha de engolir sapos vivos, até sufocar, ao mesmo tempo que lhe pintavam um panorama bonito e lhe faziam o ninho atrás da orelha (é o que têm a ingenuidade, a estupidez e a incultura juntas). De facto, Afonso XII foi recebido como chuva benfazeja. E para dizer a verdade, não faltavam motivos. Em primeiro lugar, como eu disse antes, Cánovas era um político de se lhe tirar o chapéu (de quem os de agora deviam seguir o exemplo, no caso improvável de saberem quem ele foi). Por outro lado, o jovem monarca era um tipo estupendo, ou parecia, tirando o facto de não poder ver um rabo de saia. Mas, fora isso, tinha bom senso e sabia estar. Até se tinha casado por amor com a filha do duque de Montpensier, que era inimigo político de sua mãe. Ela chamava-se María de las Mercedes (para saber mais sobre este assunto, livros à parte, papem o filme *Dónde vas, Alfonso XII?*, que conta tudo de forma muito adocicada, mas não está mal), era jovem, rechonchuda e bonita, e isso foi suficiente para conquistar o coração de todas as marias e manéis de então. Aquele simpático casal foi bem acolhido, e com ele o país teve um acesso de otimismo. Os negócios floresceram e a economia melhorou. Tudo corria sobre rodas, com Cánovas a mexer habilmente os cordelinhos. Até se pôde, finalmente, liquidar a terceira guerra carlista. O rei era amigo de conviver com o povo e as pessoas gostavam dele. Era, para nos entendermos, um bonacheirão. E, além disso, depois de Mercedes morrer prematuramente, a tragédia do jovem monarca viúvo – as cerimónias fúnebres foram de ir às lágrimas – pôs toda a Espanha do seu lado. Nunca um rei espanhol tinha sido tão amado. A história dava-nos mais uma oportunidade. A questão era quanto tempo demoraríamos a estragá-la.

58. Tão Amigos que Eles Eram

Com Afonso XII, que durou pouco, pois morreu em 1885 quando ainda era um rapazinho e só tinha reinado dez anos, Espanha entrou numa etapa próspera e até na política se conseguiu (isso sim, à custa dos mesmos de sempre) um equilíbrio bastante razoável. Havia negócios, mineração, caminhos de ferro e uma burguesia cada vez mais definida segundo os modelos europeus da época. Em termos gerais, um espanhol podia ir de viagem ao estrangeiro sem se envergonhar. Para tudo isso contribuíam vários fatores que seria aborrecido pormenorizar aqui – para tal existem os historiadores, eles que trabalhem para isso –, mas que convém citar nem que seja por alto. Os lambe-botas chamavam-lhe Afonso XII, *o Pacificador*, mas a verdade é que a alcunha era adequada. O sarrabulho de Cuba tinha acalmado muito, a terceira guerra carlista tornou as coisas difíceis para o pretendente D. Carlos (que teve de dizer até logo, pessoal, e atravessar a fronteira) e até o velho e ressabiado cabrão do general Cabrera apoiou, do exílio em Londres, a nova monarquia. Já só voltaria a haver carlistadas em 1936. Por outro lado, o trono de Afonso XII era aquecido com carvão asturiano, forjado com ferro basco e forrado com tecido catalão, pois na periferia adoravam-no; sobretudo porque a siderurgia vascongada – ainda não se dizia *euskaldun* – ia que nem um foguete, e a classe dirigente catalã, em grande parte cheia de massa com o tráfico de escravos negros e os negócios de uma Cuba ainda espanhola, tinha garantido os seus três por cento, ou os seus noventa por cento, ou o que estivesse a dar na altura, para bastante tempo. Pelo lado político também tudo corria sobre rodas para os que tinham a faca e o queijo na mão, com parlamentares monárquicos felizes com o rei e parlamentares republicanos que na sua maioria, após a disparatada experiência recente, não acreditavam minimamente na república. Enfim, eram todos dinásticos. Em 1876 foi promulgada uma Constituição (que estaria em vigor durante meio século, até 1923) com a qual se voltava a tentar a Espanha unitária e patriótica de estilo moderno europeu, e segundo a qual todo o espanhol era obrigado a defender a pátria e a contribuir para as despesas do Estado, da província e do município. Ao mesmo tempo era proclamada – pelo menos no papel, porque a realidade foi outra – a liberdade de consciência, de pensamento e de ensino, assim como a liberdade de imprensa. E neste ponto convém destacar um facto decisivo: à frente dos dois principais partidos, cujo peso era enorme, estavam dois políticos

de estatura e inteligência extraordinárias, para os quais Pedro Sánchez, Mariano Rajoy, José Luís Zapatero e José María Aznar, só para referir quatro chefes de governo muito recentes, não serviriam nem para lhes engraxar os sapatos. Cánovas e Sagasta, o primeiro, líder do partido conservador, e o segundo, do liberal ou progressista, eram dois equilibristas da corda bamba que estiveram de acordo em repartir o poder de forma pacífica e construtiva, na medida do possível, salvando os seus interesses e os dos tipos que eles representavam. Foi a isto que se chamou período (longo) de alternância ou de governo *alternantes*. Nenhum dos dois questionava a monarquia. Um governava durante uma temporada colocando a sua gente, depois vinha o outro e colocava a sua, e assim sucessivamente. Tudo pacífico e com vaselina. Tu, para Boston, e eu, para a Califórnia. Isto beneficiava muitos canalhas, claro; mas também proporcionava estabilidade e paz social, ajudava os negócios e dava credibilidade ao Estado. O problema foi aqueles dois tipos inteligentes terem deixado de fora a realidade; ou seja, montaram o esquema sozinhos, esquecendo-se dos novos atores da política que viriam a protagonizar o futuro. Dizendo de outro modo: ao repartirem entre si a barraquinha, a Espanha oficial virou as costas à Espanha real, que tinha vindo a pedir aos gritos justiça, pão e trabalho. Felizmente para os governantes e para a monarquia, essa Espanha real, republicana e com razões para estar zangada, estava ainda nos primórdios, tão desunida e fratricida, como nós, os espanhóis, costumamos estar desde os tempos de Viriato. Mas com paciência e saliva tudo entra. A longo prazo, as esquerdas emergentes, as reais, continuariam com um aliado objetivo: a Igreja Católica que, fiel a si mesma, fechada a tudo o que cheirasse a progresso, educação pública, sufrágio universal, liberdade de culto, divórcio, libertar as famílias da ditadura do púlpito e do confessionário, se opunha a qualquer reforma. Isto enfureceria muito o pessoal, atiçando um anticlericalismo feroz e acumulando contas que ao longo do meio século seguinte seriam saldadas de forma trágica.

59. Sobre Urnas e Analfabetos

Afonso XII quinou novo e de tuberculose. Cedo demais. Teve o tempo à conta para dar um rebentinho à sua segunda esposa, María Cristina de Habsburgo, antes de dizer *adiós, muchachos*. Morreu apenas com vinte e oito calendários cumpridos, deixando para trás uma regente viúva e grávida, Cánovas e Sagasta a alternarem-se no poder com o seu paleio parlamentar de compadres de negócio, e uma Espanha de injustiça social, afastada da vida pública e ainda debilmente nacionalizada, muito abaixo de um nível educativo digno, submetida às tensões impostas por um exército habituado a decidir segundo a sua arrogante vontade, uma oligarquia económica que só pensava em si mesma e uma Igreja Católica habituada a molhar o pão em todas as sopas, controlando vidas, consciências e educação escolar. O Estado, incapaz de manter um sistema decente de ensino nacional – daí a frase *passa mais fome do que um mestre-escola* –, deixava nas mãos da Igreja grande parte da educação, com os resultados que seriam de esperar. Não se tratava, atenção, de formar bons cidadãos, mas sim bons católicos. Deus acima de César. E assim, entre flores a Maria e terços vespertinos, grande parte das crianças espanholas que tinham a sorte de poder aceder a uma educação gastava os cartuchos em salvas, muito longe dos princípios de democracia, liberdade e dignidade nacional que tinha lançado as suas frágeis raízes no liberalismo de Cádis de «La Pepa». Desse modo, tacinha a tacinha de cicuta trasfegada com desoladora irresponsabilidade, nós, os Espanhóis (*Só são espanhóis os que não puderem ser outra coisa*, tinha brincado Cánovas com muito mau gosto), voltávamos a ficar para trás em relação à Europa que avançava para a modernidade. Sobretudo incapazes de utilizar a nossa diversificada e espetacular história, os factos e lições do passado, para articular em torno deles palavras nessa época tão necessárias como formação patriótica, socialização política e integração nacional. O nosso patriotismo – se assim lhe pudermos chamar –, tanto o geral como o particular de cada terrinha, era popularucho e barato, tão básico como o mecanismo de um chocalho. Era feito de folclore e sentimentos, não de razão; e era, portanto, manipulável por qualquer espertalhão. Por qualquer desavergonhado com talento, lábia ou recursos. A isso temos de acrescentar uma imprensa às vezes séria, embora frequentemente partidista e irresponsável. Apesar de tudo, do outro lado do tapete havia boas vazas. Uma sociedade burguesa fervilhava, viva. A pintura histórica estava na moda, e a literatura penetrava em muitos lares através de romances nacionais ou traduzidos que se convertiam em verdadeiros *bestsellers*. Tinha-se começado até a editar a monumental Biblioteca de Autores Espanhóis. Havia avidez de leitura, de instrução e de memória. De conhecimentos. Os

operários – alguns deles – liam cada vez mais, e em breve se iria notar isso. Mas não era suficiente. Faltava ânimo geral, faltava bom senso coletivo. Faltava sobretudo cultura e educação. Faltava política previdente e decente a médio e longo prazo. Como mostra eloquente dessa indolência e ausência de vontade podemos recordar por exemplo que, enquanto nas escolas francesas se lia obrigatoriamente o patriótico livro *La tour de la France par deux enfants* (1877) e, na Itália, o delicioso *Cuore*, de Edmondo de Amicis (1886), em Espanha ficou deserto o concurso convocado em 1921 para a elaboração de um *Libro de la Patria* destinado aos estudantes. No entanto, contra toda essa apatia ergueram-se vozes inteligentes que defendiam novos métodos educativos de carácter liberal para formar gerações de cidadãos espanhóis cultos e responsáveis. O segredo, segundo estes intelectuais, era que nunca haveria uma melhoria económica em Espanha sem a prévia melhoria da educação. Dito em poucas palavras, de nada vale uma urna se quem nela meter o voto for analfabeto, e não há quem faça avançar um país com mulas de carga, ovelhas passivas ou porcos satisfeitos. Todos os esforços realizados por gente honrada, que foram diversos e complexos, prolongar-se-iam pela regência de Maria Cristina, pelo reinado de Afonso XIII e pela Segunda República até à tragédia de 1936-39. E, a longo prazo, uma boa parte desses mesmos intelectuais acabaria por pagar caro com o exílio, com a prisão ou com a vida. A Espanha velha e baça, pródiga em rancores, nunca esquece os seus ajustes de contas. Mas não adiantemos tragédias, pois antes dessas ainda havia outras, que não eram poucas, por se materializar.

60. Sem Honra e sem Barcos

E assim, minhas senhoras e meus senhores, chegamos ao ano do grande desastre colonial. A esse nefasto 1898, quando Espanha, que desde 1500 tivera o mundo agarrado pelos tomates, depois de um século e pico a crescer e quase três a encolher como roupa de má qualidade muito lavada, ficou reduzida a quase o que é agora. O golpe de misericórdia foi-lhe – foi-nos – dado pelas guerras de Cuba e das Filipinas. No interior, com Afonso XIII ainda criança e a rainha-mãe

regente, as nuvens negras foram-se acumulando devagar, porque os operários e camponeses espanhóis, individualistas como a mãe que os pariu, não se davam muito bem com a organização socialista – ou, em breve, a comunista – e preferiam ser anarquistas, pelo que cada um fazia à sua maneira. E isto calhava que nem ginja aos poderes estabelecidos, que continuavam a tourear o pessoal de frente. Mas a questão de Cuba e das Filipinas acabaria por mexer com as pessoas. Em Cuba, de novo insurreta, onde milhares de espanhóis mantinham laços familiares e comerciais com a metrópole, a repressão era brutal, muito bem resumida pelo general Weyler, que era baixinho e tinha muito mau feitio: *Que eu fuzilei muitos prisioneiros? É verdade, mas não como prisioneiros de guerra, e sim como incendiários e assassinos*. Isso atiçava a fogueira e não tinha grande solução, em primeiro lugar porque os Estados Unidos, que já estavam em forma, queriam apoderar-se das Caraíbas espanholas. E em segundo, porque as vozes sensatas que pediam um estatuto razoável para Cuba viam-se sufocadas pela estupidez, pela corrupção, pela intransigência, pelos interesses comerciais da alta burguesia – em parte catalã – com negócios cubanos, e pelo patrioteirismo barato de uma imprensa vendida e irresponsável. O resultado é sobejamente conhecido: uma guerra cruel que não podia ser ganha (os filhos dos ricos podiam livrar-se pagando para que um desgraçado fosse na vez deles), a intervenção dos Estados Unidos e a nossa esquadra, sob o comando do almirante Cervera, bloqueada em Santiago de Cuba. De Madrid chegou a ordem disparatada de sair e lutar a todo o custo pela honra de Espanha – uma Espanha que nesse domingo foi à tourada –, e os marinheiros espanhóis, mesmo sabendo que os iriam esquartejar, cumpriram as ordens como um século antes em Trafalgar e foram saindo um após outro, pobres infelizes nos seus pobres barcos, para serem aniquilados pelos couraçados ianques, aos quais não conseguiriam opor força suficiente – o *Cristóbal Colón* nem sequer tinha a artilharia montada –, mas sim a bênção que, sem qualquer rubor, foi enviada por telégrafo pelo arcebispo de Madrid-Alcalá: *Que São Tiago, São Telmo e São Raimundo vão à vossa frente e vos tornem invulneráveis às balas do inimigo*. Imaginem a blindagem. A isso, claro, juntaram-se os políticos e a imprensa. *As esquadras são para combater*, ladrava Romero Robledo nas Cortes, enquanto aos partidários de negociar, como o ministro Moret, lhes faziam esperas à porta de suas casas. Poucas vezes na história de Espanha houve tanta coragem, por um lado, e tanta infâmia, por outro. Depois daquilo, abandonada pelas grandes potências, porque não valíamos a ponta de um corno, Espanha cedeu Cuba, Porto Rico – onde os porto-riquenhos tinham combatido ao lado dos espanhóis – e as Filipinas, e no ano

seguinte viu-se obrigada a vender à Alemanha os arquipélagos das Carolinas e Palaos, no Pacífico. Nas Filipinas, aliás (*uma colónia governada por frades e militares*, assim a descreve o historiador Ramón Villares), tinha acontecido mais ou menos o mesmo que em Cuba: uma insurreição combatida com violência e crueldade, a intervenção norte-americana, a esquadra do Pacífico destruída pelos americanos na baía de Cavite, e uns combates terrestres nos quais, tal como na *manigua* cubana, os pobres soldadinhos espanhóis, sem meios militares, doentes, mal alimentados e a milhares de quilómetros da sua pátria, lutaram com a coragem habitual dos bons e fiéis soldados até já não poderem mais (o meu avô paterno contava-me o triste espetáculo dos barcos que traziam do ultramar aqueles espectros esquálidos, feridos e doentes). E alguns até lutaram para lá do humano. Porque em Baler, uma aldeiazinha filipina aonde não chegara qualquer referência à paz, um grupo de soldados, os últimos das Filipinas, isolados e sem notícias, continuaram a lutar durante mais um ano, julgando que a guerra ainda continuava, e custou muito convencê-los de que tudo tinha acabado. E, como corolário espanholíssimo desta história, diremos que um daqueles heróis, o último ou penúltimo que restava vivo, foi tirado de sua casa em 1936 por um grupo de milicianos ou falangistas (tanto faz, porque na realidade são sempre os mesmos) e fuzilado ao mesmo tempo que o pobre ancião lhe mostrava as suas velhas e inúteis medalhas.

61. Ao Burguês e ao Bourbon, Pólvora e Chumbo

E dessa triste maneira, senhoras e cavalheiros, depois de perder Cuba, Filipinas, Puerto Rico e até a vergonha, reduzida à parte peninsular e a uns bocadinhos de África, desdenhada pelas grandes potências que dois séculos antes ainda estavam ao seu serviço, Espanha entrou num século XX que daria muita água pela barba. O filho da rainha Maria Cristina deixou de ser Afonsinho para se tornar Afonso XIII. Mas também aí não tivemos sorte, porque não era o homem adequado para os tempos turbulentos que viriam.Afonso era um rapaz bonacheirão – coisa de família, desde a sua avó Isabel até ao seu neto Juan Carlos – e um patriota que amava sinceramente Espanha. O problema, um deles,

era que ele tinha pouca personalidade para a lide nesta complicada praça. Como diz Juan Eslava Galán, *tinha gostos de riquinho*: carros, cavalos, luxo social requintado e mulheres bonitas, com as quais teve alguns filhos ilegítimos. Mas em governar comedidamente e com prudência não foi tão vigoroso como na cama. Coroaram-no em 1902, exatamente quando se desmoronaria o sistema de alternância segundo o qual tinham vindo a governar liberais e conservadores. Seguir-se-iam trinta e dois governos em vinte anos. Havia novos partidos, novas ambições, novas esperanças. E menos resignação. O mundo era mais complexo, o campo arruinado e faminto continuava nas mãos de latifundiários e caciques, e nas cidades as massas proletárias apoiavam cada vez mais os partidos de esquerda. Resumindo muito tudo isto: os republicanos cresciam e os problemas do Estado – talvez este pormenor vos seja familiar – alentavam o oportunismo político, se não mesmo secessionista, de nacionalistas catalães e bascos, conscientes de que o negócio de ser espanhol já não dava o mesmo lucro de antes. A nível proletário, sobretudo os anarquistas, de que Espanha era fértil em puros e duros, tinham pressa, desespero e tomates como os da estátua do cavalo de Espartero. Um, italiano, já tinha despachado Cánovas em 1897. Por isso, para começar, outro anarquista chamado Mateo Morral presenteou o jovem rei, no próprio dia do seu casamento, com uma bomba que fez uma matança em pleno cortejo, na calle Mayor de Madrid. Nas três décadas seguintes, os seus colegas deixariam uma marca profunda na vida espanhola, entre outras coisas porque limparam o sebo aos políticos Dato e Canalejas (este último quando estava a olhar para a montra de uma livraria, coisa que num político atual seria quase impossível), e, além de tentarem que o rei batesse a bota, estiveram prestes a consegui-lo com Maura e com o ditador Primo de Rivera. Depois, descerebrados como eles eram, contribuiriam muito para derrubar a Segunda República; mas não adiantemos acontecimentos. De momento, no princípio do século, o que os anarcas faziam – ou pretendiam – era pôr tudo de pantanas, seguros de que o sistema estava podre e de que o único remédio era dinamitá-lo até aos alicerces. E pronto. Tivessem ou não razão, e talvez tivessem, a verdade é que protagonizaram muitas primeiras páginas de jornais, com assassínios e bombas aqui e acolá, incluindo uma que atiraram no Liceo de Barcelona à fina flor da burguesia ricaça local, que deixou a plateia como o balcão de um talho. Mas o que de verdade os colocou na ribalta internacional foi a Semana Trágica, também em Barcelona. Em Marrocos – de que falaremos noutro capítulo – tinha havido uma grande confusão e, como de costume, iam para a guerra os pobres e os desgraçados. Um embarque de tropas, com umas damas católicas piedosas

que foram ao porto distribuir escapulários e medalhas de santos, terminou em explosão revolucionária que pôs a cidade em chamas, com queima de conventos incluída, combates de rua e repressão sangrenta. O governo precisava de alguém que fosse o bode expiatório, por isso deitou a culpa ao líder anarquista Francisco Ferrer Guardia que, como se dizia na altura, *foi passado pelas armas*. Isto suscitou uma avalanche de protestos da esquerda internacional, fez cair o governo conservador e deu lugar a um liberal que fez o que pôde; mas aquilo rebentava por todas as costuras, ao ponto de o chefe desse governo liberal ter sido o mesmo Canalejas a quem um anarquista daria um tiro quando ele estava a ver livros. Achavam que ele era brando. E assim, pouco a pouco e cada vez com o passo mais rápido, aproximávamo-nos de 1936. Mas ainda havia muitas coisas para acontecer e muito sangue por derramar. Por isso, permaneçam atentos ao ecrã.

62. Lá pela Terra Moura

Agora é preciso falar de Marrocos, e já vai sendo tempo; porque, se alguma coisa teve peso na política e na sociedade espanholas do princípio do século XX, foi a questão marroquina. A guerra de África, como já se lhe ia chamando. O Magrebe era a nossa vizinhança natural, e os conflitos eram velhos, com raízes na Reconquista, na pirataria berberisca, nas expedições militares espanholas e nas praças de soberania situadas na zona. Já em 1859 tinha havido uma guerra séria com quatro mil mortos espanhóis, o general Prim e os seus voluntários catalães e bascos, e as vitórias de Castillejos, Tetuão e Wad-Ras. Mas os mouros, sobretudo os do Rife marroquino, que eram valentes e eram machos a valer, não se deixavam levar sem mais nem menos e, em 1893, armou-se outro trinta e um em torno de Melilla que nos custou um pilha de mortos, entre eles o general Margallo, que lerpou em combate – naquele tempo, os generais ainda lerpavam em combate. Dezanove anos depois, pelo Tratado de Fez, França e Espanha repartiram entre si Marrocos, só porque sim. A questão era que, como na Europa todo o bicho careta andava a fazer para si um império colonial, Espanha, empenhada em que a respeitassem um bocadinho depois do que acontecera em

98, não queria ser menos. Por isso, Marrocos era a única ocasião para tirar essa pedra do sapato: por um lado, mantinham-se os militares ocupados, que podiam pôr as suas medalhas e fazer esquecer as humilhações e o desprestígio da perda de Cuba e das Filipinas; por outro, participávamos ao lado de Inglaterra e de França no controlo do estreito de Gibraltar; e, em terceiro lugar, reforçavam-se os negócios do rei Afonso XIII e da oligarquia financeira com a exploração das minas de ferro e chumbo marroquinas. Quanto à moirama de lá, pois olha. *Arumi issén*, ou seja: o cristão sabe mais. Não se supunha que eles tivessem muita energia face a um exército espanhol que, antiquado e corrupto até aos galões, continuava a ser uma máquina militar mais ou menos potente, à europeia, embora aí ocupássemos o humilhante vagão traseiro. Mas o tiro saiu pela culatra, porque o Rife, com gente belicosa e audaciosa, com cultura e língua próprias, estava a marimbar-se para os pactos do sultão de Marrocos com Espanha. Vai mamá-la a Fez, diziam eles. Em mouro. E uma sucessão de levantamentos das cabilas locais converteu a ocupação espanhola num pesadelo. Primeiro, em 1909, foi o desastre do Barranco do Lobo, onde a estupidez política e a incompetência militar custaram duas centenas de soldadinhos mortos e meio milhar de feridos. E doze anos mais tarde vieram o desastre de Annual e a chamada Guerra do Rife, primeiro contra o cabecilha El Raisuni (que Sean Connery encarnou muito cinefilamente em *O Leão e o Vento*) e depois contra o duro de roer Abd El Krim. O Barranco do Lobo e Annual viriam a ser decisivos na opinião pública, criando grande desconfiança em relação aos militares e enorme descontentamento nacional, sobretudo entre as classes desfavorecidas que pagavam as favas. Enquanto os filhos dos ricos, que antes largavam a massa para que fosse um pobre no lugar deles, agora pagavam para ficar em postos seguros na península, para o matadouro iam os pobres. E acontecia que o infeliz camponês, que dera um filho para Cuba e outro para Marrocos, ainda via a sua humilde casa – quando era sua – embargada pelos latifundiários e pelos caciques da terra. Por isso, imaginem o ambiente. Sobretudo depois de Annual, que foi o cúmulo do disparate militar, da cobardia e da incompetência. Sublevadas em 1921, as cabilas rifenhas caíram sobre os postos espanhóis de Igueriben, primeiro, e Annual, depois. Ali deu-se a ordem imprudente de salve-se quem puder, e treze mil soldados aterrorizados, sem disciplina nem preparação, sem provisões, água ou ajuda de qualquer tipo – exceto as cargas heroicas do regimento de cavalaria Alcântara, que se sacrificou para proteger a retirada –, fugiram em coluna para Melilla, sendo massacrados por apenas três mil rifenhos que os perseguiram caindo ferozmente sobre eles. A matança foi horrorosa. O

general Silvestre, responsável pela carnificina, matou-se com um tiro em plena retirada, mas só depois de pôr o seu filho, oficial, a salvo num automóvel. Por isso ele deixou as coisas fáceis: o rei, que antes o aplaudia, o governo e a opinião pública culparam-no a ele, e aqui não aconteceu nada. Disseram. Mas, sim, tinha acontecido, e muito: milhares de viúvas e órfãs reclamavam justiça. Além disso, essa Guerra de África seria longa e sangrenta, de três anos de duração, com consequências políticas e sociais que seriam decisivas. Por isso, não percam o próximo episódio.

63. Pistoleiros e Patronos

Depois do desastre de Annual, que vestiu a Espanha de luto, a guerra da reconquista de Marrocos foi longa e sangrenta até mais não poder. Nela se utilizou pela primeira vez um corpo militar recém-criado, a Legião, mais conhecida por Tércio, que foi ponta de lança da ofensiva. Ao contrário dos pobres soldadinhos sem instrução e mal comandados que os mouros rifenhos tinham estado até então a cortar às postas, o Tércio era uma força profissional, de elite, composta tanto por espanhóis – delinquentes, ex-presidiários, o melhor de cada casa – como por voluntários estrangeiros. Gente para se lhe dar de comer à parte, de quem se esquecia o passado se aceitassem matar e morrer como quem fuma um cigarro. Em resumo, uma máquina de guerra moderna e temível. Por isso, podem imaginá-la em ação – pagava-se cinco pesetas por cabeça de cada mouro rebelde morto –, a passar fatura pelas matanças de Annual e Monte Arruit. Destacou-se entre os chefes dessa força um comandante galego, jovem, baixinho e com voz aflautada. Na realidade, esta aparência enganava qualquer um, porque o tipo era duro e cruel até dizer chega, com muito mau feitio, implacável com os seus homens e com o inimigo. Também, diga-se em abono da verdade – estão aí os jornais da época e os comunicados militares –, era frio e com fama de valente no campo de batalha, onde uma vez até os mouros lhe deram um tiro na barriga e ganhou pouco a pouco prestígio militar nos sucessivos combates. Um prestígio que lhe assentaria que nem uma luva dez ou quinze anos mais tarde (como já adivinharam, esse comandante do Tércio

chamava-se Francisco Franco). A verdade é que ele e outros, palmo a palmo, no fim com a ajuda dos Franceses, reconquistaram o território perdido em Marrocos, guerra que acabou em 1927, pouco depois do desembarque de Alhucemas (primeiro desembarque aeronaval da história mundial, dezanove anos antes do realizado pelas tropas aliadas na Normandia). Uma guerra, enfim, que custou a Espanha quase vinte e sete mil mortos e feridos, assim como outros tantos a Marrocos, e sobre a qual os senhores podem ler como gostarem, se lhes apetecer saltar páginas, nos romances *Imán*, de Ramón J. Sender, e *La forja de un rebelde*, de Arturo Barea. A verdade é que a tragédia moura, com as suas graves consequências sociais, foi um dos fatores que marcaram os espanhóis e contribuíram muito para debilitar a monarquia, que por essa altura já andava há muito tempo a cometer erros políticos graves. Como a opinião pública pedia responsabilidades apontando para o próprio Afonso XIII, que tinha incentivado pessoalmente a ação do general Silvestre, morto no desastre de Annual, foi criada uma comissão para esclarecer a questão. Mas antes que as conclusões fossem debatidas nas Cortes – foi o famoso Relatório Picasso – o general Miguel Primo de Rivera deu um golpe de Estado (setembro de 1923) com o beneplácito do rei. Aqui convém recordar que Espanha se mantivera neutral na Primeira Guerra Mundial, o que permitiu às classes dirigentes encher os bolsos de notas em negócios com os beligerantes; mas esses ganhos – minas asturianas, ferro basco, têxteis catalães – continuavam longe do bolso das classes desfavorecidas, que só existiam para dar sangue à Guerra de África, suor às fábricas e aos torrões de uns campos secos e malditos por Deus. Mas os tempos da resignação já tinham passado: as esquerdas espanholas organizavam-se, embora cada uma por sua conta, como sempre. Mas não era só aqui: a Europa fervilhava com ânsia de mudança e vapores de tempestade, e Espanha não ficava à margem. Crescia o protesto operário, os sindicatos tornavam-se mais fortes, os pistoleirismos anarquista e empresarial enfrentavam-se a tiro, e os nacionalismos catalão e basco (este inspirado ideologicamente nos textos de um desequilibrado mental chamado Sabino Arana, que eram autênticos disparates religioso-racistas) aproveitavam para se fazerem de oprimidos tipo Espanha não gosta de nós, Espanha rouba-nos, *et cetera*, como de cada vez que viam o Estado fraquejar, e assim reclamar mais foros e privilégios. Ou, em poucas palavras, mais impunidade e mais dinheiro. A ditadura de Primo de Rivera tentou controlar tudo isso, a começar pela liquidação da guerra de Marrocos. A maioria dos historiadores coincide na descrição do tipo como um militar um pouco bruto, paternalista e com boa vontade. Mas tudo aquilo era demais para ele, e uma

ditadura também não era o método. Nem ele nem Afonso XIII estavam à altura do sarrabulho mundial que aqueles anos vinte representavam. Isto seria comprovado em breve, com resultados terríveis.

64. *Delenda est Monarchia*

Miguel Primo de Rivera, o militar ditador, foi um homem de boas intenções, métodos errados e pouca sorte. Sobretudo, não era um político. O seu programa baseava-se na ausência de programa, exceto manter a ordem pública, a monarquia e a unidade de Espanha, que estava a ir por água abaixo devido às pressões dos nacionalismos, sobretudo do catalão. Mas o ditador não tinha falta de bom senso. A sua ideia básica era formar cidadãos espanhóis com sentido patriótico, educados em escolas eficazes, e criar para eles um país moderno, a par dos tempos. E avançou por esse caminho, com intenção razoável dentro do possível. Entre os pontos a seu favor contam-se a construção e equipamento de novas escolas, o respeito pela greve e pelos sindicatos livres, a reforma paga para quatro milhões de trabalhadores, a jornada laboral de oito horas – fomos os primeiros do mundo a adotá-la –, uma saúde pública bastante aceitável, laços estreitos com a Hispano-América, as exposições internacionais de Barcelona e Sevilha, a concessão de monopólios, como telefones e combustíveis, a empresas privadas (Telefónica, Campsa), e um investimento em obras públicas sem precedentes na nossa história que modernizou de forma espetacular reservas de água, regadios e redes de transportes. Mas nem tudo era Disneylândia. A outra face da moeda, a má, estava no fundo da questão. Por um lado, a Igreja Católica continuava a molhar o pão em todas as sopas, e muitas reformas sociais, incluindo as inevitáveis pelo passar do tempo – cinemas, bailes, saia curta, mulheres que já não se resignavam ao papel submisso de esposa e mãe –, tropeçavam no clero jarreta que continuava a dirigir a vida de uma boa parte dos espanhóis. A educação escolar, sobretudo, era um osso que a mandíbula eclesiástica não largava. E até a blasfémia – desabafo tradicional, na falta de outros, de muitos sofridos compatriotas durante séculos – era punida e perseguida pela polícia. Por outro lado, os tempos políticos estavam agitados em

toda a Europa, onde forças conservadoras e nacionalistas chocavam contra esquerdas reformadoras ou revolucionárias. O bolchevismo tentava controlar a partir da Rússia, o socialismo e o anarquismo lutavam pela revolução, e o fascismo, que acabava de aparecer em Itália, era ainda uma experiência nova cujas consequências sinistras posteriores ainda não eram previsíveis e gozava de boa imagem em muitos ambientes. Era tentador para alguns. Espanha não podia ficar à margem de tudo isso nem por sonhos; e sobretudo a Barcelona industrial continuou a ser palco de luta entre patrões e sindicatos, de pistoleirismo e violência. Em atentados que comoveram a opinião pública, limparam o sebo ao presidente Dato, ao sindicalista Salvador Seguí e ao cardeal Soldevilla, entre outros. Por outro lado, fiel à sua tática de apertar de cada vez que o Estado espanhol fraqueja, o nacionalismo catalão jogava forte para conseguir uma autonomia própria (a primeira assobiadela ao hino nacional teve lugar em 1925 no campo do F. C. Barcelona, com o resultado imediato – eram tempos de menos compadrio e paninhos quentes do que agora – do encerramento temporário do estádio). O ambiente catalaúnico era denso: violência pistoleira e arrogância nacionalista dificultavam os acordos, e cortou-se irremediavelmente a possibilidade de uma saída razoável, sensata. Por outro lado, um dos problemas graves era tudo chegar à opinião pública através de uma imprensa pouco livre e até amordaçada, pois a repressão de Primo de Rivera centrou-se especialmente em intelectuais e jornalistas, entre os quais se dava o principal elemento crítico contra a ditadura. O regime não tinha base social e o Parlamento era só fachada. Havia multas, detenções e desterros. Primo de Rivera odiava os intelectuais e estes tinham por ele um ódio de morte. As universidades, os banquetes de homenagem, os atos culturais, transformavam-se em protestos contra o ditador. Blasco Ibáñez, Unamuno, Ortega y Gasset, entre muitos outros, tomaram partido contra ele. Afonso XIII, o rei frívolo e senhorito que incentivara a solução autoritária, começou a distanciar-se do seu militar favorito. Demasiado tarde. A ligação era muito estreita; já não havia volta atrás nem forma de progredir por uma via liberal; por isso, quando o rei deixou cair Primo de Rivera, a monarquia parlamentar estava a cair de podre. Afonso XIII tinha contra si todas as vozes autorizadas, que já não falavam de convencê-lo do que quer que fosse, mas sim de o porem no olho rua. *Delenda est monarchia*, disse Ortega y Gasset. E a isso se entregou o pessoal, a pensar numa república. A verdade é que o rei tinha facilitado as coisas.

65. Um Cadáver Político

Podem ser aplicados a Afonso XIII, com a sua falta de jeito e indecisões, os seus vaivéns com mariachis a cantar aos militares e outros notáveis tiques borbónicos, os versos que o grande Zorrilla pusera na boca de *don* Luis Mejia, referentes a Ana de Pantoja, quando aquele censura *don* Juan Tenório*: Don Juan, eu amava-a, sim / mas com o que vós ousastes / impossível a deixastes / para vós e para mim*. Quanto à solução autoritária via Primo de Rivera, tinha-lhe saído o tiro pela culatra; e continuava a notar-se a sua pouca simpatia pelo sistema de partidos. Barricada na alta burguesia e na Igreja Católica como últimas trincheiras, a Espanha monárquica começava a ser inviável. Aquilo não tinha volta atrás, e além disso a imagem do rei não era precisamente aquela que os tempos reclamavam, porque o lado frívolo do homem muitas vezes era de bradar aos céus: muita foto em Biarritz e San Sebastian, muito hipódromo, muito automóvel, muito aristocrata chupóptero perto e muito ricaço mais perto ainda, com algumas viagens publicitárias a Las Hurdes[20], isso sim, para distribuir umas pesetas e tirar fotografias com os párias da terra. Tudo isso (num panorama onde a pugna europeia entre direita e esquerda, entre forças conservadoras e forças primeiro descontentes e agora revolucionárias, esticava as cordas até as partir) era passear irresponsavelmente à beira do abismo. Para mais complicação – *Deus nos livre de cair em mãos de heróis* –, a guerra de África e a dura campanha do Rife tinham criado um novo tipo de militar espanhol, tão admirável no campo de batalha como perigoso na retaguarda, nacionalista até à morte, inclinado para a camaradagem com os seus iguais, duro, agressivo e com forte moral de combate, habituado à violência e a não dar tréguas ao adversário. Um tipo de militar que, como consequência dos disparates políticos que tinham dado origem às tragédias de Marrocos, desprezava profundamente o sistema parlamentar e conspirava em juntas, salas de jogo militares e salas de bandeiras, e depois na rua, contra o que não lhes agradava. Na sua maioria, esses militares eram nacionalistas e patriotas radicais, com a diferença de, sobretudo após o fracasso da ditadura de Primo de Rivera, uns se inclinarem para soluções autoritárias conservadoras, e outros – estes eram menos, embora não fossem poucos – para soluções autoritárias a partir da esquerda. Os dois caminhos vão

dar ao mesmo sítio. De qualquer forma, uns e outros estavam convencidos de que a monarquia estava a ir de cabeça pela ribanceira abaixo; e assim, o republicanismo (ao contrário do que pensam hoje muitos idiotas, sempre houve republicanos de esquerda e de direita) alastrava tanto na rua como nos quartéis. Por outro lado, os desafios basco e catalão, este último cada vez mais propenso ao separatismo insurrecional, prostituíam muito o panorama; e o oportunismo de numerosos políticos centralistas e periféricos, ávidos de pescar em águas turvas, complicava qualquer solução razoável. A Igreja Católica, na qual se tropeçava a cada passo em matéria de educação escolar, emancipação da mulher e reformas sociais, também não facilitava as coisas. Tornara-se impossível uma monarquia constitucional e democrática, porque o próprio rei a tinha matado; e agora, tendo saído o ditador Primo de Rivera, Afonso XIII recuperava um cadáver político: o seu. A imprensa, o ateneu e a cátedra exigiam uma mudança séria e o fim da contemporização. As universidades fervilhavam que dava gosto, os jovens operários e estudantes filiavam-se em sindicatos e organizações políticas e alçavam a voz, e as forças mais à esquerda apontavam para a república já não como meta final, mas sim como só um passo para o socialismo. Os partidários do trono eram cada vez menos, e intelectuais como Ortega y Gasset, Unamuno ou Marañón fizeram fogo diretamente contra Afonso XIII. Ninguém confiava no rei. Os últimos tempos da monarquia foram agonizantes; já não se pedia reformas, mas que se mandasse o rei para o olho da rua. Organizou-se uma conspiração militar republicana à grande, no velho estilo do século XIX; mas o tiro saiu-lhes pela culatra, porque antes da data escolhida para a sublevação, que incluía greve geral, dois capitães exaltados, Galán e García Hernández, adiantaram-se em Jaca, por sua conta. Foram fuzilados enquanto o diabo esfrega um olho – isso converteu-os em mártires populares – e o pronunciamento ficou em águas de bacalhau. Mas o peixe já estava vendido. Quando, em janeiro de 1931, foram convocadas eleições, todos sabiam que estas seriam um plebiscito sobre monarquia ou república. E que vinham tempos interessantes.

66. Outra Vez Democratas desde Sempre

Afonso XIII sobreviveu como rei um ano e três meses à queda do ditador Primo de Rivera, a quem ligara a sua sorte, primeiro, e depois atirara para o chão como uma ponta de cigarro. Abandonado pelos monárquicos, desprezado pelos militares, violentamente atacado por uma esquerda que tinha sobejamente motivos para atacar, as eleições de 1931 deram o golpe de misericórdia no rei e na monarquia. Tinham sido precedidas por uma boa série de desordens políticas e de rua. Por um lado, os movimentos de esquerda, socialistas e anarquistas, pressionavam com força, com bandeiras tricolores ondulando nas suas manifestações, convictos de que dessa vez levariam a água ao seu moinho. Do outro lado da questão, a direita dividia-se em duas: uma liberal mais democrática, de carácter republicano, e outra ultramontana, barricada na monarquia e na Igreja Católica como bastiões da civilização cristã, de contenção perante a feroz galopada comunista, esse fantasma que percorria a Europa e punha grande parte do mundo de pernas para o ar. A verdade é que, nas eleições municipais de 12 de abril, a coligação republicana-socialista arrasou em quarenta e duas das quarenta e cinco cidades importantes. Os urbanos tinham-se pronunciado sem paninhos quentes pela República, ou seja: por que Afonso XIII fosse apanhar ar. No entanto, os votos do meio rural foram favoráveis às listas monárquicas; mas as esquerdas defendiam, com alguma razão, que esse voto estava nas mãos de caciques locais e que, portanto, era manipulado. Por isso, antes de acabar a recontagem, o pessoal adiantou-se saindo para a rua, sobretudo em Madrid, a celebrar a queda do rei. Nessa altura, o monarca já nem com o exército podia contar. Estava indefeso. E, como aconteceu sempre (e continua a acontecer nesse tipo de situações, que é a coisa mais bonita e amena que temos cá), os bajuladores palacianos que até ao dia anterior tinham sido monárquicos fiéis descobriram de repente, ao verem-se no espelho, que durante toda a vida tinham sido republicanos até à ponta dos cabelos; oiça, por favor, sou democrata desde sempre, por quem é que me toma? E os baldes do lixo e as barraquinhas do Rastro madrileno encheram-se, de um dia para o outro, de retratos de sua majestade Afonso XIII a cavalo, a pé, de carro, à militar, à civil, de cavaleiro de polo, com cravo na lapela e com galões de almirante do mar oceano. Todas as senhoras com que sua majestade tinha pernoitado, e que nessa altura eram umas quantas, tanto aristocratas como coristas – o homem saíra-nos muito dado à troca de micróbios –, apressaram-se a retirar do aparador e esconder as fotografias, com dedicatória tipo *Para a minha querida Fulanita ou Beltranita, o teu rei, et cetera*. Enfim. O cidadão Bourbon fez as malas e foi para o desterro com uma rapidez extraordinária, tipo Papa-léguas, não fosse aquilo não ficar só por ali.

Não quero que se derrame uma gota de sangue espanhol, disse ele quando se foi embora, cunhando esta frase para a História; o que demonstra que ele, além de torpe e incompetente como rei, como adivinho era um desastre de merda. De qualquer modo, naquele momento os Espanhóis – sempre ingénuos quando decidimos não ser violentos, invejosos ou miseráveis – consideravam o horizonte muito mais luminoso do que negro. As pessoas enchiam as ruas, entusiasmadas, agitando a nova bandeira com a sua faixa roxa; e os políticos, tanto os republicanos de toda uma vida como os que acabavam de ver a luz e entrar no comboio, prepararam-se para estabelecer um novo Estado espanhol democrático, laico e social que respeitasse também as peculiaridades basca e catalã. Era esse o futuro, nem mais nem menos. Por isso, imaginem o ambiente. Em princípio tudo parecia sorrir, pelo menos nas manchetes dos jornais, nos cafés e nas conversas de elétrico. Nas primeiras eleições, moderados e católicos ficaram em minoria e impuseram-se os republicanos de esquerda e os socialistas. Uma Espanha distinta, diferente da que andava há séculos a arrastar-se diante do trono e do altar – quando não estava exilada, encarcerada ou fuzilada –, era de novo possível. Ponham aqui música de violinos: a História, frequentemente mesquinha connosco, oferecia outra rara oportunidade. Uma ocasião de ouro que, naturalmente, num espetacular alarde da nossa eterna capacidade para o suicídio político e social, haveríamos de deitar tudo a perder em apenas cinco anos. Quase num abrir e fechar de olhos. E, como dizia uma personagem de não me lembro que romance – se calhar até era meu –, a Espanha seria um país estupendo se não estivesse cheio de espanhóis.

67. A Sombra de Caim

E ali estávamos nós, os Espanhóis, ou uma boa parte deles, muito contentes com aquela Segunda República parlamentar e constitucional, decididos a redistribuir a propriedade da terra, acabar com a corrupção, aumentar o nível de vida das classes trabalhadoras, reformar o exército, fortalecer a educação pública e separar a Igreja do Estado. Andávamos nisso, dispostos a sair do calabouço escuro onde séculos de reis imbecis, ministros infames e padres fanáticos nos

tinham mantido a pão e água. Mas a coisa não era tão fácil na prática como nas manchetes dos jornais. Da trágica lição da Primeira República, que tinha ido por água abaixo numa mixórdia de demagogia e irresponsabilidade, não tínhamos aprendido nada, e isso notar-se-ia em breve. Num país onde a pobreza e o analfabetismo eram endémicos, as pressas em mudar em poucos anos o que teria necessitado do tempo de uma geração seriam necessariamente mortais. Com os vencedores inchados com o êxito eleitoral, todo o mundo pretendia ressarcir-se de antigas afrontas no prazo mais curto possível, e isso suscitou novas afrontas. Talvez fosse a arrogância que os votos dão. A verdade é que, uma vez conseguido o poder, a esquerda, uma aliança de republicanos e socialistas, impôs a si mesmo como primeiro objetivo *triturar* – é uma palavra atribuída ao presidente Manuel Azaña – a Igreja e o Exército, principais apoios do velho regime conservador que se pretendia destruir. Ou seja, liquidar sem mais nem menos, de um dia para o outro, duas instituições antiquíssimas, poderosas e com mais carapaça do que uma tartaruga. Imaginem a ingenuidade, ou o descaramento. Em vez de irem passo a passo, os governos republicanos meteram-se num jardim perigoso. Quanto ao Exército era, como é óbvio, de bradar aos céus. Aquilo era uma pouca-vergonha. Havia 632 generais para umas forças armadas de apenas cem mil homens, o que significava um general para cada 158 militares; e até Calvo Sotelo, que era um político da direita dura, dizia que era uma barbaridade. Mas as reformas castrenses começaram a ser aplicadas com tanta inépcia, sem medir as forças nem possíveis reações, que a maioria dos chefes e oficiais (que eram, afinal, quem tinha os quartéis e as espingardas) ficaram muito furiosos e juraram vingar-se da República que vinha abespinhá-los daquela forma. Ainda assim, a grande escorregadela que os governos republicanos tiveram foi com a santa madre Igreja. Desprezando o enorme poder social que neste país supersticioso e analfabeto, apesar de ter votado nas esquerdas, ainda tinham os colégios privados, altares, púlpitos e confessionários, os radicais atiraram-se diretamente à jugular eclesiástica, o que levaria Salvador de Madariaga – pouco suspeito de ser de direita – a qualificar aquilo como *anticlericalismo estreito e vingativo*. Quer dizer que os políticos no poder não só declararam a República aconfessional, como também pretenderam dissolver as ordens religiosas, fomentaram o casamento civil e o divórcio e quiseram impor a educação laica, multiplicando as escolas, o que era bom e desejável, como além disso deram rédea solta aos descerebrados, aos brutos, aos criminosos e aos descontrolados que um mês depois de tudo isto ser proclamado começaram a incendiar igrejas e conventos, e a armar sarrabulho nas ruas que ninguém

reprimia. *Nenhum convento vale uma gota de sangue operário*, foi a resposta oficial do governo quando se lhe pediu que parasse aquilo. E isso deu lugar a uma impunidade perigosa; a um problema de ordem pública – provavelmente isto também vos parecerá atual – que, logo desde o primeiro momento, coartou a fé na República de muitos que a tinham desejado e aplaudido. Começaram assim a abrir-se de novo, como uma eterna maldição, as nossas velhas feridas, o abismo entre os dois lados que destroçaram sempre a convivência em Espanha. Igreja e Estado, católicos e anticlericais, patrões e trabalhadores, ordem estabelecida e revolução. Em consequência desses antagonismos, como assinala o historiador Julián Casanova, *a República encontrou enormes dificuldades para se consolidar e teve de enfrentar fortes desafios vindos de cima e de baixo*. Porque enquanto bispos e militares franziam o sobrolho a partir de cima, em baixo também não estavam dispostos a pôr vaselina. Depois de tanto suportar injustiças e miséria, carregados de razões, de ganas e de rancor, anarquistas e socialistas tinham pressa, e também ideias próprias sobre como acelerar a mudança das coisas. E da mesma forma que as direitas e as esquerdas tinham conspirado contra a primeira República, tornando-a impossível, a Espanha eterna, sempre confortável à sombra de Caim, preparava-se para fazer o mesmo à segunda.

68. Todos eles a Mataram[21]

Contra a Segunda República, ou seja, contra a democracia finalmente conseguida em Espanha em 1931, conspiraram quase desde o princípio tanto a direita como a esquerda. Uma espécie de trágico jogo do sete e meio que pagaríamos muito caro, a uns incomodava por ser excessiva, e a outros por não ser suficiente. Ao princípio a coisa foi tomada a sério e, à reorganização do Exército e à limitação de poderes da Igreja Católica, acrescentaram-se avanços importantes nos salários das classes trabalhadoras, na distribuição mais justa da propriedade da terra, na educação pública e na proteção laboral. Nunca tivéramos em Espanha um avanço tão evidente em democracia real e conquistas sociais. Mas o lastro de séculos de atraso, as mentes fechadas das velhas forças

obscuras e as tensões irresolúveis da industrialização, o crescimento urbano e a luta de classes que agitavam toda a Europa rebentariam com a nossa festa. Depois dos primeiros momentos de euforia republicana e bom ambiente solidário, aumentaram em todo o lado a radicalização política, as pressas, as apreensões e a intransigência. Pressionada pela realidade e pela vontade de mudança social rápida, a tonalidade moderada e conservadora dos primeiros tempos foi à vida. A via natural para consolidar aquela República teria sido provavelmente o socialismo; mas, como de costume, a divisão interna deste rebentou pelas costuras; havia um setor moderado, outro centrista e ainda outro radical: o de Largo Caballero. A esquerda mais ou menos sensata, a do presidente Manuel Azaña, teve de apoiar-se na gente de Largo Caballero, que por sua vez se via obrigado a rivalizar em radicalismo com comunistas e anarquistas. Era como uma corrida para o abismo em que todos competiam. Subiu o tom retórico numa imprensa muitas vezes partidista e irresponsável. Traçavam-se linhas insuperáveis, que nem sempre correspondiam à realidade, entre empresários e trabalhadores, entre opressores e oprimidos, entre burgueses ricos e famélicos da terra, e falava-se menos em convencer o adversário do que em exterminá-lo. Todo o rancor e vilania ancestrais, todo o oportunismo, todo o ódio endémico que um povo meio analfabeto e desprovido de cultura democrática arrastava há séculos saiu de novo à superfície como ferramenta de uma classe política com poucos escrúpulos. Evidentemente, nacionalistas bascos e catalães, dispostos a aproveitar qualquer ocasião, complicaram mais o panorama. Por isso, recordando o fantasma recente da Revolução Russa, a burguesia, o capital, os proprietários e as pessoas acomodadas começaram a ficar seriamente acagaçadas. A Igreja Católica e grande parte dos chefes e oficiais do Exército estavam cada vez mais incomodados com as reformas radicais, mas também com os excessos populistas e as desordens públicas que os governos republicanos não atalhavam. E as esquerdas mais extremas também não facilitavam as coisas. Os comunistas, ainda poucos mas ferreamente disciplinados e sob o controlo direto da Rússia soviética, já criticavam em 1932 *o governo burguês agrário de Azaña* e os socialistas, *fuzileiros de vanguarda da contrarrevolução*. Por seu lado, o Partido Socialista, pela boca de Largo Caballero, afirmava em 1933 estar disposto a que em Espanha se arvorasse *não a bandeira tricolor de uma república burguesa, mas sim a bandeira vermelha da revolução*. A cereja no topo de tudo foi colocada pelos anarquistas, que eram maioritários na Catalunha, Aragão e Levante. Estes, cujo sindicato CNT (1 527 000 filiados em 1936) superava a sua rival socialista UGT (1 444 474), iriam

contribuir muito para o fracasso da República, tanto durante esta como na contenda civil que estava em ponto de rebuçado; porque, ao contrário de comunistas e socialistas (que procuravam com alguma dificuldade manter uma aparência republicana e não assustar muito), o ceticismo libertário perante as vias políticas moderadas empurrava facilmente os anarcas para o excesso revolucionário de carácter violento, expropriador, pistoleiro e incendiário. Por isso, uns e outros, direitas conspiradoras, esquerdas impacientes, irresponsabilidade política e povo desorientado e manipulado por todos, com o Parlamento convertido num disparate de demagogia e má-fé, começaram a surgir os problemas sérios: pronunciamento do general Sanjurjo, matança de Casas Viejas, revolução das Astúrias e autoproclamação de um Estado catalão independente da República. De tudo isto falaremos com pormenor no próximo capítulo desta história apaixonante e trágica.

69. E ela Sozinha Morreu

Dos erros cometidos pela Segunda República, o mais grave foi o confronto com a Igreja Católica. Em vez de proceder a um desmantelamento inteligente do imenso poder que esta continuava a ter em Espanha, apoiando-se sobretudo na educação escolar e na paciência tática, os governos republicanos abordaram a questão com pressa e modos desajeitados, alheando-se dos sentimentos religiosos de um setor importante da sociedade espanhola, dos poderosos aos humildes: eliminação de procissões da Semana Santa em várias cidades e aldeias, cobrança de impostos nos enterros católicos e proibição de tocar os sinos para a missa, entre outras idiotices, enfureceram muito a malta praticante. Ao descontentamento conspirador de cardeais, arcebispos e bispos juntava-se o de uma boa parte dos comandos militares, cujos calos a República pisava dia sim dia sim, perfilando-se desse modo um eixo perigoso púlpitos-quartéis que viria a ter consequências nefastas. A primeira chamou-se general Sanjurjo: um militar um pouco bruto apoiado pelos resíduos monárquicos, pela Igreja e por militares direitistas, que tentou um golpe de Estado atamancado no verão de 1932, frustrado pela greve geral iniciada, com muita determinação e firmeza, por

socialistas, anarquistas e comunistas. Esse suporte popular deu vitaminas ao governo republicano, que se lançou em iniciativas ousadas e necessárias que incluíam uma reforma agrária – que pôs os caciques rurais que nem umas feras – e um estatuto de autonomia para a Catalunha. O problema era que no campo e nas fábricas havia muita fome, muitas necessidades, muita incultura e muita pressa, e a coisa foi-se descontrolando, sobretudo onde os anarquistas entenderam que tinha chegado a hora de que a velha ordem fosse completa e rapidamente pelos ares. Para espanto de uma parte da direita e satisfação da fação mais extremista, que aguardava a sua ocasião, sucederam-se greves e insurreições com tiros e mortos – Barcelona, Sevilha, Saragoça, Pasajes, Alto Llobregat –, animadas pela ala mais dura da CNT, o sindicato anarquista que por sua vez estava em confronto com a UGT, o sindicato socialista, numa cada vez mais azeda guerra civil interna entre as pessoas de esquerda, pois as duas formações disputavam a hegemonia sobre a classe trabalhadora. A ideia básica era que só a força podia liquidar os privilégios de classe e emancipar operários e camponeses. Desse modo, o anarquismo tornava-se cada vez mais radical e violento, desconfiando de qualquer conciliação e abandonando a disciplina. Em 1933, em plena greve revolucionária convocada pela CNT, na aldeiazinha gaditana de Casas Viejas (onde quatro em cinco trabalhadores estavam sem trabalho e na mais absoluta miséria), os habitantes locais desesperados tomaram o assunto nas suas mãos, pegaram nas espingardas de caça e assaltaram o quartel da Guarda Civil. A repressão ordenada pelo governo republicano foi imediata e brutal, com a morte de vinte e quatro pessoas – incluindo um idoso, duas mulheres e uma criança – que foram mandadas para o outro mundo pela Guarda de Assalto e pela Guarda Civil. Por essa época, as direitas já se organizavam politicamente na chamada Confederação Espanhola das Direitas Autónomas, CEDA, liderada por José María Gil Robles, em torno da qual se foi estabelecendo (católicos, monárquicos, carlistas, republicanos de direita e outros elementos conservadores, ou seja, a chamada *gente da ordem*) uma frente única antimarxista e antirrevolucionária com um suporte de votos muito amplo. E como não há duas sem três, e, em Espanha, sem quatro, para complicar ainda mais juntou-se a isto a questão catalã. Quando, consoante os vaivéns políticos, o governo republicano pretendeu impor disciplina no crescente desnorteio nacional, dizendo ora vamos lá ver, porra, alguém tem de mandar aqui e ser obedecido, e uma série de líderes operários foram encarcerados por saírem das marcas, e a anterior simpatia pelas aspirações autonómicas periféricas arrefeceu nas Cortes, o presidente da Generalitat, Lluís Companys, decidiu arranjar à parte

uma solução e proclamou por sua *conta o Estado catalão dentro de uma república federal espanhola* que só existia nas suas intenções. Para começar, a desobediência acabou controlada com muito pouco sangue, mas isso levaria Companys ao paredão após a Guerra Civil, quando caiu nas mãos franquistas. Ainda assim, é interessante recordar o que um velho comunista disse nos anos setenta a este respeito: *Se tivéssemos ganhado a guerra, Companys também seria fuzilado por nós por ser traidor à República*.

70. Astúrias, Pátria Querida[22]

A Segunda República, que começara com tantas esperanças populares, viu-se apanhada numa cilada mortal de que nem um milagre a poderia salvar. Demasiada injustiça sem resolver, demasiadas pressas, demasiado desequilíbrio territorial, demasiada radicalização ideológica, demasiados políticos a pescarem em águas turvas, demasiada vontade de ajustar contas e demasiado filho da mãe com pistola. O triângulo das Bermudas estava pronto: reformismo democrático republicano – o mais fraco –, revolução social internacional e reação fascisto-autoritária, com estas duas últimas a armarem-se até aos dentes e decididas, sem dissimular e aos gritos, a mudar os votos pelas armas. Os títulos dos jornais da época, as entrelinhas dos discursos políticos, põem os cabelos em pé. Por essa altura, estavam quase todos a marimbar-se para uma república realmente parlamentar e democrática. Até Gil Robles, líder da direitista e católica CEDA, disse: *A democracia não é para nós um fim, mas sim um meio para irmos à conquista de um Estado novo*; discurso que era praticamente decalcado do de socialistas e anarquistas (*Concórdia? Não! Guerra de classes!*, intitulava *El Socialista*). Só os comunistas, mais frios e profissionais como de costume – nesse tempo ainda eram poucos –, se mostravam cautelosos para não alarmarem o pessoal, esperando disciplinados a sua ocasião, segundo lhes ordenavam de Moscovo. E assim, as vozes sensatas e conciliadoras iam-se aquietando por impotência ou medo sob os gritos, insultos, a fanfarronice e as ameaças. Aqueles que hoje falam da Segunda República como de um paraíso social frustrado pelo capricho de quatro padres e generais não fazem a mínima ideia do que

aconteceu, nem nunca abriram um livro de História sério na vida – quando muito, leem os de Ángel Viñas e os do palhaço Pío Moa, cada um numa ponta. Aquilo era um barril de pólvora com a mecha acesa e mascava-se a tragédia. Se a primeira tentativa golpista viera da direita, com o golpe frustrado do general Sanjurjo, a segunda, mais grave e sangrenta, veio da esquerda e chamou-se Revolução das Astúrias. Em outubro de 1934, enquanto na Catalunha o presidente Companys proclamava um Estado catalão que foi dissolvido com prudente habilidade pelo general Batet (anos mais tarde fuzilado pelos franquistas, que não lhe perdoaram essa prudência), o PSOE e a UGT decretaram uma greve geral contra o governo de então – centro-direita republicano com franjas populistas –, que foi sufocada pela declaração do estado de guerra e pela intervenção do Exército encomendada ao duro e prestigiado general (prestígio militar ganho como comandante do Tércio nas guerras de Marrocos) Francisco Franco Bahamonde e, para mais informação, galego. A coisa foi resolvida com rapidez em todo o lado menos nas Astúrias, onde as milícias de mineiros socialistas apoiadas por grupos anarquistas e comunistas, sublevadas contra a legítima autoridade política republicana, se armaram em fortes, correram com a Guarda Civil, ocuparam Gijón, Avilés e o centro de Oviedo, e nos tempos livres limparam o sebo a trinta e quatro sacerdotes e incendiaram cinquenta e oito igrejas, incluindo a magnífica biblioteca do Seminário. O governo da República mandou para lá quinze mil soldados e três mil guardas-civis, incluindo tropas de choque da Legião, com a experiência de África, e forças de Regulares com oficiais europeus e tropa moura. Aquilo foi um ensaio geral com público, orquestra e guarda-roupa, da Guerra Civil que a Telepizza já trazia a caminho; um prólogo dramático em que os revolucionários resistiram que nem feras e os governamentais atacaram sem piedade, chegando a lutar à baioneta em Oviedo, que ficou uma desgraça. Semana e meia depois, quando tudo acabou, tinham morrido três centenas de governamentais e mais de um milhar de revolucionários, com uma repressão brutal que mandou para as prisões trinta mil detidos. Aquilo deu um pretexto estupendo à ala direitista republicana para perseguir os seus adversários, incluindo a prisão do ex-presidente Manuel Azaña – intelectual popular da esquerda culta –, que nada tinha que ver com o círio asturiano. A parte prática foi as esquerdas, depois das Astúrias, se convencerem da necessidade de porem de lado os ódios fratricidas e apresentarem-se a novas eleições como uma frente unida. Custou doze meses de um trabalho minucioso, mas no fim houve razoável unidade em torno da

chamada Frente Popular. E assim despedimos 1935 e recebemos o novo ano com danças, línguas de sogra e serpentinas. Feliz 1936.

71. Corrida para o Abismo

Ao contrário do que muitos julgam, ao começar 1936 a Falange eram quatro gatos-pingados. Falangistas de verdade, daqueles que depois se chamaram camisas velhas, havia poucos. Mais tarde, com a sublevação da direita, a guerra e, sobretudo, o pós-guerra, com a apropriação que o franquismo fez do assunto, aquilo cresceu como a espuma. Mas, como digo, ao princípio os falangistas quase não tinham peso político. Eram marginais. A sua ideologia era abertamente fascista, partidária de um Estado totalitário que liquidasse parlamentos e outras mariquices. Mas, ao contrário dos nazis, que eram um bando de gângsteres liderados por um psicopata e secundados com entusiasmo por um povo que adorava denunciar o vizinho e marcar passo, e também ao contrário dos fascistas italianos, cujo chefe era um palhaço megalómano com penas de pavão a quem Curzio Malaparte – que durante algum tempo foi da sua leva – definiu com plena exatidão como um grande imbecil, a Falange tinha sido fundada por José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador *don* Miguel. E aqui havia os seus matizes, porque José Antonio era advogado, culto, viajado, falava inglês e francês, e além disso, o gajo era um tipo bonito, com uma figura estupenda que perante as jovens de direita, e perante as não tão jovens assim, lhe dava uma aura melancólica de herói romântico; e perante os rapazes da burguesia e das classes altas, de onde saiu a maior parte dos falangistas de primeira hora, marcava-o com um encanto amigável de classe e um ar de camaradagem que os empurrava a seguirem-no com entusiasmo; mais ainda naquela Espanha onde os políticos tradicionais se estavam a revelar tão irresponsáveis, oportunistas e infames como os que agora temos, só que então havia mais fome e incultura do que agora, e além disso as pessoas andavam com pistola. Embora houvesse de tudo na direita e na esquerda, ou seja, classe alta, média e baixa, poderíamos assinalar, para nos esclarecermos, que a Falange, apesar do seu esforço, nunca chegou a solidificar-se entre as classes populares,

que a consideravam uma coisa de meninos finos; e não quer dizer que naquele 1936, que teria depois tantas consequências, a juventude espanhola mais combativa estivesse dividida entre falangistas, carlistas, católicos e direitistas em geral, de um lado, e socialistas, anarquistas e comunistas – estes últimos também ainda minoritários – do outro, mas sim que aqueles jovens, fortemente politizados, incluindo colegas de estudo ou de grupo de amigos, começavam a matar-se entre si aos tiros, na rua, com ações, represálias e contrarrepresálias que aumentavam a pressão na panela. Até os estudantes se enfrentavam, uns como falangistas e outros como membros da Federação Universitária Escolar (FUE), de carácter marxista. Sobretudo os falangistas, duros e ativos, estavam decididos a destruir o sistema político vigente para impor um Estado fascista. Eram agressivos e corajosos, mas os do lado oposto também eram; de tal forma que se sucediam as provocações, os tiroteios, os enterros, os desafios e ajustes de contas. Havia velórios nas morgues em que se encontravam, ao lado dos caixões dos seus mortos, jovens operários socialistas e jovens falangistas. Às vezes aproximavam-se uns dos outros para dar tabaco ou verem-se de perto, numas trágicas tréguas, antes de saírem de novo à rua e se matarem mutuamente. Direita e esquerda conspirava sem rodeios, e só alguns trouxas pronunciavam a palavra *concórdia*. Os violentos e os assassinos continuavam a ser minoritários, mas faziam muito barulho. E esse barulho era aproveitado pelos malandros que convertiam as Cortes num pátio de rixas, fanfarronices e ameaças. A desordem nas ruas crescia sem parar, e os sucessivos governos perdiam o controlo da ordem pública devido à demagogia, indecisão, cobardia ou parcialidade política. A chamada *gente ordeira* estava farta, e a esquerda defendia que só uma revolução podia derrubar aquela *república burguesa* que considerava *tão repressora como a monarquia* (títulos da imprensa). Uns viravam-se para a Alemanha e Itália como solução, e outros, para a União Soviética, enquanto os sensatos que olhavam para as democracias da Grã-Bretanha ou França eram sufocados pelo barulho e pela fúria. A pergunta que nessa altura todos faziam era se o golpe de Estado seguinte, o golpe de misericórdia na maltratada República, seria dado pela direita ou pela esquerda. Aquilo tinha-se tornado uma corrida para o abismo. E quando a locomotiva de qualquer abismo apita, nós, os Espanhóis, nunca desperdiçamos a oportunidade de entrar no comboio.

72. Quanta Treta e Quanta Merda!

E, por fim, como já se estava a ver, chegou a tragédia e os votos foram trocados pelas armas. Um jornal de Cartagena publicou na primeira página um título que resumia bem o ambiente: *Quanta treta e quanta merda!* Era esta a verdadeira sensação sobre a situação. Em vésperas das eleições de princípio de 1936, às quais as esquerdas, contra o seu costume, finalmente se apresentavam unidas na chamada Frente Popular, o líder da direita, Gil Robles, afirmara: *Sociedade única e pátria única. E quem quiser destruí-la terá de ser esmagado.* Por seu lado, Largo Caballero, líder da ala socialista radical, fora ainda mais explícito e irresponsável: *Se a direita ganhar, teremos de ir para uma guerra civil declarada*. Quase dez dos treze e pico milhões de votantes (72%, diz-se depressa) foram às urnas: 4,7 milhões votaram na esquerda e 4,4 milhões votaram na direita. Diferença escassa, ou seja, a porcaria de trezentos mil votos. Pouca coisa, embora o número de assentos parlamentares, devido à lei eleitoral, fosse mais do dobro para os da Frente Popular. Isto atirou para a rua os seus partidários, entusiasmados. Tinha ganhado a esquerda. Por isso, quem decidiu ir para a guerra civil, com a mesma vontade, foram os outros. Enquanto Manuel Azaña recebia o encargo de formar governo, reativando todas as reformas sociais e políticas anuladas ou postas de lado nos últimos tempos, a direita foi à luta. Banqueiros de luxo, como Juan March, que nessa altura já tinham colocado a massa em lugar seguro no estrangeiro, começaram a oferecer-se para financiar um golpe de Estado como deve ser, e alguns generais destacados contactaram discretamente os governos da Alemanha e de Itália para sondarem como veriam eles a golpada na República. Em toda a Espanha os militares leais e os descontentes olhavam uns para os outros de esguelha, e destacados chefes e oficiais começaram a tomar café conspirando em voz cada vez mais alta, quase sem disfarçarem. Mas o governo também não se atrevia a pô-los na ordem de uma vez por todas, para não os irritar mais. E, como é óbvio, no dia a seguir a ter ganhado as eleições, a unidade da esquerda já tinha ido para o galheiro. A demagogia alternava com a irresponsabilidade e o descaramento. Com quase novecentos mil operários e camponeses desempregados e famintos, a economia despedaçada, o capital acagaçado, a média e pequena burguesia inquieta, os mais previdentes a partirem – os que podiam – apercebendo-se do que vinha aí, a rua agitada e o pistoleirismo dos dois lados a ajustarem contas em cada esquina, o

ambiente apodrecia rapidamente. Aquilo tresandava a pólvora e sangue. O político Calvo Sotelo, que estava a tomar o lugar de Gil Robles à frente da direita, disse nas Cortes: *Quando as hordas vermelhas avançam, só se conhece um travão: a força do Estado e a transfusão das virtudes militares: obediência, disciplina e hierarquia*. *Por isso invoco o Exército*. Qualquer pretexto casual ou procurado era bom. Faltava a faísca detonadora, e esta chegou a 12 de julho. Nesse dia, pistoleiros falangistas – o chefe, José Antonio, por essa altura estava preso, mas os seus esquadrões continuavam a agir – limparam o sebo ao tenente Castillo, um conhecido socialista que era oficial da Guarda de Assalto. Para agradecer este pormenor, alguns subordinados e colegas do falecido sequestraram e assassinaram Calvo Sotelo, e Gil Robles escapou por um triz. A fotografia de Calvo Sotelo, irreconhecível, cadáver em cima de uma mesa da morgue, comoveu a Espanha inteira. *Este atentado é a guerra*, intitulou o *El Socialista*. E se era! E mesmo que não tivesse sido, seria outro qualquer (*Quando te toca a ti, nem mesmo que te tires; e quando não te toca a ti, nem mesmo que te ponhas*, dizem no México). Por aquela altura do verão, já todo o peixe estava vendido. Umas manobras militares em Marrocos serviram para olear os mecanismos do golpe que, a partir de Pamplona e com o apoio de importantes elementos carlistas, o general Emilio Mola Vidal coordenava, em comunicação com outros *espadones* militares, entre os quais estavam o golpista contumaz general Sanjurjo e o general Franco, muito respeitado pelas tropas de África. Nas vésperas da sublevação, prevista para 17 de julho, Mola – um tipo inteligente, duro e frio como a mãe que o pariu – preparara listas de personalidades militares, políticas e sindicais a deter e fuzilar. O plano era um golpe rápido que derrubasse a República e instaurasse uma ditadura militar. *A ação tem de ser extremamente violenta para reduzir o mais depressa possível o inimigo*, escreveu ele aos conjurados. Ninguém esperava que essa ação pontual extremamente violenta se fosse transformar numa feroz guerra de três anos.

73. Vermelhos e Nacionais

De 17 a 18 de julho, a sublevação militar iniciada em Melilla estendeu-se às restantes praças africanas e à península com o apoio civil de carlistas e falangistas. De cinquenta e três guarnições militares, quarenta e quatro responderam. De entre os que usavam uniforme, alguns avançaram com entusiasmo, outros de má vontade, e outros ainda recusaram-se terminantemente (contrariamente ao que se costuma dizer, uma parte do Exército e da Guarda Civil manteve-se fiel à República). Mas a revolta quarteleira foi levada a cabo, como ordenavam as instruções do general Mola, sem paninhos quentes. Onde quer que o golpe tenha triunfado, chefes, oficiais e soldados que não se juntaram à rebelião, e até indecisos, foram aprisionados e fuzilados de imediato ou nos dias seguintes. Nas listas negras começaram a riscar nomes mandando-os para a prisão, para a valeta ou para o paredão. Militares contrários ou hesitantes, políticos, sindicalistas, gente sinalizada pelas suas ideias de esquerda, começaram a passar pela máquina de picar carne. A repressão de tudo o que cheirava a República foi desde o primeiro momento deliberada, fria e implacável; tratava-se de aterrorizar e paralisar o adversário. O qual, por sua vez, reagiu com notável rapidez e eficácia, dentro do caos reinante. A pequena parte do Exército que permaneceu fiel, militares profissionais apoiados por milícias operárias e camponesas armadas a toda a pressa, mal organizadas mas decididas a combater com entusiasmo os golpistas, foi fundamental naqueles dias decisivos, pois opôs-se com firmeza à rebelião e esmagou-a em metade da península. Em Barcelona, em Oviedo, em Madrid, em Valência, em meia Andaluzia, a sublevação fracassou; e muitos rebeldes, que não esperavam tanta resistência popular, ficaram isolados e acabaram na sua maioria por morrer – ali faziam-se poucos prisioneiros. Quatro dias depois, aquilo que ia ser um golpe de Estado rápido e brutal, num abrir e fechar de olhos, começou a estagnar. As coisas não eram tão fáceis como no papel. A 21 de julho, Espanha já estava dividida em duas. O governo republicano conservava o controlo das principais zonas industriais – os operários, batendo-se duramente, tinham sido decisivos – e uma boa parte das zonas agrícolas, quase toda a costa cantábrica e quase todo o litoral mediterrânico, assim como a maior parte da frota e das principais bases aéreas e aeródromos. Mas nas zonas controladas pelos rebeldes, e a partir delas, estes moviam-se com rapidez, dureza e eficácia. Graças à ajuda técnica, de aviões e de outro tipo, que Alemães e Italianos (em cuja tecla os golpistas tinham carregado antes de se atirarem para a piscina) prestaram desde o primeiro momento, os legionários do Tércio e os mouros de Regulares começaram a chegar vindo das guarnições do norte de África, e as colunas rebeldes

asseguraram posições e avançaram para os centros de resistência mais próximos. Enfrentavam-se assim eficácia e competência militar, de um lado, contra entusiasmo popular e vontade de lutar do outro; ao ponto de, à força de grandes tomates e espingardadas, as duas forças tão diferentes chegarem a estar equilibradas naqueles primeiros momentos. O que diz muito, se não da preparação, pelo menos da firmeza combativa das esquerdas e da sua parte correspondente de povo armado. Começou assim a primeira das três fases em que se desenvolveria aquela guerra civil que já estava em ponto de rebuçado: a de consolidação e estabilização das duas zonas, que se prolongaria até final de ano com a tentativa frustrada dos sublevados de tomar Madrid (a segunda fase, até dezembro de 1938, já foi uma guerra de frentes e trincheiras; e a terceira, a decomposição republicana e as ofensivas finais das tropas rebeldes). Os sublevados, que apelavam aos valores cristãos e patrióticos face à barbárie marxista, começaram a chamar-se a si mesmos «tropas nacionais», e este termo ficou na terminologia geral para eles, assim como o de «vermelhos» para os republicanos. Mas o problema principal era que esta divisão em duas zonas, vermelha e nacional, não correspondia exatamente aos que estavam nelas. Havia gente de esquerda na zona nacional e gente de direita na zona vermelha. Até soldados dos dois lados estavam onde lhes tinha calhado, e não onde tinham querido estar. Também gente alheia a uns e a outros que fora apanhada no meio daquele disparate sangrento. E então, apelando ao verdugo e ao inquisidor que séculos de história infame nos deixaram nas veias, os que numa e noutra zona tinham as armas dedicaram-se, com entusiasmo criminoso, à tarefa de desanuviar o panorama.

74. Horrores de Retaguarda

Agora, mais uma vez e finalmente nesta querida guerra civil em que nós, os Espanhóis, nos sentimos tão a gosto, com a nossa longa história de lados opostos, fações, ódios, invejas, rancores, rótulos e o nosso constante «ou estás comigo ou contra mim», o nosso «eu não quero o adversário vencido ou convencido, mas exterminado», o nosso «é o que eu te digo» e o nosso «este

filho da puta vai saber quem eu sou», quando dispomos dos meios e da impunidade adequada, e juntando além disso a feroz incultura do ano 36 e a má semente semeada nuns e noutros por uma classe política ambiciosa, irresponsável e sem escrúpulos, imaginem só a repressão do adversário em ambos os lados, rebelde e republicano, nacional e vermelho, quando nenhum deles teve mão naquela embrulhada: uns golpistas que não tinham conseguido vergar rapidamente a resistência popular, como pretendiam, e uns leais à República que, imersos no caos de um Estado que todos tinham andado durante anos a destruir até o tornarem um farrapo, se viam incapazes de esmagar o levantamento, por muita vontade e empenho que pusessem nisso. Com a maior parte do Exército em rebeldia, secundada por falangistas, carlistas e outras forças de direita, só as organizações políticas de esquerda, em união com algumas tropas leais, guardas de assalto e alguns guardas-civis não sublevados estavam preparados para fazer frente à questão. Por isso, foi decidido armar o povo como recurso. Isso funcionou nalguns lugares, e noutros não muito; mas o confronto do entusiasmo popular com a fria personalidade dos rebeldes operou o milagre de igualar as coisas. Operários e camponeses com espingardas de caça e fuzis que não sabiam usar mantiveram metade de Espanha para a República e morreram com verdadeiro heroísmo na outra metade. Assim, pouco a pouco, no meio de combates duríssimos, as frentes foram-se estabilizando. Mas tinha-se chegado a esta guerra civil através de muito ódio, a que se juntaria naturalmente a muito porca condição humana. Quando alguém vencia, como costuma acontecer, iam todos em socorro do vencedor: uns para caírem nas graças do mais forte, outros para apagar velhas culpas, outros por ambição, sobrevivência ou sede de vingança. De tal forma que à matança nas frentes de batalha, por um lado, à calculada e criminosa política de repressão sistemática posta de pé pelo lado rebelde para aterrorizar e esmagar o adversário, à execução também implacável – e muitas vezes massiva – por parte dos republicanos dos militares rebeldes e direitistas ativos que nos primeiros momentos caíram nas suas mãos, ou seja, a todo este disparate de sangue imediato e a quente, veio juntar-se o horror fio e prolongado da retaguarda. Das duas retaguardas. Dos lugares onde não havia gente a dar tiros de trincheira a trincheira e cara a cara, que matava e morria pelas suas ideias ou simplesmente porque o acaso a tinha posto neste ou naquele lado (é o caso da maior parte dos combatentes de todas as guerras civis que houve no mundo), mas sim gentalha emboscada, delinquentes, oportunistas, ladrões e assassinos que passeavam com armas a centenas de quilómetros da frente, matando, torturando, violando e roubando a torto e a direito, tanto de

fato-macaco de miliciano como de boina de requeté ou de camisa azul da Falange. Canalhas oportunistas, todos eles, a quem os militares rebeldes encomendaram a parte mais suja da repressão e do regime de terror que eles estavam decididos a impor; e aos quais, no outro lado, o governo republicano, refém do povo a quem não tivera outro remédio senão armar, era incapaz de controlar enquanto, num sem-fim de organizações, grupos e bandos de capangas e saqueadores, todos em nome do povo e da República, se entregavam à sua própria revolução brutal, aos seus ajustes de contas, à sua caça aos padres, burgueses e fascistas reais ou imaginários. Isso quando não eram as próprias autoridades a incentivar. Por isso, cuidado! Nem todos os que hoje recordam com orgulho os seus avós, heroicos lutadores da Espanha republicana ou nacional, sabem que muitos desses avós não passaram a guerra a lutar contra os seus iguais, matando e morrendo pelas suas ideias ou pouca sorte, mas sim tirando infelizes das suas casas de madrugada, abarrotando valas e muros de cemitérios com professores, latifundiários, sacerdotes, militares reformados, sindicalistas, votantes de direita ou de esquerda, inclusivamente simples proprietários de alguma coisa boa para expropriar ou roubar. Por isso, menos orgulho e menos lobos, Capuchinho Vermelho.

75. Comer e Calar

Uma vez transformado o golpe militar em guerra civil, o lado nacional – ao contrário do republicano – compreendeu, com muita lucidez militar, a necessidade de um comando único para conduzir de forma eficaz aquela matança. A Alemanha nazi e a Itália fascista também exigiam um interlocutor concreto, um nome, um rosto com quem negociar apoio financeiro, diplomático e militar. E o seu favorito de sempre era o general Franco. Face a essa evidência, a junta rebelde acabou por ceder os poderes a este, que acabaram por ficar reforçados – aquele militar galego e baixinho era um tipo com sorte – porque os generais Sanjurjo e Mola quinaram em diferentes acidentes de aviação. E quando as tropas nacionais fracassaram na sua tentativa de conquistar Madrid e a coisa tomou o rumo de guerra longa, o recente chefe supremo decidiu agir com calma

minuciosa e criminosa, sem pressa, consolidando de forma contundente as zonas conquistadas, estando-se nas tintas para a perda de vidas humanas próprias ou alheias. A vitória final podia esperar, pois entretanto havia outras teclas importantes para ir tocando: assegurar o seu poder e consolidar a retaguarda. Assim, enquanto a parte bélica do já chamado Levantamento Nacional fazia o seu curso lento mas seguro, o agora Caudilho da nova Espanha entregava-se à tarefa de concentrar poderes e de a converter em Una, Grande e Livre – era o que ele dizia –, embora entendendo os três conceitos muito à sua maneira. Ao seu estilo peculiar. Apoiado, naturalmente, por todos os bajuladores, oportunistas e canalhas que nestes casos, sem distinção de lado ou de ideologia, costumam acorrer em socorro do vencedor perguntando o que é que há para mim. Por estas alturas, a política hipócrita de não intervenção das democracias ocidentais, que tinham decidido lavar as mãos na embrulhada espanhola, beneficiava mais o lado nacional do que a República. Por isso, conduzindo sem pressa uma guerra metódica cuja duração o beneficiava, embebido em água benta pelo clero entusiasta, obedecido pelos militares, subjugando os requetés e falangistas, que pretendiam ir por conta própria, e substituindo-os por papa-hóstias acagaçados e submissos, juntando na sua mão todos os poderes imagináveis, o astuto, ardiloso e impassível general Franco (já ninguém tinha tomates para lhe chamar Franquito, como quando era comandante do Tércio em Marrocos) elevou-se a si próprio à máxima magistratura como ditador do novo Estado Nacional. Com o chefe da Falange, José Antonio, recém-fuzilado pelos vermelhos – outro golpe de sorte –, os requetés carlistas sob controlo e as tropas dirigidas por generais que lhe eram completamente leais (os que não eram ele tirava-os da frente com muita astúcia), Franco pôs em marcha, paralela à ação militar, uma política implacável de fascio-militarização nacional baseada em dois pontos-chave: unidade da pátria ameaçada pelas hordas marxistas e defesa da fé (na altura, *fé* ainda se escrevia com acento) católica, apostólica e romana. Todas as reformas que a República tinha conseguido pôr em funcionamento com tanto esforço e perseverança foram, é evidente, pelo cano abaixo. A repressão foi duríssima: comer e calar. Houve pena de morte para todo o tipo de atividade grevista ou opositora, foram ilegalizados os partidos e proibida toda a atividade sindical, deixando os operários e camponeses indefesos. As terras ocupadas foram devolvidas aos antigos proprietários e as fábricas postas nas mãos dos patrões. No âmbito social e doméstico *foi de novo entregue ao clero católico* – são palavras do historiador Enrique Moradiellos – *o controlo dos costumes civis e da vida educativa e cultural*. Quase todos os professores – que eram cerca de

cinquenta e dois mil antes da guerra – foram vigiados, processados, expulsos, presos ou fuzilados. Separaram-se os meninos e as meninas nas escolas, pois o contrário era considerado *um crime púbico contra as mulheres decentes*, suprimiu-se o divórcio, anulando os registados – imaginem o pandemónio familiar de semelhante recuo –, as festividades católicas tornaram-se oficiais e a censura eclesiástica começou a controlar tudo. As crianças estendiam o braço na escola; os futebolistas, toureiros e o público, nos estádios, praças de touros e cinemas; e até os bispos o faziam – vejam essas fotografias vergonhosas – ao trazerem o Caudilho para fora da igreja debaixo do pálio depois da missa, enquanto as prisões se enchiam de presos, os pelotões de fuzilamento trabalhavam sem descanso e as mulheres, devolvidas à sua nobre condição de companheiras submissas, esposas e mães católicas, se viam privadas de todos os progressos sociais e políticos importantes que tinham conseguido durante a República.

76. Berlim-Roma-Moscovo

Chegados a este ponto do disparate espanhol naquela matança que duraria três anos, convém indicar uma diferença importante entre republicanos e nacionais que explica muitas coisas, incluindo o resultado final. Enquanto no lado franquista, disciplinado militarmente e submetido a um comando único, se coordenavam todos os esforços para ganhar a guerra, a zona republicana era um descalabro político e social, um sem-fim de insolidariedade e rivalidades em que cada um fazia o que lhe apetecia, ou tentava. Ao ter a maioria dos chefes e oficiais do Exército passado para as filas dos sublevados, a defesa da República ficou nas mãos de uns quantos militares leais e de uma combinação heterogénea, pessimamente estruturada, de milícias, partidos e sindicatos. A contundente reação armada popular, que conseguira parar os pés dos rebeldes nos núcleos urbanos mais importantes, como Madrid, Barcelona, Valência e o País Basco, tinha sido espontânea e descoordenada. Mas a longa guerra que havia pela frente requeria ações concertadas, comandos unificados, disciplina e forças militares organizadas para combater com êxito o inimigo profissional que tinham pela

frente. No entanto, aquilo era uma casa de loucos. A autoridade real era inexistente, fragmentada em centenas de comités, conselhos e organismos autónomos socialistas, anarquistas e comunistas que tinham ideias e intenções diversas. Cada um se constituía em poder local e funcionava por sua conta, e essas divisões e ódios, que iam até à liquidação física e sem complexos de adversários políticos – enquanto uns lutavam na frente, outros sacaneavam-se e assassinavam na retaguarda –, seriam um empecilho para o esforço republicano durante a guerra toda, levando-o ao seu triste final. *Rodeado de imbecis, governe o senhor se puder*, escreveria Azaña nas suas memórias. O que resume bem as coisas. E a essa salgalhada de fações, demagogia e desacordos, de políticos oportunistas, de fanáticos radicais e de analfabetos com pistola a quererem repartir entre si o bolo, veio juntar-se, como ginja no topo, a intervenção estrangeira. Enquanto a Alemanha nazi e a Itália fascista apoiavam os rebeldes com material de guerra, aviões e tropas, o comunismo internacional recrutou para Espanha os idealistas voluntários das Brigadas Internacionais (que morreriam aos milhares como carne para canhão); e, o que foi muito mais importante, a União Soviética encarregou-se de fornecer à República material bélico e assessores de elite, especialistas políticos e militares cuja influência no desenvolvimento do conflito seria enorme. A essa altura, cada um a puxar para seu lado, a questão colocava-se entre duas opções que em breve se converteriam em tensões irreconciliáveis: ganhar a guerra para manter a legalidade republicana, ou aproveitá-la para fazer uma verdadeira revolução social à bruta, que as esquerdas mais extremas continuavam a considerar como fundamental e ainda em suspenso. Sobretudo os anarquistas, relutantes a qualquer forma de autoridade séria, foram uma fonte constante de indisciplina e de problemas durante toda a guerra (discutiam as ordens, recusavam-se a cumpri-las e abandonavam a frente para ir visitar a família), acabando até em confrontos armados. Nem os socialistas extremistas de Largo Caballero queriam um exército formal – *exército da contrarrevolução*, gozava aquele nefasto idiota –, mas apenas milícias populares, como se estas fossem capazes de fazer frente a umas tropas franquistas eficazes, bem comandadas e profissionais. E assim, enquanto uns partiam a cara nas frentes de batalha, outros partiam-na uns aos outros na retaguarda, a lutar pelo poder, a minar o esforço de guerra, submetendo a República a uma sucessão de sobressaltos armados e políticos que dariam como resultado sucessivos governos instáveis – Giral, Largo Caballero, Negrín – e que levariam inevitavelmente ao desastre final. Por sorte para o lado republicano, a crescente influência comunista, com a sua disciplina férrea e

objetivos claros, era partidária de ganhar primeiro a guerra; o que não impedia os homens de Moscovo, tanto espanhóis como soviéticos, de limparem o panorama de adversários políticos à mais pequena oportunidade, através de um tiro na nuca. Mas isso, enfim, permitiu resistir com algum êxito à pressão militar dos nacionais, vertebrando de forma coerente, pouco a pouco e baseando-se na magnífica experiência pioneira do famoso Quinto Regimento – também enquadrado por comunistas –, o exército popular da República.

77. A Ferro e Fogo

Os pormenores militares e políticos da Guerra Civil, daqueles três longos e terríveis anos de trincheiras, ofensivas e carnificina, de ingerência internacional, avanço lento e sistemático das tropas franquistas e decomposição do governo legítimo pelas suas próprias divisões internas, são explicados em numerosos livros de História espanhóis e estrangeiros. Isso poupa-me ter de me meter em desenhos. Manuel Azaña, por exemplo, resumiu muito bem a situação nas suas memórias, quando escreveu que *Reduzir aquelas massas à disciplina, fazê-las entrar numa organização militar do Estado, com comandos dependentes do governo, para suster a guerra em conformidade com os planos de um Estado-Maior, constituiu o problema capital da República*. Apesar dessa barafunda em que cada fação da esquerda agia por sua conta, e ultrapassando parte das dificuldades que enfrentava, a República conseguiu pôr de pé uma estratégia defensiva – o que não excluiu ofensivas importantes – que lhe permitiu vergar a mola e aguentar até à primavera de 1939. Porém, como disse o mosqueteiro Porthos, na gruta de Locmaria, era demasiado peso. Havia mãos a mais a molhar o pão na sopa, e Azaña proporciona-nos de novo o retrato à la minuta da questão, em termos que vos deverão parecer vagamente familiares por serem tão atuais: *Não havia uma Justiça, pois cada um se achava habilitado a exercer a justiça pelas suas próprias mãos. O governo não podia fazer absolutamente nada, porque nem as nossas fronteiras nem os nossos portos estavam nas suas mãos; estavam nas mãos de particulares, de organismos locais, provinciais ou comarcais; mas não há dúvida de que o governo não podia fazer sentir aí a sua*

autoridade. A isso temos de acrescentar que, ao contrário da zona nacional, onde tudo se fazia *manu militari*, à cacetada e sob comando único – a prisão e o paredão operavam milagres –, na zona republicana as expropriações e coletivizações, efetuadas na maior desordem imaginável, quebraram a espinha dorsal da economia, com resultados catastróficos de escassez e fome que não ocorriam no lado oposto. E assim, pouco a pouco, estrangulada quer pelas mãos do adversário militar quer pelas próprias mãos, a República apregoava democracia e liberalismo ao mesmo tempo que nas ruas havia retratos enormes de Lenine e de Estaline; pregava-se a luta comum contra o fascismo ao mesmo tempo que os comunistas enviados por Moscovo, trotskistas e anarquistas se matavam entre si; falava-se de fraternidade e solidariedade ao mesmo tempo que a Generalitat catalã agia por sua conta e o governo basco também; e ao mesmo tempo que os brigadistas internacionais, idealistas heroicos, lutavam e morriam nas frentes de combate, em Madrid, Barcelona, Valência, ou seja, na retaguarda, era um arraial internacional de *intelectuais antifascistas*, entre os quais numerosos palhaços que vinham tirar fotografias, beber vinho, ouvir flamenco e escrever poemas e livros sobre uma tragédia que não entendiam nem ajudavam a ganhar. E a realidade era que a República estava a morrer, ou se suicidava, enquanto a máquina militar implacável do outro lado, com o seu sólido apoio alemão e italiano, triturava sem pressa e sem pausas o que dela ia restando. Por essa altura, só os fanáticos (poucos), os imbecis (mais alguns), os oportunistas (abundantes) e sobretudo os que não se atreviam a dizê-lo em voz alta (a imensa maioria) tinham dúvidas sobre como acabaria aquilo. Esquerdistas de boa-fé, republicanos sinceros, gente que tinha defendido a República e até combatera por ela, afastavam-se dececionados ou tomavam o caminho do exílio prematuro. Entre estes encontrava-se o nosso cronista mais lúcido daquele tempo, o jornalista Manuel Chaves Nogales, cujo prólogo do livro *A Sangre y Fuego* (1937) devia ser hoje estudo obrigatório em todas as escolas espanholas: *Idiotas e assassinos surgiram e agiram com profusão e intensidade idênticas nos dois lados que partiram Espanha* [...] *Na minha deserção tanto pesava o sangue derramado pelas quadrilhas de assassinos que exerciam o terror vermelho em Madrid como pelos aviões de Franco, assassinando mulheres e crianças inocentes. E eu tinha tanto ou mais medo da barbárie dos mouros, dos bandidos do Tércio e dos assassinos da Falange, como dos anarquistas ou comunistas analfabetos* [...] *O resultado final desta luta não me preocupa muito. Não me interessa grande coisa saber se o futuro ditador de Espanha vai sair de um lado*

ou do outro das trincheiras [...] *Terá custado a Espanha mais de meio milhão de mortos. Podia ter sido mais barato.*

78. A Vitória, mas não a Paz

E assim, depois de três anos de matança e pesadelo, como dizia o grande ator Agustín González no filme *Las Bicicletas son para el Verano* (inspirado num texto teatral de Fernando Fernán Gómez), chegou a vitória, mas não a paz. Cativo e desarmado o exército vermelho, segundo indicava o comunicado final emitido pelo quartel-general de Franco, as tropas nacionais alcançaram os seus últimos objetivos militares, enquanto os restos patéticos da República se diluíam tragicamente nos cemitérios, nas prisões e no exílio. Como há fotografias de tudo, poupo-me a descrições tontas. Vocês sabem tão bem como eu: cerca de quatrocentos mil mortos em ambos os lados – sem contar os causados pela fome e pelas doenças – e meio milhão de expatriados: estradas cheias de infelizes em fuga, crianças a tiritar de frio e famintas que atravessavam a fronteira com os pais, idosos desvalidos cobertos com mantas, Antonio Machado velho e doente, com a mãe, a caminho do seu triste fim no sul de França, ali onde os fugitivos, maltratados e humilhados, eram encerrados em campos de concentração sob a brutal vigilância de soldados senegaleses. Por essa altura, os que não tinham podido escapar ou os que confiavam – ingénuos infelizes – na promessa de que podiam ficar tranquilos aqueles que não tivessem as mãos manchadas de sangue, eram aprisionados, separados, maltratados, recluídos ou fuzilados após julgamentos sumaríssimos nos quais, ao lado do pelotão de execução (não havia problema de perderem as suas almas, pois Deus aperta mas não sufoca), nunca faltava um sacerdote para os últimos auxílios espirituais. A palava de ordem era limpeza total, extirpação absoluta de esquerdismos, sindicalismos, liberalismos, ateísmos, republicanismos e tudo o que cheirasse, mesmo de longe, a democracia e liberdade: palavras nefandas que, na opinião do Caudilho e seus partidários – que já eram aos milhões, naturalmente –, tinham levado Espanha ao desastre. Nas prisões, trezentos mil presos políticos esperavam que a sua sorte fosse decidida, com muitas hipóteses de que lhes saísse prisão ou paredão. E, enquanto

esses desgraçados pagavam as favas e outros iam para o exílio com o que tinham vestido, os principais responsáveis do disparate e da derrota, políticos, familiares e muita gentalha, incluindo assassinos conhecidos que tinham estado a levar o dinheiro para o estrangeiro e a montar negócios prevendo o inevitável, instalaram-se mais ou menos comodamente lá por fora, a desfrutar do produto das suas tramoias, roubos e saques (isso de ter contas em bancos estrangeiros não foi inventado agora). Muito poucos dos verdadeiros culpados políticos ou dos assassinos mais conspícuos que tinham enlameado e ensanguentado a República foram presos pelos vencedores. Esses eram os espertos. Já se tinham ido embora, apercebendo-se do que viria a seguir. Na sua maioria, as tropas franquistas só encheram prisões e paredões de fuzilamento com arraia-miúda, com gente de segunda fila: os lerdos, os infelizes ou os que tiveram a pouca sorte e não se espevitaram a tempo. Já no estrangeiro, e até no exílio, escorados, uns pelos seus patrões de Moscovo, e outros pelas suas contas bancárias, enquanto dezenas de milhares de infelizes se amontoavam em campos de concentração, os infames dirigentes que, com a sua vilania, má-fé, insolidariedade e ambição tinham aniquilado, junto com a República, as esperanças de justiça e liberdade, continuaram a defrontar-se entre si, insultando-se, caluniando-se e até matando-se, às vezes entre eles, em ajustes de contas obscuros. Entretanto em Espanha, como não podia deixar de ser, a condição humana manifestava-se na sua evidência clássica e inevitável: sabendo que vale mais prevenir do que remediar, toda a gente ia aplaudir o vencedor, as massas (que de repente se descobriam a si mesmas direitistas desde sempre) iam a correr para as igrejas ouvir missa, obtinham o cartão da Falange, levantavam o braço no cinema, no futebol e nas touradas, e, para dar um exemplo que serve para qualquer outro lugar, as ruas de Barcelona, que hoje são frequentadas por milhares de fervorosos patriotas transportando *estelades* e *senyeras*, encheram-se a abarrotar de pais e avós desses mesmos patriotas, e em, maior número do que agora, de bandeiras espanholas, braços estendidos, cara ao sol e em Espanha começa a amanhecer[23]. Pesquisem na Internet, se vos apetecer. Abram alguns livros ou vejam as fotografias e revistas de então. *Catalunya con el Caudillo*, dizia uma das faixas sobre uma imensa multidão. Isso valia para qualquer lugar da geografia espanhola, como continua a valer para qualquer lugar da geografia universal. E (gente sincera à parte, que sempre há) chama-se sobrevivência.

79. Una, Grande e Livre, mas não Muito

Quando um papa, neste caso Pio XII, se dirige a um país como *nação eleita por Deus, baluarte inexpugnável da fé católica*, é claro que quem governa esse país vai estar um tempo longo a governá-lo. Nunca alguém teve um olfato mais fino do que o Vaticano, mais ainda naquele 1939, com a Segunda Guerra Mundial em ponto de rebuçado. Quanto a Franco e a Espanha era claro. O general que menos se comprometera com o golpe contra a República e que no entanto acabou por conseguir o poder absoluto, o militar frio que dirigira com crueldade, sem complexos e sem pressas, a metódica carnificina da Guerra Civil, iria durar bastante tempo. Quem não visse isso era cego. O franquismo vitorioso não era um regime militar, pois não eram os militares a governar, nem era um regime fascista, pois também não eram os fascistas a governar. Era uma ditadura pessoal e autoritária, a de Francisco Franco Bahamonde: esse galego cauteloso, inteligente, manobreiro, sem outros escrúpulos além da sua consciência pessoalíssima de católico fervoroso, anticomunista e patriota radical. Marimbava-se para tudo o resto, militares, Falange, carlismo, espanhóis em geral. Eram simples instrumentos para executar a ideia que ele tinha de Espanha. E nessa ideia ele era Espanha. Por isso, desde o primeiro momento, aquele astuto trapaceiro manobrou com habilidade assombrosa os covilhetes e a bolinha. Depois de descabeçar a Falange e o carlismo e os converter nem marionetas (José Antonio tinha sido fuzilado pelos vermelhos, e Fal Conde, o chefe carlista, foi expulso de Espanha pelo próprio Franco, ameaçando fazer-lhe o mesmo), o novo e único dono deste estaminé utilizou a parafernália fascista, em que ele realmente nunca acreditou, para dar ao seu regime um estilo que estivesse em harmonia com o dos compadres que o tinham ajudado a ganhar a guerra, e que naquele momento eram os modelos da Europa e pareciam ser donos do futuro: Hitler e Mussolini. Por isso, como o que estava a dar naquela altura era desfiles, braço estendido e conceção viril da pátria, da guerra e da vida, o Caudilho, também chamado Generalíssimo pelos oportunistas e lambe-botas que em tais casos estão sempre ali à mão, juntou-se a isso com trombetas e tambores. Apoiado pela oligarquia latifundiária e financeira, foi deixando os carlistas de lado, pois já não precisava de carne para canhão para a guerra, e encomendou à Falange – aos falangistas dóceis, que por essa altura eram quase todos – o

controlo público visível dos assuntos, do enquadramento das pessoas, da burocracia, da atividade sindical, da formação da juventude do amanhã e desse tipo de coisas, em estreita maridagem com a Igreja Católica, à qual correspondeu, como prémio pela água benta com que os representantes de Deus na terra tinham borrifado as bandeiras vitoriosas, o controlo da educação, a vida social, a moral e os bons costumes. Até os pormenores mais íntimos da vida familiar ou conjugal eram controlados pelos párocos e pelos seus bispos. Nem te passe pela cabeça fazeres isso ao teu marido, minha filha. *Et cetera*. Começou assim a primeira etapa do franquismo (que depois, como todo o oportunismo sem ideologia autêntica, evoluiria ao ritmo da política internacional e da vida), com um país arruinado pela guerra e acagaçado pelo lado vencedor, vigiado por uma nova polícia implacável, com as prisões cheias para depurar responsabilidades políticas e os pelotões de fuzilamento a trabalhar noite e dia; e lá fora, no exílio, o melhor da intelectualidade espanhola tivera de pôr-se na alheta para fugir à prisão ou ao paredão, ao mesmo tempo que nas suas cátedras se instalavam agora, ajustando contas, os intelectuais próximos do regime. *Somos mais papistas que o papa*, proclamou sem pejo o reitor da Universidade de Valência. E assim, nestas mãos, Espanha converteu-se num páramo de luto e tristeza, empobrecida, doente, miserável, dócil, assustada e cinzenta, tendo como único alívio as touradas, o futebol e a rádio – outra ferramenta fundamental na consolidação da questão. As pessoas morriam de fome e de tuberculose enquanto os altos cargos do regime, os burocratas e os desavergonhados faziam negócios. Era só cartões de racionamento, censura, papelada, retórica patrioteira com nostalgias imperiais, mercado negro, medo, humilhação e miséria moral. Uma triste Espanha de quartel, gabinete e sacristia. Um mundo a preto-e-branco. Como cinicamente afirmou o embaixador, brilhante escritor e intelectual direitista Agustín de Foxá, nada suspeito de se opor ao regime: *Vivemos numa ditadura adoçada pela corrupção*.

80. Derrotados, mas não Vencidos

Diga-se em abono da verdade: Franco era um tipo com sorte. Frio e astuto como a mãe que o pariu, mas com a boa fortuna – a *baraka*, dizia ele, veterano militar africanista – sentada no seu ombro como o papagaio do pirata. Quando se iniciou a salsada contra a República, os que na prática mandavam na Europa eram da sua laia, pois isso o apoiaram como bons compadres e o ajudaram a ganhar. E quando estes, no fim, foram derrotados na Segunda Guerra Mundial, ocorreu que as potências ocidentais vencedoras – com os Estados Unidos à cabeça –, que já estavam alerta em relação a Estaline e à ameaçadora Rússia soviética que já tinha devorado meia Europa, precisavam de elementos como Franco para se assentarem bem no continente, estabelecer bases militares, atar laços anticomunistas e coisas assim. De tal modo que perdoaram ao ditador a sua ditadura, ou olharam para ela de outra maneira, esquecendo os velhos pecadilhos, as sinistras amizades e os grandes cemitérios ao luar[24]. Por isso, os republicanos exilados, ou alguns deles, os que não se resignavam e continuavam a querer lutar, ou seja, os que esperavam que depois da vitória contra nazis e fascistas chegaria a vez de Franco, ficaram-se só pela vontade. *Em quem me vingo eu agora?*, como dizia *La Venganza de don Mendo* – cujo autor, Muñoz Seca, tinham sido eles a fuzilar. Pensavam esses ingénuos que ao acabar a guerra mundial voltariam para Espanha apoiados pelos vencedores, mas não houve nada disso. E não foi porque não tivessem ganhado méritos. Uma boa parte daqueles republicanos que tinham atravessado os Pirenéus com o Tércio e os mouros de Franco no seu encalço, de punho no ar e levando nele agarrado um pouco de terra espanhola, a mastigarem o sabor amargo do exílio e da miséria, era gente derrotada mas não vencida. Por isso, em 1940, quando se verificou mais uma vez que as estradas de França estão cobertas de árvores para que os Alemães possam invadi-la à sombra, e o exército franciú e a sua linha Maginot e os seus generais de opereta se tinham lixado – numa das derrotas mais vergonhosas da História –, os sujos e piolhosos republicanos espanhóis, que os Franceses tinham humilhado e encerrado em campos de concentração, encararam a questão em termos simples: os Alemães, por um lado, e a Espanha franquista pelo outro, dito por poucas palavras, camaradas, estamos fodidos e não há por onde sair. Por isso, pelo menos vamos arriscar tudo por tudo. De tal forma que, perdidos por um, perdidos por mil, centenas desses veteranos com três anos de experiência bélica no currículo, homens e mulheres duros como aço, pegaram nas armas que o exército franciú tinha abandonado na fuga e começaram a dar tiros nos Alemães, passando à clandestinidade e convertendo-se primeiro em instrutores e depois em núcleo importante da Resistência

francesa, tanto da urbana como da do maquis rural, de que tanto se gabaram depois os Franceses. E não há prova melhor do que irmos dar uma volta pelas povoações e lugares do país vizinho, onde com uma frequência comovente é possível encontrar monumentos comemorativos com a frase: *Aos combatentes espanhóis que morreram pela França*. E se combateram! Uns, capturados pelos nazis e rechaçados pela Espanha franquista, acabaram em campos de extermínio. Outros morreram a lutar ou assistiram à libertação. O percurso de grande número deles – é muito recomendável a leitura de *La Nueve*, de Evelyn Mesquida – foi de epopeia; como o caso dos que, alguns alistados na Legião Estrangeira francesa e outros fugitivos do norte de África, acabaram integrados nas forças francesas livres do general De Gaulle, e da África central foram para Inglaterra, e de lá para a Normandia; e depois, com a Divisão Leclerc, libertaram Paris e combateram e morreram em solo alemão, chegando os sobreviventes até ao quartel-general do *Führer* (tive a honra de estar durante cinco anos sentado na Real Academia Espanhola ao lado de um deles, Claudio Guillén Cahen, filho do poeta Jorge Guillén). E ainda me revolve por dentro e me embacia os olhos ver nas fotos e nos velhos documentários da libertação de Paris, quando passam os carros blindados aliados pelas ruas, aplaudidos e beijados por franceses e francesas, uma série de tipos baixinhos, morenos e sorridentes, de uniforme aberto e sempre com um cigarro meio fumado na boca, e ler com assombro os nomes que esses homens indestrutíveis pintaram no aço para batizar os seus tanques: *Guernica, Guadalajara, Brunete, Don Quijote ou España Cañí.*

81. Espanhóis na Rússia

Durante a Segunda Guerra Mundial não houve só compatriotas nossos nos campos de extermínio, na Resistência francesa ou nas tropas aliadas que combateram na Europa ocidental. A diáspora republicana fora enorme e também a frente Leste, onde se confrontavam a Alemanha nazi e a União Soviética, ouviu blasfemar, rezar, discutir ou entoar uma cantiga em espanhol. Como escreveu Pons Prades, muitos daqueles homens e mulheres que tinham atravessado os Pirenéus *com o cabelo emaranhado, desgrenhados, malcheirosos,*

com barba de indigentes, a farda salpicada de sangue e chumbo e o olhar de visionários, não se sentiam vencidos. Porque há gente que nunca se rende, ou não se lembra de o fazer. A sua origem e destino foi diverso: de entre as crianças enviadas para a União Soviética durante a Guerra Civil, dos marinheiros republicanos exilados, dos jovens pilotos enviados para se formarem em Moscovo, dos comunistas decididos a não largar as armas, saíram numerosos combatentes que enfrentaram a Wehrmacht enquadrados no exército russo, como guerrilheiros atrás das linhas inimigas ou como pilotos de caça. Um destes, José Pascual Santamaría, conhecido como *Popeye*, ganhou a ordem de Lenine a título póstumo a combater sobre Estalinegrado. E quando o jornal *Zashitnik Otetchevsta* intitulava *Derrotemos o inimigo como os pilotos do capitão Alexander Guerasimov*, poucos sabiam que esse heroico capitão Guerasimov se chamava na realidade Alfonso Martín García, e era conhecido entre os seus camaradas como *El Madrileño*. Ou que uma unidade de sapadores mineiros integrada por espanhóis, sob o comando do tenente Manuel Alberdi, combateu de Moscovo até Berlim, tendo o gosto de rebatizar ruas berlinenses escrevendo por cima, com giz, os nomes dos seus camaradas mortos. Quanto à luta de guerrilhas, a relação de espanhóis implicados seria interminável, tornando de novo verdade o ditado velho e sombrio *Não há combatente mais perigoso do que um espanhol encurralado e com uma arma nas mãos*. Centenas de irredutíveis republicanos exilados lutaram e morreram assim, em combate ou executados pelos nazis, atrás das linhas inimigas ao longo de toda a frente russa, e também na Checoslováquia, Polónia, Jugoslávia e outros lugares dos Balcãs. O balanço oficial diz tudo: dois heróis da União Soviética, duas ordens de Lenine, setenta Bandeiras e Estrelas Vermelhas (uma delas a uma mulher: María Pardina, nascida em Cuatro Caminos), outras seiscentas e cinquenta condecorações diversas ganhas em Moscovo, Leninegrado, Estalinegrado e Berlim, e centenas de sepulturas anónimas. Na Rússia deu-se também um desses paradoxos amargos próprios da nossa história e da nossa permanente guerra civil; porque na frente de Leninegrado voltaram a lutar espanhóis contra espanhóis. De um lado estavam os enquadrados nas guerrilhas e no exército soviético; e do outro, os combatentes da Divisão Azul: a unidade de voluntários espanhóis que Franco enviara para a Rússia como parte dos seus compromissos com a Alemanha de Hitler. Nela, convém assinalar, havia de tudo: um núcleo duro falangista e militares de carreira, mas também voluntários de várias procedências, desde jovens com vontade de aventura até pessoas desempregadas e famintas, ansiosas por comida quente, ou suspeitos para o regime que assim podiam pôr-se a salvo

ou aliviar a sorte de algum familiar preso ou comprometido. A verdade é que, apesar de ser infame a causa que defendiam, também eles lutaram na Rússia com uma dureza e uma coragem extremas, num inferno de frio, neve e gelo, na frente de Volkov, na proeza quase suicida do lago Ilmen (os duzentos e vinte e oito espanhóis da Companhia de Esquiadores combateram com cinquenta graus negativos e quando terminou só restavam doze homens de pé), na frente de Leninegrado ou em Krasny Bor, onde toda a frente alemã se afundou menos o setor onde, durante o dia mais longo das suas vidas e mortes, cinco mil espanhóis lutaram como feras, como último recurso, aguentando o ataque massivo de quarenta e quatro mil soldados soviéticos e cem carros de combate, com o resultado de uma companhia aniquilada, várias dizimadas e outras a pedir fogo de artilharia própria sobre as suas posições por estarem inundadas de russos contra os quais lutavam corpo a corpo. Obtendo, enfim, do próprio Hitler este comentário: *Extraordinariamente duros para as privações, mas ferozmente indisciplinados*. Confirmando assim, uns e outros, vermelhos e azuis, outra vez na nossa triste história, aquele velho ditado medieval que parece a nossa eterna maldição nacional: *Que bom vassalo seria se tivesse bom senhor*.

82. Totalmente Sós

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Espanha tinha-se mantido à margem; em parte porque estávamos exaustos depois da nossa própria guerra, e em parte porque os amigos naturais do general Franco, a Alemanha e a Itália, não lhe concederam as exigências territoriais e de outro tipo que ele solicitava para se envolver. Ainda assim, a Divisão Azul enviada para a frente russa e as exportações de volfrâmio para os nazis permitiram ao Caudilho salvar a face perante os seus compadres, no tempo exato em que a coisa demorou a ficar feia para eles. Porque, na verdade, o carniceiro galego era muitas coisas, mas também era muito esperto. Senão como iria ele poder estar quarenta anos com a faca e o queijo na mão e depois morrer na cama? A verdade é que a partir daí, e graças ao facto de a União Soviética de Estaline já estar a mostrar ao mundo o seu rosto mais sinistro, Franco foi-se aproximando pouco a pouco dos

vencedores em jeito de baluarte do Ocidente. E a verdade é que isso o ajudou a sobreviver no imediato pós-guerra. Nessa primeira etapa, o regime vencedor fez frente a vários problemas, alguns dos quais resolveu com o velho sistema de prisão, paredão e vala comum, e outros resolveram-se sozinhos, ou pouco a pouco. O principal foi o isolamento absoluto do exterior e a tentativa da oposição exilada de derrubar a ditadura. Houve então um pormenor espetacular, ou que podia ter sido se tivesse corrido bem, que foi a entrada a partir de França de unidades guerrilheiras – na sua maioria comunistas – chamadas maquis, em grande parte constituídas por republicanos que tinham lutado contra os nazis e pensavam, pobres ingénuos, que agora tinha chegado a vez dos daqui. Essa gente teve grandes tomates para voltar para Espanha, decidida a levantar o povo; mas encontrou um povo cheio de problemas, e além disso bem agarrado pelo pescoço, e que só queria sobreviver, e tanto lhe fazia ser com uma ditadura, como com uma ditabranda ou com um governo do palhaço Fofó. Por isso a heroica aventura dos maquis terminou como terminam todas as aventuras heroicas em Espanha: um punhado de tipos perseguidos como cães pelos montes, liquidados um a um pelas «contrapartidas»[25] da Guarda Civil e pelo Exército, enquanto os responsáveis políticos que estavam no exterior se mantinham a salvo, incluindo os que viviam como reis na Rússia ou em França, lavando as mãos e deixando-os abandonados como pontas de cigarro. De qualquer forma, sobre a URSS e os ruskis convém recordar, neste país com tão má memória, que apesar de ter havido muitos espanhóis que lutaram ao lado dos russos contra o nazismo e foram heróis da União Soviética, outros não tiveram essa sorte, ou como quisermos chamar-lhe. Muitos marinheiros espanhóis, crianças republicanas transferidas, alunos pilotos da aviação, que no fim da guerra lá ficaram e pediram para regressar a Espanha ou sair do paraíso do proletariado, foram cruelmente perseguidos, presos, executados ou deportados para a Sibéria por ordem daquele filho da puta que se chamava José Estaline; e que – em abono da verdade, e mais ainda nesta altura – mandou matar mais gente na União Soviética e na Europa de Leste do que os nazis durante a sua brilhante trajetória. Isso é que foi matar! E nestas execuções, nessa eliminação de espanhóis que não alinhavam com o passo soviético, foram ajudados com entusiasmo cúmplice pelos submissos dirigentes comunistas espanhóis (Santiago Carrillo, Pasionaria, Modesto, Líster) que ali se tinham abrigado depois da derrota, e que já desde a Guerra Civil eram especialistas nas lutas pelo poder, em lixar os outros e em sobrevivência, incluindo a liquidação de compatriotas dissidentes. Dando-se o triste paradoxo de esses espanhóis de origem

republicana vítimas das represálias de Estaline se encontrarem com os prisioneiros da Divisão Azul no mesmo horror dos gulags da Sibéria. E, para cúmulo, os que sobreviveram, de uns e outros, foram repatriados juntos nos mesmos barcos, nos anos cinquenta, após a morte de Estaline, para uma Espanha onde por essa altura a ditadura franquista começava a superar o isolamento inicial e a horrível crise económica, a fome, a pobreza e a miséria – a tuberculose tornou-se a doença nacional – que se seguiram à Guerra Civil. Nesses tristes anos estivemos totalmente sós, entregues aos nossos magros recursos e de cabeça baixa, sem outra ajuda externa a não ser a que foi prestada, e nunca devemos esquecer isso, por Portugal e pela Argentina. Para o resto do mundo nós tínhamos peste. E o franquismo, é claro, aproveitou tudo isso para cerrar fileiras e se consolidar.

83. Os Novos Amos

Em geral, e nisso os historiadores costumam estar de acordo, o franquismo teve três etapas: dura, média e branda. Algo assim como o queijo curado, meia cura e de Burgos, mais ou menos. Convém repetir aqui, para nos entendermos melhor, que aquele longo *statu quo postquam* – ou lá como se diz – de quatro décadas não foi, apesar das aparências, um governo militar nem uma ditadura de ideologia fascista; entre outras coisas porque Franco não teve outra ideologia senão perpetuar-se num governo pessoal e autoritário, anticomunista e católico à martelada; e ao serviço de tudo isso, ou seja, dele mesmo, pôs Espanha a marcar passo. Naturalmente, o hábil galego não teria podido manter-se se não gozasse de amplas e fortes cumplicidades. De um lado estavam as classes dominantes de sempre: grandes latifundiários, alta burguesia industrial e financeira (incluindo as famílias que sempre tiveram a faca e o queijo na mão no País Basco e na Catalunha), que viam no novo regime uma garantia para conservarem o que anos de turbulência política e sindical, de república e de guerra, lhes tinham arrebatado ou posto em perigo. A isso acrescia uma casta militar e funcionária surgida da vitória a que o facto de estar no lado vencedor tornou dona dos recursos sociais intermédios e garantiu a vida. Paralela a esta última surgiu outra

classe mais baça, ou melhor, emergiu de novo, sempre a mesma (essa podridão eterna, tão vinculada à porca condição humana, que nunca desaparece, pois limita-se a transformar-se, adaptando-se habilmente a cada momento). Refiro-me à corja capaz de medrar em qualquer circunstância, com vermelhos, brancos ou azuis, aproveitando-se da dor, da desgraça ou da miséria dos seus semelhantes: uma vasta praga de especuladores, exploradores e gentalha sem escrúpulos que ninguém liquida nunca, porque costuma ser ela a estar por trás, inextinguível, a comprar favores e indicando quem das pessoas honradas deve ser presa ou fuzilada. E no fim de tudo, na parte mais baixa da pirâmide, a suportarem sobre os ombros grandes empresários e financeiros, funcionários com poder, contrabandistas e militares, estava a grande massa dos espanhóis, vencedores ou vencidos, destroçados por três anos de barbárie e carnificina, todos eles ansiosos por viver e esquecer (poucas ideias de liberdade sobrevivem à necessidade de comer um prato quente), pagando com a submissão e o medo o preço da derrota, os vencidos, e com o esquecimento e o silêncio, os que tinham vergado a mola no lado dos vencedores. Devolvidos, estes últimos, sem benefício algum, aos seus salários de miséria, às suas oficinas e fábricas, à enxada de camponês ou ao cajado de pastor; enquanto os que não tinham visto sequer de longe uma trincheira ou uma *mauser* passeavam agora entre o Pasapoga e o Chicote[26], a fumarem um charuto, de braço dado com a sua senhora – ou com a amante – com casaco de vison. Toda esta trama, claro, apoiava-se num sistema que o Caudilho, nessa altura também já Generalíssimo, colocara desde o princípio e com um cálculo muito hábil sobre três pilares fundamentais: um exército fiel e privilegiado depois da guerra, uma estrutura de Estado confiada à Falange como partido único e um controlo social encomendado à Igreja Católica. O Exército, encarregado de apagar por meio de conselhos de guerra todo o liberalismo, republicanismo, socialismo, anarquismo ou comunismo, *mal conseguiria resistir a uma agressão externa a sério, mas cumpriu até ao fim a sua função de manter a ordem interna*, como anota o historiador Fernando Hernández Sánchez. Quanto à Falange, purgada com mão implacável de elementos díscolos – que foram perseguidos, objeto de represálias e presos –, era nessa altura uma organização dócil e fiel aos princípios do Movimento, leia-se à pessoa do Generalíssimo, que mandava cunhar nas moedas: *Caudilho de Espanha pela graça de Deus*. Por isso, aos seus dirigentes e chefetes, a troco de prebendas que iam de altos cargos oficiais a tachos menos importantes mas seguros – um quiosque ou um posto de venda de lotaria –, foi encomendado o controlo e o funcionamento da Administração. Por isso todos os espanhóis tiveram de fazer,

quer gostassem quer não, um cartão da Falange, se quisessem trabalhar, comer e viver. E, naturalmente, além de saber de cor o *Cara al sol*, tinham também de demonstrar em público que eram sinceros praticantes da religião católica, a única verdadeira, terceiro pilar em que Franco apoiava o seu negócio. Mas da Igreja falaremos mais desafogadamente no episódio seguinte desta sempre – quase sempre – lamentável história de Espanha, a dos tristes destinos.

84. Um Pecado é um Crime

Nacional-catolicismo, é a palavra. O que define o ambiente. A pedra angular de Pedro foi o outro pilar, Exército e Falange à parte, sobre o qual Franco edificou tudo. A Igreja Católica tinha pago um preço muito alto durante a República e a Guerra Civil, com igrejas incendiadas e centenas de sacerdotes e religiosos vilmente assassinados pelo único motivo de o serem; e o seu apoio (exceto o de alguns padres bascos ou catalães, que foram reprimidos, presos e até fuzilados discretamente, nalguns casos) fora decisivo naquilo a que o lado franquista chamou cruzada antimarxista. Por isso estava na altura de compensar as coisas, confiando à única e verdadeira religião o trabalho de pastorear as ovelhas desencaminhadas. Foram abolidos o divórcio e o casamento civil, penalizou-se duramente o aborto e ordenou-se a estrita separação dos sexos nas escolas. Sociedade, moral, costumes, espetáculos, educação escolar, tudo foi posto sob o olho vigilante do clero, que nos primeiros tempos incluía os bispos a saudarem o Caudilho de braço estendido à porta das igrejas. Houve, é justo reconhecê-lo, prelados e sacerdotes que não engoliram o sapo; mas a tendência geral foi de submissão e aplauso ao regime em troca de controlo escolar e social, privilégios civis, apoio aos seminários – a fome e o ambiente suscitaram numerosas vocações –, missões evangelizadoras, sustento económico e isenções tributárias. E não era de somenos, na prática um sacerdote mandava mais do que um general (como diz o meu compadre Eslava Galán, *ser padre era do caraças*). Além disso, as organizações católicas seculares, tipo Ação Católica, Filhos de Maria e coisas assim, eram uma via conveniente para se desenvolver, sob o devido controlo eclesiástico e político, uma certa participação em assuntos

públicos; ou seja, uma espécie de válvula de escape para os que não podiam exprimir as suas inquietações sociais mediante a atividade política ou sindical tradicionais, abolidas desde o fim da guerra. O resultado de todo esse aspergimento geral com água benta foi a Igreja Católica trepar até extremos inauditos: pastorais duras contra dançar agarrados, porque eram uma invenção do demónio, contra os fatos de banho e contra tudo o que pudesse albergar ou despertar intenções pecaminosas. A obsessão pelas roupas tornou-se doentia, a censura tornou-se omnipresente, os filmes para «adultos com reservas» era mesmo para rir, e os textos eclesiásticos da época, com as suas recomendações e proibições morais, ainda hoje constituem uma literatura grotesca em que a estupidez, o fanatismo e a perversão de mentes doentes de hipocrisia e vilania chegou a extremos nunca vistos há séculos: *O baile atenta contra a Pátria, que não pode ser grande e forte com uma geração efeminada e corrompida*, afirmava, por exemplo, o bispo de Ibiza; ao mesmo tempo que o arcebispo de Sevilha punha o ponto final qualificando o agarrar-se com música como *tortura de confessores e feira predileta de Satanás*. Naturalmente, a grande culpada de tudo era a mulher, engendro do demónio, e o esforço da Igreja e do regime que a amparava dirigiram-se a mantê-la no caminho da castidade e da decência, afastando-a do tumulto da vida para a converter em esposa e mãe exemplar. Era necessário, segundo o Fuero del Trabajo, *libertar a mulher casada da oficina e da fábrica*. Ela, a mulher, era o eixo incontestável da família cristã; por isso, para a devolver ao lar de onde nunca devia ter saído, foram anuladas as leis de emancipação da República, destruindo todos os direitos civis, políticos e laborais que a tinham libertado da submissão ao homem. A independência da mulher, o seu direito sobre o próprio corpo, o aborto, a sexualidade em qualquer das suas manifestações converteram-se em pecado. E o pecado converteu-se em delito, literalmente, via Código Penal. Havia multas e prisões por *condutas morais inadequadas*; e a isso temos de acrescentar, é claro, a infame natureza da condição humana, sempre disposta a apontar o dedo, marginalizar e denunciar – esses piedosos vizinhos de então, de agora e de sempre – as mulheres marcadas pelo opróbrio e pelo escândalo (as que, para nos entendermos, não punham o *hijab* de então, metaforicamente falando). Para não mencionar, é claro, a sexualidade alternativa ou diferente. Nunca, desde dois ou três séculos antes, se perseguira os homossexuais como se fez durante aquele tempo obscuro do primeiro franquismo, e ainda durou bastante tempo. Nunca a palavra *maricas* fora pronunciada com tanto desprezo e com tanta sanha.

85. Lavam a Cara a Franco

Já dissemos algumas vezes que Franco era um tipo com sorte, e a sua estrela da sorte continuou a dar-lhe bons momentos para deitar pão aos patos. Havia de fundo um vago aroma de restauração monárquica, reservada para algum dia no futuro, mas sem pressa e descartando D. Juan de Bourbon, filho do derrubado Afonso XIII, a quem Franco não queria ver nem pintado. Espanha é uma monarquia, tudo bem, dizia o tipo. Mas serei eu, Caudilho, também conhecido como Generalíssimo, a dizer quando é que ela estará preparada para voltar a sê-lo de forma oficial. Por isso, de momento, iremos educando o seu filho Juanito para quando crescer. Entretanto podem esperar sentados, porque vai demorar muito. A sorte foi manifesta em 1950, onze anos depois da vitória franquista, quando a Guerra Fria pôs em ponto de rebuçado o confronto Ocidente-União Soviética. Depois dos tempos duros da primeira etapa, nos quais o regime se viu submetido a um férreo isolamento internacional, os Estados Unidos e os seus amigos do planeta azul já viam a Espanha como um aliado anticomunista de extraordinário valor estratégico. Por isso tornaram-se frequentes os mimos, as visitas oficiais, a ajuda económica, as bases militares, o turismo e os filmes rodados aqui. E Franco, que era astuto até dizer chega, viu o buraco por onde sair. Os restaurantes de Madrid, Barcelona e Sevilha encheram-se de atores de Hollywood, e Ava Gardner teve um caso com o toureiro Luis Miguel Dominguín – o pai de Miguel Bosé –, convertendo-o no homem mais invejado pela população masculina de Espanha. Para estocada final, a fotografia de Franco com Eisenhower – o general vencedor sobre o exército nazi e agora presidente norte-americano – a passear de carro pela Gran Vía marcou o antes e o depois. A Espanha deixou de ser a empestada internacional, entrou nas Nações Unidas e em frente que se faz tarde. Nada disso mudava as linhas gerais do regime, é evidente. Mas já não se fuzilava, ou fuzilava-se menos. Ou apertava-se o garrote. Mas só àqueles que o regime classificava como maus muito maus. O resto ia andando à base de submissão e prudência. Houve indulto parcial, saiu muita gente das prisões e foi permitida a volta dos exilados que não tinham contas a prestar; entre eles, intelectuais sonantes como Marañón e Ortega y Gasset que,

por via das dúvidas, tinham dado de frosques. Foi aquilo a que se chamou *a abertura*, que foi bastante tímida, mas contribuiu dentro do possível para normalizar as coisas. Espanha continuava a ser sobretudo um país agrícola, por isso começou-se a industrializar-se, ao princípio com pouco êxito. Houve uma emigração em massa, muito triste, do meio rural para as cidades industriais e para o estrangeiro. Os pequenos retoques liberais não eram suficientes, e o turismo, também não. Aquilo não funcionava. Por isso, Franco, que era muitas coisas mas não era parvo, foi retirando das pastas ministeriais os velhos dinossauros falangistas e altos militares da Guerra Civil – apoiado nisto pelo seu homem de confiança, o almirante Carrero Blanco – e confiando-as a uma geração mais jovem formada em Economia e Direito. Foram estes os chamados tecnocratas (alguns deles eram do Opus Dei, pois a Igreja pôs sempre os ovos em vários cestos), e deram o tiro de partida que tornou possível, com erros e corruptelas intrínsecas, mas ao fim e ao cabo possível, o evidente desenvolvimento em que Espanha entrou no final dos anos sessenta, com as classes médias urbanas e os operários industriais transformados em grupos sociais maioritários. Já se começava a respirar. No entanto, esse desenvolvimento, indiscutível no aspeto económico, não teve paralelo no aspeto cultural nem no político. Por um lado, a censura férrea esmagava a inteligência e exaltava, salvo poucas e notáveis exceções, medíocres apaniguados do regime. Por outro, a derrota republicana e a fuga dos mais destacados intelectuais, cientistas, escritores e artistas, alguns dos quais nunca mais regressariam, enriqueceu os países de acolhimento – México, Argentina, França, Porto Rico –, mas empobreceu Espanha, causando um dano irreparável de que ainda hoje sofremos as consequências. Quanto à política, os movimentos sociais, a emigração e o crescimento industrial começaram a despertar de novo a contestação adormecida, voltando a manifestar-se, ao princípio timidamente, a conflituosidade social. A rádio e o futebol já não eram suficientes para manter as pessoas entretidas e sossegadas. Começou a rebeldia estudantil nas universidades, e fizeram-se as primeiras greves industriais desde a Guerra Civil. A resposta do regime foi barricar-se em mais polícia e mais repressão. Mas era claro que os tempos estavam a mudar. E que Franco não ia ser eterno.

86. A Guerra Silenciada

Houve entre 1957 e 1958, a meio do franquismo propriamente dito, uma guerra que o governo procurou – e conseguiu – esconder o mais possível dos Espanhóis, pelo menos nas suas consequências mais trágicas e sangrentas. Tratou-se de uma guerra de verdade, africana e colonial, na tradição das grandes tragédias que periodicamente tinham ensanguentado a nossa história, e na qual o pagamento da fatura, como de costume, ficou a cargo dos nossos infelizes recrutas, eterna carne para canhão vítima da imprevisão e do atamancamento. A coisa surgiu com a independência de Marrocos em 1956, após a qual o rei Mohamed V – avô do monarca atual – reclamou a posse dos territórios situados a sudoeste do novo país, Ifni e Sara Ocidental, que estavam há um século sob soberania espanhola. A guerra, feita no estilo clássico das sublevações nativas tradicionais, mas desta vez com intervenção direta das bem armadas e recentes tropas marroquinas (o nosso armamento sério era todo norte-americano, e os Estados Unidos proibiram Espanha de o usar neste conflito), arrancou com uma sublevação geral, o corte de comunicações com as pequenas guarnições militares espanholas e o assédio da cidade de Ifni. A cidade, defendida por quatro bandeiras da Legião, resistiu como uma rocha; mas a verdadeira tragédia ocorreu mais para o interior, onde, num terreno irregular e difícil, os pequenos postos dispersos de soldados espanhóis foram abandonados ou perdidos com os seus defensores. Alguns pontos principais, como Tiliuin, Telata, Tagragra ou Tenin, onde havia tantos militares como população civil, ficaram cercados e prestes a cair nas mãos dos marroquinos. E se no fim não caíram foi porque os atiradores e polícias indígenas que permaneceram leais, os soldadinhos e seus oficiais – a verdade é para ser dita – se defenderam com desesperada tenacidade; entre outras coisas porque se lembraram de Annual, e não lhes apetecia muito cair vivos nas mãos do inimigo e que lhes fatiassem o pescoço, entre outros fatiamentos possíveis. Por isso, como de costume entre espanhóis encurralados, que remédio (o desespero faz sair o melhor de nós, pormenor histórico curioso), os cercados ofereceram forte resistência. Tagragra e Tenin foram finalmente socorridas depois de marchas a pé penosas e sangrentas, pois quase não havia viaturas nem meios, nem apoio aéreo. Só garra e grandes tomates. Sobre Tiliuin, fazendo uso de uma quantidade enorme disso mesmo, saltaram setenta e cinco paraquedistas da II Bandeira, que também ficaram cercados lá dentro mas permitiram que se aguentasse, dando tempo para que uma coluna legionária

rompesse o cerco e os retirasse a todos, incluindo os atiradores indígenas que ali se tinham mantido leais, com as suas famílias. No entanto, o socorro a Telata derivou para tragédia quando a secção paraquedista do tenente Ortiz de Zárate, avançando lentamente por entre emboscadas e num terreno infame, se foi esvaindo até ser socorrida por uma companhia de Atiradores de Ifni, que entrou em Telata e permitiu transferir toda a gente para uma zona segura. Mas o maior desastre aconteceu mais para sul, no Sara Ocidental, também sublevado, quando, num lugar chamado Edchera (estive lá há uns anos, e juro-vos que há sítios mais confortáveis para uma pessoa ser trucidada), duas companhias da Legião caíram numa emboscada, travando-se um combate de extrema ferocidade – quarenta e dois espanhóis mortos e cinquenta e sete feridos – em que os legionários se bateram com a dureza de sempre, com grandes baixas suas e do inimigo; sendo uma boa prova do que foi aquela trágica carnificina o facto de dois legionários, Fadrique e Maderal, receberem a título póstumo a Laureada de San Fernando (a mais alta condecoração militar espanhola para os que se distinguem em combate que ninguém mais recebeu desde então). Mas, enfim. Também como de costume na nossa longa e desagradável história bélica, todo aquele sofrimento, aquele heroísmo e aquele sangue derramado não serviram de grande coisa. Por um lado, uma boa parte de Espanha pouco soube disso, ou quase nada, pois o férreo controlo da imprensa por parte do governo converteu aquela tragédia num gotejar de pequenos incidentes de polícia a que logo se retirava importância. Por outro lado, em abril de 1958 entregou-se Cabo Juby a Marrocos, em 1969 entregou-se Ifni, e o Sara Ocidental ainda se manteve com muitas dificuldades até 1975, com a Marcha Verde e a debandada espanhola do território. Exceto Ceuta, Melilla e os rochedos da costa marroquina – que se situam noutra ordem jurídica internacional –, era o ocaso de Espanha em África. E, na verdade, já estava na hora.

87. Ares de Liberdade

Enquanto não chegamos à última etapa da ditadura franquista, impõe-se uma reflexão retrospetiva e útil: uns afirmam que Francisco Franco foi providencial

para Espanha, e outros afirmam que foi o pior que podia acontecer. Na minha opinião, Franco foi uma desgraça; mas também acredito que na Espanha prostituída, violenta e infame de 1936-39 não havia qualquer possibilidade de surgir uma democracia real; e que, se tivesse ganhado o outro lado – ou os mais fortes e disciplinados do outro lado –, provavelmente o resultado teria sido também uma ditadura, mas comunista ou de esquerda e com intenção idêntica de exterminar o adversário e eliminar a democracia liberal, que naquela altura do rebuliço estava de facto encostada às cordas. Para isso, à parte os testemunhos em primeira mão – o meu pai e o meu tio Lorenzo lutaram pela República, este último em várias das batalhas mais duras, sendo ferido de bala em combate – acolho-me menos a um historiador pró-franquista como Stanley Payne (*Na Espanha de 1936 não havia qualquer possibilidade de surgir uma democracia utópica*) do que a uma testemunha direta honrada, inteligente e de esquerda como Chaves Nogales (*O futuro ditador de Espanha vai sair de um lado ou do outro das trincheiras*). Porque, no momento de ajuizar essa parte do nosso século XX, convém arrimarmo-nos a todas as fontes possíveis, livros e testemunhos diretos; não para sermos equidistantes, pois cada qual está onde acha que deve estar, mas para sermos equânimes no momento de nos documentarmos e debater, em vez de reduzirmos tudo a rótulos baratos manobrados por crápulas, populistas, simples e analfabetos. Que nem sempre são sinónimos, mas às vezes sim. E é nesse plano, na minha opinião, onde se deve situar a aproximação intelectual, não visceral, às três etapas do franquismo, de que já referimos as duas primeiras – repressão criminosa sistemática e tímidos começos de abertura –, para entrarmos agora na terceira e última. Refiro-me à etapa final, caracterizada por uma inevitável mudança em que intervieram muitos e complexos fatores. Já perto dos anos setenta, o regime franquista não tinha podido escapar, embora muito contra a sua vontade, a uma natural evolução para formas mais civilizadas; e era preciso juntar a isso algumas leis e decisões importantes. A Lei da Sucessão já estabelecia que o futuro de Espanha seria um regresso à monarquia como forma de governo (a Franco e às suas gentes, mas também a outros espanhóis que eram honrados, a palavra *república* dava-lhes urticária), e para isso se educou desde criança Juan Carlos de Bourbon, neto do exilado Afonso XIII, para que, sob a cobertura monárquica, desse continuidade e normalidade internacional homologável ao regime franquista. Tirando os esforços de desenvolvimento industrial, mais ou menos conseguidos e não em todo o lado, houve outras duas leis cuja importância deve ser sublinhada, pois teriam um peso notável no nível cultural e na qualidade de vida

dos espanhóis: a Lei Geral de Educação, de 1970, que – ainda que imperfeita, enviesada e miseravelmente tardia – ampliou a escolarização obrigatória até aos catorze anos, e a Lei de Bases da Segurança Social, de 1963, que não nos pôs completamente onde era exigido por uma sociedade moderna, mas garantiu assistência médica, hospitais e pensões de reforma aos espanhóis, dando suporte a uma cobertura social, estupenda com o passar do tempo e da qual ainda hoje beneficiamos (e que os governos irresponsáveis e oportunistas das últimas décadas, sem distinção de cor ou autonomia, fazem tudo o que podem para a deitar abaixo). Quanto ao resto, o crescimento económico e os avatares desta etapa final – turismo, indústria, habitação, televisão, *Seat 600*, corrupção, emigração – foram muito alterados pela crise do petróleo de 1973, data em que o aparelho franquista já estava dividido em dois: de um lado os continuístas duros (o *Bunker*), e do outro os partidários de democratizar um pouco o regime e salvar a casa. Com um mundo agitado por ventos de liberdade, quando as colónias estrangeiras ganhavam a sua independência e caíam as ditaduras de Portugal e da Grécia, Espanha não podia ficar à margem. A oposição política ganhou força, tanto dentro como no exílio; no interior intensificaram-se as greves operárias e estudantis, os nacionalismos voltaram a levantar a cabeça, e o regime – ainda nas mãos do *bunker* – aumentou a repressão, criou o Tribunal de Ordem Pública e a Brigada Político-social, e esforçou-se por esmagar os que exigiam democracia e liberdade. E assim, embora ainda exalando os últimos e brutais estertores, a Espanha de Franco aproximava-se do seu fim.

88. O Franquismo num Beco sem Saída

Os últimos anos da ditadura franquista foram duros em vários aspetos, entre outras coisas porque, à parte a repressão política, tiveram como fundo uma crise económica causada pela guerra árabe-israelita de 1973 e a subida dos preços do petróleo, que nos deixou a todos tesos que nem carapaus. Por outro lado, as tensões radicalizavam posições. Havia contestação social, uma oposição interna e externa que não podia conformar-se com a abertura mesquinha que se ia oferecendo, e um aparelho franquista que se recusava a evoluir para fórmulas

pelo menos razoáveis. Os separatismos basco e catalão, fonte secular de conflito espanhol, voltavam a levantar a cabeça depois de terem sido implacavelmente esmagados pelo regime, ainda que cada um à sua maneira. Com mais habilidade tática nesse momento, os catalães – a histórica ERC e sobretudo a nova CDC de Jordi Pujol – encaravam-no com realismo político, conscientes do possível e do impossível em tais circunstâncias; ao passo que no País Basco, o independentista embora prudente e conservador PNV se viu ultrapassado à esquerda pela ETA: o movimento radical basco que, animado por um certo descabido setor da Igreja local (essa nostalgia do carlismo, nunca extinta entre padres nortenhos e «trabucaires»), tinha começado a assassinar polícias e guardas-civis desde meados dos anos sessenta e, muito pouco a pouco, sem complexos, ia adquirindo o gosto do tiro na nuca. Embora a ETA não fosse a única a matar. Das novas organizações de extrema-esquerda, onde se situavam os jovens estudantes e operários mais politizados, algumas, como a FRAP e o GRAPO, derivaram também para o terrorismo com sequestros, extorsões e assassínios, uns e outros fazendo subir a clássica espiral ação-repressão. Quanto às formações de esquerda clássica mais pacíficas, o PCE – que tinha travado quase em solitário a verdadeira luta antifranquista – e o PSOE – irrelevante até ao Congresso de Suresnes –, tinham deixado de atuar a partir do estrangeiro para se consolidarem com força no interior, ainda clandestinos mas já pujantes; em especial os comunistas, que, sob a direção do veterano Santiago Carrillo (astuto sobrevivente da Guerra Civil, de todos os ajustes de contas internos e de todas as purgas estalinistas), mostravam um rosto mais civilizado ao adaptarem-se à tendência na moda entre os comunistas europeus, o eurocomunismo, que consistia em romper os laços com Moscovo, renunciar à revolução violenta e aceitar mover-se no jogo democrático convencional. Todo esse espetro político, é evidente, era completamente ilegal, como era também a UMD, uma união militar democrática criada por quase uma centena de oficiais do Exército que olhava pelo canto do olho para a Revolução dos Cravos portuguesa, embora em Espanha os *úmedos* – era assim que lhes chamavam – fossem muito reprimidos e não chegassem a dar fruto. Havia também um grupinho de partidos minoritários moderados, com muita variedade ideológica, que iam do liberal à democracia cristã, liderados por tipos de algum prestígio: na sua maioria, gente do regime pronta a virar a casaca, consciente de que o negócio estava a acabar e era necessário situar-se perante o que estava para vir; ou seja, converter-se em democratas desde sempre. Até a Igreja Católica, sempre atenta ao decurso prático da vida, punha uma vela ao passado e outra ao futuro através de bispos

progressistas que cantavam verdades incómodas ao regime. E todos eles, ou seja, esse conjunto diversificado que ia de assassinos sem escrúpulos a tímidos aberturistas, de oportunistas reciclados a autênticos lutadores pela liberdade, já constituíam, no princípio dos anos setenta, uma formidável frente que não era coordenada entre si, mas já mostrava claramente que o franquismo ia à viola. No entanto, os sobreviventes mais duros do velho sistema, em vez de assumirem o que era evidente, barricavam-se em mais repressão e violência. Para o rígido *bunker*, cada passo liberalizador era uma traição à pátria. Os universitários corriam à frente dos chuis, executavam-se sentenças de morte, e grupos terroristas de extrema-direita – Guerrilheiros de Cristo-Rei e outras bestas –, agindo impunes com a cobertura do Exército e da polícia, encarregavam-se de uma violenta repressão paramilitar com pancadaria e assassínios. Mas Franco, já totalmente velho, estava bom para ser lançado aos tigres, e a pressão dos ultraconservadores reclamava uma mão dura que conservasse o seu estilo. Por isso, em 1973, conservando para si a chefia do Estado, o decrépito Caudilho pôs o governo nas mãos do seu homem de confiança, o almirante Carrero Blanco, menino bonito das forças extremistas. Mas a ETA pôs uma bomba a Carrero Blanco. Pumba. Anjinhos para o céu. E o franquismo descobriu-se agonizante, descomposto e sem noiva.

89. Apaga-se a Luzinha de El Pardo

Na vida tudo acaba, e ao franquismo também lhe chegou a vez. Assassinado o almirante Carrero Blanco, que era a garantia de continuidade do regime, com Franco doente, octogenário e a caminho do jardim das tabuletas e com as forças democráticas cada vez mais organizadas e a pressionarem, a coisa parecia estar clara. O franquismo estava a ir para a sucata, mas não estava liquidado, pois ainda se defendia com alguma desenvoltura. D. Juan Carlos de Bourbon, na altura ainda um rapazinho charmoso, fora designado sucessor com o título de rei, e o *bunker* e os militares vigiavam-no de perto. No entanto, como vimos no capítulo anterior, os mais perspicazes estavam alerta. Para usar uma linguagem taurina, havia divisão de opiniões. Entre os veteranos e os apaniguados do

regime, não eram poucos os que andavam a querer situar-se de frente para o futuro, mas mantendo os privilégios do passado. Franquistas e falangistas espertos, ao verem a luz de repente, renegavam sem complexos a sua própria biografia, enquanto outros se entrincheiravam numa resistência numantina a qualquer mudança. A repressão policial intensificou-se, juntamente com o fecho de revistas e a atuação da mais tosca censura. 1975 foi um *annus horribilis*: violência, medo e opróbrio. A crise do Sara Ocidental (que acabou por ser abandonado de uma forma muito má e vergonhosa) ainda complicou mais as coisas: terrorismo por um lado, pressão democrática por outro, reação conservadora, brutalidade ultradireitista, militares nervosos e ameaçadores, rumores de golpe de Estado, execução de cinco antifranquistas. O panorama estava extremamente agitado, e o palco da antiga farsa já não se aguentava nem com pinças. Por fim, o Caudilho subiu ao céu, ou lá para onde ele tivesse de ir. No entanto, o seu funeral demonstrou algo que hoje se pretende esquecer: muitos milhares de espanhóis desfilaram pela câmara ardente ou seguiram pela televisão os funerais com lágrimas nos olhos, que nem sempre eram de felicidade. Demonstrando com isso que, se Franco permaneceu quatro décadas sob o pálio, não foi só por ter um exército próprio e encher cemitérios, mas porque um setor da sociedade espanhola, embora mudando com os anos, partilhou todos ou parte dos seus pontos de vista. É que na Espanha de hoje, tão desmemoriada para essas como para outras coisas, quando olhamos para trás até parece – é preciso ter lata – que toda a gente tinha sido heroicamente antifranquista; ainda que, com quarenta anos de regime entre o peito e as costas e o ditador morto na cama, as contas não batam certo (como disse aquele tipo da locomotiva do comboio que deitou vapor quando chegou à estação de Atocha: *Estes fumos, eram em Despeñaperros*). A verdade é que, voltando a 1975, uma vez apagada a luzinha d'El Pardo, Juan Carlos foi proclamado rei jurando manter intacta esta barraquita, e foi aí que os cálculos falharam ao franquismo mais empedernido, porque – felizmente para Espanha – o rapaz saiu um bocadinho perjuro. Tinha sido bem educado, com precetores que eram pessoas formadas e inteligentes e que ainda se mantinham perto dele. A essas excelentes influências se deveram os bons conselhos. Era preciso escolher entre perpetuar o franquismo – tarefa impossível – com um verniz de modernidade cosmética absurdo que já não conseguia enganar ninguém, ou assumir a realidade. E esta era que as forças democráticas pressionavam com força em todos os terrenos e que os espanhóis pediam liberdade aos gritos. Aquilo já não tinha controlo ao velho estilo de prisão e paredão. A oposição moderada exigia reformas; e a esquerda, que

coordenava esforços de forma organizada e mais ou menos eficaz, exigia rutura. Ignoro, na verdade, até que ponto D. Juan Carlos era inteligente; mas os seus conselheiros não eram nada parvos. Eram pessoas com visão e estatura política. Na sua opinião, num país com uma tradição secular de casa de putas como Espanha, especializado em se destroçar a si mesmo e com todas as ambições políticas de novo em ponto de rebuçado, só a monarquia juancarlista tinha autoridade e legitimidade suficientes para dirigir um processo de democratização que não criasse outro sarrabulho nacional. E então embarcaram, entre 1976 e 1978, numa aventura fantástica, caso único entre todas as transições de regimes totalitários para democráticos na História. Nunca antes tinha sido feito. Desse modo, aquele rei ainda inseguro e aqueles conselheiros inteligentes operaram o milagre de reformar, a partir de dentro, o que parecia irreformável. Seria nada mais nada menos do que o suicídio de um regime e o nascimento da liberdade. E o mundo assistiu, espantado, a acontecimentos que de novo tornaram Espanha admirável.

90. Finalmente, Espanha

E assim chegámos, senhoras e senhores, à maior façanha civil e patriótica levada a cabo pelos Espanhóis na sua longa, violenta e triste história. Um acontecimento que – alguma vez teria de ser – suscitou a admiração das democracias e nos pôs numa posição de dignidade e prestígio internacional nunca antes vista (dignidade e prestígio que agora andamos há um par de décadas a demolir com imbecil irresponsabilidade). A coisa milagrosa, a que se chamou Transição, foi um autêntico trabalho de filigrana e, pela primeira vez na história da Europa, se fez a mudança pacífica de uma ditadura para uma democracia. *Da lei para a lei*, na feliz expressão de Torcuato Fernández-Miranda, um dos principais conselheiros do rei Juan Carlos que estiveram no leme da questão. Pela primeira e – lamentavelmente – última vez, a memória histórica foi utilizada não para criar confrontos, mas para unir sem esquecer. Precisamente essa ausência de esquecimento, a útil certeza de que todos tinham tido um Paracuelllos ou uma Badajoz no currículo, ainda que a legalidade dos

vencedores tivesse matado mais e durante muito mais tempo do que a legalidade dos vencidos, impôs a urgência de não se repetir erros, arrogâncias e infâmias. E assim, Espanha, os seus políticos e os seus cidadãos embarcaram num exercício de engenharia democrática. De rutura através de reforma. Isso foi possível naturalmente pelo sentido de Estado das diferentes forças que souberam criar um espaço comum de debate e negociação que a todos beneficiava. Adolfo Suárez, um jovem, elemento brilhante e ambicioso – era de Ávila – que vestira a camisa azul e provinha do *Movimiento*, foi o encarregado de organizar aquilo. E fê-lo maravilhosamente, distribuindo tabaco, palmadas nas costas e olhando o pessoal nos olhos (foi um grande entre os grandes, a meio caminho entre a nobreza de espírito e o batoteiro de Lavapiés, e ainda por cima bonito). Escorado pelo rei, auxiliado pela oposição – socialistas, comunistas e outros partidos –, apoiado pela confiança e entusiasmo de uma opinião pública consciente da delicadeza do momento, Suárez conseguiu com habilidade e inteligência, submetendo o *bunker*, que ainda mostrava perigosamente os dentes, e encaixando também, além da reticência assassina da ultradireita, as sapatadas do imbecil, analfabeto e criminoso terrorismo basco, que parecia até mais interessado em destroçar o processo do que os próprios franquistas. Assim, foi legalizado o Partido Socialista e, pouco tempo depois, também o Partido Comunista, já em pleno e irreversível processo em direção à liberdade. Um processo complexo, cujas etapas se foram sucedendo: Lei para a Reforma Política, aprovada pelas Cortes em 1976 e sustentada por referendo nacional, e primeiras eleições democráticas em 1977 – Espanha votava de novo! –, que filtraram a sopa de letras dos novos e velhos partidos e estabeleceram as forças principais: União de Centro Democrático, ou seja, direita da qual surgiria depois a Aliança Popular (165 deputados, a 11 da maioria absoluta), PSOE (118 deputados) e Partido Comunista (20 deputados). Os restantes agruparam-se em formações mais pequenas ou partidos nacionalistas. Tudo isto, naturalmente, fazia ranger os dentes à direita extremista e aos generais franquistas, que não hesitavam em chamar rei perjuro a Juan Carlos e traidor fuzilável a Adolfo Suárez. E é novamente aí que os tomates – há que chamar os bois pelos nomes – e o talento negociador de Adolfo Suárez, escorado pela boa vontade dos líderes socialista e comunista, Felipe González e Santiago Carrillo, mantiveram na linha os militares, os quartéis sob um controlo razoável e os tanques nas suas garagens, ou lá onde se guardam os tanques, superando os sinistros obstáculos que o terrorismo de extrema-direita (matança de Atocha e outras barbáries) ou da extrema-esquerda (GRAPO) e a selvagem brutalidade nacionalista (ETA)

colocavam a cada passo. Desse modo, com a liberdade segura com pinças mas com vontade de a consolidar, os Espanhóis abordaram o passo seguinte: dotarmo-nos de uma Constituição que regulasse os nossos direitos e deveres, que reconhecesse a realidade de Espanha e que estabelecesse um quadro de convivência que evitasse repetir os erros e as tragédias do passado. E a essa tarefa, redigir a que seria a Carta Magna de 1978, se entregaram os homens – as mulheres já iam aparecendo, mas ainda as deixavam no último lugar da fotografia – melhores e mais brilhantes de todas as forças políticas de então. Com os seus interesses e ambições, é claro; mas também com uma generosidade e um bom senso nunca vistos na nossa história.

91. Sentem-se, Caralho!

Foi, paradoxalmente, um golpe de Estado, ou a uma tentativa, o que acabou por consolidar e tornar adulta a recém-recuperada democracia espanhola. A 23 de fevereiro de 1981, o tenente-coronel da Guarda Civil, Antonio Tejero, apoiado pelo comandante de Valência, general Milans del Bosch, e uma trama de militares e civis nostálgicos do franquismo, assaltou o Congresso e manteve sequestrados os deputados durante uma tensa jornada, revivendo a velha e sinistra tradição espanhola de pronunciamentos, revoltas quarteleiras e mãos ao ar, tão cara aos altos militares do século XIX (nunca a leitura de *El Ruedo Ibérico*, de Valle-Inclán, e dos *Episodios Nacionales*, de Galdós, foi tão recomendável como nos tempos que correm, para entendermos aquilo e nos entendermos hoje). Tejero e os seus guardas entraram nas Cortes e aquelas bestas gritaram: *Todos para o chão!* e *Sentem-se, caralho!*, e Espanha conteve a respiração, vendo-se outra vez no soçobro de sempre. Com efeito, com todos os deputados no chão, acagaçados e acaçapados como coelhos – a Ibéria nem sempre pariu leões – exceto o dirigente comunista Santiago Carrillo (de certeza que o fuzilariam, e fumou um cigarro sem se dar ao trabalho de baixar a cabeça), o presidente Adolfo Suárez e o tenente-general Gutiérrez Mellado, que mostraram ter uns tomates enormes enfrentando os golpistas (Tejero cometeu a vilania de querer rasteirar o velho general, sem o conseguir), tudo esteve em perigo até que o rei

Juan Carlos, os seus assessores e as altas chefias do Exército pararam o golpe, mantendo a disciplina militar. Mas não foram só eles, porque milhões de cidadãos se mobilizaram em toda a Espanha, e os jornais, primeiro o *El País*, depois o *Diario 16* e no fim os restantes, fizeram edições especiais chamando as pessoas a defenderem a democracia. Foi aí que o pessoal foi magnífico (ou fomos, porque os da minha idade já éramos), à altura da Espanha que desejava ter. E forjou a sua liberdade. Isso ficou claro quando, depois de Suárez se ter demitido (os seus compadres políticos não lhe perdoaram o êxito, nem ser simpático, nem ele ser bonito, e alguns nem sequer lhe perdoaram a democracia) e estar a governar Leopoldo Calvo-Sotelo, se instalou em Espanha a plena normalidade democrática, se aprovaram os estatutos de autonomia e as nossas forças armadas entraram na NATO, decisão que teve uma dupla vantagem: punha-nos em linha com as democracias ocidentais e obrigava os militares espanhóis a modernizar-se, a conhecer mundo e a esquecer a caspa golpista e quarteleira. Quanto às comunidades, a Constituição de 1978, por consenso de todas – sublinho *todas* – as forças políticas e redigida por personalidades notáveis de *todos* os registos, definira a Espanha do futuro com nacionalidades e regiões autónomas, em ponto de rebuçado para dezassete autonomias das mais avançadas da Europa no que um dos nossos historiadores vivos mais ilustres – talvez o mais ilustre –, Juan Pablo Fusi, define como *um estado social e democrático de direito, uma democracia plena e avançada*. Antes de sair de cena, e a fim de desativar uma velha fonte de conflito que sempre ameaçou a estabilidade de Espanha, Adolfo Suárez tinha conseguido uns acordos especiais para a Catalunha que restabeleciam a Generalitat, abolida depois da Guerra Civil, fazendo regressar triunfalmente do exílio o seu presidente, Josep Tarradellas. Mas no País Basco as coisas não foram tão fáceis, devido por um lado à violência descerebrada e criminosa da ETA, e por outro ao extremismo sabiniano de um indivíduo, na minha opinião sinistro, chamado Xabier Arzalluz, que levou o PNV a posições de oportunismo político cobarde e miserável (recordemos o seu cínico *uns abanam a árvore e nós apanhamos as nozes* enquanto a ETA matava à direita e à esquerda). Ainda assim, embora o terrorismo basco viesse a ser uma chaga constante nos costados da jovem democracia espanhola, esta resistiu com coragem e inteireza às suas infames sapatadas. Nas eleições de outubro de 1982 conseguiu-se o que desde 1939 parecia impossível: o Partido Socialista ganhou as eleições, e fê-lo com 10 milhões de votos – a Aliança Popular obteve 5,4. O PSOE, com Felipe González e Alfonso Guerra à cabeça, governou Espanha. Durante o seu longo mandato,

apesar de todos os erros e problemas, que os houve, como a traumática reconversão industrial, terrorismo e crises diversas, nós, os Espanhóis, encontrámos de novo a nossa dignidade e o nosso papel no mundo. Em 1986 entrávamos na Comunidade Económica Europeia, e o progresso e a modernidade vieram para ficar. Alfonso Guerra tinha acertado no alvo: *Espanha não vai ser reconhecida nem pela mãe que a pariu*.

... E assim foi, e assim é ainda.

92. Epílogo Triste, ou não

Entre 5 de maio de 2013 e 28 de agosto de 2017, alternando com outros assuntos, contei na minha página de *XL Semanal*, suplemento que aparece aos domingos juntamente com vinte e dois jornais espanhóis, esta visão muito pessoal da história de Espanha que agora se publica em forma de livro quase sem mais correções do que as tipográficas. Em nenhum momento, como é fácil deduzir da sua leitura, pretendi suplantar os historiadores profissionais; nem mesmo qualquer historiador. No entanto, nalguns momentos desses quatro anos, alguns deles, gente com pouco poder de encaixe e muitas vezes com visões sectárias de vermelhos e azuis, de pretos e brancos, de bons e maus, bobos mais ou menos iluminados à procura de rótulos, desses que confundem equanimidade com equidistância, ofenderam-se com a minha suposta intrusão; mas a sua irritação foi-me sempre indiferente. Quanto aos leitores, se durante esse tempo eu consegui despertar a curiosidade de alguns e dirigi-la para livros de história específicos e sérios onde podem realmente informar-se, dei-me sempre por mais do que satisfeito. Não era este o principal objetivo, embora fique contente. No meu caso tratava-se unicamente de me divertir, reler e fruir; de um pretexto para olhar para trás desde os tempos remotos até ao presente, refletir um pouco sobre isso e contá-lo por escrito de uma forma pessoal, amena e pouco ortodoxa com a qual, como digo, passei momentos muito bons a ouvir grasnar os patos, pois cada um desses artigos alcançou ampla difusão nas redes sociais. Nesses noventa e um episódios passeei pela nossa história, pela dos Espanhóis, pela minha, um olhar próprio, subjetivo, feito de leituras, de experiência, de bom senso na

medida do possível. Afinal de contas, uma longa vida de livros e viagens que nos moldam o olhar não decorre em vão, e até o mais desatento pode extrair de tudo isso conclusões enriquecedoras. E esse olhar, o mesmo com que escrevo romances e artigos, não fui eu que o escolhi, é resultado de todas essas coisas: a visão, frequentemente mais ácida do que doce, de quem, como diz uma personagem de um dos meus romances, sabe que ser lúcido em Espanha aparelhou sempre muita amargura, muita solidão e muita desesperança. Ninguém que conheça o nosso passado pode ter ilusões; ou pelo menos eu não as tenho. Creio que nós, os Espanhóis, estamos infetados por uma doença histórica, perigosa, quiçá mortal, cuja origem talvez tenha aflorado ao longo de todos estes artigos: séculos de guerra, violência e opressão sob reis incapazes, ministros corruptos e bispos fanáticos, a guerra civil contra o mouro, a Inquisição e o seu infame sistema de delação e suspeita, a insolidariedade, a inveja como indiscutível pecado nacional, a falta atroz de cultura que nos pôs sempre – e continua a pôr-nos – nas mãos de pregadores e charlatães de qualquer índole, fizeram-nos como somos; entre outras coisas, um dos poucos países do chamado Ocidente que se envergonham da sua glória e se comprazem na sua miséria, que insultam as suas gestas históricas, que maltratam e esquecem os seus grandes homens e mulheres, que apagam o testemunho do que é digno e só conservam, como arma de arremesso contra o vizinho, a memória do agravo e esse fratricídio suicida que salta aos nossos olhos como um escarro ao virarmos cada página do nosso passado (a maior parte dos nossos jovens ignoram, porque lhes apagámos isso da memória, que nós, os Espanhóis, já nos odiávamos antes de Franco). E é claro que tanta falta de respeito por nós mesmos nos faz arrepiar. Face a isto, os livros, a educação escolar e a cultura como acicate nobre da memória seriam o único antídoto. A única esperança. Mas temo que esta batalha esteja perdida há bastante tempo. No capítulo anterior, parei a minha revisão histórica na vitória socialista de 1982, na Espanha entusiasmada de então, entre outras coisas porque os leitores já têm uma memória viva e direta desde essa data até hoje. Mas também, devo confessar, porque me dava preguiça repetir o velho ciclo: contar pela enésima vez como de novo, depois de conseguir empresas dignas e abrir portas para o futuro, nós, os Espanhóis, voltamos a demolir o conseguido, tristemente fiéis a nós mesmos, com o nosso habitual entusiasmo suicida, com a ousadia da nossa ignorância, com a nossa frivolidade irresponsável e arrogante, com a nossa cómoda indiferença, no melhor dos casos. E, sobretudo, com essa estúpida, obstinada, analfabeta, criminosa vilania tão espanhola que não quer o adversário vencido ou convencido, mas exterminado.

Apagado da memória. Leiam os livros que narram ou explicam o nosso passado: não há ninguém que se suicide historicamente com tão arrepiante naturalidade como um espanhol com uma arma na mão ou uma opinião na língua. Creio – e estarei certamente enganado, mas é o que creio de verdade – que Espanha como nação, como país, como conjunto histórico de nações e povos, ou como lhe queiramos chamar, perdeu o controlo da educação escolar e da cultura. E creio que essa perda é irreparável, pois sem elas somos incapazes de assentar um futuro. De ensinar aos nossos filhos, com honradez e sem complexos, aquilo que nós, os Espanhóis, fomos, o que somos e o que, neste lugar apaixonante e formidável apesar de tudo, poderíamos ser se a tal nos propuséssemos.

Madrid, Espanha. Março de 2019

---

1 Programa de variedades das tardes da Telecinco, controverso e de grande audiência. *(N. dos T.)*

2 Referência ao termo *hecho diferencial*, introduzido nos anos vinte do século passado pelo catalanista Francisco Cambò, para designar um conjunto de características culturais, históricas, geográficas, económicas e sociais de algumas comunidades autónomas de Espanha, designadamente a Catalunha. (*N. dos T.*)

3 Alusão ao ministro das Finanças do governo PP em Espanha de 2011 a 2018, Cristóbal Montoro. (*N. dos T.*)

4 Referência aos políticos espanhóis Iñaki Anasagasti, do Partido Nacionalista Basco, e Gabriel Rufián, da Esquerda Republicana da Catalunha. *(N. dos T.)*

5 Quadra anónima da Espanha medieval. (*N. dos T.*)

6 Deram para o torto. (*N. dos T.*)

7 Artigo da Constituição Espanhola que trata do direito à igualdade perante a lei. *(N. dos T.)*

8 Em basco no original, «luta de rua». (*N. dos T.*)

9 Em catalão no original: «nada de nada». (*N. dos T.*)

10 Referência ao tango de Carlos Gardel, *Cuesta Abajo.* (*N. dos T.*)

11 Referência a um programa da televisão espanhola dos anos sessenta em que uma família de bonecos anunciava o fim da programação infantil, porque ia começar a programação para os adultos. (*N. dos T.*)

12 Nome pejorativo com que os Espanhóis se referiam a José Napoleão Bonaparte, irmão do imperador Napoleão Bonaparte, que depois da invasão de Espanha o fez rei deste país (1808-1013). (*N. dos T.*)

13 Dia de São José. Pepe (feminino, Pepa) é um hipocorístico de José. *(N. dos T.)*

14 Pronúncia popular de «Vivan las Cadenas!». (*N. dos T.*)

15 Referência às personagens cómicas da série de banda desenhada de Francisco Ibáñez, *Pepe Gotera y Otilio, chapuzas a domicilio.* (*N. dos T.*)

16 Nome dado em Espanha a altos comandos militares que, no século XIX, se dedicavam à política, convertendo-se em líderes e ocupando a chefia do governo. (*N. dos T.*)

17 Bandoleiros catalães armados com trabuco, ou bacamarte. (*N. dos T.*)

18 *Txakurra*, em euskera, *cão*, termo pejorativo com que os revolucionários e nacionalistas bascos se referiam às forças de segurança espanholas, sobretudo à polícia nacional. (*N. dos T.*)

19 No original, grafia castelhana da expressão catalã *passet a passet* (passinho a passinho). *(N. dos T.)*

20 Las Hurdes era uma das regiões mais remotas, pobres e atrasadas de Espanha, a sul de Salamanca e próximo da fronteira com Portugal. *(N. dos T.)*

21 Primeira parte do ditado espanhol *Entre todos la mataron y ella sola se murió* (todos eles a mataram e ela sozinha morreu). (*N. dos T.*)

22 Primeiro verso de uma canção asturiana muito popular, hoje hino oficial do *Principado das Astúrias.* (*N. dos T.*)

23 *Cara al sol con la camisa vieja* e *Que en España empieza a amanecer*, primeiro e último verso do hino da Falange espanhola.(*N. dos T.*)

24 Referência ao livro de Georges Bernanos, *Les Grands Cimetières sous la Lune*. *(N. dos T.)*

25 Grupos de membros da Guarda Civil que fingiam ser guerrilheiros para descobrirem as suas ligações, pontos de apoio e modos de fornecimento. *(N. dos T.)*

26 *Cabaret* e bar, respetivamente, em Madrid, muito importantes da vida social madrilena durante o franquismo. (*N. dos T.*)